

- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 013, DE 03 DE OUTUBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), do Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires, e dá outras providências correlatas".

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Ordinária, realizada no dia 02 de outubro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP, do Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 03 de outubro de 2024.

Alexandre Rosa
Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME



Documento assinado digitalmente
CIMARA SANTOS RIBEIRO DE SOUZA
Data: 03/10/2024 11:00:39-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 03 de outubro de 2024.

Marizane Lima Martins
Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584



Programa de Formação para (Re)elaboração dos
Projetos Político-Pedagógicos
nas Escolas dos Municípios Baianos



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES

Instrumento norteador das diretrizes e práticas pedagógicas do Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires, construído coletivamente, com o envolvimento ativo de todos os segmentos da comunidade escolar.

Diretora: Professora Lania Caires Cordeiro
Coordenadora: Professora Darlene de Oliveira da Luz

**Barra da Estiva - BA
2022**

Rua Manoel Cândido Ribeiro, s/nº, Triunfo do Sincorá
Barra da Estiva – Ba – CEP: 46.650 – 000
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / -Diretora: (77) 9998658252
E-mail: mwtriunfo.educar@yahoo.com

A finalidade da educação é a formação do caráter(...). Formar o caráter da criança por meio da educação amorosa é a base filosófica do programa de Educação em Valores Humanos, que tem como princípio o desenvolvimento integral do ser, levando-o ao alto conhecimento e tornando-o consciente de si mesmo e de seus semelhantes."

Sathya Sai Baba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. BASES LEGAIS

3. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL (ATO SITUACIONAL)

3.1 Organização institucional e perfil identitário

Estrutura física

Perfil das famílias atendidas pela escola

Função Social

Visão, valores, missão

Características e finalidades

Objetivos

Fundamentação teórica

3.2 As marcas no tempo: a história institucional

3.3 O diagnóstico atual da rede / instituição

Avaliação institucional

Quadro síntese da escuta

4. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS (ATO CONCEITUAL)

4.1 Concepção institucional de ser humano, sociedade, cultura, ciência, tecnologia, trabalho e educação integral

4.2 Concepção de currículo

Fundamentos do currículo

Princípios do currículo

4.3 Concepção de gestão democrática

5. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA (ATO OPERACIONAL)

Planejamento pedagógico

A avaliação para a aprendizagem

Os temas integradores (concepção, objetivos e aspectos metodológicos)

As atividades complementares

Os perfis esperados do professor e do aluno

6. ETAPAS DO ENSINO

6.1 Educação Infantil

Pré-escola

O organizador curricular e a contextualização da parte diversificada através dos temas integradores acrescidos dos aspectos regionais e locais

Os modos de transição da educação infantil para o ensino fundamental (Art. 12 da Resolução CEE nº 137/2019)

6.2 Ensino fundamental

Anos iniciais

Anos finais

O organizador curricular e a contextualização da parte diversificada através dos temas integradores acrescidos dos aspectos regionais e locais e do projeto de vida para os anos finais (Art. 19 da Resolução CEE nº 137/2019)

Modos de transição do 3º ano para o 4º ano, do 5º para o 6º ano e do 9º ano para o ensino médio

7. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

7.1 A política da educação inclusiva

Concepção de escola inclusiva

Princípios orientadores da educação inclusiva

Diretrizes e indicadores metodológicos da educação inclusiva

Diretrizes e indicadores da avaliação

7.2 A política de educação do campo

Concepção da educação do campo

Princípios orientadores da educação do campo

Diretrizes e indicadores metodológicos da educação do campo

Diretrizes e indicadores de avaliação

7.3 A política de inovação tecnológica

Concepção da inovação tecnológica

Princípios orientadores da inovação tecnológica

Diretrizes da inovação tecnológica

7.4 A política de assistência estudantil

Concepção da assistência estudantil

Princípios orientadores da assistência estudantil

Diretrizes da assistência estudantil

7.5 A política de formação continuada e desenvolvimento profissional dos servidores (gestores, professores, funcionários)

Concepção de formação continuada

Princípios orientadores da formação continuada

Diretrizes da formação continuada

7.6 A política de comunicação escola / famílias dos alunos e escola / comunidade

Concepção da comunicação escola / família / comunidade

Princípios da comunicação escola / família / comunidade

Diretrizes da comunicação escola / família / comunidade

8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

8.1 Concepção de avaliação do PPP

8.2 Aspectos teórico-metodológicos do processo

8.3 Diretrizes para a implementação do processo

8.4 O programa institucional de avaliação

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXO I – Diagnósticos

ANEXO II – Planos de ação e metas – Bimestral ou anual

ANEXO III – Planejamento docente (Art. 17 da Resolução CEE nº 137/2019)

1. INTRODUÇÃO

O presente instrumento trata-se do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires, o qual foi construído democraticamente pela diretora, Coordenadora, professores, funcionários e membros do Conselho Escolar, objetivando registrar os meios necessários para efetivar uma educação que contemple as exigências da sociedade em constantes transformações e desenvolvimento, o presente projeto é resultado de um grande trabalho, visando objetivos próprios, metas comuns de ação e intervenção por parte de todos os seguimentos existentes na comunidade escolar, demonstra também o direcionamento do processo ensino aprendizagem da educação infantil ao fundamental.

Através deste documento serão apresentados e devidamente registrados, todos os pressupostos, as finalidades educativas e as diretrizes gerais da proposta pedagógica desta Unidade Escolar de acordo com a realidade da Comunidade em que a mesma está inserida, o que garantirá a esta Instituição, a identidade que pretendemos consolidar em nossa prática pedagógica.

Na verdade, o Projeto Político Pedagógico foi visto com ações plenamente identificáveis, para se atingir os objetivos pré-estabelecidos. É a projeção do desejo de criatividade, qualidade e integração das coisas, das pessoas com toda a experiência e prontas para uma grande realização.

Eis o grande desafio deste Projeto: a educação de uma comunidade heterogênea que busca a escola como meio de ascensão social e cultural.

2. BASES LEGAIS

O Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires faz parte de todo um processo de gestão democrática, por isso a exigência da participação de todos no seu processo de elaboração.

As bases legais para a criação e vivência do PPP dentro desta proposta se encontram em várias leis, como: Constituição Federal de 1988 que, no artigo 206, apresenta a gestão democrática da escola como um dos princípios constitucionais.

Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I, Artigo 206, Inciso VI Fundamenta a responsabilidade de reflexão e expressão sobre a intencionalidade educativa da escola. Estabelece como princípio “a gestão democrática do ensino público na forma da lei”.

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008, Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, em seu artigo 2º, § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para inclusão no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva das disposições da Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.194/96 e dá outras providências”

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 16 DE MAIO DE 2024, “Dispõe sobre Plano Ensino Individualizado, da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Artigo 12 “Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.”

Artigo 13 “Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.” Artigo 14 “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.”

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências - Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

Resolução CNE/ CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica.

Artigo 42 “São elementos constitutivos para a operacionalização destas diretrizes o projeto político-pedagógico e o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.”

Artigo 43 “O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.”

§ 1º “A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.”

§ 2º “Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação – nacional, estadual, municipal –, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.”

§ 3 “A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da educação básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.

Artigo 44 “O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:

- I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;
- II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;
- III - o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos – que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida-conhecimento-cultura-professor-estudante e instituição escolar;
- IV - as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;
- V - a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;
- VI - os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil);

Rua Manoel Cândido Ribeiro, s/nº, Triunfo do Sincorá
Barra da Estiva – Ba – CEP: 46.650 – 000
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / -Diretora: (77) 9998658252
E-mail: mwtriunfo.educar@yahoo.com

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

VII - o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VIII - o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

IX - as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da educação básica), incluindo dados referentes ao Ideb e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

X - a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional”.

Resolução CNE nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos - Artigo 20 “As escolas deverão formular o projeto político pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do ensino fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.”

§ 1º “O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.”

§ 4º “O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.”

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

§ 5º “Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais.

Lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016 - Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências –

Meta 8, Estratégia 8.11 “Estimular a oferta de componentes curriculares que tratem do ensino e da aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos - EJA nos projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de graduação em licenciatura.”

Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta a profissionais da educação, a estudantes e aos seus familiares para a formulação dos projetos político-pedagógicos, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais e mães na avaliação do funcionamento da escola e no cumprimento do seu papel na formação das crianças e jovens.”

Resolução CEE nº 60, de 5 de junho de 2007 - Estabelece normas complementares para implantação e funcionamento do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

Artigo 3º “As Unidades de Ensino deverão elaborar ou reformular seus projetos pedagógicos, para efeito de implantação do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, definindo, quando for o caso, os procedimentos indispensáveis à gradual transição do regime de 8 (oito) anos para o novo regime, de que trata esta Resolução.”

Artigo 5º “As unidades escolares, no prazo mínimo de 120 dias antes da implantação do novo regime de que trata esta Resolução, deverão submeter à aprovação do órgão competente do sistema de ensino o seu regimento escolar e seu projeto pedagógico, de que é parte a proposta curricular.”

Resolução CEE nº 137, de 17 de dezembro de 2019 - Fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular -

Rua Manoel Cândido Ribeiro, s/nº, Triunfo do Sincorá
Barra da Estiva – Ba – CEP: 46.650 – 000
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / -Diretora: (77) 9998658252
E-mail: mwtriunfo.educar@yahoo.com

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

BNCC nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes dos sistemas de ensino na educação básica do Estado da Bahia e dá outras providências

Artigo 12 “Os projetos pedagógicos correlatos à pré-escola devem realçar os modos de proceder na transição entre a educação infantil e o ensino fundamental, como marca do reconhecimento da formação da criança em ambiências de cuidado e de experiências organizadas para educá-la.”

Artigo 13 “No que tange ao ensino fundamental, as instituições escolares, com assentimento de seus sistemas e redes de ensino, devem organizar seus projetos pedagógicos com os currículos estruturados pelas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.”
Parágrafo Único “Os projetos pedagógicos deverão apresentar as respectivas competências e habilidades para as áreas correspondentes, devidamente organizadas para os períodos de aula implícitos na divisão do ano letivo em unidades de ensino.”

Artigo 19 “As propostas pedagógicas das instituições escolares dos anos finais do ensino fundamental devem apresentar o delineamento do projeto de vida dos estudantes, seja com o vínculo prospectivo em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no ensino médio.”

Portaria nº 904/2019 - Homologa o Parecer CEE/CP nº 196/2019, do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação, que autoriza a implementação do Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB).

Artigo 4º “Os municípios que não possuem sistema próprio de ensino e as instituições de ensino devem proceder às adequações e atualizações necessárias, nos seus projetos político-pedagógicos (PPP), regimentos e currículos escolares, de acordo com o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e com as normativas do CEE/BA.”

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

Artigo 5º “O DCRB será operacionalizado nas unidades da rede estadual de ensino com as diretrizes emanadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia norteando os projetos político pedagógicos (PPP) (re)elaborados pelas unidades escolares”. “As instituições de ensino públicas e privadas que ofertam educação infantil e ensino fundamental devem reformular seus projetos político-pedagógicos, de forma a garantir todos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de competências e habilidades instituídos no DCRB.”

Resolução do CME nº 003, de 29 de dezembro de 2010: Fixa normas para funcionamento das instituições de Educação Infantil, integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva.

3. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL (ATO SITUACIONAL)

3.1 Organização institucional e perfil identitário

Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires.

Código: 29213584

Endereço: Rua Manoel Cândido Ribeiro, s/nº, Povoado Triunfo do Sincorá.

Município: Barra da Estiva

Estado: Bahia

CEP: 46650-000

Telefone: (77) 9.9994-4720 e-mail: majorwaldirmagalhaespires@gmail.com

Localização: Zona Rural

Horário de Funcionamento: 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00.

Distância da escola do Centro Urbano: 33 quilômetros

Nome da diretora: Lania Caires Cordeiro

Nome dos funcionários e funções:

- Adriano de Sousa Caires - Professor;

Rua Manoel Cândido Ribeiro, s/nº, Triunfo do Sincorá
Barra da Estiva – Ba – CEP: 46.650 – 000
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / -Diretora: (77) 9998658252
E-mail: mwtriunfo.educar@yahoo.com

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

- Darlene de Oliveira da Luz – Coordenadora;
- Denívia Almeida Fiuza – Professora;
- Gabriel Alves Lopes – Auxiliar Administrativo;
- Jociara de Oliveira R. de Souza – Professora;
- João Carlos Pereira Santos – Professor;
- Karine Oliveira Luz – Professora
- Marcos Sérgio Aguiar de Souza – Professor;
- Marinalva dos Anjos – Professora;
- Marinêz dos Santos Caires - Auxiliar Administrativa;
- Marta Oliveira Silva – Professora;
- Patrícia do Carmo Ferreira Santos – Auxiliar Administrativa;
- SÍntia Silva Oliveira Alves – Merendeira;
- Silvana Pires dos Santos– Auxiliar Administrativa;
- Tiago Messias Pereira – Professor.

Entidade mantenedora: Prefeitura Municipal / Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Barra da Estiva.

Estrutura Física

O Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires oferta a Educação Infantil e Ensino Fundamental, situado na Rua Manoel Cândido Ribeiro, s/nº, no Povoado de Triunfo do Sincorá, do Município de Barra da Estiva, Bahia. A área do terreno onde se situa é de 4539 m², estando construído numa área de 436,11 m², onde funcionam 04 (quatro) salas de aula, 01 (uma) cantina pequena, 01 (um) almoxarifado, 02 (dois) banheiros para alunos com 02 (dois) sanitários cada, 01 (um) banheiro para os funcionários, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) sala improvisada para leitura, 01 (uma) sala dos professores, 01 (uma) sala da direção.

Possui também 01 (uma) quadra aberta para as práticas de Educação Física e Recreação, 01 (um) parque para o Ensino Fundamental Anos Iniciais equipado com: 01 (um) balanço de 02 (duas) cadeiras, 03 (três) gangorras e 01 (um) escorregador.

Rua Manoel Cândido Ribeiro, s/nº, Triunfo do Sincorá
Barra da Estiva – Ba – CEP: 46.650 – 000
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / -Diretora: (77) 9998658252
E-mail: mwtriunfo.educar@yahoo.com

As dependências desta Unidade de Ensino não estão adaptadas para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Perfil das famílias atendidas pela escola

Atualmente a comunidade possui muitas pessoas com um bom grau de instrução, temos muitas famílias jovens que estudaram nesta escola e adquiriram conhecimentos e até mesmo pessoas que fizeram o primeiro grau nesta Instituição de Ensino e foram estudar em Barra da Estiva, e/ou no Ensino Médio por Intermediação Tecnológica (EMITEC), oferecido nesta Unidade de Ensino em parceria com o Estado e o Município, onde fizeram e fazem o segundo grau. Portanto, a comunidade é bem servida de pessoas com níveis elevados de conhecimento o que permite termos em nossa escola, pessoas da própria comunidade exercendo as funções de diretora, professores, auxiliares administrativos educacionais, entre outros.

A maior parte da comunidade sobrevive da agricultura com o plantio de mandioca, café, hortaliças e, para produzir esses produtos, grande parte da lavoura na região ainda usa o trabalho manual.

Podemos encontrar em nosso contexto pessoas que se mantêm através do serviço braçal, aposentado pensionista e funcionário público. Muitas pessoas trabalham 08 (oito) horas por dia e quase sempre sem um material de segurança adequado. Quase todas as casas possuem energia elétrica, televisão com antena parabólica, sofá e internet, sendo que a grande maioria recebe o Auxílio Brasil, Política Pública de Assistência Social, Saúde e Educação. O programa é destinado às famílias pobres e/ou na extrema pobreza. Quanto ao nível de alfabetização, pode-se dizer que maior parte da melhor idade não são alfabetizados, já a maioria dos adultos tem o Ensino Fundamental Anos Iniciais, concluído. Já a nossa juventude, maior parte concluiu o ensino fundamental, e estão ingressados no ensino médio, apesar de termos ainda uma pequena quantidade de pessoas que não continuou na escola após o fundamental. Atualmente na comunidade não há criança fora da escola.

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

Nas comunidades encontram-se pessoas com habilidades artísticas como: artesãos, pintores, pedreiros, motoristas, tratoristas, dentre outros. Percebe-se também que o feijão, o arroz e a farinha são indispensáveis na alimentação da comunidade, visto que o feijão e a farinha são produzidos nas comunidades. Vale ressaltar ainda que o futebol é o esporte mais praticado por todos em nossa comunidade.

Função Social

Desenvolver as potencialidades físicas, cognitivas e afetivas do indivíduo capacitando-o a tornar cidadão participativo na sociedade em que vive.

Visão

Ser referência pelo sucesso acadêmico e profissional dos seus estudantes, pela qualidade do ambiente interno e externo e pelo elevado grau de satisfação dos familiares, estudantes e equipe de profissionais.

Valores

Amor, comprometimento, respeito, humildade, ética, estética, disciplina, democracia, confiança, solidariedade, empatia e resiliência.

Missão

Garantir os direitos de aprendizagens dos educandos, com ênfase a construção de uma educação reflexiva, protagonista, libertadora e de qualidade social.

Características e finalidades

O presente instrumento trata-se do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires, o qual foi construído democraticamente pela diretora, professores, funcionários e membros do Conselho Escolar, objetivando registrar os meios necessários para efetivar uma educação que contemple as exigências da sociedade em constantes transformações como a atual, o que prima pela formação para e pela cidadania.

Rua Manoel Cândido Ribeiro, s/nº, Triunfo do Sincorá
Barra da Estiva – Ba – CEP: 46.650 – 000
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / -Diretora: (77) 9998658252
E-mail: mwtriunfo.educar@yahoo.com

Através deste documento serão apresentados e devidamente registrados, todos os pressupostos, as finalidades educativas e as diretrizes gerais da proposta pedagógica desta Unidade Escolar de acordo com a realidade da Comunidade em que a mesma está inserida, o que garantirá a esta Instituição, a identidade que pretendemos consolidar em nossa prática pedagógica.

Na verdade, o Projeto Político Pedagógico foi visto com ações plenamente identificáveis, para se atingir os objetivos pré-estabelecidos. É a projeção do desejo de criatividade, qualidade e integração das coisas, das pessoas com toda a experiência e prontas para uma grande realização.

Eis o grande desafio deste Projeto: a educação de uma comunidade heterogênea que busca a escola como meio de ascensão social e cultural.

Objetivos

Elaborar um documento que sirva como subsídio para todos os seguimentos que compõem a Unidade Escolar. Seja para os estudantes verificarem o currículo, conteúdos e habilidades que serão trabalhados durante o ano letivo, seja aos pais ou responsáveis para saberem as metas e o que a escola prepara no intuito de elevar o nível intelectual de seus filhos, seja para o coordenador e a direção acompanharem o trabalho dos professores com os planos e os projetos, seja para os professores elaborarem seus planos anuais e determinarem metas, bem como recorrer a pedagogia adotada pela escola para cada vez mais, elevar o nível de aprendizagem dos estudantes.

Fundamentação teórica

Para Veiga (1995, p.13), o Projeto Político Pedagógico não é mais um documento construído no espaço escolar com o objetivo de se realizar uma tarefa simplesmente burocrática, que, ao final de sua elaboração, é arquivado pela escola ou remetido às autoridades educacionais; muito pelo contrário, o Projeto Político Pedagógico deve ser construído e vivenciado em todos os momentos e por todos os envolvidos no projeto da escola. O projeto, portanto, busca um rumo, uma direção.

É uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso o Projeto Político Pedagógico da escola é, também, um projeto político, por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. É pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. Assim, sendo político e pedagógico tem a significação indissociável.

Gadotti (1997, p. 35) começa por esclarecer que todo Projeto Político Pedagógico é necessariamente político. O desdobramento do nome do projeto educativo em político pedagógico tem a finalidade de dar destaque à questão política que está implícita no ato pedagógico. Partindo dessa premissa, que não é apenas uma questão semântica, o autor vai sustentar a afirmação de que o Projeto Político Pedagógico não deve contemplar apenas objetivos, metas e procedimentos que se encontram no plano diretor de uma escola, isto é, ficar apenas na esfera do instituído, como defende o discurso oficial em torno da qualidade, e, em particular a qualidade total.

Dessa forma, a primeira ideia que se espera de uma escola é que todos os educadores estejam no mesmo entendimento quando se diz respeito aos fundamentos teóricos a que se pressupõe a educação oferecida por esta Instituição. Professores, Coordenador e Diretor precisam partilhar uma mesma visão no que se refere à formação de pessoas críticas, dinâmicas e livres, como referencial.

Dentro desta visão, o Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires, decidiu em conjunto, seguir as propostas Construtivista e Sociointeracionista, de Jean Piaget e Vygotsky.

A proposta Construtivista, na tentativa de entender como a criança aprende, Jean Piaget (1896-1980) estudou como o pensamento humano se desenvolve

desde o nascimento até a adolescência. O resultado de seus estudos mostra que o desenvolvimento do pensamento da criança acontece em estágios, sendo cada um importante e necessário para o alcance do seu sucessivo. Isto significa que a criança deve atravessar todos os estágios para que o aprendizado aconteça.

Assim, nessa teoria, o desenvolvimento é uma construção que se dá por etapas, resultado do amadurecimento do sistema nervoso da criança e do contato com o mundo físico e social já que a criança é vista como um ser dinâmico que a todo o momento interage com a realidade. É por meio dessas interações com o ambiente que a criança constrói suas estruturas mentais e as faz funcionar.

A proposta sociointeracionista ressalta a importância da interação do sujeito com o meio em que vive. O indivíduo forma o conhecimento por meio da interação com outras pessoas, em processo histórico, cultural e social pelo qual passa durante toda a vida. É importante que a metodologia sociointeracionista seja aplicada desde cedo, nas séries da educação infantil, já que o ponto inicial do conhecimento que é levado para a vida surge na infância.

Para Vygotsky, as pessoas só adquirem cultura e linguagem, além de se desenvolverem historicamente e de estimularem o raciocínio, se estiverem inseridas em meios sociais, ou seja, se houver interação. Dessa forma, uma proposta sociointeracionista nas escolas incentiva a interação e a participação, além do aprendizado mediado pelos professores, sempre que possível, extrapolando os conteúdos das disciplinas.

Sendo assim, esta Unidade de Ensino seguirá essas propostas com todos os profissionais do magistério se aprofundando no conhecimento das teorias com estudos, discussões e exposições no grupo e individuais, bem como a construção do planejamento coerente com o que se objetiva a educação como o desenvolvimento em estágios, por etapas e por meio da interação com outras pessoas estimulando o raciocínio.

3.2 As marcas no tempo: a história institucional

A Instituição foi fundada pelo Prefeito Marcelino Medrado, na década de 50, o qual fez uma homenagem ao seu irmão: Alcides Medrado, denominando a Escola como: Grupo Escolar Alcides Medrado, a qual está situada à Rua Lauro Fraga, s/nº, no povoado de Triunfo do Sincorá, distrito de Barra da Estiva-Ba.

A Escola pertencia ao Estado tendo o seu ato de autorização: Portaria nº 2.350, e Código nº 71463, sendo publicada no diário oficial na data: 11 (onze) e 12 (doze) de abril de 1981 (mil e novecentos e oitenta e um), porém foi emancipada no ano de 2000 (dois mil), e desde então a Prefeitura Municipal passou a regê-la, como também, passou a ser a entidade mantenedora na sua administração financeira.

Tempos depois a Escola recebeu o seu segundo nome, o que aconteceu aos 21(vinte e um) dias do mês de julho de 2008 (dois mil e oito), a Secretária Municipal da Educação juntamente com seu assessor, direção e professores desta Unidade de Ensino resolveram alterar a denominação do Grupo Escolar Alcides Medrado para Centro Educacional Alcides Medrado, mediante portaria Nº 04 (quatro) de 21 (vinte e um) de julho de 2008 (dois mil e oito).

Enquanto as suas dimensões físicas, no decorrer dos anos houve a necessidade de construir novos pavilhões para receberem novas turmas e uma maior graduação escolar que seria de 5ª a 8ª séries. Isso foi o início das grandes transformações e melhorias de nossa escola: no ano de 1995 (mil e novecentos e noventa e cinco) esta Escola possuía apenas duas salas, no ano de 1996 (mil novecentos e noventa e seis) ela ganhou mais uma sala; depois, em 1997-1998 (mil novecentos e noventa e sete a mil novecentos e noventa e oito), esta última e outra, foram divididas em duas salas, tornando assim um total de cinco salas, as quais comportavam: quatro salas de aula e uma das partes que restava era usada como cantina, diretoria e secretaria, todas construídas por alvenaria, mas existia uma sala improvisada construída com madeirite; nela possuía também um lavatório, um pátio e apenas dois sanitários para uso dos alunos, professores e demais funcionários.

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

Deixando a desejar a estrutura física, no ano de 2008 (dois mil e oito) a escola mudou de endereço, porque a Prefeita Ana Lúcia Aguiar Viana presenteou a Comunidade com a construção de uma nova Escola, na Rua Manoel Cândido Ribeiro s/n °, neste Distrito.

Assim no dia 06 (seis) de fevereiro do ano de 2009 (dois mil e nove), a Secretária Municipal da Educação, juntamente com o seu assessor, direção, professores, funcionários e os membros do Conselho Escolar desta Unidade de Ensino resolveram alterar a denominação do Centro Educacional Alcides Medrado para Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires, através da Lei Municipal nº 025 de 23 (vinte e três) de dezembro de 2008 (dois mil e oito), em homenagem a um antigo morador da comunidade e pela sua atuação no comando de seu pelotão de Infantaria na Itália, durante a 2ª (segunda) Guerra Mundial de 1944 (mil novecentos e quarenta e quatro) a 1945 (mil novecentos e quarenta e cinco) e aos relevantes serviços prestados ao nosso município, o senhor: Major Waldir Magalhães Pires, nascido em 27 (vinte e sete) de julho de 1918 (mil novecentos e dezoito) na cidade de Barra da Estiva. Passou a sua infância em Triunfo do Sincorá e em Sincorá, lugares onde cursou o primário, porém ansioso por um Ginásio que ainda não havia na localidade, aos 16 (dezesesseis) anos começou a trabalhar em outro local sempre sonhando com os estudos, o que veio a acontecer ao ingressar no exército, onde fez o curso de Educação Física, tendo sido professor desse ramo no Meio Civil, concluindo o Ginásio que na época durava 05 (cinco) anos. Logo em seguida foi aprovado em vestibular para a Escola Preparatória de Cadetes em Porto Alegre.

Depois disso foi escritor, tendo como sua obra maior o livro “Sangue, Amor e Neve” dentre outros, formou pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, tendo na mesma Faculdade feito o Curso de Doutorado.

Em 1970 (mil novecentos e setenta) fez o Curso de Educação Moral e Cívica, obtendo a maior classificação. Por fim foi poeta, compositor e ensaísta. Veio a falecer em 24 (vinte e quatro) de dezembro do ano de 2000 (dois mil), no Rio de Janeiro, deixando-nos o exemplo de Patriotismo, Lealdade, Honradez, a

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

Amizade, Justiça, Coragem e Bondade, o que tornou uma pessoa inesquecível pelos serviços prestados no município de Barra da Estiva e em especial aos moradores do Distrito do Triunfo do Sincorá.

Várias pessoas passaram pela direção desta Unidade de Ensino, são elas:

- Neuza Luz Soares - Delegada Substituta e Coordenadora – 1982/1989 /1991 e 1992;
- Alzenir Ribeiro Carvalho – Coordenadora - 1983 a 1988 e 1990;
- Claudivina Maria Gomes de Souza – Coordenadora Municipal de Educação – 1993/1994 e 1995;
- Gilmar Silva Gonçalves – Diretor – 30/06/1994 até 30/01/1995;
- Carlos Roberto Souza Farias – Diretor – 01/02/1995 até 30/04/1996;
- Carlos Anísio Lima da Silva – Diretor – 1996;
- Reginélia Souza Farias – Diretora – 1997/1998/1999 e 2000;
- João Souza Batista - Diretor – 2001/2002 e 2003;
- Gutemberg Silva Oliveira – Diretor – 2004;
- Hitaloema Dutra da Silva Couto – Diretora – 2005;
- Lucimar Oliveira Silva Cordeiro – Diretora – 2006/2007/2008/2009/2010 e 2011.
- Lania Caires Cordeiro – 2012 a 2016, 2017 a 2020 e de 2023

Para o seu funcionamento a Escola conta com 17 funcionários, sendo: 09 professores, 01 Diretor, 01 Coordenador Pedagógico, 04 Auxiliares Administrativos e 01 Merendeira; e é assistida pela atual administração João Machado Ribeiro e a Secretária Municipal da Educação Leila Oliveira Caires, seus trabalhos prosseguem sob a gestão da Sr^a. Lania Caires Cordeiro.

Atualmente se percebe um ponto importante no desenvolvimento da educação praticada nesta escola: a equidade, isto é, aqui se busca propiciar as condições de acesso, permanência e sucesso do processo educacional.

Em nossas mãos estão, educadores, pais e outras pessoas da sociedade e, com elas, trabalhamos para estabelecer uma nova forma de vida inspirada em uma

cultura de paz, amor, cooperação, disciplina, justiça, esperança, lealdade, otimismo, comprometimento e sucesso.

Pois entendemos que a família deve educar, trabalhar relações afetivas e cognitivas, apresentar as perspectivas do mundo e indicar as possibilidades de caminho

Quando a família participa ativamente da vida escolar dos seus filhos, ela demonstra estar interessada no processo em que as crianças estão inseridas. Com isso, elas se sentem apoiadas, acolhidas e mais seguras para seguir no desenvolvimento educacional. Percebe-se que a comunidade tem uma visão positiva da escola através dos diálogos com as famílias e com a Avaliação Institucional.

E, segundo Piaget (2007, p. 50) “toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem senão educados, ao menos, informados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos.” Castro e Rigattieri (2009, p.

Dessa forma entendemos que família por ser o centro que permeia a vida da criança tem obrigação de desenvolver nela uma boa educação preparando-a com caráter para adquirir um comportamento mais proveitoso relacionado a aprendizagem escolar. A aprendizagem escolar da criança está diretamente ligada a participação familiar na escola.

3.3 O diagnóstico atual da rede / instituição (marco operacional)

Avaliação institucional (marco operacional)

A avaliação institucional é vista como instrumento de melhoria e de qualidade acadêmica e científica. Essa avaliação tem como objetivo compreender e avaliar todos os processos produzidos pela Unidade de Ensino. É preciso encarar a escola como uma instituição com movimentos fortemente pedagógicos e pluralistas, já que seu cotidiano é feito de processos diferenciados e

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

convergentes. Cabe a ela encontrar caminhos que preservem a pluralidade social, respeitando a igualdade de cada cidadão. Dessa forma, haverá a possibilidade de preservação da sua identidade.

Portanto, a avaliação Institucional é aquela realizada a partir da proposta pedagógica, assim como planos de trabalho e de ensino, que devem ser avaliados sistematicamente, para que se verifiquem avanços da instituição e identifique os acertos e as insuficiências, as vantagens, ou potencialidades e as dificuldades encontradas na Instituição, bem como melhorar o nível de autoconhecimento que a escola tem de si própria e possíveis reformulações, como também buscar informações para a tomada de decisões em relação aos resultados encontrados e elaborar alternativas para introdução de novos caminhos. envolvendo a participação de alunos, professores e equipes de gestão.

No Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires, ficou estipulado, no plano de ação, que a avaliação da instituição será realizada uma vez por ano e sempre ao final do primeiro semestre.

Quadro síntese da escuta

SEGMENTO	SÍNTESE DA ESCUTA
Famíliares dos estudantes	Reconhecer a importância dos estudos, respeitar mais os professores e profissionais, respeitar as normas de convivência criadas com a participação dos alunos, punir todos os infratores das regras estabelecidas, conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, participar de atividades no entorno da escola, ser informados dos avanços e dificuldades no processo de aprendizagem, conhecer o instrumento de avaliação dos professores, conhecer a rotina semanal, participar de projetos de leitura, escrita e produção, melhorar o espaço e funcionalidade da biblioteca, incentivar o uso dos livros e jogos da biblioteca, possibilitar o uso aos computadores na escola,

Rua Manoel Cândido Ribeiro, s/nº, Triunfo do Sincorá
Barra da Estiva – Ba – CEP: 46.650 – 000
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / -Diretora: (77) 9998658252
E-mail: mwtriunfo.educar@yahoo.com

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

	participar do processo de gestão e financiamento da escola, ser informados dos indicadores referentes à escola, melhorar a estrutura física da escola para atender alunos com deficiência, reaproveitar as cadeiras quebradas, fazer um jardim na escola, disponibilizar água de qualidade através de bebedouros e outros, orientar a higiene dos alunos após o lanche.
Professores	Estabelecer regras de disciplina e acompanhar o cumprimento das mesmas, conhecer e divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA aos pais e estudantes, envolver os estudantes no planejamento das atividades a serem realizadas, promover visitas à bairros da cidade e realizar aulas no entorno da escola, garantir matrícula e aprendizagem de crianças e adolescentes com deficiência, informar aos alunos sobre os conteúdos que progrediram e os que ainda precisam melhorar, mais reuniões para discutir o currículo, planejamento e prática pedagógica, reelaborar o rotina semanal, Desenvolver um projeto com ênfase na leitura e escrita, estabelecer parceria com ONGs com o objetivo de conseguir livros, promover intercolegial, ampliar o mural e divulgar mais informações, capacitação para os membros do conselho escolar, criação de um grêmio estudantil, mais participação de pais e/ou responsáveis na escola, divulgação dos resultados e indicadores no mural da escola, promover formação à todos os segmentos da unidade de ensino, contratação de um porteiro.
Estudantes	Em relação à sociedade: preconceito, racismo, bullying, agressividade e é necessário melhorar em relação aos apelidos, brigas, ameaças, discursão e bullying; Concepção de ser humano: amizade, atenção, dedicação e respeito; Escola: por eles é preciso melhorar a quadra, parquinho, armários, computadores, ventiladores, porteiro, portas,

Rua Manoel Cândido Ribeiro, s/nº, Triunfo do Sincorá
Barra da Estiva – Ba – CEP: 46.650 – 000
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / -Diretora: (77) 9998658252
E-mail: mwtriufo.educar@yahoo.com

	banheiros, muro, internet, merenda, limpeza e biblioteca, colocar ar condicionado; Estudantes: precisa de mais eventos, interação, falta dedicação, perspectivas de futuro, mais acesso aos computadores, querem capacitação para os motoristas, toda equipe da escola e prestar mais atenção nas aulas.
--	--

4. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS (ATO CONCEITUAL)

4.1 Concepção institucional de ser humano, sociedade, cultura, ciência, tecnologia, trabalho (marco conceitual)

O ser humano é um ser histórico, cultural, inacabado, é um ser de relações e na convivência com outros seres se constitui. Encontra-se em permanente movimento no tempo e espaço, sempre em busca de sanar suas necessidades para produzir sua existência. Esta iniciativa, que os seres humanos possuem em sua essência, se materializa através do trabalho, que resulta na produção de conhecimento e na consequente formação de uma bagagem cultural, que se constitui como ponto fundamental para o desenvolvimento da humanidade.

Sendo assim, o ser humano como sujeito cognoscente, reflete sobre sua própria existência e atua politicamente na realidade, transformando a sociedade. Pensar no ser humano significa projetar sua coletividade em uma sociedade que represente um espaço de possibilidades dialógicas, históricas e culturais. Uma visão de sociedade que se contrapõe a concepções de imobilidade, de naturalização das relações, em que a ideia de que nada podemos fazer para modificar a realidade é diariamente vendida.

Pensar socialmente significa entender a realidade desigual que efetivamente existe e conceber as relações de poder na dimensão material, onde as lutas de classes pautam os movimentos desta sociedade.

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

Diante desse contexto, torna-se premente projetar uma sociedade baseada em relações verdadeiramente igualitárias, na qual a democracia nos remeta ao conceito amplo de cidadania, que vai muito além da participação política através do voto, pois a cidadania consiste na possibilidade de todos os sujeitos da sociedade terem acesso à educação, cultura, trabalho, qualidade de vida, bens materiais etc.

Trabalhar na perspectiva da transformação social implica adotar mecanismos para alcançar as ações previstas acima e, nesse sentido, a educação não pode ter a responsabilidade integral da transformação, pois a educação, de forma isolada, não é capaz de transformar uma sociedade. No entanto, se analisada em amplo sentido, possui uma função fundamental, na medida em que todo o processo de transformação é fruto de um conjunto de ações educativas.

O Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires entende a educação como um processo complexo e dialético, uma prática contra hegemônica que envolve a transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno. Com isso, a educação não pode estar a serviço das demandas do mercado, pois não há como institucionalizar o ensino para o trabalho e para o trabalhador sem vislumbrar os trabalhadores como centro desse processo. Assim, a educação não pode estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, mas deve estar em sintonia com as necessidades de formação profissional, através de uma articulação permanente entre Trabalho e Educação.

Nesse sentido, conforme Pacheco (2011),

A educação precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao mundo do

trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (p.5).

4.2 Concepção de currículo

Fundamentos do currículo (marco conceitual)

Dito de forma resumida, o currículo é a organização do conhecimento escolar. Essa organização do currículo se tornou necessária porque, com o surgimento da escolarização em massa, precisou-se de uma padronização do conhecimento a ser ensinado, ou seja, que as exigências do conteúdo fossem as mesmas.

No entanto, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também:

“questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos”. (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1)

Veiga (2002) complementa

“Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.” (VEIGA, 2002, p.7)

Sendo assim, o currículo é uma parte importante da organização escolar, por isso ele deve ser pensado e compreendido como aporte norteador e metodológico dentro do contexto educacional.

Princípios do currículo (marco conceitual)

Para a organização do currículo deve levar em conta alguns princípios básicos. Entre eles o fato de, como já dito, o processo de desenvolvimento do currículo ter sido cultural e, portanto, não neutro. Sempre visa privilegiar determinada cultura e, por isso, há a necessidade de uma criteriosa análise e reflexão, por parte dos sujeitos em interação, no caso as autoridades escolares e os docentes com o mesmo objetivo, baseando-se em referenciais teóricos.

O currículo não é estático, pelo contrário, ele foi e continua sendo construído. A reflexão sobre isso é importante, porque, conforme Veiga (2002, p. 7) afirma, “a análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares”.

Hoje em dia, a organização do currículo escolar se dá de forma fragmentada e hierárquica, ou seja, cada disciplina é ensinada separadamente e as que são consideradas de maior importância em detrimento de outras recebem mais tempo para serem explanadas no contexto escolar.

Vários autores apontam para a possibilidade de o currículo não ser organizado baseando-se em conteúdos isolados, pois vivemos em um mundo complexo, que não pode ser completamente explicado por um único ângulo, mas a partir de uma visão multifacetada, construída pelas visões das diversas áreas do conhecimento. A organização do currículo deve procurar viabilizar uma maior interdisciplinaridade, contextualização e transdisciplinaridade; assegurando a livre comunicação entre todas as áreas.

Portanto, é necessário que se estabeleça os seguintes princípios do currículo: Uma escola que também aprende; O currículo como espaço de cultura; As competências como referência; Prioridade para a competência da leitura e

escrita; Articulação das competências para aprender; Articulação com o mundo do trabalho.

4.3 Concepção de gestão democrática

Em seu Artigo 206, parágrafo VI, a Constituição brasileira de 1988 incorpora no capítulo sobre Educação a Gestão Democrática como princípio do ensino público na forma da lei. Princípio este ratificado na LDB 9.394/96 em seu Artigo 3º, parágrafo XIII. A gestão democrática do ensino foi reivindicação de entidades educacionais em defesa da democratização da educação pública, indo além da escola para todos. Com ela, a educação brasileira conquistou o direito de, efetivamente, refletir a necessidade e a importância da participação consciente dos diretores, pais, alunos, professores e funcionários com relação às decisões a serem tomadas no cotidiano escolar, na busca de um compromisso coletivo com resultados educacionais mais significativos. Esta educação cuja meta é valorizar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, agregada ao fato de fortalecer cada vez mais a democracia no processo pedagógico, encontra no projeto de Gestão Democrática da Escola, uma oportunidade real de transformar a escola em um espaço público onde diversas pessoas têm a possibilidade de articular suas ideias, estabelecer diálogo e considerar diferentes pontos de vista. Desta forma, entendemos que não basta uma escola para todos, essa escola tem que ser democrática de fato, com uma administração participativa.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico constitui-se numa demonstração clara do anseio que permeia a gestão do Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires na busca de promover uma prática pedagógica que valorize cada vez mais a escola como espaço democrático pautada no debate, na discussão, na competência, num currículo significativo, em métodos de ensino e de disciplina qualificados, nas relações entre alunos, professores, e todos que compõem a unidade de ensino.

Com base na lei municipal nº 010/2011 que dispõe sobre a regulamentação da gestão democrática do ensino público municipal de Barra da Estiva, estado da Bahia e dá outras providências. O processo de escolha do diretor do Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires se dá por votação de todos os segmentos, a constar: Pais e/ou responsáveis, estudantes maiores de 12 anos de idade e os profissionais da educação. O mandato do diretor é de 04 (quatro) anos podendo haver reeleição.

5. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA (ATO OPERACIONAL)

Planejamento pedagógico

O planejamento pedagógico organiza todo o trabalho da escola, aulas, calendário, formação continuada, reuniões e eventos, ou seja, a rotina escolar de modo geral. Planejar as ações escolares com antecedência permite um maior controle sobre o trabalho a ser realizado e contribui para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, evitando possíveis problemas que poderiam surgir ao longo do ano ou até mesmo preparando a equipe para enfrentá-los.

Alguns pontos relevantes a serem considerados com relação à contribuição que o planejamento pedagógico pode oferecer à sua escola incluem a avaliação do ano anterior, a participação da comunidade escolar, o desenvolvimento da instituição e o auxílio aos professores.

AVALIAÇÃO DO ANO ANTERIOR (marco operacional)

O planejamento pedagógico tem como base a revisão do trabalho realizado no ano anterior e a avaliação dos resultados obtidos, de modo a identificar o que foi assertivo e o que precisa melhorar. Desse modo, a cada ano é feito o planejamento para se adequar à realidade da instituição, para estabelecer estratégias para alcançar os objetivos e se desenvolver, aprimorando o processo de ensino e aprendizagem a cada ano.

ARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR (marco operacional)

Por incluir as realidades interna e externa da escola, o planejamento precisa do envolvimento da comunidade escolar para ser bem estruturado e atender às suas necessidades. A comunidade pode contribuir com ideias e informar o que precisa ser melhorado, as dificuldades que enfrentam, o que os alunos precisam, no que apresentam dificuldade, entre outros.

O Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires adota o sistema de reuniões periódicas com os pais e/ou representantes dos estudantes com o objetivo de colher ideias e informar os procedimentos realizados na escola, as dificuldades e os avanços conquistados pelos estudantes, bem como a construção do planejamento financeiro, execução do plano de ação e prestação de contas.

DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA (marco operacional)

O foco em atingir os objetivos permite à instituição evoluir, ao passo que a cada ano se propõe a melhorar os resultados, oferecer um trabalho mais assertivo e tornar o processo de ensino e aprendizagem mais eficaz. Com isso, contribui para o desenvolvimento dos alunos, que receberão uma formação integral e de maior qualidade, visando cumprir o objetivo de educar nossa sociedade e formar cidadãos responsáveis e aptos para o mercado de trabalho.

Nesse caso a equipe docente do Major Waldir analisa os dados em relação ao nível de aprendizagem dos estudantes, caso a caso, e a partir dos resultados, planeja as aulas com foco na recomposição da aprendizagem para àqueles que necessitam, como também desenvolve um trabalho que permite os estudantes com bom nível de aprendizagem, evoluírem.

AUXILIAR OS PROFESSORES (marco operacional)

O planejamento pedagógico direciona o trabalho dos professores, possibilitando o maior aproveitamento das aulas, pois a elaboração das atividades com

antecedência permite maior domínio sobre a proposta e as torna mais dinâmicas e eficientes. Desse modo, é possível desenvolver uma unidade escolar, em que o corpo docente esteja trabalhando em conjunto com o compromisso de alcançar os mesmos objetivos.

Sendo assim, a equipe docente do Major Waldir, com o apoio da Coordenação Pedagógica da referida escola, faz planejamento trimestral com base no Referencial Curricular do Município de Barra da Estiva, que foi construído por todos os profissionais da educação. A partir do plano trimestral os professores têm uma carga horária destinada para esse fim e fazem o plano semanal, obedecendo a realidade, a finalidade, a coerência e flexibilidade, obedecendo a uma ficha padrão distribuída aos docentes pela Secretaria Municipal de Educação.

A construção do planejamento semanal da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na maioria das vezes, é feito em conjunto com os professores. Já o plano do Ensino Fundamental Anos Finais cada professor faz o seu, exceto quando há algum projeto a ser executado.

A avaliação para a aprendizagem (marco conceitual)

A avaliação deve ter um caráter contínuo, que supõe trocas constantes de experiências entre avaliador e avaliado, o que implica maior interação com as próprias famílias dos educandos. É necessário que o processo de avaliação, aconteça constantemente para sabermos se os objetivos propostos estão sendo alcançados. Assim, a avaliação contribuirá não apenas para a verificação e compreensão do que o aluno aprendeu, como também, para o desenvolvimento pessoal do próprio educando (HAYDT, 1998).

Avaliar é refletir sobre determinada realidade, a partir de dados e informações, e emitir um julgamento que possibilite uma tomada de decisão. Avaliar é muito mais que medir, pois medir é apenas descrever uma realidade, ou seja, é obter dados e informações, enquanto avaliar é contribuir para o sucesso do educando,

para uma reflexão do educador e para o alcance dos objetivos do trabalho pedagógico.

Sabe-se que o processo de construção do conhecimento é dinâmico e não linear; assim, avaliar a aprendizagem implica em avaliar também o ensino oferecido. É importante que toda a avaliação esteja relacionada aos objetivos propostos e, para atingi-los, é indispensável que os alunos aprendam mais e melhor. Assim, os resultados de uma avaliação devem servir para reorientar a prática educacional e nunca para estigmatizar os alunos.

Para pensar a avaliação, cuja importância é decisiva no processo de ensino-aprendizagem, lançamos mão das reflexões de César Coll e dos PCN. Para César Coll, a avaliação pode ser definida como uma série de atuações que devem cumprir duas funções básicas:

- **Diagnosticar** _ identificar o tipo de ajuda pedagógica que será oferecida aos alunos e ajustá-la progressivamente às características e às necessidades deles.
- **Controlar** _ verificar se os objetivos foram ou não alcançados (ou até que ponto o foram). Para diagnosticar e controlar o processo educativo, César Coll recomenda o uso de três tipos de avaliações:

A **avaliação inicial** busca verificar os conhecimentos prévios dos alunos e possibilita a eles a tomada de consciência de suas limitações (imprecisões e contradições dos seus esquemas de conhecimento) e da necessidade de superá-las.

A **avaliação formativa** visa avaliar o processo de aprendizagem. Essa avaliação formativa pode ser feita por meio da observação sistemática do aluno com a ajuda de planilhas de acompanhamento (ficha ou instrumento equivalente, em que se registram informações úteis ao acompanhamento do processo). Cada professor(a) deve adequar a planilha de acompanhamento às suas necessidades.

A **avaliação somatória** procura medir os resultados da aprendizagem dos alunos confrontando-os com os objetivos que estão na origem da intervenção pedagógica, a fim de verificar se estes foram ou não alcançados, ou até que ponto o foram.

Note-se que os três tipos de avaliação estão interligados e são complementares. Por meio delas, o(a) professor(a) colhe elementos para planejar; o aluno toma consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades; a escola identifica os aspectos das ações educacionais que necessitam de maior apoio. A avaliação, portanto, deve visar o processo educativo como um todo, e não o êxito ou o fracasso dos alunos.

No Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires os professores seguirão ficha específica de acompanhamento da aprendizagem que traz. Observação sistemática: visa trabalhar as atitudes dos alunos. Análise das produções dos alunos: busca estimular a competência do aluno na produção, leitura e interpretação de textos e imagens. Atividades específicas: visam estimular, sobretudo, a objetividade do aluno ao responder a um questionário ou expor um tema. Autoavaliação: visa ajudar o aluno a ganhar autonomia e a desenvolver a autocrítica. E serão realizadas reuniões de conselho de classe ao final de cada trimestre.

Os temas integradores (concepção, objetivos e aspectos metodológicos) (marco conceitual)

Os temas integradores dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem com outros sujeitos, posicionando-se ética e criticamente sobre e no mundo nessas interações.

Contemplam, portanto, para além da dimensão cognitiva, as dimensões política, ética e estética da formação dos estudantes. Os temas integradores perpassam objetivos de aprendizagem de diversos componentes curriculares, nas diferentes etapas da educação básica, são eles:

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Aprovada em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, como observa Zenaide (2007), tornou-se um marco ético-jurídico-político de construção de uma cultura universal de respeito aos direitos humanos. Ela consiste no principal documento internacional norteador e disciplinador dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana. Torna-se necessário, portanto, o conhecimento e a incorporação nas práticas educativas que a consagram como um dos mecanismos de garantia dos direitos humanos.

Tratar dos Direitos Humanos nos currículos escolares perpassa pelas dimensões da promoção e valorização e pela prevenção e enfrentamento às violações dos Direitos Humanos. Assim, cabe à comunidade escolar expressar as estratégias e ações pedagógicas diversificadas adequadas à sua realidade e promover os Direitos Humanos por meio dos seus Projetos Político-Pedagógicos.

As ações e estratégias pedagógicas devem envolver todos os Componentes Curriculares, em todas as Áreas do Conhecimento e Campos de Experiência, integrando toda a comunidade escolar.

Neste sentido, o ambiente educacional, a partir da elaboração coletiva de um Projeto Político-Pedagógico, pautado no compromisso de garantir os direitos à educação e à aprendizagem de todos os estudantes, promove reflexões e mudanças de atitude dos sujeitos, inclusive perante as práticas discriminatórias e violentas nos espaços sociais.

Sendo assim, no Major Waldir todos os estudantes têm o direito à educação, à proteção contra a violência e a discriminação, o direito à participação e o direito à equidade de oportunidades.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

A escola, entre outros espaços sociais, é um território onde a diversidade humana é temática latente, candente, entremeada por contornos áridos e práticas sociais contraditórias e muitas vezes tensionadas. Ela tende a reafirmar predileções histórico-culturais, veladas ou declaradas, de valores, atitudes e conhecimentos, ditos socialmente aceitáveis ou “politicamente corretos”.

A problematização e o confronto das situações e práticas discriminatórias devem estar previstos nos PPPs, currículos e ações pedagógicas, intencionais e planejados pelo coletivo da escola, de forma a promover a igualdade de direitos e o cumprimento dos deveres de toda a comunidade. Com isso, o que se pretende é o fortalecimento da autoestima e das identidades dos sujeitos, promovendo o sentimento de pertencimento e a fruição das liberdades individuais e coletivas, contribuindo para a melhoria da frequência e do rendimento dos estudantes e da redução do abandono e da evasão escolar. Caso esses elementos não estejam previstos na ação educativa, podem contribuir para o aumento da indisciplina, baixo rendimento escolar, abandono e evasão, potencializando fenômenos/violências da contemporaneidade, tais como: bullying, cyberbullying, depressão, automutilação e tentativas de suicídio ou suicídio.

No Major Waldir usaremos filmes e livros infantis. Uma boa forma de promover a diversidade escolar é por meio da ludicidade na educação. Por isso, faremos sessões de cinema na escola e rodas de leitura com livros e filmes que contenham mensagens de respeito e tolerância à diversidade, bem como palestras para todos os segmentos.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

A Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade perpassa pela compreensão de que Gênero e Sexualidade se referem a duas importantes dimensões humanas que estão intimamente relacionadas. Nesse sentido, todos os seres humanos se identificam na construção sociocultural do gênero e da sexualidade genótipo em determinado momento, uma vez que as “identidades são sempre construídas, elas não são dadas e acabadas”.

No que se refere aos estudos de gênero, faz-se necessário compreender alguns conceitos básicos sobre: sexo, gênero, identidade de gênero, papéis/estereótipos de gênero e identidade sexual ou orientação sexual.

Sexo: refere-se aos aspectos biológicos, anatômicos, as características fenotípicas/características externas: genitálias, órgão reprodutores internos, mamas, barba, entre outros e genotípicas/características genéticas: genes masculino e feminino, assim, o sexo pode ser masculino ou feminino.

Gênero: embora contemple as mesmas categorias, masculino e feminino, é designado como “as várias possibilidades construídas dentro de uma cultura específica de nos reconhecermos como homens ou mulheres” (ALVES et al.,2014, p. 21). Ainda pode-se dizer que “é o conjunto das relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que é ser homem ou mulher na vida social” (BRASIL, 2011, p. 17). Dessa forma, a identificação sociocultural de pertencer a um determinado gênero é aprendida, incorporada, intencionalmente ou não, “com os amigos (as), a família, nas instituições culturais, educacionais e religiosas e ainda nos locais de trabalho” (BRASIL, 2014, p. 16).

Os currículos escolares da Educação Básica, respeitando os devidos ciclos de vida e com as devidas adequações de linguagens, metodologias e materiais didáticos, devem auxiliar a comunidade escolar na construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes para o fortalecimento da autoestima, promoção da alteridade, autonomia, do autocuidado, autoconhecimento, da afetividade pessoal e entre pares, independente das expressões das identidades sexuais ou de gênero; da compreensão do funcionamento do próprio corpo, respeitando seus limites e do outro, da

autoproteção e proteção dos pares contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e/ou gravidez não planejada; do compartilhamento de responsabilidades, frente a uma gravidez não planejada; da compreensão sobre a alienação parental; dor e conhecimento e combate à exploração sexual e às diversas formas de violências contra as meninas e mulheres, sobretudo as negras e os grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Queers (LGBTQT+), incluindo feminicídio e homicídio da população LGBTQT+.

Assim, no Major Waldir será feito trabalhos voltados para a análises de textos, músicas e vídeos; contação de histórias; teatro; tecnologia; oficinas e grupos de estudo; biografias e discussões.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

As temáticas concernentes à Educação para as Relações Étnico-raciais demandam uma abordagem enfática no Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, tendo em vista a necessidade urgente do enfrentamento ao racismo estrutural que caracteriza a sociedade brasileira e baiana.

A pluralidade sociocultural na Bahia é bastante expressiva e muito simbólica para o contexto nacional, uma vez que foi nesse estado que a história do Brasil começou. Essa diversidade, oriunda dos povos precursores dessa nação, indígenas, portugueses e africanos, recebeu ao longo da história novos sotaques e contornos culturais dos imigrantes e descendentes de europeus, africanos, asiáticos, latino-americanos, ciganos, entre outros. Diante desse fato, seria coerente e legítimo que a coexistência desses povos, bem como as suas tradições culturais, dos seus ancestrais e descendentes, convivesse harmônica e pacificamente em respeito e igualdade de oportunidades. Ou seja, vivendo efetivamente a famigerada “democracia racial”.

Na busca pelo combate às violações de direitos e o (re)conhecimento das reais contribuições desses povos, na constituição social do país, diversos normativos legais vigentes, no Brasil e na Bahia, foram sancionados, a exemplo da

LDBEN/96, o Estatuto da Igualdade Racial/2010, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa no Estado da Bahia/2014, o PNE/2014 e o PEE/2016. Esses normativos abordaram o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos e a redução das desigualdades étnico-raciais em seus textos.

Contudo, a partir das lutas dos movimentos sociais, as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 foram sancionadas como formas mais contundentes para o rompimento das fronteiras do preconceito étnico e racial partindo da escola. Essas leis versam sobre a inclusão nos currículos, das Redes de Ensino da Educação Básica, a obrigatoriedade dos estudos da “História e Cultura Afro-Brasileira” e os estudos da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, respectivamente.

Com isso, no Major Waldir trabalharemos de forma lúdica com literaturas infantis tendo negros como protagonistas; estudo sobre os autores das obras; biografia de negros que marcaram na luta pelo reconhecimento de direitos; reconhecer a origem, bem como sua formação; artefatos, bonecas e brincadeiras de outras etnias e projetos interessantes.

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

A Educação para o Trânsito é um caminho seguro para a preservação da vida. O comprometimento e a conscientização com a segurança no trânsito promovem a convivência harmoniosa na divisão do espaço das vias terrestres públicas e privadas e evitam as transgressões infracionais às leis de trânsito.

Pode-se dizer que o objetivo geral da Educação para o Trânsito é despertar uma nova consciência viária que priorize a prevenção de acidentes e a preservação da vida. Envolve, genericamente, três aspectos: conhecimento, prática e conscientização, sendo necessário que seja dirigida a todas as pessoas, principalmente às crianças e jovens.

A organização e a implantação da Educação para o Trânsito no ensino, inclusive na pré-escola, com vistas a formar uma mentalidade e hábitos de respeito ao trânsito e às leis que o regulamentam, são ações que requerem urgência. O objetivo da lei vigente não se resume em apresentar meras informações ou

instruções complementares. É vital a inserção da construção do conhecimento no currículo escolar.

Dessa forma, no Major Waldir iremos mostrar dados, reportagens, vídeos, imagens, estudos e dramatizações sobre ciclofaixas, ciclovias, rodovias, faixas de pedestres, semáforo, acessibilidade e acidentes de trânsito envolvendo pedestres, animais, bicicletas, motocicletas e carros. O intuito é de que as crianças compreendam que, quando pedestres, somos mais vulneráveis a fatores como velocidade e peso de veículos quando ocorrem acidentes. Trabalharemos com projetos.

SAÚDE NA ESCOLA

Enquanto direito, é inerente a todos sem distinção de raça, etnia, gênero, religião ou condição socioeconômica, sendo dever do Estado garanti-la, mediante “políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Por sua vez, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (OMS, 1946).

As práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da educação devem adotar metodologias que tenham como base a formação humanística, promovendo situações de aprendizagens contextualizadas que considerem as experiências dos estudantes, como também a elaboração dos seus projetos de vida, os temas da contemporaneidade, os objetos de conhecimento, o desenvolvimento de competências promotoras de saúde, como o autoconhecimento, o autocontrole, a autoestima, a autorresponsabilização, a autonomia, a consciência social, entre outros, voltados à formação integral e ao enfrentamento de vulnerabilidades sociais que comprometam o pleno desenvolvimento dos estudantes.

É fundamental que as práticas pedagógicas possibilitem à comunidade escolar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, conhecimentos, atitudes e valores que promovam a tomada de decisões baseadas na ética, no bem-estar físico, social e mental, conferindo-lhe assim um papel interventivo, além de estimular ações de promoção à saúde e prevenção dos agravos, direcionadas ao enfrentamento das vulnerabilidades dos estudantes frente às questões de saúde, tais como: prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST); prevenção e controle da Dengue/Chikungunya/Zika vírus e outras arboviroses; prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas; promoção da cultura de paz e da valorização da vida; prevenção das violências e a promoção de hábitos e atitudes saudáveis; saúde sexual e saúde reprodutiva; prevenção de doenças imunopreveníveis, entre outras, contribuindo, assim, para a formação integral dos estudantes.

Deste modo, no Major Waldir estabeleceremos parceria com o PSF – Programa Saúde da Família para palestras e distribuição de materiais de higiene; abordaremos sobre a boa alimentação e nutrição; promoção de ações de saúde mental, em parceria com o NUPI – Núcleo de Psicologia Integrada, do município; promoção da conscientização sobre as ISTs, gravidez e outros; trazer a saúde ocular, auditiva e outros para dentro da escola; incentivo a saúde bucal desde a educação infantil por meio de projetos; aplicação de sequências-didáticas sobre higiene corporal.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Diante do atual cenário global, em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social, cabe às unidades escolares incluir os princípios da educação ambiental de forma integrada aos objetos de conhecimentos obrigatórios, como forma de intervenção ampla e fundamentada para o exercício pleno da cidadania, conforme destacado nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental,

estabelecidas pela Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Diversos mecanismos são utilizados para a implementação da Educação Ambiental nas escolas. Para Vasconcellos (1997), a presença em todas as práticas educativas da reflexão sobre as relações dos seres entre si, do ser humano com ele mesmo e do ser humano com seus semelhantes é condição imprescindível para que a Educação Ambiental ocorra.

Destacamos a importância das unidades escolares, por meio dos seus currículos, implementarem a Educação Ambiental de forma crítica – questionando as condicionantes sociais que geram problemas e conflitos socioambientais; emancipatória – visando a autonomia dos sujeitos frente às relações de expropriação, opressão e dominação; e transformadora – buscando a mudança do padrão societário, no qual se define a degradação da natureza e, em seu interior, da condição humana (BAHIA, 2015).

Isto posto, no Major Waldir na Educação Ambiental, o estudo da água ocupa um lugar central. Além de ser a base de todas as formas de vida e estar presente no cotidiano das crianças, é algo que elas identificam mais facilmente como uma questão ambiental concreta e, assim, podem tomar ações individuais para contribuir para a sua preservação. Trabalharemos com palestras; mobilizações sobre o consumo consciente e redução do uso de materiais plásticos; efetivação de trabalhos com as temáticas: queimadas, preservação e recomposição das matas ciliares.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PARA O CONSUMO

Em uma sociedade em que é mais importante o TER do que o SER, abrem-se as portas para a discussão sobre o consumo consciente e sobre o que, como e por que consumimos. Neste contexto, o Tema Integrador Educação Financeira e para o Consumo visa a construção e o desenvolvimento de comportamentos financeiros consistentes, autônomos e saudáveis, para que os estudantes

possam, como protagonistas de suas histórias, planejar e executar os seus projetos de vida.

As unidades escolares devem promover a inserção de conteúdos que estimulem a capacidade de escolha consciente e responsável nas discussões em sala de aula, apontando para a formação de indivíduos que possam gerir/mediar os recursos, transcendendo a questão restrita ao dinheiro, ou seja, não versado na aquisição de bens associados, tão somente, ao lucro imediato, mas para a constituição de cidadãos que reconheçam o caráter finito dos recursos e, portanto, capazes de agregar bens sem desconsiderar o desperdício e o descarte irresponsável destes no ambiente e, principalmente, o consumismo desenfreado.

Desta maneira, No Major Waldir serão feitas atividades por planos de aula e projetos de mobilização quanto ao consumismo; comportamentos financeiros e fontes de renda com criação de aves, pecuária, suínos, caprinos, etc.

CULTURA DIGITAL

Hoje, graças à complexa tecnologia dos meios de comunicação, o que acontece a milhares de quilômetros faz parte da nossa experiência cotidiana. Ambientada pelas tecnologias da comunicação, a sociedade atual vive em vários lugares simultaneamente, uma espécie de amálgama entre presença física e presença a distância.

A revolução digital possibilitou a existência de uma espacialidade virtual, o ciberespaço e a interconexão progressiva das pessoas e organizações ao redor do globo, alterando, radicalmente, também, os processos produtivos – por isso, a revolução digital também é conhecida como terceira revolução industrial. Atualmente, são 4,1 bilhões de pessoas conectadas em todo o mundo (INTERNET WORLD STATS, 2018) e 120,7 milhões no Brasil (CGI.BR/NIC.BR; CE-TIC.BR, 2018). O crescimento exponencial da conectividade no mundo, a estruturação de políticas multidimensionais e transnacionais, a economia que ultrapassa as fronteiras dos países e imbrica todos eles – essa configuração

atual do mundo interdependente chamada pelo sociólogo catalão, Manuel Castells, de Sociedade em Rede (CASTELLS, 2007).

A Cultura Digital articula-se com qualquer outro campo além das tecnologias, como Arte, Educação, Filosofia, Sociologia, Ciências Naturais etc. Justamente pela ubiquidade crescente das tecnologias digitais (SANTAELLA, 2013), instigam instituições e espaços formativos a conceber novos jeitos de aprender, tanto dentro quanto fora do espaço escolar.

Esses novos jeitos de aprender, nos dias de hoje, escapam ao modelo hierárquico, sequencial, linear e fechado em apenas um turno escolar. Compreendem a ideia de rede no ato de conhecer, alterando formas e jeitos de aprendizagem e interpelando-nos a pensar novas formas de escolarização e de fazer cultura. (BRASIL, 2009, p. 11).

Nessa perspectiva, no Major Waldir iremos trabalhar com o conceito básico de produção multimídia: utilizar recursos tecnológicos para pesquisar, desenvolver, publicar e apresentar produtos (como páginas de web, criação de slides, blogs, sites, e-mail por exemplo).

EDUCAÇÃO FISCAL

O Tema Integrador Educação Fiscal exerce um papel importante no DCRB por ter como objetivo o desenvolvimento de valores e atitudes, competências e habilidades necessárias ao exercício de direitos e deveres na relação recíproca entre o cidadão e o Estado, principalmente por dar ênfase ao sujeito de direito na condução da vida social e nas relações humanas. Sobretudo nas unidades escolares, uma vez que aborda os direitos assim como os deveres que todos têm com o país, com o estado, com a comunidade e os semelhantes.

A Educação Fiscal é definida como processo educativo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado, estabelecendo como norteadores de suas práticas os seguintes princípios: Ético – da autonomia, da responsabilidade, da

solidariedade e do respeito ao bem comum; Estético—da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais; Político – dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Princípios estes que se apresentam como promotores da articulação entre os campos do conhecimento e os aspectos da cidadania.

A escola, como instituição educativa central, e os profissionais da educação, como mediadores, têm um papel primordial para a formação de sujeitos fiscalmente educados, tendo a prática social como início e fim do processo educativo – e, estes, conseqüentemente, poderão influenciar nas decisões da sociedade em que vivem, com intuito de garantir direitos e deveres em benefício da coletividade.

Logo, no Major Waldir promoveremos discussões sobre cidadania e o que é ser cidadão; pesquisas junto aos alunos sobre conceitos de tributos e interpretações de textos; debate sobre o orçamento familiar, pesquisando o que é prioridade, organizando em ordem de importância e discutindo como são controlados; produção com os alunos de roteiros para conscientizar a importância da preservação do patrimônio público; pesquisa junto ao supermercado: impostos sobre os produtos da região, quais são isentos, cesta básica; observação de aspectos que diferenciem IPTU, recibo de IPVA, TIP, ITR, DAP, conta de consumo de água, notas fiscais de telefonia e energia elétrica, cupom fiscal e construção de conceitos; os órgãos e suas funções de controle e organização do espaço público como: PROCON, Ministério público, Receita federal, Receita Estadual etc.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: (LEI Nº 11.947/2009)

Esse tema integrador, proposto pelo currículo municipal deve ser vivenciado por toda comunidade escolar de forma contínua e permanente, visando desenvolver práticas educativas, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, que respeitem a cultura, as tradições, os hábitos alimentares saudáveis e as singularidades dos estudantes. Perpassa pela valorização da alimentação escolar, o equilíbrio entre qualidade e quantidade de alimentos consumidos,

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

além do estudo sobre macro e micronutrientes necessários para a formação do indivíduo.

Dessa forma, o currículo traz a educação alimentar e nutricional, inserindo conceitos de alimentação e nutrição nas diferentes etapas de ensino, considerando o acesso à alimentação saudável como algo fundamental para o crescimento e desenvolvimento dos indivíduos. Nessa dimensão, é necessário que o currículo desenvolva a percepção de que uma alimentação adequada e saudável é um direito humano, e que seja adquirida e consumida garantindo a segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, o trabalho com esse tema integrador deverá estimular a reflexão sobre escolhas alimentares saudáveis significa lidar com o sociocultural, o biológico e o ambiental. Tal premissa nos leva cada vez mais a refletir sobre o ato de comer como algo muito mais amplo que ingerir nutrientes. A alimentação é sim um ato biológico; mas, ao mesmo tempo, é também cultural e até mesmo ecológico (etapas do sistema alimentar) e político (permeado por interesses privados e campo de disputa). É preciso ter em mente a complexidade que paira sobre estas expressões que abarcam uma multiplicidade de dimensões, sobre as quais precisamos nos debruçar para compreender melhor os fenômenos do comer, do alimentar e do nutrir.

Então, no Major Waldir serão feitos debates; atividades práticas; palestras; oficinas culinárias; jogos; hortas; concurso de receitas; dentre muitos outros. Todos estes métodos possuem seu papel no aprendizado de temas relacionados à alimentação saudável.

Os objetivos de aprendizagem são apresentados a partir das quatro áreas do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares. Esses últimos podem ser acessados a partir das etapas da educação básica nas quais eles são abordados – Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, e Ensino Médio. No caso da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem são apresentados a partir das quatro áreas do conhecimento, tendo como referência campos de

experiências potencializadores das relações das crianças com múltiplas linguagens e conhecimentos. A integração entre educação infantil e ensino fundamental é estabelecida pelo modo como as experiências propostas na educação infantil se desdobram e se articulam àquelas propostas por cada componente curricular nos anos iniciais do ensino fundamental.

No Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires os temas integradores serão distribuídos nas disciplinas com planejamentos específicos e seguindo a modalidade organizativa de projetos e sequências didáticas, durante um certo período do ano letivo.

As atividades complementares (marco operacional)

A Atividade Complementar (AC) se constitui como um espaço/tempo inerente ao trabalho pedagógico do professor destinado ao planejamento e organização de suas atividades a ser realizada de forma individual ou coletiva. Além de ser estabelecida como um direito que faz parte do trabalho do professor, a AC também pressupõe a responsabilidade e compromisso de cada educador com o aprimoramento /qualificação das atividades desenvolvidas na escola, tanto no que se refere ao planejamento específico do seu trabalho com a sua disciplina/componente curricular, como também na articulação coletiva com seus pares no esforço para realização de um trabalho colaborativo, em prol do fortalecimento das aprendizagens dos estudantes, com trocas de ideias e experiências exitosas.

A AC, no Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires, é acompanhada e orientada pela Coordenação Pedagógica e tem por objetivo desenvolver o planejamento, avaliação, formação continuada do professor e o acompanhamento pedagógico da escola com foco na (re) elaboração, atualização e implementação do Projeto Político Pedagógico, dos Planos de Curso e Planos de Aula, constituindo-se em um momento para o diálogo, as vivências, a reflexão e a socialização das práticas pedagógicas e curriculares.

Os perfis esperados do professor e do aluno (marco situacional)

O novo perfil esperado para o aluno do século 21 deverá refletir os aprendizados adquiridos diante dos desafios superados. Independente de onde ele estiver no contexto de mudança, vai fazer parte da vida e precisará ter domínio profundo conceitual para aplicar e problematizar.

O ato de ensinar por si só é um desafio e tanto. E lidar com uma grande diversidade de alunos acaba exigindo muitas competências do professor, que tem papel fundamental na preparação deles.

Em qualquer época essa é uma atividade desafiadora, mas podemos dizer que as mudanças ocorridas ao longo do tempo aumentaram as exigências para esse tipo de profissional. Afinal, é enorme a responsabilidade de formar pessoas no mundo de hoje.

Boa comunicação

A base do ato de lecionar é comunicar-se com o outro. A troca entre pelo menos duas pessoas (no caso, o professor e o aluno) é fundamental para a aprendizagem, a não ser que se trate de um autodidata. Sendo assim, o ideal é que esse intercâmbio aconteça da melhor forma possível para que ambos consigam dividir experiências, dúvidas e soluções. Para isso, é importante que as informações sejam bem transmitidas — ou seja, que o professor tenha a habilidade de expressar claramente sua mensagem, instruindo e motivando o aluno.

Criatividade

Não há nada mais desgastante do que participar de aulas que seguem o mesmo ritual sempre. Essa previsibilidade e a falta de inovação acabam gerando desinteresse do aluno, que sente falta de algo novo que prenda sua atenção.

É claro que inventar uma coisa diferente a cada dia também não é uma tarefa fácil ou obrigatória. Contudo, trabalhar a criatividade para despertar a disposição dos estudantes é uma tática que apresenta bons resultados.

Pensamento crítico

As redes sociais e a internet de forma geral nos colocam hoje diante de uma imensidão de dados e opiniões. Notícias verídicas e outras que nem sempre contêm verdades, mas que correm o risco de se tornar realidade quando expostos em massa (muitas vezes, a intenção é realmente essa).

Diante disso, é essencial que os alunos sejam incentivados a refletir sobre tudo o que ouvem, leem e consomem. Essa postura evita a reprodução automática e inconsciente e conduz os jovens à pesquisa e reflexão — o que fortalece sua capacidade de analisar informações e estruturar a própria opinião a partir delas.

Capacidade de lidar com as tecnologias

Em pleno século 21, não dá mais para continuar com métodos tradicionais e ultrapassados. Os anos prosseguem e é imprescindível acompanhar a evolução das coisas. Nesse sentido, é inevitável falar de um aspecto específico: o avanço da tecnologia.

Dessa forma os professores precisam preparar suas aulas com base e utilizar, quando possível, as ferramentas digitais, computadores, projetores etc. Hoje, as salas de aulas modernas praticamente não se parecem com os modelos do passado.

É extremamente importante que um profissional conheça e consiga lidar com as tecnologias atuais, sobretudo para oferecer um ensino diferenciado e cheio de facilidades para seus alunos.

Empatia

Uma das habilidades do século 21 é a empatia, tanto no mundo corporativo, acadêmico quanto em qualquer outro. Quando o convívio e a colaboração devem estar presentes, é de grande valor a capacidade de se colocar no lugar do outro.

Isso facilita a aproximação e as interações em sala de aula, já que o aluno é respeitado e sua condição é considerada. Para o professor, o desafio está em perceber as diferenças existentes em sala de aula, de forma a adequar sua abordagem sempre que sentir necessidade. Conseqüentemente, as distâncias e as dificuldades são minimizadas.

Liderança

Diante das novas ferramentas e da ascensão de metodologias ativas de aprendizagem, os alunos tornam-se cada vez mais protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, fazendo do professor um líder nesse cenário.

O professor deve ser capaz de direcionar uma turma com diferentes perfis, adotando metodologias ativas de ensino e propondo inovações que desafiem e façam sentido para todos, como um verdadeiro líder de equipe. Ou seja, bons professores precisam desenvolver competências técnicas que, somadas às suas competências comportamentais, os tornem semelhantes aos líderes empresariais.

Nesse sentido, um bom professor, assim como um grande líder, não é aquele que apenas ensina, mas o que inspira, instrui e motiva seus alunos. Hoje, especialmente em função das redes sociais, não há mais o distanciamento de antes entre estudantes e mestres, assim, uma curtida em um post pode ser tão motivadora quanto uma estrelinha na prova.

Curadoria de conteúdo

Se antes o professor era o detentor do conhecimento, principal responsável por transmiti-lo ao aluno, hoje ele precisa se colocar mais como um curador de conteúdo. Isso porque a informação está aí, disponível e acessível aos alunos por meio da internet, vinda das mais variadas fontes e nos mais diversos formatos possíveis.

Dessa forma, cabe ao professor de hoje identificar os conteúdos de boa qualidade e direcionar o aluno em sua própria busca pelo conhecimento. Mais

uma vez, vale ressaltar que a proximidade com o professor faz dele, acima de tudo, um exemplo, um formador de opinião sobre assuntos que vão muito além dos acadêmicos.

Capacidade de Inovação

Um dos maiores desafios do educador na educação 4.0 é o fato de ele próprio ainda estar assimilando a transformação digital enquanto leciona para uma geração de nativos digitais.

Crianças e jovens nascidos em plena era digital, criados em uma sociedade conectada e abarrotada de informações. O ritmo deles é outro, é natural que o professor precise inovar em sala de aula para captar a atenção desses alunos tão estimulados fora dela.

Colaboração

Outra característica marcante da era digital é a colaboração. O conhecimento, por exemplo, aumenta quando é dividido, vide os espaços de compartilhamento virtuais, como a wiki, redes sociais, fóruns etc.

Dessa maneira, o professor deve ter essa habilidade bem desenvolvida para poder trabalhá-la com a turma, uma vez que a colaboração só ocorre quando todos os atores do processo de ensino-aprendizagem estão envolvidos — docente, estudante e demais funcionários da escola.

Atualização constante

Adquirir conhecimento nunca é demais, pois há sempre algo novo a se aprender. Na posição de professor, esse fato ganha ainda mais relevância e deve ser considerado como uma prioridade.

Independentemente da área, existe uma necessidade de atualização constante para quem deseja oferecer sempre o melhor. Participar da formação de outra pessoa engloba essa responsabilidade.

Por isso, todo meio de absorver bons conteúdos deve ser aproveitado: livros, cursos, palestras, seminários, congressos, entre outros. Um profissional que está sempre em busca de conquistar novas competências certamente tem mais chances de contribuir com o outro.

Além do mais, é um grande erro pensar que não há mais o que aprender. Os jovens de hoje já nascem curiosos e questionadores, o que exige de os educadores estarem sempre atentos e atualizados.

6. ETAPAS DO ENSINO (MARCO CONCEITUAL)

6.1 Educação Infantil

Pré-escola

O organizador curricular e a contextualização da parte diversificada através dos temas integradores acrescidos dos aspectos regionais e locais

Para orientar as unidades de Educação Infantil a planejar seu cotidiano, as Diretrizes apontam um conjunto de princípios defendidos pelos diversos segmentos ouvidos no processo de sua elaboração e que devem orientar o trabalho nas instituições de Educação Infantil. Dada sua importância na consolidação de práticas pedagógicas que atendam aos objetivos gerais da área, eles serão aqui apresentados em detalhes:

Princípios éticos – valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Princípios políticos – garantia dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Princípios estéticos – valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

Para apontar formas de operacionalização destes princípios, o texto do Parecer das Diretrizes remete à adoção de uma série de medidas voltadas a garantir certos objetivos e certa metodologia no trabalho didático. Vejamos:

Princípios éticos - cabe às instituições de Educação Infantil, de acordo com os princípios éticos: - assegurar às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades ao participar das práticas educativas; - valorizar suas produções, individuais e coletivas; - apoiar a conquista pelas crianças de autonomia na escolha de brincadeiras e de atividades e para a realização de cuidados pessoais diários; - proporcionar às crianças oportunidades para:

- ampliar as possibilidades de aprendizado e de compreensão de mundo e de si próprias trazidas por diferentes tradições culturais;
- construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças, combatendo preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem como pessoas;
- aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais;
- adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente;
- respeitar todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.

Princípios políticos - para a concretização dos princípios políticos apontados para a área, a instituição de Educação Infantil deve trilhar o caminho de educar para a cidadania, analisando suas práticas educativas de modo a:

- promover a formação participativa e crítica das crianças;
- criar contextos que permitam às crianças a expressão de sentimentos, ideias, questionamentos, comprometidos com a busca do bem estar coletivo e individual, com a preocupação com o outro e com a coletividade;

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

- criar condições para que a criança aprenda a opinar e a considerar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma reação afetiva, uma ideia, um conflito.
- garantir uma experiência bem sucedida de aprendizagem a todas as crianças, sem discriminação, e lhes proporcionar oportunidades para o alcance de conhecimentos básicos que são considerados aquisições valiosas para elas.

Princípios estéticos - o trabalho pedagógico na unidade de Educação Infantil, em relação aos princípios estéticos deve voltar-se para:

- valorizar o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências;
- organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade;
- ampliar as possibilidades da criança de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades;
- possibilitar às crianças apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu projeto político pedagógico.

Os princípios expostos devem sustentar as práticas de Educação infantil e privilegiar aprendizagens como ser solidário com todos os colegas, respeitá-los, não discriminá-los e saber por que isso é importante, aprender a fazer comentários positivos e produtivos ao trabalho dos colegas, a apreciar suas próprias produções e a expor a adultos e crianças o modo como às fez.

Nessa direção as práticas cotidianas na Educação Infantil devem:

- ✓ considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças,
- ✓ apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e
- ✓ efetivar-se por meio de modalidades de experiências que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico.
- ✓

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Os processos educacionais devem ser organizados conforme o crescimento das crianças, propondo conhecimentos e desafios que se enquadrem à sua faixa etária. E é exatamente isso que os seis direitos da aprendizagem na educação infantil trazem para as instituições de ensino.

- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.
- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas (BRASIL, 2017, p.36).
- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes,

desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL, 2017, p. 36).

- **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2017, p. 36).

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil são os pilares para uma formação saudável, que coloca o aluno como protagonista do seu processo de aprendizagem. A aplicação dessas iniciativas colabora para processos educacionais que promovem o desenvolvimento intelectual, cognitivo, motor e emocional, de uma maneira humanizada e acolhedora, visando a participação de todos os discentes, independentemente de quais sejam as suas condições.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Os Campos de Experiências tiveram origem nas DCNEI (2010), como experiências que devem ser oferecidas de modo planejado, intencional e fundamentado pelo professor para a jornada de aprendizagem da criança.
- Os Campos de Experiências se opõem a qualquer lógica que se aproxime dos componentes curriculares, da compartimentação ou campos de conhecimentos. Ao contrário, os Campos de Experiências buscam a relação e correspondência aos direitos de aprendizagens e a concepções de crianças. Cabe destacar que os Campos de Experiências devem estar

incorporados em todos momentos e experiências de aprendizagem propostos durante o período em que a criança está na escola, ou seja, não devem estar reduzidos a situações específicas. Nesta lógica, sob o viés dos Campos de Experiência, o planejamento, a criação de estratégias e a organização do espaço educativo devem estar articulados de maneira a instigar e provocar a criança a explorar tais contextos e propostas.

- Deste modo, é a criança que vive a experiência, que tem e experimenta múltiplas linguagens, que traz as práticas sociais que viveu, que interage com os objetos de conhecimento, que segue subjetivando, significando e tendo acesso ao conhecimento social e historicamente produzido. Por fim, experiências como brincar, conviver, conhecer, expressar, explorar e participar, constituem-se como aprendizagem.
- Os Campos de Experiências a serem trabalhados na Educação Infantil são:
- **O EU, O OUTRO, O NÓS** - Na infância, a construção dos processos identitários, realizada por meio de inúmeras formas de observação e de indagações que envolvem as pessoas, eventos, tradições familiares, culturas onde as crianças estão inseridas desde os seus primeiros dias de vida, efetivas comparações, assim como processos de inclusão e exclusão. As Crianças constroem seus processos identitários convivendo e dialogando consigo e com os outros. Experimentam estados de humor e, com isso, aprendem a expressá-los, em busca de apoio, cuidado, proteção e interação qualificada. É aqui que muitos dos seus direitos deverão ser exercidos, tendo como guardiões o Estado e a família, entre outras instituições educacionais, meios pelos quais também aprendem sobre seus deveres. Da perspectiva da infância, esta é a condição de uma passagem evolutiva, importante, na superação gradual do seu egocentrismo, entrando em cena, com importantes aprendizagens

sociais. É aí que a escola tem um papel social fulcral no processo de ampliação dos processos de socialização e, portanto, de ampliação, também, do processo identitário da criança. É aí, também, que acontece uma diferenciação significativa da qualificação da convivência, a partir de valores vinculados à solidariedade, à reciprocidade e ao respeito dos direitos e deveres de si próprio e dos outros. O outro começa a surgir como fonte de possibilidades e limites, assim como valores democráticos importantes a serem exercidos pela cidadania.

- **CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS** - As crianças jogam com o próprio corpo, comunicam-se e exprimem-se com a mímica. As experiências motoras permitem integrar as diferentes linguagens. Jogos que impliquem a psicomotricidade fina e ampla constroem aprendizagens importantes, assim como satisfação e saúde. Nesses termos, é de suma importância que uma arquitetura de prédios para Educação Infantil tenha consciência da importância do planejamento dos espaços para que a especificidade pedagógica da Educação Infantil tenha lugar.
- **TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS** - As crianças se encontram nas Artes com uma facilidade, a Arte implica emoções, imaginação, sensibilidade e autoria artística. Arte e diferença são entretecimentos que criam singularidades incessantes, ao mesmo tempo em que elaboram experiências formacionais, singularizantes, porque vivem da e na criação. A experimentação de materiais e linguagens como a música, a dramatização, os sons, elaborações gráfico-pictóricas, bem como a criação e experimentação de mídias, implicam atitudes de pesquisa e um prazer singular nos processos de aprendizagem.
- **ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO** – As crianças, ao encontrar-se com a escola, já possuem um repertório linguístico rico. Na escola, esse repertório se diferencia na medida em que processos de socialização e outros são vividos a partir de aprendizagens mais

- **ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES** – A curiosidade da criança é uma das atitudes que favorecem a sua inserção no querer saber no que se refere aos diversos fenômenos da Natureza. Convidá-la a refletir sobre conceitos científicos e matemáticos pode ser pedagogicamente um prolongamento de sua condição para questionar quase tudo. Nesses termos, ao observar os fenômenos que os cercam, tentam compreender experimentando e observando suas mudanças. Neste mesmo fluxo de curiosidades sobre si, sobre outros seres, assim como sobre algumas lógicas da tradição matemática contidas em histórias e jogos matemáticos, ampliam sua compreensão do mundo em que vivem. Na vontade de experimentar e questionar o mundo em que vive e as informações que têm acesso, a atitude de pesquisa num sentido amplo já está presente no modo de ser criança. Nesse sentido, podemos considerar a criança um ser que gosta de exercitar a exploração e o mundo para compreendê-lo. Como mediadores pedagógicos desse processo, o professor e seus auxiliares e adultos próximos ajudam as crianças a ampliarem e complexificarem suas compreensões, formulando questões explicitativas e oferecendo pistas, à medida que os pequenos exploram objetos, materiais e manifestações da Natureza. Nesse processo, os professores também vão mediando formas pedagógicas mais estruturadas e sistematizadas de oportunizar na criança compreensões lógicas. O uso de materiais e de experiências cotidianas com o cálculo para que a constatação e a abstração se encontrem e facilitem o acesso às competências matemáticas iniciais e a representação dos seus símbolos. Seus movimentos no espaço permitem, também, experimentar e experienciar de forma reflexiva conceitos geométricos. Inserções de jogos de mesa e jogos eletrônicos abrem possibilidades de desenvolvimento lógico num mundo contemporâneo eivado de constantes desafios neste campo dos inventos que implicam jogos e brincadeiras para crianças. Nesse particular, é fundamental cuidar das adequações cognitivas e éticas desses jogos. Assim o mundo dos números e dos cálculos pode ser experimentado e

compreensões podem ser construídas de forma lúdica e processual, incluindo nessa itinerância compreensiva os fenômenos presentes na Natureza, na biologia humana e de outros seres.

METODOLOGIA

O trabalho metodológico no Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires está pautado em uma educação integral, democrática e de igualdade, com respeito às singularidades e ao desenvolvimento humano em seus múltiplos aspectos: social, afetivo, moral, ético, intelectual e simbólico. Com esse viés, o trabalho pedagógico efetiva o ato de brincar, do investigar e do interagir como metodologias de trabalho que delimita toda a prática de acordo com os campos de experiências e as rotinas da Educação Infantil, de modo intencional e contextualizado.

As Investigações no percurso da aprendizagem são uma estratégia didático-metodológica que propõe a inter-relação das diferentes áreas de conhecimento, na qual a criança é ativa nesse processo, pesquisando, observando e formulando hipóteses para explicar o que chama sua atenção, formulando perguntas, analisando as contradições, avaliando/sugerindo o percurso de busca, dialogando com os colegas e professores e elaborando conceitos. Tais elementos deixam visíveis o percurso de pensamento e aprendizagem da criança.

A proposta metodológica da Educação Infantil também inclui momentos de rotina, que se mantêm ao longo dos dias e das semanas e têm como intuito sistematizar e orientar o fazer pedagógico, trazendo segurança e sintonia às crianças e a equipe pedagógica. Dentre os momentos de rotina estão: as conversas coletivas em círculo, atividades diversificadas, exploração em sessões de contextos de investigação, hora da leitura, rotina de cuidados, exploração do ambiente externo com brincadeiras, atividades mão na massa.

O planejamento segue articulando os movimentos, os percursos de investigação, os cuidados de higiene e alimentação, além dos planejamentos estáveis das rotinas de transição entre um espaço e outro. Metodologicamente, estabelece-se na rotina do professor os registros diários que culminam em documentações pedagógicas, com propósito de deixar visível a trajetória de construção e de conhecimento das crianças, construindo a memória do percurso do Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires. Tais registros permitem a análise e reformulação da construção pedagógica, o que amplia a qualidade do processo.

**Os modos de transição da educação infantil para o ensino fundamental
(Art. 12 da Resolução CEE nº 137/2019)**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, ao anunciar a Educação Infantil, realizada em creches e pré-escolas, como primeira etapa da Educação Básica, sugere um esforço integrador da Educação Infantil com os demais níveis educacionais, Ensino Fundamental e Médio.

Para o aluno a passagem entre as etapas de ensino não virá sem dificuldades. No início da vida escolar, impõe-se a dura separação da criança com suas famílias. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental as brincadeiras em sala de aula começam a dar lugar a atividades mais intensas e cobranças. Nos Anos Finais, surgem os professores especialistas, as provas cada vez mais exigentes e o desabrochar da adolescência – uma transição por si só difícil.

De acordo com as Diretrizes Curriculares há um distanciamento entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, uma lacuna entre um nível de aprendizagem de um e do outro, e para minimizar e até sanar esta fragmentação indica-se que os direitos da criança sejam garantidos sem interrupções, que o ensino seja entendido como um processo contínuo e diagnóstico, onde os encaminhamentos pedagógicos façam relações e interações entre as diversas áreas do conhecimento e perceba que a criança está em permanente construção social.

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

As mudanças que envolvem essa transição refletem também na prática docente, no intuito de tornar o processo de transição algo prazeroso, onde o brincar, o cuidar, o educar e o interagir, se integrem, pois, esses conceitos fazem parte da educação na infância.

Para a efetivação desta integração entre saberes e conceitos trabalhados pela escola, é imprescindível a realização de uma articulação qualitativa entre os diferentes estágios de aprendizagem que a criança/aluno se encontra.

Processo este que para Vygotsky (2007), é caracterizado pelas relações, interação e o brincar. Assim, a escola deve ser vista como espaço socializador de conhecimentos e sua função é de efetivar um trabalho articulado e com um conjunto de propósitos educativos para garantir a apropriação dos conhecimentos.

Vygotsky enfatiza ainda que, conforme a idade da criança aumenta, sua forma de brincar e sua forma de agir também mudarão diante do brinquedo, pois serão criadas outras formas de situação imaginária e outras formas de se realizar. Então o diferencial na transição é o olhar do educador.

Nessa perspectiva é importante igualmente salientar a necessidade de Formação Continuada, conforme exposto na LDB, nº 9394/96 nos art. 61 e 67, que garantem a interação dos aspectos teóricos e práticos que promovem e efetivam as especificidades e a sistematização das práxis pedagógicas com a Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental. Considerando essas ações como contínuas reflexões acerca da ação pedagógica, ressignificando o processo de ensino e aprendizagem e primando por uma educação verdadeiramente de qualidade.

A rotina da Educação Infantil é bem diversificada, temos como eixo estruturante a interação e a brincadeira e ao ingressar nas séries iniciais do Ensino Fundamental os alunos encontram uma rotina um pouco diferenciada. É por isso que esse período merece toda a atenção da escola para que as crianças se

adaptem a tantas transformações, os professores devem preparar um ambiente acolhedor que permita a continuidade do aprendizado.

A transição entre as duas etapas de ensino, é um período repleto de desafios para as crianças e para os seus pais, as novidades geram empolgação, visto que evidenciam crescimento, aprendizado e desenvolvimento. No entanto, há também uma enorme insegurança e ansiedade, o medo do desconhecido e do novo faz com que as crianças ingressem nesta etapa temendo uma rotina mais rígida, sem contar que na sala de aula, as brincadeiras e cantigas são substituídas gradativamente. Diante disso, a escola precisa possibilitar que esse período tão importante na vida escolar ocorra de maneira mais tranquila. Para que as crianças se adaptem a tantas transformações, cabe ressaltar que não existe um padrão, cada um em sua individualidade apresenta uma reação diversa. Há crianças que acostumam rapidamente, porém existem também os que resistem, choram e se mostram resistentes.

A recomendação da BNCC é considerar o histórico dessa criança que chega ao Ensino Fundamental I, é essencial que o professor conheça quais habilidades desenvolveu, onde tem mais dificuldade e quais são seus potenciais. Dessa forma, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa etapa da vida escolar.

Neste momento de transição as famílias das crianças também precisam estar atentas às mudanças, é importante manter um diálogo, informando aos pais sobre os cuidados e as estratégias adotadas para que as crianças se adaptem a nova rotina.

Ações para favorecer a transição:

Rua Manoel Cândido Ribeiro, s/nº, Triunfo do Sincorá
Barra da Estiva – Ba – CEP: 46.650 – 000
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / -Diretora: (77) 9998658252
E-mail: mwtriunfo.educar@yahoo.com

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

- ✓ Organizar um passeio de conhecimento de espaço;
- ✓ Realizar diálogo com as crianças mostrando o que elas já aprenderam e que continuarão aprendendo ainda mais no próximo ano;
- ✓ Oportunizar um momento da turma do infantil V com a professora do 1º ano para atividades de integração;
- ✓ Entregar às crianças do Infantil V desenhos e bilhetinhos de boas-vindas produzidos pelas crianças do 1º ano;
- ✓ Socializar com as professoras do 1º ano os relatórios e fichas do Infantil V para conhecer a aprendizagem e desenvolvimento de cada criança;
- ✓ Realizar uma roda de conversa durante os meses de novembro e dezembro com as crianças do 1º ano junto e infantil V para saber como acontecem as rotinas de ambas as turmas, o que mais gostam de fazer, o que aprendem, do que brincam;
- ✓ Conhecer as rotinas e as práticas pedagógicas dos professores de ambas as etapas, identificando as especificidades/particularidades, bem como a importância da continuidade do processo;
- ✓ Analisar a síntese de cada campo de experiência que foi trabalhado na Educação Infantil;
- ✓ Realizar escuta ativa e acolhimento afetivo;
- ✓ Desenvolver projetos envolvendo a família;
- ✓ Participar de formação continuada;
- ✓ Utilizar metodologias dinâmicas e lúdicas, contemplando os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades de acordo com cada etapa;
- ✓ Organizar atendimentos individuais, sempre que necessário, com os pais, para minimizar o impacto na transição das crianças.

O desafio é pensar não apenas na criança que ingressa no Ensino Fundamental, mas também em todos os conceitos que integram este processo de ensino. Assim, acredita-se que essa transição deve ser uma oportunidade para pensar e efetivar uma prática pedagógica que considere a criança como um todo, sujeito a aprendizagem, levando em conta sua bagagem de saberes e aspectos

biopsicossocial e cultural, garantindo desta maneira a aquisição do conhecimento.

6.2 Ensino fundamental

Anos iniciais

Anos finais

O organizador curricular e a contextualização da parte diversificada através dos temas integradores acrescidos dos aspectos regionais e locais e do projeto de vida para os anos finais (Art. 19 da Resolução CEE nº 137/2019)

As Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), publicadas por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE-CEB nº05-2009, no artigo 10º identificam a avaliação definindo que as instituições de educação infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção ou classificação.

A BNCC defende o seguinte, “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”. Dessa maneira suprir as referências deixadas do ensino fundamental e passa-se a pensar em práticas adequadas e próprias para a infância.

De acordo com esses documentos, que apontam uma concepção de Avaliação na Educação Infantil que busca articular os saberes do professor e a promoção do desenvolvimento integral das crianças, há cinco importantes passos para a prática dos educadores.

CINCO IMPORTANTES PASSOS PARA A AÇÃO AVALIATIVA DOS PROFESSORES

1. PLANEJAR – Enxergar a avaliação como meio para novas aprendizagens, tanto do professor, quanto das crianças.
2. OBSERVAR – A partir da observação e reflexão da própria prática, o professor deve pensar, avaliar suas ações e dar continuidade ou propor mudanças no planejamento.
3. REGISTRAR – Ressaltar, ouvir e registrar crítica e cuidadosamente as pesquisas da meninada, atividades propostas, brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.
4. REFLETIR – Utilizar múltiplos instrumentos de registros (diários de bordo, cadernos de anotações, planejamento, fotos, vídeos, entre outros recursos que o professor sentir necessidade de utilizar para dar visibilidade às aprendizagens)
5. COMUNICAR – O professor deve propor a criação coletiva de documentação pedagógica que permita a criança e as famílias reconhecer os processos de desenvolvimento e aprendizagens na educação infantil.

As instituições estão traçando caminhos e construindo novas formas de pensar a avaliação na educação infantil e, nesse sentido, a Documentação Pedagógica vem sendo pensada como possibilidade de dar visibilidade as aprendizagens das crianças e adultos nas escolas e creches.

Pensar a documentação pedagógica como possibilidade e assumir a avaliação como um processo narrativo nos transporta para um novo lugar, uma zona

estranha, incerta e fascinante. É um convite a inverter o olhar e pensar uma lógica que vê e narra a criança pequena não como faltosa ou inábil, mas como força, potência e possibilidades. Isso diz de uma concepção inovadora de educação infantil, de um novo perfil de professor da infância, de um novo olhar sobre a avaliação.

DA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

A BNCC torna-se um documento de base para o Ensino Fundamental, levando em consideração a progressão das aprendizagens e a unidade do currículo a ser ensinado.

De acordo com a BNCC, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, possui direitos de aprendizagem e objetivos próprios, os quais devem ser alcançados a partir do respeito e do cuidado. Afinal, trata-se da educação de crianças que se encontram em um tempo singular da infância compreendida na faixa etária de 0 a 5 anos. Já a segunda etapa, a qual corresponde ao Ensino Fundamental, se constitui como a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais entre outros, exigindo uma proposta curricular alinhada às necessidades específicas às infâncias e às adolescências, e que atenda suas características, potencialidades e especificidades.

As práticas pedagógicas realizadas no Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires devem valorizar as situações lúdicas de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as crianças passam por processos de transformações que repercutem em suas relações com elas mesmas, com os outros e com o mundo. Como destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a maior desenvoltura e a maior autonomia nos movimentos e deslocamentos ampliam suas interações com o espaço, a relação com múltiplas

linguagens que, ao incluir os usos sociais da escrita e da matemática, por conseguinte, permitem a participação no mundo letrado, significando, deste modo, a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela. Esses elementos de ampliação permitem, outrossim, a afirmação da identidade da criança em relação ao coletivo no qual se inserem, uma vez que, resulta em formas mais ativas de convivência com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades, pelo acolhimento e pela valorização das diferenças.

As experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação são ampliadas, elementos constitutivos para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação. Os estudantes se deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos os quais propiciam descobertas, desenvolvem observações, análises, argumentações e outros.

Assim, a prática pedagógica nos primeiros anos do Ensino Fundamental deve focar na alfabetização de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita, oportunizando práticas diversificadas de letramentos, como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010:

Os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo. (BRASIL, 2010, p. 22)

A progressão do conhecimento deve-se dá ao longo do Ensino Fundamental, ocorrendo pela consolidação das aprendizagens anteriores, pela ampliação das práticas de linguagem e pela experiência estética e intercultural das crianças, levando em consideração seus interesses e também pelas suas expectativas em relação ao que ainda precisam aprender. Nesta trajetória também, é desenvolvida a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

Assim, o trabalho realizado no Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires será norteado pelas premissas da Educação do Campo e norteado pelo Referencial Curricular Municipal de Barra da Estiva.

É importante evidenciar, aqui, que o desenvolvimento das competências objetivadas neste documento só será possível por meio do uso de pedagogias ativas e da prática docente fundamentada em modelos metodológicos inovadores e significativos, que possibilitam o desenvolvimento da autonomia e da emancipação dos/as estudantes para o convívio social harmônico e bem-sucedido, colocando-os no centro do processo, sem perder de vista o contexto social ao qual ele está inserido ou que pode se inserir. A escolha por esse tipo de pedagogia/metodologia se justifica na medida em que se almeja a formação integral do/a estudante, em suas diferentes dimensões, de forma a contribuir para a formação de um cidadão pleno, atuante em sua sociedade.

Os anos Iniciais do Ensino Fundamental caracterizam-se pelo desenvolvimento dos estudantes, de suas novas formas de relação com o mundo, das novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. Há maior desenvoltura e maior autonomia para interações com o espaço e relação com múltiplas linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da Matemática, o que possibilita ao estudante participar do mundo letrado e da construção de novas aprendizagens, na escola e fora dela, afirmando a sua identidade com relação ao coletivo no qual está inserido. Os estudantes deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos, desenvolvendo observações, análises, argumentações e potencializando descobertas. As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as

mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam a curiosidade e a formulação de perguntas.

O conhecimento sobre a agricultura local, os problemas ambientais da região, os modos de viver, a diversidade das plantas medicinais, a diversidade cultural e a riqueza natural da região são elementos que podem se integrar ao ensino da Matemática e das Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental I.

Assim, reforça-se que este documento que a Unidade de Ensino preza e orienta o uso de metodologias que considerem a criatividade, o diálogo, a problematização, a empatia, a cooperação, a construção/produção pelo/a aluno/a, visando sua formação integral nas esferas cognitivas, afetivas, psicomotoras e socioculturais. Em consequência, busca-se no/a professor/a a atuação como mediadores, como “ajudadores” no processo de aprendizagem dos/as alunos/as. Busca-se ainda um olhar atento à real necessidade do alunado, suas especificidades, seus repertórios, sua cultura, seus projetos de vida.

Modos de transição do 3º ano para o 4º ano, do 5º para o 6º ano e do 9º ano para o ensino médio

Ao longo dos Anos Finais os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas, aprofundando e ressignificando conhecimentos dos anos iniciais. Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

Os componentes curriculares poderão acessar a memória e conhecimentos locais, considerando suas especificidades disciplinares e os objetivos de ensino. Os conteúdos podem dialogar com a BNCC, o Referencial Curricular Municipal, no entanto, ao acessar os potenciais educativos do território, esses conteúdos são expandidos e potencializados na escola.

Outro aspecto importante é a possibilidade de a escola contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio.

Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro bem como o planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Um ponto destacado na BNCC do Ensino Fundamental é a necessidade de articulação entre as etapas, como por exemplo, valorizar situações lúdicas de aprendizagem nos Anos Iniciais para conectar com experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tendo em vista a maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes

7. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO (MARCO CONCEITUAL)

7.1 A política da educação inclusiva

Concepção de escola inclusiva (marco operacional)

A educação inclusiva é uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de TODOS à educação.

Ela prevê a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos.

Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

Princípios orientadores da educação inclusiva

Para a Educação Inclusiva temos cinco princípios básicos, são eles:

Toda pessoa tem o direito de acesso à educação, no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos traz que todos os seres humanos têm direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação elementar será obrigatória. A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

Toda pessoa aprende, sejam quais forem as particularidades intelectuais, sensoriais e físicas do estudante, partimos da premissa de que todos têm potencial de aprender e ensinar. É papel da comunidade escolar desenvolver estratégias pedagógicas que favoreçam a criação de vínculos afetivos, relações de troca e a aquisição de conhecimento.

O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular, não existe homogeneidade no processo de ensino-aprendizagem. Cada criança aprende de um jeito, independentemente de qualquer deficiência. O desenvolvimento de cada aluno é único e singular. Por isso a importância de elaborar um projeto de ensino que atenda a todos, sem exceção, respeitando os ritmos de cada criança.

O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos, pluralidade, diversidade, respeito e empatia. É sobre isso que diz esse princípio da educação inclusiva. A experiência de interação entre pessoas diferentes oferece benefícios significativos de curto e longo prazos aos alunos com e sem deficiência. Os ambientes inclusivos favorecem o desenvolvimento de competências intelectuais e socioemocionais dos estudantes.

A educação inclusiva diz respeito a todos, orientada pelo direito à igualdade, a educação inclusiva reconhece a diversidade como um valor que enriquece o processo de ensino e aprendizagem. Assim, além de considerar os alunos com necessidades educacionais especiais, é preciso que a inclusão abarque todos os agentes que circundam esse processo, tais como educadores, famílias, gestores escolares, comunidade, etc.

Diretrizes e indicadores metodológicos da educação inclusiva

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Essa formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça.

Diretrizes e indicadores da avaliação

A avaliação inclusiva deve estar atrelada à atenção diversificada, mediante a adaptação do currículo às diferenças características e necessidades educativas de cada educando.

Avaliação de um aluno com deficiência visual

Se o aluno for cego, é preciso diminuir a quantidade de informação que deve ser processada para se obter uma resposta em partes. Talvez uma pergunta grande tenha que ser dividida em 3 perguntas menores. Junto a isso, deve-se oferecer ao aluno a possibilidade de um leitor estar ao seu lado, lendo sempre o enunciado da questão quando necessário.

Avaliação de um aluno com deficiência intelectual

Se o aluno possuir algum déficit cognitivo, incluir seria diminuir o nível de abstração. Isso significa utilizar ilustrações ao invés de texto simplesmente. Ou ainda utilizar objetos concretos. Se queremos que o aluno identifique qual das formas geométricas é um quadrado, ao invés de apenas desenhar na folha, podemos oferecer os objetos concretos que foram utilizados durante as aulas, onde o aluno associou o objeto do quadrado com a palavra “quadrado”. Assim, diminuimos o obstáculo da interpretação e da abstração e focamos apenas no conteúdo que queremos avaliar.

Avaliação de um aluno surdo

Com alunos surdos que se comunicam através de LIBRAS, fica muito evidente que, caso não seja uma prova de língua portuguesa, é mais do que direito do aluno ter um intérprete de LIBRAS para auxiliá-lo em todas as questões. A

mesma dica de diminuir o tamanho das perguntas grandes serve aqui. Sempre quando temos uma mudança de meio de comunicação, diminuir uma mensagem grande em mensagens menores é inteligente. Isso serve para LIBRAS, Braille e Comunicação Alternativa.

A avaliação é um processo complexo capaz de mexer com a autoestima das pessoas, influenciando e alterando a percepção de sua autoimagem, o que repercute decisivamente no decurso da aprendizagem e aumenta a responsabilidade e a necessidade de um trabalho afetivo, ampliando as chances de êxito na esfera educativa. Para isso precisamos criar vínculos, estabelecer a empatia, gerar confiança. Isso pode e deve ser aprendido.

7.2 A política de educação do campo (marco conceitual)

Concepção da educação do campo

Compreendemos a Educação do Campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, isto quer dizer que instiga o pensar/ projetar a educação (política e pedagogia) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; bem como, trata de pensar a educação (processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um dado tempo histórico, na perspectiva camponesa.

Todavia, a escola se constitui como um lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico como um todo, e, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo como protagonista, participando de todo o processo de planejamento do processo educativo. A luta é para que essas políticas tenham condições objetivas de ser materializadas. É na luta por efetivação desses aspectos legais, assegurados em leis e decretos, que os movimentos sociais têm se constituído como principais protagonistas no debate sobre

elaboração de políticas educacionais para os que vivem no campo, por acreditar que a escola ajuda a perceber a historicidade do cultivo da terra e da sociedade.

Princípios orientadores da educação do campo

Por ter em sua gênese uma natureza contrária ao que prega o capitalismo, e por estar situada em campo de interesse deste sistema hegemônico através do agronegócio, a Educação do Campo é marcada por conflitos e lutas entre os movimentos sociais, educadores do campo e o Estado, através da educação capitalista de cunho neoliberal.

Caldart diz a esse respeito que A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. E ao nascer lutando por Educação do Campo direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos (CALDART, 2008, p. 71-72).

Caldart (2008) aponta três momentos distintos e que segundo a autora constituem a Educação do Campo: o primeiro, negatividade - denúncia, resistência, luta contra, não aceitamos mais que os povos do campo sejam subalternizados, tratados como inferiores, fadados à miséria; segundo, positividade com práticas e propostas concretas; o terceiro, superação – projeto, utopia, projetar na perspectiva de transformação social.

Assim, se constitui a perspectiva de uma educação que seja “no e do campo. No: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada

à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2008, p. 18).

Diretrizes e indicadores metodológicos da educação do campo

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituídas pela resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, e complementadas mais tarde, pelo Parecer CNE/CEB Nº 3, de 18 de fevereiro de 2008, consistem em uma ferramenta essencial para o estudo e aprofundamento dos povos do campo, incluindo aqui toda a comunidade escolar, para que possam orientar as construções dos currículos das escolas do campo de acordo com as especificidades dos povos que nele vivem.

Essas diretrizes trazem que:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2002).

Essas diretrizes introduziram discussão mais aprofundada sobre a organização escolar do campo, sua proposta pedagógica, orientação para os Projetos Políticos Pedagógicos, formação de professores, participação dos movimentos sociais, inclusive o estudo de questões inerentes a ele, gestão democrática, materiais didáticos entre outros pontos que são importantes para a construção de uma educação do e no campo. Em 2007, foi aprovado pela Câmara Federal e em 2008 entrou em vigor o Parecer CNE/CEB nº 3, de 18 de fevereiro de 2008, que complementava as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do

Campo. Nesse Parecer algumas questões como o transporte escolar e o fechamento das escolas do campo foram abordadas, como o artigo 3º que diz: “A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças” (BRASIL, 2008).

§ 1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades. (BRASIL, 2008)

De acordo com a Portaria nº 86, de 2013,

Art. 2º - São consideradas populações do campo, nos termos do Decreto nº 7.352, de 2010: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2013).

Dessa forma, as diretrizes e indicadores metodológicos da educação do campo são ferramentas essenciais para instituir a real educação desejada no meio rural, contudo ainda não é o bastante, é preciso que os poderes realmente vejam essa necessidade é a partir daí desenvolva ações de efetivação.

Diretrizes e indicadores de avaliação

Nas Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, fundamentadas na Resolução do CNE/CEB nº 01/2002, encontramos algumas orientações elencadas abaixo sobre a Educação do Campo que precisamos compreender.

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

Entre as características dessa modalidade de ensino é necessário levar em consideração:

Concepção de mundo: o ser humano é sujeito da história, não está “colocado” no mundo, mas ele é o mundo, faz o mundo, faz cultura. O homem do campo não é atrasado e submisso; Ele pode estar organizado em movimentos sociais, em associações ou atuar de forma isolada, mas o seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens;

Concepção de escola: Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos; portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de chegada. O desafio é lançado ao professor, a quem compete definir os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos;

Concepção de conteúdos e metodologias de ensino: conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar. Tal seleção requer procedimentos de investigação por parte do professor, de forma que possa determinar quais conteúdos contribuem nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos educandos. Estratégias metodológicas dialógicas, nas quais a indagação seja frequente, exigem do professor muito estudo, preparo das aulas e possibilitam relacionar os conteúdos científicos aos do mundo da vida que os educandos trazem para a sala de aula;

Concepção de avaliação: processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico, seja bimestral, semestral ou anual. Pode ser feita de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos, trabalhos de campo, elaboração de textos, criação de atividades que possam ser um “diagnóstico” do processo pedagógico em desenvolvimento.

Muito mais do que uma verificação para fins de notas, a avaliação é um diagnóstico do processo pedagógico, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos objetivos, e da apropriação e produção de conhecimentos. É um diagnóstico que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica (BRASIL, 2002, p. 29-30).

7.3 A política de inovação tecnológica (marco conceitual)

Concepção da inovação tecnológica

A discussão sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para potencializar os processos de ensino e aprendizagem já era bastante conhecida dos educadores e foi aprofundada no período de fechamento das escolas e adoção do ensino remoto em função da pandemia de covid-19. Essa reflexão inclui a compreensão de que, além dos espaços da escola, da casa e da comunidade, existe outro que ainda pode ser mais explorado: o virtual. Acessíveis de qualquer lugar mediante uma boa conexão, as TIC podem favorecer a ampliação dos tempos de aprender e também o entendimento de quais conteúdos devem ser priorizados considerando o desenvolvimento de competências e habilidades.

Como sabemos, as tecnologias se fazem cada vez mais presentes no dia a dia, facilitando as atividades no trabalho e em casa, mediando conversas com amigos e familiares e acompanhando as pessoas em seus momentos de descanso e lazer. Ainda assim, o uso das TIC pela escola, de modo geral, não é tão frequente e potente quanto seria necessário, levando em conta a demanda atuais da sociedade.

Em tempos de culturas marcadas por desigualdades dos mais diferentes tipos, o termo “global” está longe de incluir todos os indivíduos. O acesso às TIC não está assegurado de modo uniforme à população, o que aumenta o abismo entre os grupos sociais que podem e os que não podem acessar serviços, criar, trabalhar, interagir, enfim, modificar seu mundo por meio do universo digital, e isso fortalece o ciclo de exclusão.

Princípios orientadores da inovação tecnológica

Muito além de possíveis modismos, torna-se cada vez mais claro o impacto que as inovações podem ter na promoção da qualidade e equidade na educação brasileira, ainda profundamente marcada pela desigualdade e pelo baixo nível de desempenho dos alunos, evidenciado pelos resultados das avaliações oficiais. Destacam-se abaixo alguns dos avanços educacionais que o uso consequente das tecnologias pode gerar.

As inovações tecnológicas promovem a QUALIDADE da educação, quando: expandem o acesso à informação, permitindo que professores e alunos acionem diferentes fontes e aprofundem sua pesquisa e seu repertório. Aproximam a experiência escolar da linguagem (cultura digital) do aluno.

Despertam o interesse do aluno, que redescobre o prazer de aprender ao lidar com novas ferramentas de aprendizagem, mais dinâmicas e interativas aos processos educativos que ocorrem dentro e fora da sala de aula. Ampliam as possibilidades de expressão, experimentação e autoria do aluno.

Facilitam o relacionamento e a troca de informações e conhecimentos entre alunos, professores e outros agentes educacionais, viabilizando a criação de amplas comunidades de aprendizagem. Promovem a personalização do aprendizado, permitindo que cada aluno aprenda no seu ritmo e do seu jeito. Facilitam e incrementam o acompanhamento do processo e dos resultados de aprendizagem dos estudantes, assim como o monitoramento das interações e colaborações entre alunos e educadores.

Permitem que gestores e professores tenham mais tempo para se dedicar ao planejamento de projetos e práticas pedagógicas. Permitem que o professor rearranje seu tempo em sala de aula para atuar de forma mais intensa como orientador do percurso formativo dos alunos e mediador do seu processo de aprendizagem.

Dessa forma, o Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires irá oferecer, aos professores e estudantes, algumas ferramentas digitais para que sejam usadas nas aulas, bem como proporcionará formação continuada para melhor utilização das ferramentas.

Diretrizes da inovação tecnológica

O Diário Oficial da União, publicou a Portaria Nº 882, de 23 de outubro de 2020 que homologa o Parecer CNE/CP nº 14/2020, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Continuada de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica - BNC-Formação Continuada.

A Lei de Diretrizes e Base (LDB), traz que as tecnologias educacionais são instrumentos democratizantes, fortalecedores da promoção de justiça social, permitindo que o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, dê-se realmente segundo a capacidade de cada um. As TIC, nesse contexto, precisam se prestar a potencializar a articulação do conhecimento das diversas áreas, de modo a promover uma integração das disciplinas e o envolvimento dos alunos e professores em atividades socialmente relevantes e significativas (BORTOLOZZO, 2008, p. 24).

De acordo com Feurstein apud Turra (2007, p. 299), para se produzir uma aprendizagem significativa torna-se imprescindível a dupla 'mediador-mediado' que, ao desenvolver os critérios de mediação, possibilita a interação e a

modificabilidade, já que é somente por meio da interação do sujeito com outros sujeitos capazes de mediar informações necessárias, estando estes sujeitos integrados a um meio ambiente favorável e estimulante, que o desenvolvimento cognitivo acontece.

Ao se estabelecer a função que as tecnologias terão nas práticas escolares, mediadas pelo professor, precisa-se ter clareza de como a aprendizagem, no sentido de conhecimento cognitivo, se dá na atualidade, ultrapassando a mera linearidade que se tinha em mente quando se tentava fazer com que todos aprendessem nos mesmos tempos e espaços.

Portanto, o professor, enquanto mediador didático-pedagógico, necessita ter cuidados quando da incorporação das TIC nas atividades escolares, pois o impacto das novas tecnologias sobre nosso dia-a-dia exige comunhão entre o poder da técnica e a consciência da importância social, política, além de pedagógica, de nossas escolas, para evitarmos que a racionalidade técnica prepondere, desumanizando a escola, transformando-a em espaço de decisões tecnicistas (CARVALHO, 2001, p. 28).

O planejamento das atividades com o uso das TIC também deve ser elaborado, a fim de contemplar as necessidades tanto curriculares, quanto de aprendizagem dos alunos. A contextualização continua sendo imprescindível também quando da utilização das tecnologias para que o resultado final das produções promova conhecimentos que levem à transformação, com vistas a uma sociedade mais participativa, crítica e igualitária.

7.4 A política de assistência estudantil (marco conceitual)

Concepção da assistência estudantil

O Bolsa Escola, criado em 2001, funcionava como um programa de transferência de recursos para a manutenção das crianças nas escolas. Assim, a criança não precisaria trabalhar para ajudar os pais, uma vez que o benefício era recebido. Para gozar dos direitos da bolsa, era preciso apresentar frequência na sala de

aula de no mínimo 85% e possuir renda inferior a R\$ 90,00 (valor exigido em 2001).

O Rede de Proteção Social foi outro projeto incorporado ao programa, chamado de Fome Zero. Entre as várias proposta da Rede, estão o Bolsa Escola, o Auxílio Gás, o Abono Salarial, o Seguro Desemprego, a Bolsa Alimentação, dentre outros.

O Auxílio Brasil integra em apenas um programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

Princípios orientadores da assistência estudantil

Todos os programas efetivados com ênfase também à assistência estudantil visão promover a cidadania com garantia de renda e apoiar, por meio dos benefícios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a articulação de políticas voltadas aos beneficiários, bem como promover, prioritariamente, o desenvolvimento de crianças e adolescentes, por meio de apoio financeiro a gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Visam também ampliar a oferta do atendimento de crianças em creches, estimular crianças, adolescentes e jovens a terem desempenho científico e tecnológico de excelência.

Diretrizes da assistência estudantil

O direito ao acesso aos programas é de famílias em situação de extrema pobreza e famílias em situação de pobreza. As famílias em situação de extrema pobreza são aquelas que possuem renda familiar mensal per capita de até R\$ 105,00 (cento e cinco reais), e as em situação de pobreza com renda familiar mensal per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00 (cento e cinco reais e um centavo

e duzentos e dez reais). Os beneficiários recebem os recursos por meio de contas digitais ou correntes.

Em nossa comunidade escolar cerca de 80% são beneficiados com esses programas, além de garantir uma renda básica as famílias, os programas buscam estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social. Com isso as crianças e os adolescentes recebem mais estímulos para estudarem com acesso aos materiais escolares necessários.

7.5 A política de formação continuada e desenvolvimento profissional dos servidores (gestores, professores, funcionários) (marco conceitual)

Concepção de formação continuada

A formação continuada envolve o crescimento de todas as esferas de sua vida. Afinal, as certificações profissionais, apesar de importantes, não são as únicas responsáveis pelo sucesso da sua carreira. É também essencial buscar formas de adquirir habilidades pessoais que façam diferença no seu trabalho.

O uso do termo “formação continuada” fortalece a ideia de que concluir a graduação não é o final do caminho profissional — na verdade, podemos dizer que é o primeiro passo. Mesmo um curso de especialização, procurado por muitas pessoas que desejam aprofundar conhecimentos, não pode ser visto como o fim da linha.

A verdade é que você estará sempre se formando e se atualizando, tanto nas experiências de estudo quanto no dia a dia de trabalho. Afinal, temos novas coisas para aprender a todo momento, especialmente em áreas onde as

mudanças acontecem mais rápido, inclusive a educação com as ferramentas de ensino.

Princípios orientadores da formação continuada

Como princípios da formação continuada temos o agir e o incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

O futuro professor precisa desenvolver competências em sua formação para que possa passar os mesmos princípios a seus alunos, tais como:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do aluno e na sua própria aprendizagem;
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e soluções tecnológicas, para selecionar, organizar com clareza e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas;
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais;
4. Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital para se expressar e fazer que o aluno se expresse para partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos;
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes;
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, estar sempre atualizado na sua área de atuação e nas áreas afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências;

7. Buscar desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global;
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros;
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos;
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Diretrizes da formação continuada

O Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires, pautado nas normativas da educação nacional, na práxis do cotidiano escolar e nas pesquisas e relatórios de organizações internacionais tem, ao longo do tempo, dirigido esforços no sentido de implementar ações de formação continuada que visam garantir o bom desempenho dos profissionais, em face das especificidades, objetivos e metas estabelecidas para as diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

Seguindo a fundamentação legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/96: Destaque para os artigos 61 e seguintes, que tratam formação dos profissionais da educação; as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010; o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, com destaque para a Meta 16, Lei nº 13005/14 e a Base Nacional Comum Curricular, Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

Motiva e, quando possível, realiza a formação continuada dos profissionais do magistério nos momentos de AC na própria Unidade de Ensino. Com pesquisas,

estudos, produção de conhecimentos e socializações. Sempre pautado em práticas mais inovadoras com ênfase na recomposição da aprendizagem dos estudantes.

7.6 A política de comunicação escola / famílias dos alunos e escola / comunidade (marco conceitual)

Concepção da comunicação escola / família / comunidade

A comunicação entre a escola e as famílias constitui o ingrediente básico para o envolvimento parental na escola. Quando esta comunicação é eficaz, os pais tendem, com maior probabilidade, a confiar e a cooperar com os Professores e com a escola, a melhorar as interações com a escola, a perceber a escola e os Professores de modo mais positivo, a compreender melhor as políticas da escola e as ações dos Professores e a acompanhar melhor os progressos da criança.

No Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires a comunicação entre escola e família se dá inicialmente através de grupos de WhatsApp, ligações e para as reuniões trimestrais, momento de os professores falarem dos progressos e as dificuldades, são enviados convites escritos e impressos aos familiares pelos estudantes.

Princípios da comunicação escola / família / comunidade

A comunicação pode ser uma das chaves para ser bem-sucedido em muitas situações, principalmente quando falamos sobre como melhorar a comunicação na escola. Mesmo com uma excelente infraestrutura física, dificilmente uma escola alcança um ótimo modelo de ensino sem o fortalecimento do diálogo entre pais, alunos e professores.

Dois princípios que não costumam falhar quando nos referimos à comunicação escolar são objetividade e clareza. A frequência de comunicados e contatos não precisa ser diária, mas necessita de uma regularidade. Algo que precisa estar

claro é que o espaço para diálogo está sempre aberto, mesmo em períodos nos quais não há reuniões ou outros eventos próximos agendados.

É necessário que a escola crie um ambiente que faça os alunos e seus familiares se sentirem confortáveis o bastante para apresentarem qualquer tipo de solicitação, a qualquer momento.

No Major Waldir temos um mural no pátio da escola, onde são fixadas diversas informações como horários das aulas, cardápio da merenda escolar, calendário e outros. Temos ainda grupos de WhatsApp com estudantes e pais, Instagram onde são postados fotos e vídeos das produções dos estudantes e disponibilizamos os contatos de todos da equipe docente para que possam se comunicar com pais e/ou responsáveis.

Diretrizes da comunicação escola / família / comunidade

O sucesso no processo de ensino e aprendizagem também passa pelas rotinas do estudante fora dos muros da escola. Para isso, nada melhor que a presença dos pais/responsáveis para relatar o que se passa nesses momentos. Contar com a participação dos familiares nas reuniões presenciais — e nos canais virtuais, quando preciso — é imprescindível.

Tornar o clima leve, mesmo quando o assunto é algo sensível, ajuda a estreitar esses laços e a criar o conforto necessário para que todos os interlocutores possam se comunicar sem receios.

Para isso, nesta Unidade de Ensino, temos algumas diretrizes no processo da comunicação entre escola, família, comunidade. Manter diálogo constante entre todos os segmentos. Divulgar os projetos aos interessados e, por vezes, construir juntos. Resolver com celeridade os problemas com diálogo entre os envolvidos. Acompanhar e estabelecer diálogo com os estudantes com baixa frequência estabelecendo formas para melhorar. Firmar parceria com o Busca Ativa Municipal visando resgatar estudantes evadidos. Promover eventos entre os segmentos para estreitar laços. Realizar reuniões trimestrais com o objetivo

de manter os pais e/ou responsáveis informados e torná-los agentes na educação dos filhos.

8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

8.1 Concepção de avaliação do PPP

Dentre todos os momentos vivenciados na operacionalização deste Projeto Político Pedagógico, acreditamos que um dos mais importantes é o da sua avaliação. Estamos convictos de que sua aplicabilidade está diretamente ligada ao seu processo avaliativo. De acordo com Veiga (2003)

[...] acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto político-pedagógico. A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas. Avaliadores, que conjugam as ideias de uma visão global, analisam o projeto

político-pedagógico, não como sendo algo estanque, desvinculado dos aspectos políticos e sociais. Não rejeitam as contradições e os conflitos. (Veiga, 1995).

Considerando a avaliação dessa forma, é possível salientar, de acordo com Veiga (2003), dois pontos importantes: Primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político pedagógico; segundo, ela imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos.

Dessa forma, a avaliação do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires será contínua e processual, sendo formalizada ordinariamente essa avaliação sempre ao início de cada ano letivo e o Plano de Ação, um anexo desse documento, será acompanhado e avaliado continuamente.

8.2 Aspectos teórico-metodológicos do processo

A avaliação configura-se sempre em relação a algo, necessita de uma referência, um projeto político-pedagógico, um projeto institucional, que é o horizonte a ser atingido, em função do qual a avaliação tem sentido.

A avaliação é um mecanismo que acompanha a implantação e viabiliza a correção de rumos de certo modelo de uma escola, de certo projeto político-pedagógico. A avaliação do desempenho de uma instituição supõe que existam condições prévias em relação às quais o desempenho poder ser melhor ou pior.

Para reorientar os rumos de uma instituição educacional, ela deve fazer referência a certo padrão institucional a ser atingido, deve ser múltipla, permanente e em processo. Ela deve captar aqueles pontos mais frágeis do organismo institucional e apontar os rumos de sua superação com vistas a elevar o nível de seu desempenho em face de seus compromissos sociais.

Dessa forma, o Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires fará a avaliação do PPP com base no acompanhamento, realização das ações

colocadas no plano, reuniões a cada trimestre com a equipe de trabalho, para discussão acerca dos ajustes necessários, ou seja, o presente projeto não poderá ser engavetado, pelo contrário, será amplamente divulgado e seguido por todos os segmentos da Unidade de Ensino.

8.3 Diretrizes para a implementação do processo

O Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires, junto com a Secretaria Municipal de Educação, com a participação efetiva do Conselho Escolar, é o responsável por todo o processo de implementação, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP). O PPP é um documento que pertence a todos, que fazem parte desta Unidade de Ensino. Por isso, todos têm que se apropriar muito bem dele e zelar pela sua plena implementação. Várias estratégias serão utilizadas nesse processo, destacando-se a realização da divulgação integral a todos os segmentos, com o propósito de que todos conheçam a sua importância. A efetivação de reuniões trimestrais para acompanhamento. Realização, nos momentos de Atividade Complementar (AC), por meio do qual os docentes, envolvidos na elaboração do PPP, serão capacitados para a aplicação dos aspectos teórico-metodológicos propostos.

Será um processo colaborativo, permanente, baseado na reflexão sobre a prática. O objetivo será sempre aprimorar as competências educacionais do corpo docente, em busca de uma educação de excelência. Os discentes, sempre que possível, serão convidados a participarem, ativamente, desse processo.

O CEMWMP fornecerá, junto com a Secretaria Municipal de Educação, todas as condições necessárias para a implementação das mudanças, advindas do processo de implementação do Projeto Político Pedagógico.

8.4 O programa institucional de avaliação

O processo de avaliação envolve a escuta e o movimento de se colocar no lugar do outro, tornando-se, portanto, necessária a participação de todos: equipe escolar (todos de profissionais que atuam na escola), alunos (desde as crianças bem pequenas até os adolescentes), famílias e comunidade.

É o momento em que a comunidade escolar retoma as avaliações de ano anterior, recupera as metas, os objetivos e as propostas de trabalho delineadas para o ano seguinte e revisita todo o processo educativo deste ano, eventos, reuniões, formações, processos vividos pelas crianças e adolescentes.

Vale lembrar que a ação da escola não se dá de maneira independente, tampouco de forma unilateral, portanto o processo avaliativo do PPP da unidade escolar precisa contemplar os diferentes âmbitos: o individual, considerando como cada um se implica na construção e desenvolvimento da proposta pedagógica, e o coletivo da escola, que delibera sobre o Projeto Político Pedagógico.

Considerando objetivos e princípios do Município e do PPP da unidade escolar iremos avaliar: as mudanças ocorridas no contexto escolar, a partir das necessidades que geraram os planos de ação propostos; as dificuldades detectadas e as soluções encontradas para se alcançar esses objetivos; a participação das crianças e jovens na construção do PPP; a participação dos diferentes segmentos da escola no planejamento, desenvolvimento e avaliação; a participação das famílias no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico e na avaliação do processo e, aos instrumentos de avaliação usados junto às famílias.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos esforços teóricos e práticos constituíram-se num projeto informativo de como vemos as medidas relacionadas à temática de todas as etapas que constituem uma unidade de ensino. Procuramos reter informações e opiniões de todos os segmentos fortalecendo e redescobrimo nossa Escola. A participação da comunidade escolar foi eficiente e os professores nos deram suporte necessário para desenvolver nossas ações e foram, também, imprescindíveis para a construção deste projeto.

Esperamos que mais este instrumento possa servir de apoio tanto para a direção e coordenação, quanto aos professores, alunos e comunidade escolar, em geral, pois acreditamos nas ideologias que respaldam nossa proposta, no sonho real do plano de ação e na capacidade de toda a equipe do Centro Educacional Major Waldir Magalhães Pires em lutar para alcançar os objetivos propostos.

Ao final deste trabalho o que fica é a certeza de que precisamos conhecer mais nossa escola e nossos estudantes e que contamos com uma equipe preparada para enfrentar esses desafios, vislumbrando sempre o sucesso a cada etapa executada.

REFERÊNCIAS

(Artigo 26 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*);

<https://www.somoseduacao.com.br/escola-inclusiva/> (DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESTADO DA BAHIA). Acessado em 11 de outubro de 2022.

(<https://blogs.uninassau.edu.br/noticias>). Acessado em 06 de outubro de 2022.

(<https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacao-escolar/curriculo-no-contexto-escolar>). Acessado em 07 de outubro de 2022.

(<https://escolasaudavelmente.pt/directores/promocao-envolvimento-da-familia-e-da-comunidade/comunicacao-escolafamiliacomunidade>) Acessado em 13 de outubro de 2022.

(<https://ifrs.edu.br/wpcontent/uploads/2018/10/Cap%C3%ADtulo-3-ProjetoPedag%C3%B3gico-Institucional>) Acessado em 06 de outubro de 2022.

_____, Ministério de Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 1 de 03 fevereiro de 2005**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Médio e Educação Profissional.

_____, Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 11.161 de 05 de agosto de 2005**. Brasília.

_____, Ministério de Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997.

BRASIL- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL –MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio – vol. 4: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília. 30p.

BRASIL. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Básica, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf. Acesso: Nov/2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Estrangeira. Secretaria de Educação Fundamental--Brasília, MEC/SEF, 1998.

Concepção da assistência estudantil (<https://bolsa-familia.info/bolsa-escola>.) (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>). Acessado em 11 de outubro de 2022.

CONSTITUIÇÃO (1988). Constituição Federativa do Brasil: prolongada em 5 outubro de 1988. **Diário Oficial da república federativa do brasil**, Brasília, 1988. Disponível em :<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > acesso em: 25 maio 2012.

CURRICULAR, Referencial. **Município de Barra da Estiva - BA**. Ano 2020
FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 45 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FUNDAÇÃO Santillana. Moderna: Direção para os novos espaços e tempos da escola.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.). Autonomia da Escola: Princípios e Propostas. São Paulo: Cortez, 1997

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais>. Acessado em 17 de outubro de 2022.

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/diretrizes_uso_tecnologia. Acessado em 17 de outubro de 2022.

<https://blog.lyceum.com.br/como-melhorar-a-comunicacao-escolar>. Acessado em 13 de outubro de 2022.

<https://blog.pitagoras.com.br/formacao-continuada>. Acessado dia 13 de outubro 2022.

<https://institutoitard.com.br/avaliacao-inclusiva-como-avaliar-um-aluno-com-deficiencia-ou-dificuldades-de-aprendizagem>. Acessado em 06 de outubro de 2022

<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/avaliacao-educacional-projeto-politico-pedagogico.htm> Acessado em 10 de outubro de 2022.

<https://www.atendesimples.com/blog/conheca-os-principios-basicos-da-inovacao>. Acessado em 17 de outubro de 2022.

<https://www.scielo.br/j/ccedes> Acessado em 06 de outubro de 2022.

JUNQUEIRA, Gabriel de Andrade. Linguagens geradoras – seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. 5 ed. Porto Alegre. Mediação 2011.

Lei n.4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > acesso em: 25 maio 2012.

MEC. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Brasília: MEC, 1998.

PIAGET, J. A vida e o pensamento do ponto de vista da psicologia experimental e da epistemologia genética. In: Piaget. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo: Libertad, 1998. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, 3).

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Vygotsky. *Aprendizado e Desenvolvimento. Um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1993.

CENTRO EDUCACIONAL MAJOR WALDIR MAGALHÃES PIRES
INEP:29213584

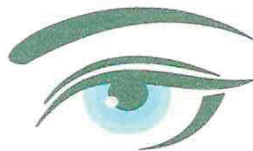
VEIGA, Ilma Passo (Org.) Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. 23.ed.Campinas: Papyrus, 2001.

ANEXO I – Diagnósticos

ANEXO II – Planos de ação e metas – Bimestral ou anual

ANEXO III – Planejamento docente (Art. 17 da Resolução CEE nº 137/2019)

Rua Manoel Cândido Ribeiro, s/nº, Triunfo do Sincorá
Barra da Estiva – Ba – CEP: 46.650 – 000
Fone/Fax: - Semec (77)3450-1220 / -Diretora: (77) 9998658252
E-mail: mwtriunfo.educar@yahoo.com



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 014, DE 03 DE OUTUBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), da Escola Municipal Júlio Sena Borges, e dá outras providências correlatas".

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Ordinária, realizada no dia 02 de outubro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP da Escola Municipal Júlio Sena Borges, escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 03 de outubro de 2024.

Alexandre Rosa
Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME

Documento assinado digitalmente
CIMARA SANTOS RIBEIRO DE SOUZA
Data: 03/10/2024 11:02:00-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 03 de outubro de 2024.

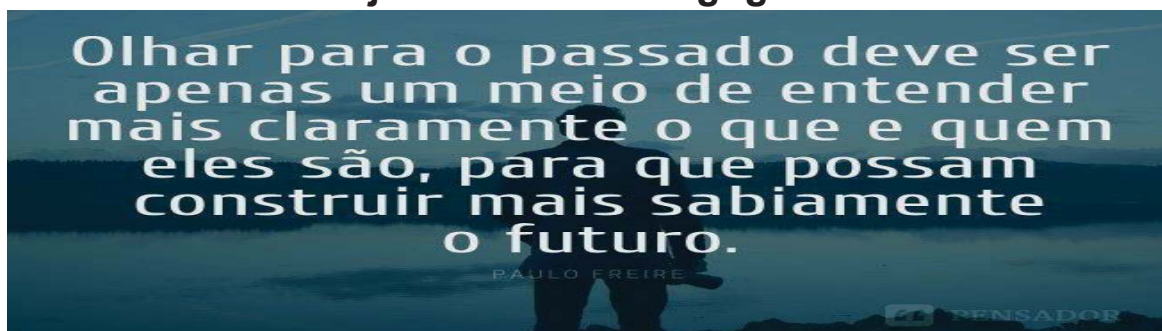
Marizane Lima Martins
Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA JÚLIO SENA BORGES



Escola Júlio Sena Borges Projeto Político Pedagógico



ESCOLA É... O LUGAR ONDE SE FAZ AMIGOS.

NÃO SE TRATA SÓ DE PRÉDIOS, SALAS, QUADROS, PROGRAMAS, HORÁRIOS, CONCEITOS...

ESCOLA É SOBRETUDO, GENTE, GENTE QUE TRABALHA, QUE ESTUDA QUE SE ALEGRA, SE CONHECE, SE ESTIMA.

O DIRETOR É GENTE,

O COORDENADOR É GENTE,

O PROFESSOR É GENTE,

O ALUNO É GENTE,

CADA FUNCIONÁRIO É GENTE.

A ESCOLA SERÁ CADA VEZ MELHOR NA MEDIDA EM QUE CADA UM SE COMPORTE COMO COLEGA, AMIGO, IRMÃO.

NADA DE "ILHA CERCADA DE GENTE POR TODOS OS LADOS" NADA DE CONVIVER COM AS PESSOAS E DEPOIS,
DESCOBRIR QUE NÃO TEM AMIZADE A NINGUÉM.

NADA DE SER COMO TIJOLO QUE FORMA A PAREDE, INDIFERENTE, FRIO, SÓ.

IMPORTANTE NA ESCOLA NÃO É SÓ ESTUDAR, NÃO É SÓ TRABALHAR,

É TAMBÉM CRIAR LAÇOS DE AMIZADE, É CRIAR AMBIENTE DE CAMARADAGEM,

É CONVIVER, É SE "AMARRAR NELA"!

ORA É LÓGICO... NUMA ESCOLA ASSIM VAI SER FÁCIL ESTUDAR, TRABALHAR, CRESCER,

FAZER AMIGOS, EDUCAR-SE, SER FELIZ.

Paulo Freire

Comissão do projeto político pedagógico

Rosilene dos Santos Dias Silva: professora F1 (Relatora)

Osvadina Santos da Silva: professora F2

Elizana Guimarães Souza: professora F2

Neyilma Soares Brito: professora F1

Elinalda Silva Oliveira: professora Infantil

Diana Rodrigues de Oliveira: secretária

Hyago Souza Lidório: porteiro

Mislani Liria Silva Vieira: genitora (Infantil)

Milene Cristina Maria Silva: genitora (F2)

Daiane Aparecida dos Santos Almeida: genitora (F1)

João Eudes Santana Alves: coordenador pedagógico

Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO -----	6
Capítulo 1- MARCO SITUACIONAL -----	7
1.1- IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA-----	7
1.2- ASPECTOS HISTÓRICOS-----	7
1.3- 1.3 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE-----	8
1.4- 1.4 ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR-----	8
Capítulo 2 – RECURSOS -----	9
2.1 -ESPAÇO E INSTALAÇÕES-----	9
2.2 -ACESSIBILIDADE-----	9
2.3 -EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS-----	9
2.4 -RECURSO HUMANOS-----	10
Capítulo 3 - MARCO CONCEITUAL -----	12
3.1 -VISÃO-----	12
3.2 -MISSÃO-----	12
3.3 -VALORES-----	12
Capítulo 4 – OBJETIVOS -----	13
4.1- OBJETIVO GERAL-----	13
4.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS-----	13
Capítulo 5 - BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP -----	14
5.1- DAS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO ESCOLAR-----	20
5.2- CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE-----	21
5.3- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO-----	21
5.4- CONCEPÇÃO DE PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM-----	22
5.5- CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA-----	23
5.6- CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO-----	24
5.7- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO-----	25
Capítulo 6- DAS MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS PELA ESCOLA -----	26
6.1- EDUCAÇÃO DO CAMPO-----	26

6.2- EDUCAÇÃO INCLUSIVA-----	29
Capítulo 7- PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA-----	31
Capítulo 8- DA PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL-----	32
8.1- PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL-----	32
8.2- DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO-----	35
8.3- CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-----	36
8.4- METODOLOGIA-----	39
8.5- AS TRANSIÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL-----	40
8.6- TRANSVERSALIDADES FUNDANTES E AS TRANSVERSALIDADES DAS COMPETÊNCIAS DA BNCC-----	42
8.7- AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL-----	43
8.8- DCNEI, BNCC E A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL-----	43
8.9- CINCO IMPORTANTES PASSOS PARA A AÇÃO AVALIATIVA DOS PROFESSORES-- -----	44
9- PLANEJAMENTO-----	45
10- ACOMPANHAMENTO-----	47
11- ORGANIZADOR CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL-----	50
12- DA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL-----	85
13.1- TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES-----	87
13.2- DA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL-----	89
14.3 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES-----	91
15- DA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL-----	94
16- ENSINO FUNDAMENTAL II – ANOS FINAIS-----	97
16.1- MARCO OPERACIONAL-----	99

16.2- PREMISSAS DA ESCOLA-----	99
16.3- ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE-----	100
16.4- PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA-----	101
16.5- ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE-----	102
16.6- AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS-----	103
16.7- COMBATE AO BULLING-----	104
16.8- EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA-----	105
17- RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS-----	104
17.1- PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR-----	106
17.2 PROPOSTA DE TRANSIÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO FUNDAMENTAL E O ENSINO MÉDIO-----	107
17.3 A TRANSIÇÃO DO 5º PARA O 6º ANO-----	108
17.4 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO-----	111
17.5 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL-----	111
18- PLANO DE AÇÃO-----	113

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento crescente da sociedade moderna tem provocado um olhar mais crítico sobre a educação e a escola em sua prática pedagógica, exigindo que todos reflitam sobre a verdadeira atribuição da escola.

Neste sentido, a complexidade do mundo atual exige uma mudança de cunho pedagógico constante na instituição escolar, de modo que a escola, ao organizar seu currículo, não pode apenas pautá-lo em uma grade de conhecimentos acadêmicos, mas também deve ter consciência de que sua responsabilidade é muito maior.

A Instituição Escolar hoje, além de oferecer conhecimentos acadêmicos, tem ressaltada sua função social, na qual precisa interligar ao seu currículo, aspectos da realidade vivenciada por seus alunos, para que possam exercer com consciência sua cidadania e, conseqüentemente melhorar sua condição de vida social.

Sendo assim, com o objetivo de organizar as ações desenvolvidas na Escola Municipal Júlio Sena Borges procuramos desenvolver coletivamente, com toda a equipe e comunidade escolar, esse documento que buscará identificar a realidade local das crianças atendidas em nossa instituição, nossas fragilidades e possíveis apontamentos do que poderemos fazer para enfrentar essas possíveis situações, em busca de cada vez mais melhorarmos a qualidade da educação oferecida.

Enfim, esse documento de construção coletiva funcionará como um elemento norteador de nossa prática pedagógica. Porém, ressaltamos que nosso projeto não será algo pronto e acabado, mas sim constantemente avaliado e reconstruído, pautando-se no diálogo.

1 MARCO SITUACIONAL

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Nome: Escola Júlio Sena Borges.

CNPJ: 53.901.874/0001-86

Número do INEP:29213649

Endereço: Povoado São Jorge Barra da estiva

Telefone: 77 3450-1220 ou WhatsApp (77999381237)

E-mail: juliosenaborges.2022@gmail.com

1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

Segundo entrevista feita com o senhor morador Jorge Coelho Teixeira nascido e criado aqui no São Jorge. No ano de 1971 e 1972 surge a Escola Júlio Sena Borges, que tinha como prefeito nesta época o senhor Rodrigo Alves Teixeira sobrinho. A escola ganhou esse nome em homenagem ao primeiro morador e fundador do São Jorge que veio pra cá no ano de 1954. Segundo relatos a escola iniciou com duas professoras Isabel Guimarães Novais e Dalva Cordeiro Teixeira, as duas permanecem vivas até então e moram fora da região. Não tinham muitos alunos, era multisseriada e o ensino era até a 4^o série, precisamente na década de 1981 aumentou o número de alunos com a chegada também das professoras Raimunda e Adelina.

Atualmente (2022) a escola atende aproximadamente crianças, na faixa etária de 04 a 17 anos, distribuída nas turmas multisseriadas.

Em seu corpo de trabalho conta com 18 funcionárias desenvolvendo as Funções de: professores, auxiliar administrativo, porteiro, merendeira, secretaria, coordenador(A).

No aspecto físico, a escola possui 04 salas de aula, sala dos professores, sala de administração, sala de secretaria, banheiro masculino, banheiro feminino dos alunos e funcionários.

1.3 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Diagnosticar as fontes dos problemas a serem superadas. Isto significa que os indicadores socioeconômicos, educacional e cultural devem ser previamente conhecidos para que o planejamento educacional se baseie em uma análise mais precisa possível do sistema educacional da escola.

Nossa comunidade atende um público de base da agricultura familiar como manga, maracujá, tomate, limão, hortaliças.

Nossos alunos são filhos e filhas de empregadas domésticas, professores, funcionários públicos, lavradores e autônomos. Em sua maioria tem uma situação econômica que varia da classe baixa à classe média baixa.

Nossos professores são oriundos de diferentes bairros/e cidades vizinhas do município. São profissionais comprometidos com uma práxis educativa coerente e significativa de qualidade e, voltada para uma ação e formação cidadã.

Na comunidade em que estamos inseridos, alguns moradores, devido à falta de oportunidade e por ingressarem muito cedo no mercado de trabalho em busca do sustento e aumento da renda familiar, possui baixa escolaridade. Mas o desenvolvimento local e melhorias no acesso à educação, esta situação está sendo reconsiderada.

Culturalmente, a comunidade é rica, pois carrega tradições culturais que ainda são muito fortes entre os moradores: Festa Junina, Festa do Padroeiro (São Jorge) e festa carnavalesca. Nessa região, em relação ao aspecto religioso, os moradores encontram-se divididos em 03 principais religiões: católica, evangélicas e umbanda. Em sua maioria, os alunos são católicos.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

A Escola Júlio Sena Borges oferta a Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais.

2. RECURSOS

A Escola Júlio Sena Borges possui diferentes recursos para o atendimento às crianças. Esses recursos vão desde recursos humanos até acessibilidade. Para tanto, resolvemos dividi-los em diferentes subgrupos para a melhor descrição dos mesmos.

2.1 ESPAÇO E INSTALAÇÕES Nossa instituição tem um ótimo espaço físico, contando com um pátio amplo e gramado, onde as crianças têm seus momentos de lazer e recreação. Nossa escola possui uma boa estrutura. As salas de aulas são amplas e estão divididas em blocos: Turno vespertino infantil sala1 pré 1 e pré 2, sala 2 primeiro e segundo ano, sala 3 terceiro e quarto ano, sala 5 quinto ano. Turno matutino sala 1 sexto ano. Sala 2 sétimo ano, sala 3 oitavo ano, sala 4 nono ano. Banheiros dos funcionários, banheiros dos alunos, cozinha, refeitório, secretaria, sala de direção, guarita, uma quadra de esportes ao lado da escola, ainda sobre as instalações, ressaltamos que as salas de aulas são amplas, bem ventiladas, proporcionando conforto e bem-estar para nossas crianças. Porém, o que ainda nos falta em relação a nossa estrutura física são mais salas de aula, uma sala de leitura e uma brinquedoteca, uma lavanderia.

2.2 ACESSIBILIDADE Temos rampa de acesso e banheiro para crianças com deficiências locomotoras. Vale ressaltar que estamos em busca de uma educação voltada para as diferenças, ou seja, uma educação inclusiva, não podemos deixar de mencionar em nosso Projeto Político Pedagógico a importância da acessibilidade.

2.3 EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS Os equipamentos que temos em nossa escola estão disponíveis para atender todas as turmas, nos diferentes turnos em que as mesmas se encontram. São eles: aparelhos de som, ar condicionado precisa instalar, armários, cadeiras, carteiras, estantes, livros, televisão, caixa de som, entre outros. Na cozinha, refeitório e lavanderia, dispomos de: geladeira, prateleira, forno fogão a gaz, freezer, liquidificador, fogão, mesa, no setor administrativo, dispomos de: impressora, computador, armário, televisão, entre outros equipamentos para melhor atender aos nossos alunos.

3.4 RECURSO HUMANOS

Coordenador(a) 01. professores 10, auxiliares 04, auxiliares administrativos na área da limpeza 02.

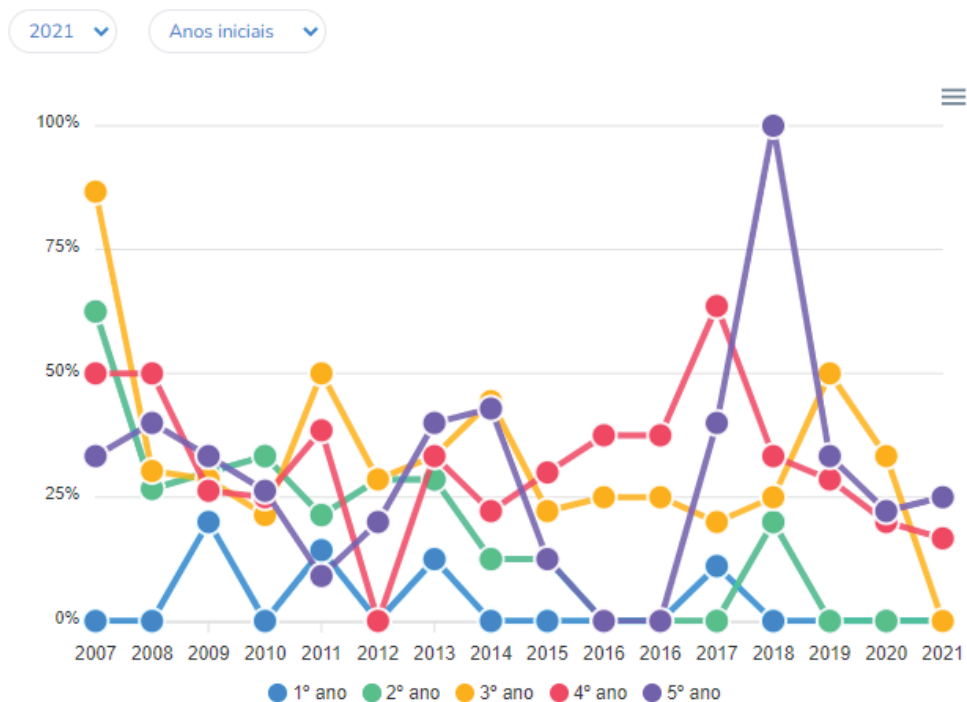
3.5 recursos didáticos

A escola conta com uma pequena biblioteca, que funciona junto à sala dos professores, com acervo de livros didáticos e paradidáticos para atender a faixa etária de seus alunos. Além de brinquedos e jogos e pedagógicos variados que são utilizados por todos os alunos. Além disso, também possui impressora multifuncional de acesso aos professores, entre outros equipamentos necessários para o desenvolvimento das ações pedagógicas nas diferentes turmas da escola.

DADOS MATRÍCULA

ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ANOS INICIAIS
2015		35
2016		28
2017	08	19
2018	05	25
2019	08	19
2020	08	28
2021	09	23
2022	14	54

Evolução da distorção idade-série - ESCOLA JULIO SENA BORGES



Fonte: Indicador de Distorção idade-série - INEP, 2021

Taxas de rendimento por etapa escolar

ANO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO
2015	10,8%	0,0%	89,2%
2016	7,7%	0,0%	92,3%
2017	10,3%	0,0%	89,7%
2018	8,7%	0,0%	91,3%
2019	10,5%	0,0%	89,5%
2020	0,0%	0,0%	0,0%
2021	0,0%	4,5%	95,5%

MARCO CONCEITUAL

APRESENTAÇÃO DA VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS

VISÃO

Ser uma escola de referência na região, para a formação de cidadãos críticos, participativos, inovadores e criativos, fortalecendo assim a comunidade e sua inserção no mundo.

MISSÃO

Promover uma educação de qualidade para todos os alunos, levando-os a construir sua história com responsabilidade, dignidade e autonomia, contribuindo para uma sociedade mais justa, fraterna e feliz.

VALORES

- Valorização da família como parceira no processo educacional de seus filhos;
- Igualdade de oportunidades de acesso e condições para acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender e ensinar;
- Qualidade educacional para todos;
- Equidade;
- Pluralismo de ideias;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Gestão democrática;
- Valorização do profissional da educação/magistério;
- Valorização da experiência extracurricular;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- Respeito pelas diversidades culturais;
- Transparência e ética nas relações;
- Humanização/solidariedade/inação;

- Ambiente acolhedor e estimulador;
- Profissionais com boa formação e capacitação contínua.
- Valorização da identidade local da escola do e no campo

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma educação de acordo com a proposta pedagógica e metodológica da escola envolvendo os estudantes em variadas atividades.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oferecer formação continuada aos professores e demais profissionais que atuam na instituição, sobre a proposta pedagógica da escola;
- Discutir concepções, prioridades, ações, metodologia e formas operacionais;
- Estimular a família para que participe do processo educativo e filosófico da escola;
- Aprofundar o seu papel no processo de desenvolvimento e preservação do meio ambiente, agroecologia com a participação do educando e das famílias;
- Suscitar no educando um profundo respeito pela ética e pelo outro independente de suas condições sociais, culturais, econômicas, religiosas e outras, exigindo para si o mesmo respeito;
- Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de alta realização e preparo para o exercício consciente da cidadania;
- Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio numa sociedade democrática e pluralista;
- Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da personalidade do aluno e sua participação na sociedade.

BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008, Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, em seu artigo 2º, § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para implementação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Escolar Quilombola do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 11 DE MARÇO DE 2024, “Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem e avaliação institucional nas Unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para inclusão no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva das disposições da Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.194/96 e dá outras providências”

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 16 DE MAIO DE 2024, “Dispõe sobre Plano Ensino Individualizado, da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para implementação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Escolar Quilombola do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Júlio Sena Borges faz parte de todo um processo de gestão democrática, por isso a exigência da participação de todos no seu processo de elaboração.

As bases legais para a criação e vivência do PPP dentro desta proposta se encontram em várias leis, como: Constituição Federal de 1988 que, no artigo 206, apresenta a gestão democrática da escola como um dos princípios constitucionais.

Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I, Artigo 206, Inciso VI Fundamenta a responsabilidade de reflexão e expressão sobre a intencionalidade educativa da escola. Estabelece como princípio “a gestão democrática do ensino público na forma da lei”.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Artigo 12 “Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.”

Artigo 13 “Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.”

Artigo 14 “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.”

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências - Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

Resolução CNE/ CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica - Artigo 42 “São elementos constitutivos para a operacionalização destas diretrizes o projeto político-pedagógico e o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.”

Artigo 43 “O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.”

§ 1º “A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.”

§ 2º “Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação – nacional, estadual, municipal –, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.”

§ 3º “A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da educação básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.

” Artigo 44 “O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:

I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;

II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

III - o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos – que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida-conhecimentocultura-professor-estudante e instituição escolar;

IV - as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;

V - a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;

VI - os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil);

VII - o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VIII - o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

IX - as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da educação básica), incluindo dados referentes ao Ideb e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

X - a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional”.

Resolução CNE nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos - Artigo 20 “As escolas deverão formular o projeto político pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do ensino fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.”

§ 1º “O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.”

§ 4º “O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.”

§ 5º “Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais.

Lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016 - Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências –

Meta 8, Estratégia 8.11 “Estimular a oferta de componentes curriculares que tratem do ensino e da aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos - EJA nos projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de graduação em licenciatura.”

Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta a profissionais da educação, a estudantes e aos seus familiares para a formulação dos projetos político-pedagógicos, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais e mães na avaliação do funcionamento da escola e no cumprimento do seu papel na formação das crianças e jovens.”

Resolução CEE nº 60, de 5 de junho de 2007 - Estabelece normas complementares para implantação e funcionamento do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

Artigo 3º “As Unidades de Ensino deverão elaborar ou reformular seus projetos pedagógicos, para efeito de implantação do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, definindo, quando for o caso, os procedimentos indispensáveis à gradual transição do regime de 8 (oito) anos para o novo regime, de que trata esta Resolução.”

Artigo 5º “As unidades escolares, no prazo mínimo de 120 dias antes da implantação do novo regime de que trata esta Resolução, deverão submeter à aprovação do órgão competente do sistema de ensino o seu regimento escolar e seu projeto pedagógico, de que é parte a proposta curricular.”

Resolução CEE nº 137, de 17 de dezembro de 2019 - Fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes dos sistemas de ensino na educação básica do Estado da Bahia e dá outras providências

Artigo 12 “Os projetos pedagógicos correlatos à pré-escola devem realçar os modos de proceder na transição entre a educação infantil e o ensino fundamental, como marca do reconhecimento da formação da criança em ambiências de cuidado e de experiências organizadas para educá-la.”

Artigo 13 “No que tange ao ensino fundamental, as instituições escolares, com assentimento de seus sistemas e redes de ensino, devem organizar seus projetos pedagógicos com os currículos estruturados pelas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.” Parágrafo Único “Os projetos pedagógicos deverão apresentar as respectivas competências e habilidades para as áreas correspondentes, devidamente organizadas para os períodos de aula implícitos na divisão do ano letivo em unidades de ensino.”

Artigo 19 “As propostas pedagógicas das instituições escolares dos anos finais do ensino fundamental devem apresentar o delineamento do projeto de vida dos estudantes, seja com o vínculo prospectivo em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no ensino médio.”

Portaria nº 904/2019 - Homologa o Parecer CEE/CP nº 196/2019, do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação, que autoriza a implementação do Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB).

Artigo 4º “Os municípios que não possuem sistema próprio de ensino e as instituições de ensino devem proceder às adequações e atualizações necessárias, nos seus projetos político-pedagógicos (PPP), regimentos e currículos escolares, de acordo com o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e com as normativas do CEE/BA.”

Artigo 5º “O DCRB será operacionalizado nas unidades da rede estadual de ensino com as diretrizes emanadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia norteando os projetos político pedagógicos (PPP) (re)elaborados pelas unidades escolares”. “As instituições de ensino públicas e privadas que ofertam educação infantil e ensino fundamental devem reformular seus projetos político-pedagógicos, de forma a garantir todos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de competências e habilidades instituídos no DCRB.”

Resolução do CME N° 005, de 29 de dezembro de 2010, que fixa as normas para o funcionamento das instituições de Ensino da Educação Infantil, integrantes do Sistema Municipal de Educação de Barra da Estiva.

O Projeto Político Pedagógico da escola Júlio sena Borges, a partir do entendimento de que a escola é espaço de descobertas, troca de experiências e aprendizagens diversas, defende-se que a escola precisa atentar-se para realidade das crianças, respeitando e considerando em seus currículos e em suas práticas a diversidade, a alteridade e as especificidades dos grupos que as compõem. Desse modo, torna-se compreensível que essa criança negra que está inserida em um contexto social do qual a escola também faz parte e, assume uma dimensão política que reflete na sala de aula. Levando em consideração a diversidade étnico-racial existente no espaço escolar, discute-se em particular a criança negra que além de vivenciar os problemas cotidianos do ser criança, ainda vivencia outros problemas por causa da sua atribuição racial. Sob este aspecto, percebe-se a necessidade de a criança construir uma visão de mundo, de respeito e reconhecimento da diversidade étnico-racial que faz parte da construção da nação brasileira como está exposto no **Estatuto da igualdade racial nº 12.288/10** que efetiva o direito de igualdade para todos e o combate a intolerância étnico racial. Nesse sentido é preciso trabalhar e estimular o respeito à diversidade racial no contexto escolar, desde as primeiras experiências da criança, pensando em futuros homens e mulheres capazes de conviver com o diferente respeitando-se mutuamente.

DAS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO ESCOLAR

CONCEPÇÃO DE ESCOLA

A Escola, inserida no contexto social, inscreve-se como a instituição que oportuniza a vivência de experiências culturais mais amplas e diversificadas. A família, o simples convívio social, os meios de comunicação e, até mesmo, o trabalho, nem sempre possuem condições de propiciar essa vivência.

A ação educativa, na Escola Júlio Sena Borges apresenta como proposta pedagógica a premissa de que o conhecimento é construído nas discussões coletivas e que as relações de aprendizagem possibilitam a reversibilidade de papéis no ato de ensinar e aprender. Nesse sentido, CANÁRIO (2006, p.11) indica que:

[...]O objetivo seria que cada escola pudesse transformar-se em um centro de educação permanente, profundamente enraizada no contexto local e capaz de fazer interagir múltiplos tipos de aprendentes. O que está em causa é fazer da escola um lugar onde todos possam aprender e se tornem habituais situações de reversibilidade dos papéis de ensinar e aprender[...]

A escola insere-se, dialeticamente, na sociedade e, por isso, os/as alunos/as não estão num dado momento, sendo preparados/as para a vida e em outro vivendo. A aprendizagem precisa acontecer a partir de problemas reais. Assim, educar é mais que reproduzir conhecimento. É, sobretudo, responder aos desafios da sociedade na busca da transformação. Portanto, “os sujeitos que hoje vão à escola constituem uma população altamente diversificada, o que gera a necessidade de prestar atenção às diferentes maneiras de interpretar o mundo, o conhecimento e as relações sociais.” (MENEZES, 2006)

Além de ser um espaço de conhecimentos sistematizados, a escola a partir de sua prática diária, busca a superação de preconceitos e combate às atitudes discriminatórias. Da mesma forma o espaço de convivência de crianças e jovens de

origens e níveis socioeconômicos diferentes, com costumes, dogmas religiosos e visões de mundo compõem a diversidade da escola. Portanto conforme afirma GADOTTI (2006, p.55):

A escola integra e articula os novos espaços de formação criados pela sociedade da informação. Ela deixa de ser “lecionadora” para ser cada vez mais “gestora” da informação generalizada, construtora e reconstrutora de saberes e conhecimentos socialmente significativos. Portanto, ela tem um papel mais articulador da cultura, um papel mais dirigente e agregador de pessoas, movimentos, organizações e instituições.

CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

O objetivo da apropriação do conhecimento é contribuir para a emancipação do homem e implica em saber como em cada momento histórico a sociedade está organizada para a produção e reprodução de nossa existência. Compreender essa lógica é compreender as disputas entre os fundamentos que orientam currículos escolares e implica em conhecer a forma como está organizado o capitalismo mundialmente.

Posto que a forma de organização capitalista é determinada pela propriedade privada dos meios de produção cabe aos professores tornar a escolarização um instrumento de problematização, de socialização e de apropriação do conhecimento, contribuindo para a crítica social e para o desenvolvimento de meios de transformação da realidade.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

A educação é um direito de todos. Através dela as gerações passam uma para as outras as experiências e conhecimentos acumulados. A educação não se fez da mesma forma em todas as sociedades pois está vinculada as condições de cada momento histórico nas dimensões social, cultural, histórica e econômica.

Dessa forma, o ato pedagógico na educação escolar não é neutro, sendo mediado pelas relações sócio-históricas de todos os envolvidos no processo educativo.

A educação é um instrumento para emancipação humana, corroborando para a formulação de ideias e tomada de decisões que considerem o respeito e promova os direitos humanos, os princípios de sustentabilidade e consumo responsável e que

promova a aplicação do conhecimento científico no cotidiano, incentivando a participação ativa dos sujeitos na sociedade democrática, garantindo a todos os sujeitos os direitos de aprendizagem da educação básica.

CONCEPÇÃO DE PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Discutir o processo de ensino-aprendizagem requer compreender e discutir os seus desdobramentos no trabalho educativo. A educação escolar tem como objetivo a aprendizagem do aluno.

Na relação ensino-aprendizagem é necessário considerar, sobretudo o trabalho desenvolvido em sala de aula e nos demais espaços educativos como fundamentais para a socialização e a problematização do conhecimento científico.

Compete à escola proporcionar aos alunos o ensino dos conhecimentos essenciais e indispensáveis para a inserção na cultura letrada, na cultura erudita, ou seja, ensinar a ler, escrever, contar, socializar conhecimentos das ciências naturais e sociais. É por meio desses conhecimentos que as possibilidades de inserção no mundo cultural mais elevados será possível.

O acesso aos conceitos científicos depende de processos de alfabetização devidamente conduzidos e concluídos, bem como de processos de ensino devidamente orientados, de forma que se rompa com as exclusões tão frequentes, as quais ocorrem em decorrência do não domínio dos conteúdos presentes na cultura letrada/erudita. Instrumentalizar os alunos é, sobretudo, promover um ensino que possibilite a apropriação dos conteúdos da ciência e da cultura em suas diferentes manifestações.

Na prática pedagógica que se efetiva na sala de aula, é correto afirmar que se estabelecem a atividade de ensino, como prática efetiva do professor, e a atividade de estudo, como prática do aluno e que provoca transformações em si mesmo.

Tomando como ponto de partida a promoção da aprendizagem de conteúdos importantes para formação na perspectiva emancipatória, a organização do ensino requer clareza quanto aos procedimentos metodológicos.

O ato de planejar o ensino e a aprendizagem como trabalho pedagógico em sala de aula precisa ser intermediado por ações intencionais, rigorosamente organizadas.

Portanto, cabe a cada componente curricular planejar o caminho para garantir a apropriação dos conhecimentos científicos de forma contextualizada.

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

Ser criança e viver a infância são direitos conquistados, que precisam ser preservados no âmbito das diferentes instituições sociais: família, escola e comunidade, entre outros espaços e tempos.

Para conceber a infância é necessário compreendê-la de maneira histórica, sendo necessário refletir, problematizar e desvelar o trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças e suas famílias, porque esse permeia a visão de sociedade, de educação e de mundo que sustenta toda e qualquer ação. A proposta curricular para a Educação Infantil, portanto, precisa ser compreendida a partir dos pressupostos filosóficos, psicológicos e pedagógicos.

Inicialmente, o homem não surge como um ser pronto e acabado, mas como um ser que é produzido pelo meio, pela própria natureza e que, à medida que vai sendo produzido, vai se sensibilizando em relação ao meio, vai conhecendo e adquirindo experiências que vão sendo acumuladas e transmitidas de uns aos outros, possibilitando a adaptação do meio às suas necessidades. Ou seja, o homem é um produto do meio que, em sendo produzido, passa a produzir o meio que o produz e em que se produz.

Em segundo lugar, o trabalho se constitui na marca do homem, de tal forma que não dá para entendê-lo dissociado da noção de trabalho, bem como não é possível compreender o trabalho sem relacioná-lo ao homem.

Terceiro, para agir coletivamente, criou-se um sistema de signos que permitiu a troca de informações e a ação conjunta sobre o mundo. A linguagem é constituída da atividade mental. Portanto, não é apenas adquirida por nós no curso do desenvolvimento; ela constitui, transforma-nos e é mediadora de todo o processo de apropriação de mundo e de nós mesmos, acompanhando os jogos, as brincadeiras e as nossas ações ao longo da vida.

Quarto, no processo de hominização ocorre o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, entre elas, a memória, a atenção voluntária, a percepção, o raciocínio, o pensamento, a abstração, portanto, o desenvolvimento da atividade mental. Esse

desenvolvimento pressupõe a internalização das operações externas, mediadas pelos instrumentos e pelos signos.

Quinto, a internalização não é uma condição dada a priori ao sujeito. Para efetivar-se, necessita de ações de intervenção em nível de mediação para que aquilo que acontece, inicialmente, no nível interpessoal, possa ocorrer, posteriormente, no nível intrapessoal.

À luz desses pressupostos, a função social das Instituições de Educação Infantil é redimensionada, a fim de se tornar acessível a todas as crianças que as frequentam, os elementos culturais construídos pela humanidade, os quais contribuem para o seu desenvolvimento. Dessa forma, a Instituição de Educação Infantil e a família são corresponsáveis pela educação da criança e, por isso, precisam estabelecer entre si um vínculo relevante e permanente, por meio de trocas de informações sobre o seu dia a dia nesses espaços educativos (família e escola), conferindo-lhes um elo de proximidade, afetividade e segurança emocional, indispensáveis ao processo de desenvolvimento e aprendizagem infantis.

CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

A concepção de currículo, adotada pela Escola Municipal Júlio Sena Borges pretende ultrapassar a estrutura linear e compartimentalizada das áreas e componentes curriculares isoladas e desarticuladas. Assim, busca relações de reciprocidade e colaboração entre as diversas áreas em uma atitude dialógica e cooperativa permanente, necessária à compreensão das múltiplas relações que constituem o mundo da vida, no qual os sujeitos, mediados pela comunicação, organizam-se e interagem construindo saber, cultura e condições necessárias à existência. Corroborar com essa ideia FERRAÇO (2006, p. 10)

Pensar os currículos de uma escola pressupõe, então, viver seu cotidiano que inclui, além do que é formal e tradicionalmente estudado, toda uma dinâmica das relações estabelecidas, ou seja, para se poder falar dos currículos praticados nas escolas, é necessário estudar os hibridismos culturais vividos nos cotidianos.

O currículo deve redimensionar, constantemente, os espaços e tempos escolares, revendo concepções e práticas pedagógicas. Nesse contexto, a formação permanente dos/as educadores é indispensável, promovendo a cooperação entre os implicados no processo educativo, possibilitando mudanças, a partir de uma práxis reflexiva, tendo em vista a qualificação do processo de ensino – aprendizagem.

Todo o processo de educação escolar, por ser intencional e sistemático, implica a elaboração e realização de um programa de experiências pedagógicas a serem vivenciadas em sala de aula, na escola e fora dela. O currículo é entendido aqui como o conjunto dessas atividades, carregadas de sentido, com uma intencionalidade educativa, capaz de indicar os caminhos, admitindo mudanças, atalhos, alterações significativas em busca da aprendizagem de todos os alunos. Assim, a educação ultrapassa a reprodução de saberes e fazeres, possibilitando a troca de experiências e a construção de aprendizagens significativas.

Dessa forma, o currículo está diretamente relacionado ao contexto sócio-político-cultural e, assim, é construído de forma dinâmica e participativa através de uma abordagem interdisciplinar, tendo em vista, prioritariamente, a formação do cidadão comprometido eticamente com a transformação da sociedade.

Currículo é, além dos conhecimentos/conteúdos, também o planejamento e a articulação de toda intencionalidade pedagógica da instituição escolar. O Currículo da Escola Municipal Júlio Sena Borges é organizado a partir das necessidades dos alunos, inferidas a partir das avaliações frequentes que se realizam na escola e das discussões dos grupos de planejamento, tendo como documentos orientadores.

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser entendida como suporte do processo decisório da gestão da educação básica, bem como da relação ensino-aprendizagem nela desenvolvida. Esta concepção de avaliação como processo decisório, conforme DEMO (2000, p. 97):

(...) muda radicalmente o processo avaliativo do aluno, não mais voltado à mera frequência e às notas das provas, mas na pesquisa e elaboração própria. Está em jogo sua capacidade de questionar e reconstruir, na teoria e na prática, com qualidade formal e política. Busca-se avaliar as condições de formação da competência, dentro de um processo evolutivo sustentado a longo prazo, através sobretudo de um sistema de acompanhamento cuidadoso e dedicado, mais do que por notas, semestre a semestre. Avaliar não é apenas medir, mas sobretudo sustentar o desempenho positivo dos alunos (...) não se avalia para estigmatizar, castigar, discriminar, mas para garantir o direito à oportunidade. As dificuldades devem ser transformadas em desafios, os percalços em retomadas e revisões, as insuficiências em alerta.

DAS MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS PELA ESCOLA

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Na organização da ação pedagógica da Escola Municipal considera-se:

1. levar em consideração o projeto político-pedagógico como instrumento de organização e de gestão do trabalho educativo escolar que respeita o direito à igualdade e que contempla a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia;
2. garantir a identidade da escola do campo, de acordo com a Resolução CNE/CEB n. 1/2002:

Art. 2. Parágrafo Único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de

projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002)

3. garantir uma organização curricular escolar própria, que atenda às especificidades das realidades locais, podendo se organizar em grupos seriados ou não seriados, ou alternância, conforme os Artigos 23, 26 e 28 da LDB;
4. adequar o calendário escolar às fases do ciclo de produção e às condições climáticas de cada comunidade;
5. compreender os eixos temáticos na Educação do Campo – agricultura familiar; sistemas de produção e processos de trabalho no campo; economia solidária; desenvolvimento rural sustentável e solidário com enfoque territorial; agroecologia; identidade, cultura, gênero e etnia; entre outros que possam emergir do diálogo com a comunidade – como problemáticas centrais de pesquisas realizadas com a própria comunidade, construindo, assim, uma prática pedagógica dialógica;
6. estabelecer diálogo entre as áreas do conhecimento e os eixos temáticos da Educação do Campo, contemplando a diversidade e a realidade do campo, servindo de referência para que as unidades temáticas dos componentes curriculares apresentadas na BNCC ressignifiquem os objetos de conhecimento, tornando-os mais significativos quanto mais próximos estiverem da realidade vivenciada nas comunidades do campo;
7. unir os saberes dos educandos com as diferentes áreas do conhecimento para possibilitar a vivência de novos saberes e o desencadeamento de ações coletivas, fortalecidas e facilitadas pelas metodologias e estratégias didáticas voltadas para o campo;
8. assegurar metodologias que sejam pertinentes à realidade do campo, em um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, assegurando a preservação da vida das futuras gerações
9. considerar a avaliação como elemento constitutivo do processo de ensino e aprendizagem, com base na formação integral dos educandos, em suas múltiplas perspectivas – humana, social, política, cultural, ambiental, ética, estética e profissional –, e também como um processo diagnóstico, investigativo, formativo, sistemático, contínuo e participativo, de modo a possibilitar aos educandos uma formação emancipatória;

10. implementar o Regime de Colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cumprindo suas responsabilidades para o melhor funcionamento das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, conforme Artigo 6º da Resolução CNE/CEB n. 1/2002 (BRASIL, 2002);

11. garantir que os professores das escolas do campo tenham condições dignas de trabalho;

12. garantir que os professores das escolas do campo possuam formação necessária ao desenvolvimento adequado dos processos educativos próprios à realidade do campo, seja por meio de formação inicial, seja por meio de formação continuada.

A educação do campo deve estar vinculada a cultura e as necessidades humanas e sociais dos sujeitos sociais, considerando a dinâmica dos saberes da experiência e o cotidiano dos povos do campo como referência para o trabalho pedagógico.

A escola caracteriza-se enquanto local de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade e local de produção de conhecimentos em relações que se dão entre o mundo da ciência e o mundo da vida cotidiana.

Nesse sentido, compete ao professor reorganizar sua prática educativa, aproximando-a da realidade dos sujeitos do campo com vistas a desenvolver no aluno o sentimento de pertencimento. As metodologias, bem como os conteúdos escolares devem ter significado para a comunidade escolar, definindo os quais conhecimentos locais e quais historicamente acumulados devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos e que possam contribuir para ampliação dos conhecimentos dos educandos.

É necessário discutir os conteúdos de forma a gerar indagações, tendo a investigação e os conhecimentos desses povos como ponto de partida para a seleção e desenvolvimento dos conteúdos escolares, valorizando as singularidades regionais e localizando as características nacionais.

É papel da escola realizar uma interpretação da realidade que considere as relações mediadas pelo trabalho no campo, como produção material e cultural da existência humana.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Escola Júlio Sena Borges tem como proposta ser uma escola inclusiva. Partindo do pressuposto de que a educação é para todos, busca-se reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo escolar e a garantia do acesso e permanência do aluno na escola. Acredita-se, para tanto, que os sujeitos podem aprender juntos, embora com objetivos e processos diferentes, tendo em vista uma educação de qualidade. Conforme CARVALHO (2000, p. 17):

Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Como esse enfoque temos procurado pensar no especial da educação, parecendo-nos mais recomendável do que atribuir essa característica ao alunado.

Tal conceito nos remete a mudanças significativas no contexto escolar no que se refere às questões pedagógicas, relacionais, administrativas e institucionais, garantindo a aprendizagem de todos os alunos, tendo em vista o respeito pela diferença. Nessa assertiva, CARVALHO (2000, p. 17) “[...] a diferença não é uma peculiaridade das pessoas com deficiências ou das superdotadas. Todos somos absolutamente diferentes uns dos outros e de nós mesmos, à medida que crescemos e nos desenvolvemos. Somos todos especiais.”

A inclusão de alunos/as com necessidades educacionais especiais implica redimensionamento curricular dos processos de ensino-aprendizagem, bem como do acesso aos diferentes espaços físicos da Instituição. Segundo Werneck (1999, p. 12-13),

Partindo da premissa de que quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas, mais ela adquire o genuíno conhecimento, fica fácil entender porque a segregação não é prejudicial apenas para o aluno com deficiência. A segregação prejudica a todos, porque impede que as crianças das escolas regulares tenham oportunidade de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios. Sem bons desafios, como evoluir.

Dessa forma, a escola busca organizar a prática pedagógica, possibilitando a personalização do ensino de acordo com as particularidades de todos os alunos. Pressupõe, sobretudo um trabalho de planejamento centrando-se no contexto do grupo, atendendo não só os alunos com necessidades educativas especiais, mas também as eventuais especificidades dos demais alunos, contribuindo, dessa forma, com o processo de inclusão escolar. As adaptações curriculares, tanto no que se refere às adaptações dos objetivos, dos métodos, como também da avaliação, ocorrem como uma das formas mais específicas de contemplar as necessidades individuais do aluno.

Além disso, entende-se que as discussões a respeito da inclusão devem ser ampliadas e estendidas a toda comunidade escolar, para que haja o entendimento e respeito às diferenças, já que somos todos diferentes com um jeito próprio de pensar e agir. Assim, “[...] é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.” (SANTOS apud MONTAN, 2003, p.34).

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam a diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. A Educação Inclusiva atenta a diversidade inerente a espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento

peçoal de todos. Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Escola prevê a oferta à comunidade da Educação Infantil, Ensino Fundamental, conforme legislação vigente.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 9394/96, em seu artigo 26, “os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

Portanto, expressa-se, no Projeto Político-Pedagógico da Escola, os princípios básicos para construção de uma proposta pedagógica que vise a articulação entre os saberes locais dos sujeitos e a estruturação de Projetos Interdisciplinares que possibilitem o acesso ao conhecimento sistematizado, em cada uma das áreas, com vistas à aprendizagem significativa.

Pretende-se uma ressignificação curricular constante, no contexto da Educação Básica, compreendendo que [...] “o currículo é um conjunto de aprendizagens valorizadas socialmente e como uma construção permanente e inacabada, resultante da participação de todos, um espaço integrado e dialético, sensível à diferenciação e que, conseqüentemente não ignore a existência de uma realidade que se constrói na diversidade.” (MORGADO, 2004, p. 117).

A proposta pedagógica da Escola, expressada no Projeto Político-Pedagógico, prevê uma articulação no desenvolvimento do currículo, sobrepondo-se práticas políticas, administrativas, econômicas e pedagógicas levando em consideração “que o aluno já traz uma bagagem cultural, [...] não aprende só no tempo de aula, nem só através do professor; há um movimento autógeno de busca de atribuição de sentido para o

mundo em que vive”. (VASCONCELOS, 2002, p. 141). Nessa perspectiva, o currículo é conteúdo cultural e cabe aos/às educadores/as estabelecer um projeto para que esta cultura escolarizada concretize-se de forma crítica e participativa junto aos sujeitos do processo, ficando evidente a necessidade de um trabalho docente coletivo, na busca da aprendizagem significativa de todos.

Além disso, entende-se que a participação dos pais, na formação de seus filhos, em parceria com a escola, seja de fundamental importância para a constituição de um comprometimento com o processo de aprendizagem.

DA PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para orientar as unidades de Educação Infantil a planejar seu cotidiano, as Diretrizes apontam um conjunto de princípios defendidos pelos diversos segmentos ouvidos no processo de sua elaboração e que devem orientar o trabalho nas instituições de Educação Infantil. Dada sua importância na consolidação de práticas pedagógicas que atendam aos objetivos gerais da área, eles serão aqui apresentados em detalhes:

Princípios éticos – valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Princípios políticos – garantia dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Princípios estéticos – valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Para apontar formas de operacionalização destes princípios, o texto do Parecer das Diretrizes remete à adoção de uma série de medidas voltadas a garantir certos objetivos e certa metodologia no trabalho didático. Vejamos:

Cabe às instituições de Educação Infantil, de acordo com os princípios éticos: - assegurar às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades ao

participar das práticas educativas; - valorizar suas produções, individuais e coletivas; - apoiar a conquista pelas crianças de autonomia na escolha de brincadeiras e de atividades e para a realização de cuidados pessoais diários; - proporcionar às crianças oportunidades para:

- ampliar as possibilidades de aprendizado e de compreensão de mundo e de si próprias trazidas por diferentes tradições culturais;
- construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças, combatendo preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem como pessoas;
- aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais;
- adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente;
- respeitar todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.

Para a concretização dos princípios políticos apontados para a área, a instituição de Educação Infantil deve trilhar o caminho de educar para a cidadania, analisando suas práticas educativas de modo a:

- promover a formação participativa e crítica das crianças;
- criar contextos que permitam às crianças a expressão de sentimentos, ideias, questionamentos, comprometidos com a busca do bem estar coletivo e individual, com a preocupação com o outro e com a coletividade;
- criar condições para que a criança aprenda a opinar e a considerar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma reação afetiva, uma ideia, um conflito.
- garantir uma experiência bem sucedida de aprendizagem a todas as crianças, sem discriminação, e lhes proporcionar oportunidades para o alcance de conhecimentos básicos que são considerados aquisições valiosas para elas;

O trabalho pedagógico na unidade de Educação Infantil, em relação aos princípios estéticos deve voltar-se para:

- valorizar o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências;
- organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade;
- ampliar as possibilidades da criança de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades;
- possibilitar às crianças apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulem em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu projeto político pedagógico.

Os princípios expostos devem sustentar as práticas de Educação infantil e privilegiar aprendizagens como ser solidário com todos os colegas, respeitá-los, não discriminá-los e saber por que isso é importante, aprender a fazer comentários positivos e produtivos ao trabalho dos colegas, a apreciar suas próprias produções e a expor a adultos e crianças o modo como às fez.

Nessa direção as práticas cotidianas na Educação Infantil devem:

- considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças,
- apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e
- efetivar-se por meio de modalidades de experiências que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Os processos educacionais devem ser organizados conforme o crescimento das crianças, propondo conhecimentos e desafios que se enquadrem à sua faixa etária. É exatamente isso que os seis direitos da aprendizagem na educação infantil trazem para as instituições de ensino.

- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.
- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas (BRASIL, 2017, p.36).
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL, 2017, p. 36).
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2017, p. 36).

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil são os pilares para uma formação saudável, que coloca o aluno como protagonista do seu processo de aprendizagem. A aplicação dessas iniciativas colabora para processos educacionais que promovem o desenvolvimento intelectual, cognitivo, motor e emocional, de uma maneira humanizada e acolhedora, visando a participação de todos os discentes, independentemente de quais sejam as suas condições.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os Campos de Experiências tiveram origem nas DCNEI (2010), como experiências que devem ser oferecidas de modo planejado, intencional e fundamentado pelo professor para a jornada de aprendizagem da criança.

Os Campos de Experiências se opõem a qualquer lógica que se aproxime dos componentes curriculares, da compartimentação ou campos de conhecimentos. Ao contrário, os Campos de Experiências buscam a relação e correspondência aos direitos de aprendizagens e a concepções de crianças. Cabe destacar que os Campos de Experiências devem estar incorporados em todos momentos e experiências de aprendizagem propostos durante o período em que a criança está na escola, ou seja, não devem estar reduzidos a situações específicas. Nesta lógica, sob o viés dos Campos de Experiência, o planejamento, a criação de estratégias e a organização do espaço educativo devem estar articulados de maneira a instigar e provocar a criança a explorar tais contextos e propostas.

Deste modo, é a criança que vive a experiência, que tem e experimenta múltiplas linguagens, que traz as práticas sociais que viveu, que interage com os objetos de conhecimento, que segue subjetivando, significando e tendo acesso ao conhecimento social e historicamente produzido. Por fim, experiências como brincar, conviver, conhecer, expressar, explorar e participar, constituem-se como aprendizagem.

Os Campos de Experiências a serem trabalhados na Educação Infantil são:

O EU, O OUTRO, O NÓS, O EU, O OUTRO, O NÓS - Na infância, a construção dos processos identitários, realizada por meio de inúmeras formas de observação e de indagações que envolvem as pessoas, eventos, tradições familiares, culturas onde as

crianças estão inseridas desde os seus primeiros dias de vida, efetivas comparações, assim como processos de inclusão e exclusão. As Crianças constroem seus processos identitários convivendo e dialogando consigo e com os outros. Experimentam estados de humor e, com isso, aprendem a expressá-los, em busca de apoio, cuidado, proteção e interação qualificada. É aqui que muitos dos seus direitos deverão ser exercidos, tendo como guardiões o Estado e a família, entre outras instituições educacionais, meios pelos quais também aprendem sobre seus deveres. Da perspectiva da infância, esta é a condição de uma passagem evolutiva, importante, na superação gradual do seu egocentrismo, entrando em cena, com importantes aprendizagens sociais. É aí que a escola tem um papel social fulcral no processo de ampliação dos processos de socialização e, portanto, de ampliação, também, do processo identitário da criança. É aí, também, que acontece uma diferenciação significativa da qualificação da convivência, a partir de valores vinculados à solidariedade, à reciprocidade e ao respeito dos direitos e deveres de si próprio e dos outros. O outro começa a surgir como fonte de possibilidades e limites, assim como valores democráticos importantes a serem exercidos pela cidadania.

CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS - As crianças jogam com o próprio corpo, comunicam-se e exprimem-se com a mímica. As experiências motoras permitem integrar as diferentes linguagens. Jogos que impliquem a psicomotricidade fina e ampla constroem aprendizagens importantes, assim como satisfação e saúde. Nesses termos, é de suma importância que uma arquitetura de prédios para Educação Infantil tenha consciência da importância do planejamento dos espaços para que a especificidade pedagógica da Educação Infantil tenha lugar.

TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS - As crianças se encontram nas Artes com uma facilidade, a Arte implica emoções, imaginação, sensibilidade e autoria artística. Arte e diferença são entretencimentos que criam singularidades incessantes, ao mesmo tempo em que elaboram experiências formacionais, singularizantes, porque vivem da e na criação. A experimentação de materiais e linguagens como a música, a dramatização, os sons, elaborações gráfico-pictóricas, bem como a criação e experimentação de mídias, implicam atitudes de pesquisa e um prazer singular nos processos de aprendizagem.

ESCUÇA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO – As crianças, ao encontrar-se com a escola, já possuem um repertório linguístico rico. Na escola, esse repertório se diferencia na medida em que processos de socialização e outros são vividos a partir de aprendizagens mais ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES – A curiosidade da criança é uma das atitudes que favorecem a sua inserção no querer saber no que se refere aos diversos fenômenos da Natureza. Convidá-la a refletir sobre conceitos científicos e matemáticos pode ser pedagogicamente um prolongamento de sua condição para questionar quase tudo. Nesses termos, ao observar os fenômenos que os cercam, tentam compreender experimentando e observando suas mudanças. Neste mesmo fluxo de curiosidades sobre si, sobre outros seres, assim como sobre algumas lógicas da tradição matemática contidas em histórias e jogos matemáticos, ampliam sua compreensão do mundo em que vivem. Na vontade de experimentar e questionar o mundo em que vive e as informações que têm acesso, a atitude de pesquisa num sentido amplo já está presente no modo de ser criança. Nesse sentido, podemos considerar a criança um ser que gosta de exercitar a exploração e o mundo para compreendê-lo. Como mediadores pedagógicos desse processo, o professor e seus auxiliares e adultos próximos ajudam as crianças a ampliarem e complexificarem suas compreensões, formulando questões explicitativas e oferecendo pistas, à medida que os pequenos exploram objetos, materiais e manifestações da Natureza. Nesse processo, os professores também vão mediando formas pedagógicas mais estruturadas e sistematizadas de oportunizar na criança compreensões lógicas. O uso de materiais e de experiências cotidianas com o cálculo para que a constatação e a abstração se encontrem e facilitem o acesso às competências matemáticas iniciais e a representação dos seus símbolos. Seus movimentos no espaço permitem, também, experimentar e experienciar de forma reflexiva conceitos geométricos. Inserções de jogos de mesa e jogos eletrônicos abrem possibilidades de desenvolvimento lógico num mundo contemporâneo eivado de constantes desafios neste campo dos inventos que implicam jogos e brincadeiras para crianças. Nesse particular, é fundamental cuidar das adequações cognitivas e éticas desses jogos. Assim o mundo dos números e dos cálculos pode ser experimentado e compreensões podem ser construídas de forma lúdica e processual, incluindo nessa itinerância compreensiva os fenômenos presentes na Natureza, na biologia humana e de outros seres.

METODOLOGIA

O trabalho metodológico na Escola Júlio Sena Borges está pautado em uma educação integral, democrática e de igualdade, com respeito às singularidades e ao desenvolvimento humano em seus múltiplos aspectos: social, afetivo, moral, ético, intelectual e simbólico. Com esse viés, o trabalho pedagógico efetivo o ato de brincar, do investigar e do interagir como metodologias de trabalho que circunscrevem toda a prática de acordo com os campos de experiências e as rotinas da Educação Infantil, de modo intencional e contextualizado.

As Investigações no percurso da aprendizagem são uma estratégia didático-metodológica que propõe a inter-relação das diferentes áreas de conhecimento, na qual a criança é ativa nesse processo, pesquisando, observando e formulando hipóteses para explicar o que chama sua atenção, formulando perguntas, analisando as contradições, avaliando/sugerindo o percurso de busca, dialogando com os colegas e professores e elaborando conceitos. Tais elementos deixam visíveis o percurso de pensamento e aprendizagem da criança.

A proposta metodológica da Educação Infantil também inclui momentos de rotina, que se mantêm ao longo dos dias e das semanas e têm como intuito sistematizar e orientar o fazer pedagógico, trazendo segurança e sintonia às crianças e a equipe pedagógica. Dentre os momentos de rotina estão: as conversas coletivas em círculo, atividades diversificadas, exploração em sessões de contextos de investigação, hora da leitura, rotina de cuidados, exploração do ambiente externo com brincadeiras, atividades mão na massa, atividades físicas e lúdicas.

O planejamento segue articulando os movimentos, os percursos de investigação, os cuidados de higiene e alimentação, além dos planejamentos estáveis das rotinas de transição entre um espaço e outro. Metodologicamente, estabelece-se na rotina do professor os registros diários que culminam em documentações pedagógicas, com propósito de deixar visível a trajetória de construção e de conhecimento das crianças, construindo a memória do percurso da Escola Municipal Júlio Sena Borges. Tais registros permitem a análise e reformulação da construção pedagógica, o que amplia a qualidade do processo.

AS TRANSIÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, ao anunciar a Educação Infantil, realizada em creches e pré-escolas, como primeira etapa da Educação Básica, sugere um esforço integrador da Educação Infantil com os demais níveis educacionais, Ensino Fundamental e Médio.

Para o aluno a passagem entre as etapas de ensino não virá sem dificuldades. No início da vida escolar, impõe-se a dura separação da criança com suas famílias. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental as brincadeiras em sala de aula começam a dar lugar a atividades mais intensas e cobranças. Nos Anos Finais, surgem os professores especialistas, as provas cada vez mais exigentes e o desabrochar da adolescência – uma transição por si só difícil.

A Lei nº 11.274(2006) instituiu o Ensino Fundamental de nove anos (EF), ampliando a sua duração através da antecipação da idade de matrícula das crianças nas escolas, que, a partir de então, deve ocorrer aos seis anos. Fato relativamente recente na educação brasileira, o novo EF requer mudanças organizacionais, estruturais, curriculares e de gestão em todos esses âmbitos, ao mesmo tempo em que novas questões são colocadas em pauta, revigoram-se temas bastante antigos no campo educacional.

Uma das preocupações está na transição entre a Educação Infantil para o Ensino Fundamental, pois pode vir acarretar mudanças para a criança criando situações de ansiedades e inseguranças. Garantir a adaptação dos alunos é uma tarefa complexa, mas que se torna mais fácil quando se procuram entender o contexto de onde eles vieram, seja de casa ou de outra etapa de ensino. É necessário assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando nas crianças rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização (Brasil, 2004b, p.22).

A rotina da Educação Infantil é bem diversificada, temos como eixo estruturante a interação e a brincadeira e ao ingressar nas séries iniciais do Ensino Fundamental os

alunos encontram uma rotina um pouco diferenciada. É por isso que esse período merece toda a atenção da escola para que as crianças se adaptem a tantas transformações, os professores devem preparar um ambiente acolhedor que permita a continuidade do aprendizado.

A BNCC estabelece a importância da continuidade entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, aprofundando e ampliando as experiências da criança. Nesta perspectiva, a transição entre as duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que aja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagem das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

A transição entre as duas etapas de ensino, é um período repleto de desafios para as crianças e para os seus pais, as novidades geram empolgação, visto que evidenciam crescimento, aprendizado e desenvolvimento. No entanto, há também uma enorme insegurança e ansiedade, o medo do desconhecido e do novo faz com que as crianças ingressem nesta etapa temendo uma rotina mais rígida, sem contar que na sala de aula, as brincadeiras e cantigas são substituídas gradativamente. Diante disso, a escola precisa possibilitar que esse período tão importante na vida escolar ocorra de maneira mais tranquila. Para que as crianças se adaptem a tantas transformações, cabe ressaltar que não existe um padrão, cada um em sua individualidade apresenta uma reação diversa. Há crianças que acostumam rapidamente, porém existem também os que resistem, choram e se mostram resistentes.

A recomendação da BNCC é considerar o histórico dessa criança que chega ao Ensino Fundamental I, é essencial que o professor conheça quais habilidades desenvolveu, onde tem mais dificuldade e quais são seus potenciais. Dessa forma, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil

podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa etapa da vida escolar.

Neste momento de transição as famílias das crianças também precisam estar atentas às mudanças, é importante manter um diálogo, informando aos pais sobre os cuidados e as estratégias adotadas para que as crianças se adaptem a nova rotina.

TRANSVERSALIDADES FUNDANTES E AS TRANSVERSALIDADES DAS COMPETÊNCIAS DA BNCC

As transversalidades fundantes que devem ser exploradas para elaboração do currículo são: Concepção de infância, cuidado, interação, ludicidade e formação.

Temos que, para a concepção de infância deva-se pôr em prática não só o etapismo da fase em que as crianças se encontram que, na maioria das vezes, visa apenas o “amadurecimento” adulto como meta, porém, devem ser analisados todos os passos infantis em sua inteireza, atuando-os como atores e atrizes curriculantes, acrescentando-os, portanto, ao currículo que vivenciam.

O cuidado é uma transversalidade insubstituível para a qualificação de um currículo em educação infantil, pois, o mesmo define o cuidado ao educar, seja na mediação das aprendizagens ou nas interações cognitivas, afetivas, artísticas e linguísticas.

Já as interações fazem referência a necessidade de se saber acolher, compreender, orientar e reorientar as experiências desenvolvidas pelas crianças frente o currículo e seus atos. Nessa fase, vale ressaltar a importância de se respeitar as individualidades surgidas a partir de interações que constituem toda a vida da criança, em relação não só aos saberes, como também, às suas aprendizagens. Nessa transversalidade fundante deve-se buscar compreender a singularidade de cada criança. Só assim será construída uma formação com qualificação em seus fundamentos.

No campo da ludicidade é explícito a necessidade da criança aprender brincando, logo, deve ser levado em consideração o desejo da construção de um currículo

brincante, devido às condições do qual está sendo elaborado, ou seja, para crianças (seres brincantes). Partindo de tal pressuposto, deve-se pôr em prática a adoção de brincadeiras como caráter de preparo, e não apenas como caráter recreativo. O que deve ser posto em prática é a não destituição de atividades lúdicas e de seu devido valor, pois as mesmas, muitas vezes, são consideradas, apenas como uma mera atividade de descanso em virtude de um excesso de energia. Tonando-se um estigma para a vivência do lúdico.

Por fim, a inserção das transversalidades fundantes para a construção do currículo de educação infantil na cidade de Barra da Estiva, acarretará a legitimação do mesmo, pois, este se qualificará perante a formação das crianças em todos os níveis de integralidade, levando em consideração vários campos dos saberes e experiências: éticas, estéticas, culturais, políticas e espirituais.

A BNCC também define “dez competências” de base, que devem ser mencionadas/seguidas, sendo elas: Conhecimento; Pensamento científico, crítico e recreativo; Repertório cultural; Comunicação; Cultura digital; Trabalho e projeto de vida; Argumentação; Autoconhecimento e cuidado; Empatia e cooperação; Responsabilidade e cidadania.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DCNEI, BNCC E A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), publicadas por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE-CEB nº05-2009, no artigo 10º identificam a avaliação definindo que as instituições de educação infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção ou classificação.

A BNCC defende o seguinte, “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”. Dessa maneira suprir as referências deixadas do ensino fundamental e passa-se a pensar em práticas adequadas e próprias para a infância.

De acordo com esses documentos, que apontam uma concepção de Avaliação na Educação Infantil que busca articular os saberes do professor e a promoção do desenvolvimento integral das crianças, há cinco importantes passos para a prática dos educadores.

CINCO IMPORTANTES PASSOS PARA A AÇÃO AVALIATIVA DOS PROFESSORES

1. PLANEJAR – Enxergar a avaliação como meio para novas aprendizagens, tanto do professor, quanto das crianças.
2. OBSERVAR – A partir da observação e reflexão da própria prática, o professor deve pensar, avaliar suas ações e dar continuidade ou propor mudanças no planejamento.
3. REGISTRAR – Ressaltar, ouvir e registrar crítica e cuidadosamente as pesquisas da meninada, atividades propostas, brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.
4. REFLETIR – Utilizar múltiplos instrumentos de registros (diários de bordo, cadernos de anotações, planejamento, fotos, vídeos, entre outros recursos que o professor sentir necessidade de utilizar para dar visibilidade às aprendizagens)
5. COMUNICAR – O professor deve propor a criação coletiva de documentação pedagógica que permita a criança e as famílias reconhecer os processos de desenvolvimento e aprendizagens na educação infantil.

As instituições estão traçando caminhos e construindo novas formas de pensar a avaliação na educação infantil e, nesse sentido, a Documentação Pedagógica vem sendo pensada como possibilidade de dar visibilidade as aprendizagens das crianças e adultos nas escolas e creches.

Pensar a documentação pedagógica como possibilidade e assumir a avaliação como um processo narrativo nos transporta para um novo lugar, uma zona estranha, incerta e fascinante. É um convite a inverter o olhar e pensar uma lógica que vê e narra a criança pequena não como faltosa ou inábil, mas como força, potência e possibilidades. Isso diz de uma concepção inovadora de educação infantil, de um novo perfil de professor da infância, de um novo olhar sobre a avaliação.

PLANEJAMENTO

O planejamento é algo concretizado com o intuito de acessório a ação do educador, pois esta prática não ocorre no improviso, conforme, Junqueira (2011) ela aparece quando o educador leva em conta os dois lados do planejamento: o que essas crianças precisam aprender (objetivo do professor) e o que elas querem aprender, (interesse e necessidade declarados pelas crianças).

É refletindo no desenvolvimento do aluno que o educador chega ao planejamento. Partindo desta reflexão a avaliação na educação infantil, configura-se em um processo gradual e contínuo, onde cada criança tem seu tempo e sua maneira de aprender. Sobre este relato, Junqueira relata interesses e necessidade revelados pelas crianças.

Quem e o que está diante dos olhos do educador? Justamente e imprescindivelmente, as crianças, interlocutoras diretas do educador e um de seus pares educativos, sem as quais o educador não tem como e nem com quem dialogar, sem as quais o educador não tem condição de avaliar suas crenças e escolhas que produziram sua proposta pedagógica até aquele momento (JUNQUEIRA, 2011, p.25).

A preferência no planejamento segundo o autor seria levar em conta o que é mais relevante para as crianças em cada momento proposto pelo professor, a valorização das experiências de vida de cada criança, respeitando suas vivências sociais e

culturais. Neste sentido, que a função na avaliação é para melhor desenvolver projetos pedagógicos, levando em conta a vivência já eternizada em cada criança.

Os dados registrados pelo professor não somente configuram uma rica fonte de informação para a elaboração de planos de intervenção mediadora, como também asseguram a construção da memória da evolução da criança, guiando assim o professor a tomar decisões para melhorar a aprendizagem.

A partir da preocupação com a concepção de ensino e de aprendizagem, foram propostos documentos que norteiam a Educação Infantil.

A LDB traz, pelo menos, vinte e seis referências relativas à avaliação, estando elas relacionadas às instituições, aos alunos, aos docentes e ao processo educativo como um todo. Conforme o art. 31, da LDB,

A avaliação na Educação Infantil deve basear-se na consignação e na análise da evolução da progressão da criança, não tendo, portanto, como objetivo a promoção/retenção em decorrência do alcance ou não de pré-requisitos indicados como necessários para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996).

É fundamental que através de atividades bem planejadas e objetivos traçados que o professor consiga ir além, e que o mesmo não fique limitado à intenção ou vontade, apenas coletando dados ou observando os alunos.

Para Hoffmann,

A visão do educador/avaliador precisa ultrapassar a concepção de alguém que simplesmente observa se o aluno acompanhou o processo e alcançou resultados esperados, na direção de um educador que propõe ações diversificadas e investiga, justamente, o inesperado, o inusitado. Alguém que provoca, questiona, confronta, exige novas e melhores soluções a cada momento. (HOFFMANN, 2001, p.111).

O segundo documento é o PNE (BRASIL, 2006), elaborado pelo Ministério da Educação e fundamentado na LDB (BRASIL, 1996), constituindo um plano do governo que estabelece diretrizes, metas e prioridades para o setor educacional brasileiro, tentando contemplar a melhoria da qualidade de ensino em todo Brasil. Segundo CONAE (2010), esse plano estabelece parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, apresentando a avaliação como procedimento para a adoção de medidas compromissadas com a melhoria da qualidade do ensino em todo o país.

Os RCNEI (BRASIL, 1998), orientam os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando a diversidade cultural brasileira, possuindo caráter instrumental e didático, devendo os professores ter consciência, em sua prática educativa, que a construção de conhecimentos se processa de maneira integrada e global e que há inter-relações entre os diferentes eixos sugeridos a serem trabalhados com as crianças. Nessa perspectiva, o Referencial é um guia de orientação que deverá servir de base para discussões entre profissionais de um mesmo sistema de ensino ou no interior da instituição, na elaboração de projetos educativos singulares e diversos. (BRASIL, 1998 p. 09)

Estes documentos citados acima podem contribuir para a realização de práticas educativas de qualidade, promovendo condições e contribuindo para o desenvolvimento da autonomia das crianças.

ACOMPANHAMENTO

Definir o termo acompanhar é bem simples, [...] “acompanhar mediando à avaliação é permanecer atento a cada aluno pensando e refletindo em suas atitudes e ações, sentindo seus diferentes jeitos de aprender”. (HOFFMANN, 2013, p. 14). Neste sentido, função da avaliação na educação infantil é de coletar dados que ajudem a analisar o desempenho dos alunos e tomar decisões para melhorar aprendizagem, pois este processo educativo está fundamentado em sentimentos e percepções dos avaliadores, para isto, o registro da avaliação é feito por portfólios, registros diários e

outros, que pode ser variados dependendo da instituição. Portanto acompanhar exige do professor, um olhar teórico, reflexivo sobre o contexto onde a criança está inserida.

Tal como aponta Franchi,

Uma prática reflexiva, pela qual as professoras aprendem com base na análise e interpretação de sua própria atividade, dá à profissão uma característica peculiar: uma profissão em que a própria prática conduz necessariamente à criação de um conhecimento específico e ligado a ação. Trata - se de um conhecimento tácito, pessoal, nem sempre sistemático e dificilmente generalizável, um processo contínuo embasado numa reflexão sobre sua prática que lhe permite repensar a teoria implícita do ensino e suas atitudes (FRANCHI, 1995, p.61).

A avaliação envolve um processo de reflexão sobre a prática como bem destaca o teórico acima. Diferentes metodologias podem e devem ser utilizadas pelo educador, que também deve buscar se auto avaliar e requalificar o seu trabalho como docente. A avaliação não deve constituir-se num instrumento de exercer a autoridade sobre o aluno, mas servir como instrumento motivador e orientador para a atuação de aluno e professor.

Acompanhar com a intenção de favorecer o desenvolvimento da criança, a mesma intenção que nos leva a observar, refletir de que maneira ocorrem as descobertas e o que dá sentido a essa aprendizagem, Hoffmann (2012, p.14) salienta que [...] “se acompanha com a intenção de favorecer o máximo possível o desenvolvimento da criança”. A partir do exposto é possível dizer que acompanhar é um instrumento da avaliação que é feito da seguinte forma: por parecer descritivo de cada aluno, mostrando os pontos positivos e negativos, observações ao longo dos projetos, que irão auxiliar nestas novas descobertas para contribuir futuramente no processo de ensino aprendizagem. Cada indivíduo possui diferentes habilidades e modo de construir o conhecimento. Nesta perspectiva, a avaliação nesta temática abordada envolve um processo de reflexão sobre a prática pedagógica.

Souza e Viegas (2009) destacam que no processo de ensino e aprendizagem, diferentes metodologias podem e devem ser utilizadas pelo educador, que também deve buscar formas avaliativas de seu próprio trabalho. O processo avaliativo não é construído por um instrumento que exerce autoridade sobre o aluno, com tudo tal, instrumento serve como motivador e orientador para a atuação de aluno e professor.

A participação da família é fundamental, pois é direito e dever dos processos vividos pelos filhos, dialogar com a escola, assumir o que lhe é de responsabilidade. A avaliação na educação infantil é destinada a todos os envolvidos com a criança, tanto os educadores, pais e até mesmo a própria criança, pois se beneficia com a prática da avaliação, em muitos momentos a escola pode solicitar momento de conversa, atendimento e diálogos com a família. A família deve sim, participar desse processo de ensino, ajudando em casa, desta forma o professor vai construir com essa família um conjunto de ações que serão utilizadas em prol do desenvolvimento cognitivo da criança.

De acordo com essa reflexão Jussara Hoffmann nos guia no entendimento de que participar da escolarização dos filhos não é decidir os rumos da escola, assim como professores não devem delegar aos pais a função pedagógica. Pais e professores 10 devem definir o papel que de fato lhes cabe na luta por uma educação de qualidade para milhares de crianças e jovens neste país. (HOFFMANN, 2013, p. 44).

Participar da escolarização dos filhos não transforma os pais em profissionais qualificados, nem os levam a ter competências, (formação, graduação, especialização...) necessárias para transformarem esses pais em profissionais da área educacional, ao ponto de decidir sobre ações pedagógicas, porém faz-se necessário que a família compreenda a avaliação como um instrumento da prática pedagógica da escola, capaz contribuir com o desenvolvimento das aprendizagens das crianças na perspectiva do ensino e da aprendizagem.

ORGANIZADOR CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVOS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - PRÉ-ESCOLA 4 ANOS A 5 ANOS E 11 MESES - GRUPO III	
O EU, O OUTRO E O NÓS	<p>Trabalha com as experiências de interação com os pares e os adultos, a partir das quais as crianças constroem um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existe outros modos de vida e pessoas diferentes. Ao mesmo tempo que vivem suas primeiras experiências sociais desenvolvem autonomia e senso de autocuidado.</p>

OBJETIVOS	INDICADORES	CONTEÚDOS
<p>Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.</p>	<p>Reconhece seu próprio nome e demonstra confiança em si mesmo, na realização das atividades individuais e coletivas dos colegas.</p>	<p>1-RELAÇÃO INDIVÍDUO SOCIEDADE -Identidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nome e sobrenome.

<p>Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades reconhecendo suas conquistas e limitações.</p> <p>Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.</p> <p>Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.</p> <p>Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.</p>	<p>Identifica e respeita as características próprias das pessoas com as quais convive.</p> <p>Identifica e conserva seus materiais de uso individual e coletivo.</p> <p>Conhece e valoriza suas características físicas e étnico-raciais, bem como a dos outros respeitando os.</p> <p>Vivencia rotinas organizando os tempos, os espaços, os ambientes de modo a construir independência e autonomia.</p> <p>Utiliza jogos educativos para produções individuais ou em grupos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diferenças individuais, étnicas e culturais. • Pertencimento a diferentes grupos sociais. • Relações entre os gêneros. • História pessoal, coletiva e social. <p>-Grupos sociais, instituições e organizações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupo familiar e suas diferentes configurações.
--	--	---

<p>Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.</p> <p>Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.</p>	<p>Reconhece o ambiente escolar e sua professora e demais profissionais do espaço educativo.</p> <p>Relaciona-se com crianças e adultos demonstrando suas ideias, necessidades, sentimentos e desejos.</p> <p>Reconhece sua identidade corporal, sua sexualidade percebendo que existem diferenças físicas e comportamentais entre as pessoas.</p> <p>Expressa seus sentimentos, desejos, desagrado, agindo com progressiva autonomia nas interações sociais por meio do jogo simbólico.</p> <p>Questiona situações sociais do cotidiano.</p>	<p>• Instituição escolar: função social e modo de organização.</p>
--	---	--

	<p>Colabora na organização dos objetos da sala cuidando do seu meio ambiente (sala de aula, instituição).</p> <p>Demonstra interesse em brincar coletivamente participando na elaboração das regras nas situações de brincadeiras dentro do contexto familiar.</p> <p>Identifica, distingue e nomeia os vários graus de parentesco.</p> <p>Reconhece o ambiente escolar e sua professora e demais profissionais do espaço educativo.</p> <p>Partilha e colabora de/com situações do cotidiano na arrumação dos objetos pessoais, brinquedos e</p>	<p>-TRABALHO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relações sociais e de trabalho. • Profissões e atividades produtivas. • Finalidades, meios e objeto de trabalho. <p>3- PRÁTICAS CULTURAIS</p>
--	---	--

	<p>materiais da escola guardando-os nos devidas locais.</p> <p>Reconhece diversas profissões existentes e sua importância para a sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diferentes povos/culturas (regiões, países). • Manifestações culturais do mundo. • Manifestações culturais de diversas regiões do nosso país. <p>4- SER HUMANO, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corpo humano: <ul style="list-style-type: none"> órgãos externos (pele) e internos; sentidos e órgãos dos sentidos; diferenças; anatômicas e sexuais;
<p>Participa espontaneamente de diferentes formas de expressões culturais locais, regionais e nacionais proposta nas atividades, reconhecendo datas comemorativas cívicas e tradições culturais.</p>		

	<p>Identifica e nomeia as partes do corpo (cabeça, braço, mãos, pernas, pés, barriga, partes do rosto, entre outras) e identifica órgãos dos sentidos.</p> <p>Reconhece diferentes sensações proporcionadas pelos órgãos dos sentidos.</p> <p>Reconhece sua identidade corporal, sua sexualidade percebendo que existem diferenças físicas e comportamentais entre as pessoas.</p> <p>Adota hábitos regulares de higiene pessoal (lavar as mãos, limpar o nariz, usar o material corretamente necessário para higiene).</p>	<p>crescimento;</p> <p>mobilidade:</p> <p>possibilidades do movimento corporal;</p> <p>necessidades humanas: sono</p> <p>descanso,</p> <p>alimentação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saúde: higiene corporal e do ambiente; produtos de higiene pessoal: produção e utilização; prevenção de doenças e acidentes; vacinas; • Alimentação: hábitos alimentares; higiene dos alimentos; origem
--	---	---

	<p>Controla suas necessidades fisiológicas com o domínio dos esfíncteres (urina, fezes).</p> <p>Reconhece diferentes sensações proporcionais pelos órgãos dos sentidos.</p> <p>Realiza atividades da vida diária, veste-se, calçar-se, abotoar-se, pentear-se, alimentar-se e escovar os dentes.</p> <p>Utiliza e questiona regras de convívio social e na prevenção de acidentes e autocuidado.</p> <p>Experimenta novos alimentos quando lhe são oferecidos com ênfase em sabores, cheiros e cores.</p>	<p>dos alimentos, preparo dos alimentos.</p>
--	---	--

OBJETIVOS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - PRÉ-ESCOLA	
4 ANOS A 5 ANOS E 11 MESES - GRUPO III	
CORPO, GESTOS, MOVIMENTO	Destaca experiências em que gestos, posturas e movimentos constituem uma linguagem com a qual as crianças se expressam se comunicam e aprendem sobre o universo social e cultural.

OBJETIVOS	INDICADORES	CONTEÚDOS
Ampliar as possibilidades de domínio consciente e voluntário das ações corporais de natureza lúdica, artística e de destreza por meio da apropriação de atividades da cultura corporal: as brincadeiras de jogo, de dança e de ginástica, entre outras.	Participa de circuitos que envolvam habilidades de locomoção. Realiza movimento de empilhar, encaixar, lançar, chutar, sentar, levantar, rolar em várias posições e de diferentes modos.	1- CULTURA CORPORAL <ul style="list-style-type: none"> • Brincadeiras de situações positivas; (organiza e orienta as ações corporais.

<p>Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções do cotidiano como em brincadeiras, dança, teatro, música.</p> <p>Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e relato de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.</p> <p>Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras e jogos.</p> <p>Atividade artística como dança teatro e música.</p>	<p>Procura pessoas e objetos escondidos em diferentes lugares.</p> <p>Percebe o próprio corpo e com ele se movimenta e se expressa (lento / rápido, dentro / fora, em cima / embaixo)</p> <p>Utiliza diferentes posturas corporais e gestuais para comunicar-se nas situações cotidianas, música, dança, mímicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Brincadeiras de destrezas e desafios corporais; (aceitar desafiar-se corporalmente e buscar níveis de destrezas cada vez maior para si.) • Brincadeiras de imitação e criação de formas artísticas (mostrar uma dimensão estética e artística com as ações corporais a fim de mostrar uma determinada forma ou imagem com os movimentos corporais).
--	---	--

OBJETIVOS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - PRÉ-ESCOLA

4 ANOS A 5 ANOS E 11 MESES - GRUPO III

TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

Possibilita à criança viver de forma criativa experiências com o corpo, a voz, instrumentos sonoros, materiais plásticos e gráficos que alimentem percursos expressivos ligados à música, à dança, ao teatro, às artes plásticas e à literatura.

OBJETIVOS	INDICADORES	CONTEÚDOS
Desenvolver as bases da consciência estética, exercitando processos de apreciação e criação artística de modo lúdico e inventivo, ampliando referências no contato com manifestações artísticas de colegas, artesãos e artistas de diferentes espaços e tempos, promovendo, assim, a compreensão elementar da representação simbólica visual como meio historicamente elaborado pelo ser humano	Produz sons (com o próprio corpo, com brinquedos, com objetos sonoros. Representa figuras humanas, animais e objetos por meio de desenhos, colagens e pinturas.	ARTE VISUAL 1-PERCEPÇÃO E SENTIDO 1-Leitura de imagens. 2-Observação sensível do entorno. 3-Pesquisas sensoriais (diferentes sensações proporcionadas pela manipulação de materiais e suportes diversos

<p>para expressar e transmitir ideias, desejos, pensamentos e emoções.</p> <p>Experienciar momentos de observação sensível do mundo com todos os sentidos.</p>		<p>2- FAZER ARTÍSTICO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificação de elementos básicos (sintaxe) da comunicação visual, cor, linha, forma e textura, correlacionando-os com sentimentos, emoções sensações e ações do cotidiano de forma lúdica. ▪ Contextualização histórica e cultural, ampliando o conhecimento sobre processos de criação em -Arte (artista, obra, época, período histórico- Arte como manifestação cultural em conexão com projetos
<p>Ler, interpretar e atribuir sentido as imagens: obras artísticas e suas próprias produções.</p> <p>Conhecer, respeitar, valorizar e preservar as produções e os bens culturais de diferentes culturas e etnias, de espaços e tempos diversos, reconhecendo os enquanto produto da história da humanidade.</p>	<p>Identifica, reconhece e explora diferentes propriedades físicas dos objetos (cores, formas, tamanho, textura etc.)</p>	

<p>Conhecer e expressar ideias diante de obras de artistas consagrados, seja no contato pessoal ou por meio de vídeos, bibliografias, reproduções, etc.</p> <p>Ter contato com manifestações diversas de Arte de forma contextualizada, percebendo padrões estéticos de diferentes culturas e etnias.</p> <p>Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.</p>	<p>interdisciplinares, especialmente com foco na arte brasileira, arte indígena, arte latino-americana, arte africana.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestualidade <p>Registro gráfico: garatuñas, formas primitivas, mandalas, sóis, girinos (novas operações gestuais), primeiras figurações que nascem das garatuñas: figura humana (proporção e movimento), casas elementos da natureza etc.</p> <p>Elementos da sintaxe visual (pontos, linhas, formas, superfície, cores, volume e espaço).</p> <p>Composição/Efeitos visuais (textura, tonalidades, nuance, relação figura/ fundo, planos).</p>
--	--

<p>Pintura, explorações e procedimentos: Pintura com as mãos. Pintura utilizando ferramentas tradicionais e alternativas (pincel, rolo, esponja, palitos etc).</p> <p>Modelagem e escultura (volume, bidimensional/ tridimensional, construção, massa etc).</p>	
<p>3- MATERIALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ferramentas: giz de cera, giz de lousa, carvão, elementos naturais (tijolo, torrão de terra, gravetos, pedra, folhas), colher, pinceis dos mais variados 	<p>Explorar, experimentar, confeccionar e se apropriar de diferentes materiais – tradicionais e alternativos – no fazer plástico-visual em propostas artísticas.</p> <p>Experimentar, explorar e se apropriar de diferentes suportes – tradicionais e alternativos – na realização de trabalhos expressivos.</p> <p>Explorar e apropriar-se de diferentes instrumentos/ ferramentas no fazer artístico, criando novas possibilidades de uso.</p>

<p>Reconhecer as potencialidades de novas mídias e tecnologias na produção das artes visuais.</p> <p>Explorar e conhecer diferentes fontes sonoras, elementos do som e da música para desenvolver funções psíquicas, em especial, a percepção auditiva e obter noções básicas sobre os códigos musicais.</p>		<p>tamanhos e formatos, grafite e a afins, sucatas, colas diversificadas (industrializadas e artesanais), velcro, barbante, fitas colantes (Infantil V: tesouras, réguas, grampeador, furador), etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Suportes: papel, plástico, papelão, chão, corpo, parede, tecidos (espessuras, texturas, cores, formatos, tramas diferentes), madeira, tronco de árvore, muro, objetos diversos, telas, etc. ▪ Materiais: massa industrializada e/ou artesanal, cremes e melecas, tinta (guache, pintura dedo, aquarela, nanquim etc.),
--	--	--

<p>Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.</p> <p>Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre). Utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.</p> <p>Conhecer a música em sua diversidade de gêneros para ampliação de repertório e apropriação de noções básicas sobre os códigos musicais, desenvolvendo o senso estético e a autoria.</p> <p>Conhecer, apreciar e contextualizar os diversos gêneros e contextos musicais, concebendo a música como produto histórico-cultural.</p>		<p>anilina, carvão, gelatina, misturas com elementos da natureza (areia, terra, argila) etc.</p> <p>MÚSICA (Som e Música)</p> <p>1.1-Fontes sonoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corpo • Elementos da Natureza • Elementos do Cotidiano • Brinquedos sonoros • Instrumentos musicais, etc. <p>1.2 - Elementos do som:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Altura (grave/agudo) • Intensidade (forte/fraco) • Timbre (“identidade da fonte sonora”).
---	--	--

<p>Desenvolver a imaginação e a autoria por meio do conhecimento e da experimentação, da improvisação, interpretação, composição e registro.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Duração (longo/curto/médio). <p>1.3-Elementos da música:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ritmo. • Melodia. • Harmonia. <p>2-Apreciação Musical e contextualização</p> <p>2.1. Gêneros musicais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Música Clássica; • Música Infantil; • Música Infantil Folclórica; • Música Popular Brasileira; • Música de outros países e culturas. <p>2.2. Contextos musicais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Músicas das comunidades locais; • Músicas das diversas regiões do Brasil;
--	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> • Músicas de outros países e culturas; • Músicas de outras épocas e da contemporaneidade. • Músicos e compositores como agentes sociais: biografias, produções e épocas; • A importância da música na vida dos indivíduos <p>2.3. Música como produto cultural e histórico</p> <ul style="list-style-type: none"> • História da música; • História dos instrumentos musicais. • Fontes de registro e preservação (partituras, CDs, LPS, Vídeos).
--	--	--

		<p>3 - MÚSICA COMO LINGUAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Improvisação; • Interpretação; • Composição; • Registro (não convencional).
--	--	---

<p>OBJETIVOS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - PRÉ-ESCOLA</p> <p>4 ANOS A 5 ANOS E 11 MESES - GRUPO III</p> <p>ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO</p> <p>Promove situações de fala e escuta em que as crianças participam da cultura oral (contação de história, descrições, conversa). Também envolve a imersão na cultura escrita, partindo do que as crianças conhecem e de suas curiosidades e oferecendo o contato com livros e gêneros literários para, intencionalmente, desenvolver o gosto pela leitura e introduzir a compreensão da escrita como representatividade gráfica.</p>
--

OBJETIVOS	INDICADORES	CONTEÚDOS
<p>Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita e espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.</p> <p>Compreender e usar com maior precisão o idioma, instalando e ampliando repertório vocabular.</p> <p>Expressar-se por meio da linguagem oral, organizando ação e pensamento, com coerência e domínio progressivo.</p>	<p>Reconta histórias vivenciadas, lidas ou contadas de maneira paulatina e verbalmente.</p> <p>Reconhece e utiliza meios de comunicação (dar recados e avisos), bem como o uso de novas tecnológicas (telefone, celular, tablet).</p> <p>Possui articulações correta das palavras, com gradativa clareza e fluência (fala adequadamente).</p>	<p>ORALIDADE- Falar e escutar.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A língua como instrumento de comunicação social – adequação e ampliação de usos e contextos da linguagem oral. ▪ A língua como objeto de apreciação – jogos verbais. ▪ A língua como instrumento de comunicação de sentimentos, ideias e decisões – falar e escutar. ▪ Linguagem oral como instrumento organizador do pensamento e de comunicação. ▪ Sequência na exposição de ideias (domínio constante e progressivo).

<p>Reconhece e apresenta as suas próprias produções e a dos colegas.</p> <p>Relaciona texto e imagem, antecipando sentido na leitura de história.</p> <p>Recebe e entrega objetos quando solicitado.</p>	<p>Narração de fatos e histórias - atenção e expressividade, entonação, musicalidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Linguagem verbal - Ampliação de vocabulário e adequação às situações de uso de fala aproximando-se da norma culta, gênero discursivo secundário. ▪ Pronúncia e articulação adequada das palavras. ▪ Construção de texto oral, elaboração de histórias simples. ▪ Argumentação e explicação de ideias por meio da linguagem oral, consistência argumentativa, clareza e objetividade.
--	--

	<p>Imita atos de leitura apresentando um comportamento leitor.</p> <p>Conhece e utiliza câmera fotográfica, <i>tablete</i> ou celulares para capturar imagens ou vídeos.</p> <p>Possui acesso e contato com mais diversos gêneros textuais poesia, bulas, contos, receitas, piadas, telefonema, bilhete, anúncio.)</p> <p>Percebe a importância do ritmo e da entonação na leitura de texto (palavras e frases)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escuta atenta, buscando significado. ▪ Sequência temporal e causal, conto e reconto de histórias, com coerência progressiva na narração. ▪ Concordâncias verbais e nominais progressivas. <p>LEITURA - Práticas de leitura</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Função social da leitura como forma de comunicação e como apropriação da cultura historicamente acumulada. ▪ Leitura como fruição e
--	---	---

	<p>realizada pelo adulto, para melhor compreensão e sentido. Desenvolve procedimentos de leitura de textos literários e não literários, apoiando-se em modelos adultos, ainda que não leia de forma convencional. Reconhece que livros e outros impressos possuem autor, ilustrador e capa. Possui sequência na exposição de fatos e ideias relatando experiências vividas. Participa de atividades de faz de conta de modo que vivencie diferentes papéis sociais. Interage nos momentos de contação e leitura de histórias.</p>	<p>Entretimento, por meio da apreciação de histórias.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Leitura pelo professor de diferentes gêneros e portadores textuais. ▪ Função social do nome próprio – identificação e leitura. ▪ Aspectos verbais e não verbais (leitura de imagens). ▪ Função social da leitura por meio do conhecimento e uso das várias modalidades de gêneros discursivos e tipos de texto – relação de interlocução (personagens). ▪ Figura-fundo – Percepção visual.
--	---	---

<p>Desenvolver atividades de expressão corporal e artística precursoras da escrita.</p> <p>Compreender a linguagem escrita como instrumento de informação, registro, comunicação, fruição, organização do próprio pensamento e do conhecimento historicamente acumulado, por meio da vivência das diferentes situações de uso social.</p>	<p>Recita parlendas, adivinhas, canções, poemas, quadrinhas e trava línguas.</p> <p>Expressa ou descreve ideias e sentimentos por meio do desenho, comunicando experiências e gestando lugares, pessoas e objetos.</p> <p>Reconhece e escreve o próprio nome em diferentes objetos e registra-o mesmo de forma não convencional.</p> <p>Reconhece e escreve o próprio nome de forma convencional e reconhece sua importância e percebe sua utilidade como</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise e síntese – Ideias principais, significado/significação. ▪ Literatura infantil. ▪ Comportamento leitor. <p>ESCRITA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Formas de comunicação escrita ▪ Função comunicativa da linguagem escrita. ▪ Ideia de representação ▪ Escrita de palavras com mediação e autonomia.
---	---	--

<p>Desenvolver a ideia de representação da escrita, utilizando códigos linguísticos.</p>	<p>elemento de identificação pessoal. Compreende a função social da escrita. Elaboração de frases e pequenos textos (mesmo que ainda não seja de forma convencional). Expressa ou descreve ideias e sentimentos por meio do desenho, comunicando experiências e registrando lugares, pessoas e objetos. Participa de produções de textos coletivos e reconhece que a escrita é realizada da esquerda para direita e de cima para baixo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nome próprio - função social ▪ Nome das coisas, objetos etc. ▪ Orientação da escrita. ▪ Conhecimento e grafia das letras do alfabeto caracterização gráfica. ▪ Função comunicativa da linguagem escrita. ▪ Produção de textos coletivos escritos (professor como escriba): estrutura textual, coesão e coerência, orientação (alinhamento, segmentação e pontuação). ▪ Diferenciação entre desenho e escrita ▪ Função do símbolo
--	---	--

	<p>Reconhece e escreve paulatinamente as letras do alfabeto associando a palavras familiares.</p> <p>Identifica e representam graficamente números, letras, palavras e frases espontaneamente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relação grafema e fonema – unidades fonológicas ou segmentos sonoros. ▪ Apresentação do traçado das letras. ▪ Função social da escrita nos diferentes gêneros do discurso
--	--	---

OBJETIVOS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – PRÉ-ESCOLA

4 ANOS A 5 ANOS E 11 MESES – GRUPO III

ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

Promove interação e brincadeiras nas quais a criança possa observar manipular objetos, explorar seu entorno, levantar hipóteses e buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Isso amplia seu mundo físico e sociocultural e desenvolve sua sensibilidade, incentivando um agir lúdico e um olhar poético sobre o mundo, as pessoas e as coisas nele existentes.

OBJETIVOS	INDICADORES	CONTEÚDOS
<p>Reconhecer posições de pessoas e objetos, utilizando vocabulário recorrente em jogos, brincadeiras e em diversas situações cotidianas;</p> <p>Explorar e identificar as propriedades geométricas de objetos e figuras (forma, tamanho e posição);</p> <p>Reconhecer problemas de natureza espacial;</p> <p>Identificar pontos de referência para situar-se e deslocar-se no espaço;</p> <p>Reconhecer e interpretar os espaços do seu cotidiano nas situações em que possam adquirir um controle cada vez maior sobre suas ações.</p>	<p>Agrupa objetos por diferentes características (cor, tamanho, espessura, quantidade).</p> <p>Consegue localizar os objetivos a partir de indicações dadas pelos adultos (em cima, longe, ao lado de).</p> <p>Procura pessoas e objetos escondidos em diferentes lugares.</p> <p>Apresenta noções de tempo associado à rotina da instituição (antes, durante, depois).</p> <p>Consegue localizar os objetos a partir de indicações dadas pelo adulto (em cima, longe, ao lado de).</p>	<p>MATEMÁTICA</p> <p>1- ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Movimentação: exploração em diferentes espaços; ▪ Observação, manipulação e identificação de características variadas dos objetos como a cor, textura, tamanho, forma, odor, temperatura, utilidade entre outros; ▪ Organização de objetos no espaço de acordo com suas características; ▪ Relações de comparação entre objetos observando suas propriedades (semelhanças e diferenças);

<p>Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.</p> <p>Reconhecer e valorizar as noções espaciais e temporais como ferramentas necessárias no seu cotidiano.</p> <p>Estabelecer relações entre objetos, comparando-os de acordo com um padrão, não necessariamente</p>	<p>Desloca-se em diferentes direções explorando os espaços da sala e fora dela.</p> <p>Identifica e nomeia as formas geométricas dos objetos, elementos da natureza, edificações e nas artes.</p> <p>Apresenta noções matemáticas de tamanho (grande/pequeno altura alto/baixo) de comprimento (comprido/curto) de volume (cheio/vazio de peso (pesado/leve) de distância (longe / perto) de</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relações de comparação entre objetos observando suas propriedades (semelhanças e diferenças); ▪ Utilização de pontos de referência para situar-se, orientar-se e deslocar-se em diferentes espaços; ▪ Noções básicas de posição: em cima, embaixo, dentro, fora, perto, longe, frente, atrás, ao lado de, primeiro, último, de frente, de costas, no meio, entre, à esquerda, à direita; ▪ Noções básicas de direção e sentido: para frente, para trás, para cima, para baixo,
---	--	---

<p>convencional, quantificando o mundo que nos rodeia.</p> <p>Ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios.</p> <p>Reconhecer o sistema de numeração e a importância cultural dos números, entendendo-o como uma conquista da humanidade;</p> <p>Ampliar e aprofundar os conhecimentos de noções de números, explorando os em diferentes contextos;</p>	<p>temperatura (quente /frio) e de tempo (rápido/ devagar) de maneira lúdica.</p> <p>Apresenta noções de tempo associando à rotina da instituição (antes, durante, depois).</p> <p>Comunica quantidades em situações cotidianas.</p> <p>Compreende e registra quantidade segundo a função social do número (contagem em situações diversas, idade, número de residências, sapato, etc.).</p>	<p>para o lado, para a direita, para a esquerda, meia volta, uma volta, mesmo sentido, sentido contrário;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Formas: bidimensionais (figura plana) e tridimensionais (sólidos geométricos). <p>2-GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Medidas convencionais e não convencionais; ▪ Noções de dimensão: grande, pequeno, maior, menor, médio, alto, baixo, grosso, fino, comprido, curto, mesma altura, forte, fraco;
---	--	---

<p>Observar e reconhecer diferentes portadores numéricos e as informações que contém.</p> <p>Utilizar noções simples de cálculo na resolução de problemas cotidianos;</p> <p>Vivenciar ações relacionadas a operações aritméticas com apoio material e, progressivamente, através de cálculos mentais e estimativos;</p> <p>Comunicar soluções encontradas nas situações problema vivenciadas através de representações informais: desenhos e linguagem não convencional.</p> <p>Trabalhar com as informações do meio, desde a coleta de dados até sua interpretação, acompanhar maneiras de ordená-las e agrupá-las através de</p>	<p>Reconhece a ordem numérica (o que vem antes e depois de cada número).</p> <p>Resolve problemas simples que envolvem a aplicação de operações (tirar / juntar, pouco / muito, tem mais, tem menos, tem a mesma quantidade), utilizando materiais concretos, pedras canudos, palitos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Noções de massa: leve, pesado; ▪ Noções de capacidade: cheio, vazio, metade, o que tem mais, o que tem menos; ▪ Noções de temperatura: quente, morno, frio, gelado; ▪ Noções de tempo: dia, semana, mês, ano, noite, manhã, tarde, ontem, hoje, amanhã, antes, depois, agora, já, mais tarde, daqui a pouco, no começo, ao fim, velho, novo; ▪ Noções de valor: caro, barato. <p>3-NÚMEROS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contagem oral em contextos diversos;
---	--	---

<p>representações gráficas simples, como listas, tabelas e gráficos.</p> <p>Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais.</p>	<p>Identifica as transformações decorrentes da ação humana sobre a natureza.</p> <p>Identifica os diversos componentes que formam as paisagens do meio ambiente (rio, vegetações, construções, campos, mar, montanhas, seres vivos entre outros).</p> <p>Percebe transformações decorrentes da ação humana na natureza (paisagem natural e modificada).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Noção de número natural; ▪ Quantificação por emparelhamento, estimativa, contagem, resultados; ▪ Noções simples de cálculo mental. ▪ Sequência numérica; - ▪ Leitura e escrita de números. <p>4- OPERAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ideias quantitativas de somar e subtrair;
--	---	---

<p>Reconhecer-se como um ser vivo a partir da compreensão da existência de outros seres vivos e matéria não viva, por meio da identificação de suas características e de suas relações no processo evolutivo.</p> <p>Compreender os fenômenos da natureza em sua dinâmica de permanência e mudança, sua gênese e seu desenvolvimento, tendo como eixo a</p>	<p>Identifica pontos de referência ou mapas na localização de objetos e pessoas.</p> <p>Distingue os diversos tipos de moradia e descreve as características de sua moradia e comunidade.</p> <p>Reconhece estabelecimentos comerciais pela sua função (padaria, farmácia, supermercados).</p> <p>Reconhece diversos meios de transporte (avião, carro, trem, bicicleta), sua evolução, alguns sinais de trânsito e os cuidados que devemos ter no trânsito.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ideias quantitativas de somar, subtrair, multiplicar, dividir em situações cotidianas; ▪ Análise de situações problema; ▪ Formulação de situações problema envolvendo operações; ▪ Estimativa de resultados; ▪ Noções simples de cálculo mental. <p>5-TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Representação gráfica através de registros pessoais e
---	--	---

<p>transformação da natureza, isto é, a relação da humanidade com a natureza.</p> <p>Conhecer os principais constituintes e fenômenos da natureza constitutivos dos ecossistemas e as transformações que decorrem de suas interações e da intervenção do ser humano.</p>	<p>Identifica os seres vivos, a partir da observação de semelhanças e diferenças de suas características, tais como aspectos físicos, tipo de alimentação, habitat, modos de locomoção e sua relação com o ambiente e outros seres vivos.</p>	<p>coletivos (cartazes, lousa, chão, etc.);</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Leitura e utilização de tabelas e gráficos simples; ▪ Probabilidade: possibilidade de ocorrência de uma situação ou evento.
<p>Adquirir noções sobre a existência do universo e seus componentes, bem como sua influência nos elementos que constituem a vida em nosso planeta.</p>	<p>Reconhece elementos da natureza tais como: água, luz, solo, ar, etc.</p> <p>Participa na coleta de objetos para reciclagem e reaproveitamento nas atividades de classe.</p> <p>Preserva o meio ambiente</p> <p>Reconhece algumas características dos fenômenos da natureza (chuva, enchentes, seca).</p>	<p>TEMPO HISTÓRICO E ESPAÇO GEOGRÁFICO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Noções de temporalidade; ▪ Espaços físicos e sociais. <p>SERES VIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Características dos seres vivos (bióticos) e da matéria não viva (abióticas).

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fases da vida (nascimento, crescimento, reprodução, morte e decomposição). ▪ Animais e plantas. ▪ Minerais <p style="text-align: center;">AMBIENTE E FENÔMENOS NATURAIS.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O movimento da terra: rotação (dia e noite) e a translação (estações do ano); ▪ Água, ar, fogo e solo; ▪ Paisagem: Relevo (montanha, vulcão); ▪ Vegetação; ▪ Hidrografia (rios, oceanos e lagos);
--	--	---

	<ul style="list-style-type: none">▪ Fenômenos climáticos: vento, chuva, neve, relâmpago, trovão; arco-íris.▪ Relação entre natureza e sociedade: aquecimento global, poluição, desmatamento, contaminação da água e do solo e problemas ambientais.	
	<p>O UNIVERSO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Planeta Terra;▪ Sol como fonte de energia, luz e calor;▪ Lua, planetas e estrelas;	

		<ul style="list-style-type: none">▪ Movimento da Terra: o dia e a noite, as estações do ano;▪ Instrumentos tecnológicos para observação e conhecimento do universo
--	--	---

DA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

A BNCC torna-se um documento basilar para o Ensino Fundamental, levando em consideração a progressão das aprendizagens e a unidade do currículo a ser ensinado.

De acordo com a BNCC, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, possui direitos de aprendizagem e objetivos próprios, os quais devem ser alcançados a partir do respeito e do cuidado. Afinal, trata-se da educação de crianças que se encontram em um tempo singular da infância compreendida na faixa etária de 0 a 5 anos. Já a segunda etapa, a qual corresponde ao Ensino Fundamental, se constitui como a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais entre outros, exigindo uma proposta curricular alinhada às necessidades específicas às infâncias e às adolescências, e que atenda suas características, potencialidades e especificidades.

As práticas pedagógicas realizadas na Escola Júlio Sena Borges devem valorizar as situações lúdicas de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos estudantes, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos levando em consideração ao contexto da Educação do Campo e suas particularidades.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as crianças passam por processos de transformações que repercutem em suas relações com elas mesmas, com os outros e com o mundo. Como destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a maior desenvoltura e a maior autonomia nos movimentos e deslocamentos ampliam suas interações com o espaço, a relação com múltiplas linguagens que, ao incluir os usos sociais da escrita e da matemática, por conseguinte, permitem a participação no mundo letrado, significando, deste

modo, a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela. Esses elementos de ampliação permitem, outrossim, a afirmação da identidade da criança em relação ao coletivo no qual se inserem, uma vez que, resulta em formas mais ativas de convivência com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades, pelo acolhimento e pela valorização das diferenças.

As experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação são ampliadas, elementos constitutivos para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação. Os estudantes se deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos os quais propiciam descobertas, desenvolvem observações, análises, argumentações e outros.

Assim, a prática pedagógica nos primeiros anos do Ensino Fundamental deve focar na alfabetização de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita, oportunizando práticas diversificadas de letramentos, como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010:

os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo. (BRASIL, 2010, p. 22)

A progressão do conhecimento deve-se dá ao longo do Ensino Fundamental, ocorrendo pela consolidação das aprendizagens anteriores, pela ampliação das práticas de linguagem e pela experiência estética e intercultural das crianças, levando em consideração seus interesses e também pelas suas expectativas em relação ao que ainda precisam aprender. Nesta trajetória também, é desenvolvida a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

Assim, o trabalho realizado na Escola Júlio Sena Borges será norteado pelas premissas da Educação do Campo e norteado pelo Referencial Curricular Municipal de Barra da Estiva, porém em uma perspectiva de um trabalho que contemple a heterogeneidade das classes, em que leve em consideração a interação em grupos e um trabalho com a progressão das aprendizagens.

É importante evidenciar, aqui, que o desenvolvimento das competências objetivadas neste documento só será possível por meio do uso de pedagogias ativas e da prática docente fundamentada em modelos metodológicos inovadores e significativos, que possibilitam o desenvolvimento da autonomia e da emancipação dos/as estudantes para o convívio social harmônico e bem-sucedido, colocando-os no centro do processo, sem perder de vista o contexto social ao qual ele está inserido ou que pode se inserir. A escolha por esse tipo de pedagogia/metodologia se justifica na medida em que se almeja a formação integral do/a estudante, em suas diferentes dimensões, de forma a contribuir para a formação de um cidadão pleno, atuante em sua sociedade.

Assim, reforça-se que este documento que a escola preza e orienta o uso de metodologias que considerem a criatividade, o diálogo, a problematização, a empatia, a cooperação, a construção/produção pelo/a aluno/a, visando sua formação integral nas esferas cognitivas, afetivas, psicomotoras e socioculturais. Em consequência, busca-se no/a professor/a a atuação como mediadores, como “ajudadores” no processo de aprendizagem dos/as alunos/as. Busca-se ainda um olhar atento à real necessidade do alunado, suas especificidades, seus repertórios, sua cultura, seus projetos de vida.

TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES

Os temas integradores entrelaçam as diversas áreas de conhecimento que compõem o currículo da escola e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Compreendem aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta da formação sócio-política, ética e que considera e valoriza as diversas identidades culturais.

São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as modalidades. Devem ser vivenciadas e praticadas pelos estudantes nos diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticados no cotidiano da comunidade, pátio, ponto de ônibus e reunião entre amigos.

São 10 os temas integradores considerados pelo Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia:

- Educação em Direitos Humanos
- Educação para a Diversidade
- Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade
- Educação para as relações étnico-raciais
- Educação para o Trânsito
- Saúde na Escola
- Educação Ambiental
- Educação Financeira e para o Consumo
- Cultura Digital
- Educação Fiscal
- Educação alimentar e nutricional

DA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

A BNCC torna-se um documento basilar para o Ensino Fundamental, levando em consideração a progressão das aprendizagens e a unidade do currículo a ser ensinado.

De acordo com a BNCC, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, possui direitos de aprendizagem e objetivos próprios, os quais devem ser alcançados a partir do respeito e do cuidado. Afinal, trata-se da educação de crianças que se encontram em um tempo singular da infância compreendida na faixa etária de 0 a 5 anos. Já a segunda etapa, a qual corresponde ao Ensino Fundamental, se constitui como a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais entre outros, exigindo uma proposta curricular alinhada às necessidades específicas às infâncias e às adolescências, e que atenda suas características, potencialidades e especificidades.

As práticas pedagógicas realizadas na Escola Júlio Sena Borges deve valorizar as situações lúdicas de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos estudantes, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos levando em consideração ao contexto da Educação do Campo e suas particularidades.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as crianças passam por processos de transformações que repercutem em suas relações com elas mesmas, com os outros e com o mundo. Como destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a maior desenvoltura e a maior autonomia nos movimentos e deslocamentos ampliam suas interações com o espaço, a relação com múltiplas linguagens que, ao incluir os usos sociais da escrita e da matemática, por conseguinte, permitem a participação no mundo letrado, significando, deste

modo, a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela. Esses elementos de ampliação permitem, outrossim, a afirmação da identidade da criança em relação ao coletivo no qual se inserem, uma vez que, resulta em formas mais ativas de convivência com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades, pelo acolhimento e pela valorização das diferenças.

As experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação são ampliadas, elementos constitutivos para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação. Os estudantes se deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos os quais propiciam descobertas, desenvolvem observações, análises, argumentações e outros.

Assim, a prática pedagógica nos primeiros anos do Ensino Fundamental deve focar na alfabetização de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita, oportunizando práticas diversificadas de letramentos, como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010:

os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo. (BRASIL, 2010, p. 22)

A progressão do conhecimento deve-se dá ao longo do Ensino Fundamental, ocorrendo pela consolidação das aprendizagens anteriores, pela ampliação das práticas de linguagem e pela experiência estética e intercultural das crianças, levando em consideração seus interesses e também pelas suas expectativas em relação ao que ainda precisam aprender. Nesta trajetória também, é desenvolvida a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

Assim, o trabalho realizado na Escola Júlio Sena Borges será norteado pelas premissas da Educação do Campo e norteado pelo Referencial Curricular Municipal de Barra da Estiva, porém em uma perspectiva não seriada e simultiseriada, num trabalho em que leva em consideração a interação em grupos e um trabalho com a progressão das aprendizagens.

É importante evidenciar, aqui, que o desenvolvimento das competências objetivadas neste documento só será possível por meio do uso de pedagogias ativas e da prática docente fundamentada em modelos metodológicos inovadores e significativos, que possibilitam o desenvolvimento da autonomia e da emancipação dos/as estudantes para o convívio social harmônico e bem-sucedido, colocando-os no centro do processo, sem perder de vista o contexto social ao qual ele está inserido ou que pode se inserir. A escolha por esse tipo de pedagogia/metodologia se justifica na medida em que se almeja a formação integral do/a estudante, em suas diferentes dimensões, de forma a contribuir para a formação de um cidadão pleno, atuante em sua sociedade.

Assim, reforça-se que este documento que a Escola Municipal preza e orienta o uso de metodologias que considerem a criatividade, o diálogo, a problematização, a empatia, a cooperação, a construção/produção pelo/a aluno/a, visando sua formação integral nas esferas cognitivas, afetivas, psicomotoras e socioculturais. Em consequência, busca-se no/a professor/a a atuação como mediadores, como “ajudadores” no processo de aprendizagem dos/as alunos/as. Busca-se ainda um olhar atento à real necessidade do alunado, suas especificidades, seus repertórios, sua cultura, seus projetos de vida.

TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) buscam uma contextualização do que é ensinado, trazendo temas que sejam de interesse dos estudantes e de relevância para seu desenvolvimento como cidadão. O grande objetivo é que o estudante não termine sua educação formal tendo visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que também reconheça e aprenda sobre os temas que são relevantes para sua atuação na sociedade. Assim, espera-se

que os TCTs permitam ao aluno entender melhor: como utilizar seu dinheiro, como cuidar de sua saúde, como usar as novas tecnologias digitais, como cuidar do planeta em que vive, como entender e respeitar aqueles que são diferentes e quais são seus direitos e deveres, assuntos que conferem aos TCTs o atributo da contemporaneidade.

No contexto educacional, os Temas Contemporâneos Transversais não pertencem a uma área do conhecimento em particular, mas que atravessam todas elas, pois delas fazem parte e a trazem para a realidade do estudante. Na escola, são os temas que atendem às demandas da sociedade contemporânea, ou seja, aqueles que são intensamente vividos pelas comunidades, pelas famílias, pelos estudantes e pelos educadores no dia a dia, que influenciam e são influenciados pelo processo educacional.

O trabalho intradisciplinar pressupõe a abordagem dos conteúdos relacionados aos temas contemporâneos de forma integrada aos conteúdos de cada componente curricular. Não se trata, portanto, de abordar o tema paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos Temas Contemporâneos Transversais. Por sua vez, a interdisciplinaridade implica um diálogo entre os campos dos saberes, em que cada componente acolhe as contribuições dos outros, ou seja, há uma interação entre eles. Nesse pressuposto, um TCT pode ser trabalhado envolvendo dois ou mais componentes curriculares. A abordagem transdisciplinar contribui para que o conhecimento construído extrapole o conteúdo escolar, uma vez que favorece a flexibilização das barreiras que possam existir entre as diversas áreas do conhecimento, possibilitando a abertura para a articulação entre elas.

Os temas contemporâneos transversais entrelaçam as diversas áreas de conhecimento que compõem o currículo da escola e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Compreendem aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta da formação sócio-política, ética e que considera e valoriza as diversas identidades culturais.

São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as modalidades. Devem ser vivenciadas e praticadas pelos estudantes nos diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticados no cotidiano da comunidade, pátio, ponto de ônibus e reunião entre amigos.

São 11 os temas integradores considerados pelo Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia:

1. Educação em Direitos Humanos
2. Educação para a Diversidade
3. Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade
4. Educação para as relações étnico-raciais
5. Educação para o Trânsito
6. Saúde na Escola
7. Educação Ambiental
8. Educação Financeira e para o Consumo
9. Cultura Digital
10. Educação Fiscal
11. Educação alimentar e nutricional

DA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ao longo dos Anos Finais os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas, aprofundando e ressignificando conhecimentos dos anos iniciais. Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

Os componentes curriculares poderão acessar a memória e conhecimentos locais, considerando suas especificidades disciplinares e os objetivos de ensino. Os conteúdos podem dialogar com a BNCC, o Referencial Curricular Municipal, no entanto, ao acessar os potenciais educativos do território, esses conteúdos são expandidos e potencializados na escola. A BNCC torna-se um documento basilar para o Ensino Fundamental, levando em consideração a progressão das aprendizagens e a unidade do currículo a ser ensinado.

De acordo com a BNCC, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, possui direitos de aprendizagem e objetivos próprios, os quais devem ser alcançados a partir do respeito e do cuidado. Afinal, trata-se da educação de crianças que se encontram em um tempo singular da infância compreendida na faixa etária de 0 a 5 anos. Já a segunda etapa, a qual corresponde ao Ensino Fundamental, se constitui como a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais entre outros, exigindo uma proposta curricular alinhada às necessidades específicas às infâncias e às adolescências, e que atenda suas características, potencialidades e especificidades.

As práticas pedagógicas realizadas na Escola Júlio Sena Borges devem valorizar as situações lúdicas de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos estudantes, de novas formas de relação com o mundo, novas

possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos levando em consideração ao contexto da Educação do Campo e suas particularidades.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as crianças passam por processos de transformações que repercutem em suas relações com elas mesmas, com os outros e com o mundo. Como destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a maior desenvoltura e a maior autonomia nos movimentos e deslocamentos ampliam suas interações com o espaço, a relação com múltiplas linguagens que, ao incluir os usos sociais da escrita e da matemática, por conseguinte, permitem a participação no mundo letrado, significando, deste modo, a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela. Esses elementos de ampliação permitem, outrossim, a afirmação da identidade da criança em relação ao coletivo no qual se inserem, uma vez que, resulta em formas mais ativas de convivência com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades, pelo acolhimento e pela valorização das diferenças.

As experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação são ampliadas, elementos constitutivos para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação. Os estudantes se deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos os quais propiciam descobertas, desenvolvem observações, análises, argumentações e outros.

Assim, a prática pedagógica nos primeiros anos do Ensino Fundamental deve focar na alfabetização de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita, oportunizando práticas diversificadas de letramentos, como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010:

os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades

de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo. (BRASIL, 2010, p. 22)

A progressão do conhecimento deve-se dá ao longo do Ensino Fundamental, ocorrendo pela consolidação das aprendizagens anteriores, pela ampliação das práticas de linguagem e pela experiência estética e intercultural das crianças, levando em consideração seus interesses e também pelas suas expectativas em relação ao que ainda precisam aprender. Nesta trajetória também, é desenvolvida a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

Assim, o trabalho realizado na Escola Júlio Sena Borges será norteado pelas premissas da Educação do Campo e norteado pelo Referencial Curricular Municipal de Barra da Estiva, porém em uma perspectiva não seriada e sim multisseriada, num trabalho em que leva em consideração a interação em grupos e um trabalho com a progressão das aprendizagens.

É importante evidenciar, aqui, que o desenvolvimento das competências objetivadas neste documento só será possível por meio do uso de pedagogias ativas e da prática docente fundamentada em modelos metodológicos inovadores e significativos, que possibilitam o desenvolvimento da autonomia e da emancipação dos/as estudantes para o convívio social harmônico e bem-sucedido, colocando-os no centro do processo, sem perder de vista o contexto social ao qual ele está inserido ou que pode se inserir. A escolha por esse tipo de pedagogia/metodologia se justifica na medida em que se almeja a formação integral do/a estudante, em suas diferentes dimensões, de forma a contribuir para a formação de um cidadão pleno, atuante em sua sociedade.

Os anos Iniciais do Ensino Fundamental caracterizam-se pelo desenvolvimento dos estudantes, de suas novas formas de relação com o mundo, das novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. Há maior desenvoltura e maior autonomia para interações com

o espaço e relação com múltiplas linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da Matemática, o que possibilita ao estudante participar do mundo letrado e da construção de novas aprendizagens, na escola e fora dela, afirmando a sua identidade com relação ao coletivo no qual está inserido. Os estudantes deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos, desenvolvendo observações, análises, argumentações e potencializando descobertas. As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam a curiosidade e a formulação de perguntas.

O conhecimento sobre a agricultura local, os problemas ambientais da região, os modos de viver, a diversidade das plantas medicinais, a diversidade cultural e a riqueza natural da região são elementos que podem se integrar ao ensino da Matemática e das Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental I.

Assim, reforça-se que este documento que a Escola Municipal preza e orienta o uso de metodologias que considerem a criatividade, o diálogo, a problematização, a empatia, a cooperação, a construção/produção pelo/a aluno/a, visando sua formação integral nas esferas cognitivas, afetivas, psicomotoras e socioculturais. Em consequência, busca-se no/a professor/a a atuação como mediadores, como “ajudadores” no processo de aprendizagem dos/as alunos/as. Busca-se ainda um olhar atento à real necessidade do alunado, suas especificidades, seus repertórios, sua cultura, seus projetos de vida.

Ensino Fundamental II – Anos Finais

Outro aspecto importante é a possibilidade de a escola contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio.

Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro bem como o planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Um ponto destacado na BNCC do Ensino Fundamental é a necessidade de articulação entre as etapas, como por exemplo, valorizar situações lúdicas de aprendizagem nos Anos Iniciais para conectar com experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tendo em vista a maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

MARCO OPERACIONAL

PREMISSAS DA ESCOLA

A escola como parte integrante da comunidade põe-se a disposição dos pais de alunos na busca da formação de um desenvolvimento satisfatório das crianças, se propondo a dar informações e orientações, favorecendo maior autonomia e segurança emocional, contribuindo para um desenvolvimento saudável de seus filhos, resgatando o compromisso de ambos.

Serão realizadas reuniões e palestras com os pais pela equipe técnica pedagógica da escola, da Secretaria Municipal de Educação e profissionais de área afins, enfatizando os seguintes temas: Limites e valores, formas de comunicação afetividade, sexualidade ou outros que se fizerem necessários. Durante as reuniões e palestras serão dadas oportunidades para a discussão e opinião sobre o assunto.

A organização do trabalho pedagógico na escola é construída de acordo com o disposto no Regimento Escolar e a partir disso, os professores também constroem de forma coletiva com os alunos as regras da sala, como deve se dar a relação interpessoal, enfatizando a importância do trabalho coletivo e de valores como o respeito, tolerância, solidariedade, igualdade, entre outros.

Quanto aos combinados e acordos entre a escola e os pais e responsáveis pelos alunos, estes objetivam o bem da coletividade e promovem a participação de todos no processo de construção, de modo colaborativo, fortalecendo a gestão coletiva e o vínculo entre família e escola. Por meio de discussões em grupo, constrói-se juntamente com a comunidade escolar, os acordos e combinados que irão reger o ano letivo, estes são registrados em ATA e são citados no Regimento Escolar. Não sendo cumpridos, a direção e coordenação chama os responsáveis para uma conversa e relembra-os, registrando o fato em Ata. Em relação aos combinados, regras e acordos com os professores, equipe pedagógica e equipe de apoio estes são construídos em reunião participativa, ficando registrado em ATA e citados no Regimento Escolar disponível para consulta na instituição. O não cumprimento dos acordos acarreta em uma

conversa particular entre a direção e o servidor lembrando os deveres e direitos, registrado em ATA de ocorrências a reunião, e assinada pelos presentes.

ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE

CARGA HORÁRIA POR ÁREAS DE CONHECIMENTO									C.H. <u>TOTAL</u>
ANO	LINGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ENSINO RELIGIOSO	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA	
1º Ano	320	200	80	40	40	40	40	40	800
2º Ano	320	200	80	40	40	40	40	40	800
3º Ano	320	200	80	40	40	40	40	40	800
4º Ano	240	200	80	80	80	40	40	40	800
5º Ano	240	200	80	80	80	40	40	40	800
Total Geral	1.440	1.000	400	280	280	200	200	200	4.000

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	AULAS SEMANAIS					CARGA HORÁRIA
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	C.H.
							TOTAL
Área de Linguagens	Língua Portuguesa	08	08	08	06	06	1.440
	Arte	01	01	01	01	01	200
	Educação Física	01	01	01	01	01	200
Área da Matemática	Matemática	05	05	05	05	05	1000
Área de Ciências da Natureza	Ciências	02	02	02	02	02	400
Área de Ciências Humanas	História	01	01	01	02	02	280
	Geografia	01	01	01	02	02	280
Área de Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	01	01	01	01	200
TOTAL DE AULAS/SEMANAL		20	20	20	20	20	4.000

GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

ÁREA DE CONHECIMENTO		COMPONENTE CURRICULAR	6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
			Q.A	C.H.	Q.A	C.H.	Q. A	C.H.	Q.A	C.H.
BASE COMUM	Área de Linguagens	Língua Portuguesa	05	200	05	200	05	200	05	200
		Arte	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80
		Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	02	80	02	80	02	80	02	80
	Área da Matemática	Matemática	05	200	05	200	04	160	04	160
	Área de Ciências Humanas	História	02	80	02	80	02	80	02	80
		Geografia	02	80	02	80	02	80	02	80
	Área de Ciências da Natureza	Ciências	03	120	03	120	03	120	03	120
	Área Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40
	PARTE DIVERSIFICADA	Projeto de Vida	01	40	01	40	01	40	01	40
Redação		**	**	**	**	01	40	01	40	
CARGA HORÁRIA TOTAL			25	1000	25	1000	25	1000	25	1000

PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A qualidade do ensino e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país, relacionam-se a formação inicial e continuada de todos os profissionais envolvidos nesse processo, além de condições de trabalho com recursos didáticos, físicos e materiais e remuneração, pois são estes os elementos indispensáveis para o desenvolvimento de um trabalho voltado ao alcance dos objetivos propostos.

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que atuam na escola, uma vez que não possibilita apenas a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com a Proposta Pedagógica da Escola.

Compete a escolar investigar a necessidade de formação continuada dos profissionais, elaborando grupos de estudo para formação em diversos temas, entre eles, a leitura e estudo do Projeto Político Pedagógico, cidadania, gestão democrática, avaliação, metodologia, novas tecnologias de ensino, entre outras, além de incentivar e viabilizar a participação dos profissionais em grupos de estudo, palestras e outros ofertados pela Secretaria Municipal de Educação ou outros órgãos ligados à educação.

ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

A escola como parte integrante da comunidade põe-se a disposição dos pais de alunos na busca da formação de um desenvolvimento integral das crianças, propondo-se a dar informações e orientações, favorecendo maior autonomia e segurança emocional, contribuindo para um desenvolvimento saudável de seus filhos, resgatando o compromisso de ambos.

São realizadas reuniões de pais no início de cada ano letivo com informes gerais e pedagógicos, além de reuniões e palestras com os pais organizadas pela direção e coordenação pedagógica com profissionais da Secretária de Educação e profissionais das áreas de psicologia, assistência social, saúde, enfatizando os temas de acordo com a demanda da escola e realidade da localidade.

AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A avaliação tem a finalidade de acompanhar o desempenho dos estudantes e subsidiar as defasagens de aprendizagem, a partir dos dados da aprendizagem apresentados pelos estudantes, bem como do trabalho pedagógico que realiza em sala.

Para tanto, a avaliação deverá utilizar diversas técnicas e instrumentos avaliativos (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outros).

A avaliação de estudantes da Educação Especial deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade. Devem ser considerados os resultados ao longo de cada período avaliativo, expressando o desenvolvimento escolar do estudante, seus avanços bem como

as necessidades identificadas, para que se constituíam num novo ponto de partida.

A Educação Infantil apresenta uma particularidade: os processos avaliativos não interferem na progressão da criança, não tem caráter de retenção nem seleção dos educandos. Para tanto, nesse momento do processo de formação humana, o educando deve ser capaz de construir uma relação que transmita segurança, sendo compreensivo, valorizando, respeitando as opiniões, tornando-se um parceiro dessa criança na busca de novos conhecimentos, visando o vínculo afetivo, à formação da identidade e a autonomia nas relações estabelecidas. O registro da avaliação será expresso através de pareceres descritivos, considerando os aspectos qualitativos ao longo do processo de aprendizagem.

A recuperação deve ser entendida como um dos aspectos do processo ensino-aprendizagem pelo qual o professor pode refletir sobre sua metodologia e reorganizá-la em função dos resultados de aprendizagem apresentados.

A mesma deve acontecer de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, assegurando aos estudantes novas oportunidades de aprendizagem.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e tem como objetivos a efetivação da apropriação dos conteúdos básicos, devendo ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independentemente de seu rendimento.

A recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, a ser realizada no final do último trimestre.

Se no processo de recuperação, o educando obter um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa seu melhor momento em relação à aprendizagem dos conteúdos e devem ser registrados no Livro Registro de Classe.

O processo de avaliação e as estratégias de recuperação de estudos devem estar explícitos no planejamento do professor.

COMBATE AO BULLING

Bullying é uma palavra que se originou na língua inglesa. “Bully” significa “valentão”, e o sufixo “ing” representa uma ação contínua. A palavra bullying designa um quadro de agressões contínuas, repetitivas, com características de perseguição do agressor contra a vítima, não podendo caracterizar uma agressão isolada, resultante de uma briga.

O conceito é sério e está presente na legislação brasileira por meio da **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) no país.

De acordo com a Lei, o bullying se caracteriza “quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação”.

A lei composta por oito artigos torna a luta contra o bullying escolar uma política pública de educação e implementa uma série de ações que visam a erradicar o bullying por meio de campanhas publicitárias, capacitação dos profissionais da educação para lidarem com casos de bullying e o diálogo mais estreito entre a escola e a família. Veja a transcrição do artigos 2º, 3º e 4º dessa lei:

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (bullying) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

I - ataques físicos;

II - insultos pessoais;

III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;

IV - ameaças por quaisquer meios;

V - grafites depreciativos;

VI - expressões preconceituosas;"

"VII - isolamento social consciente e premeditado;

VIII - pilhérias.

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (cyberbullying), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;

II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;

III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;

IV - social: ignorar, isolar e excluir;

V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

VI - físico: socar, chutar, bater;

VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas de intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meio de constrangimento psicológico e social.

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no caput do art. 1º :

I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (bullying) em toda a sociedade;

II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção,"

"orientação e solução do problema;

III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;

IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;

VI - Integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

"Como solucionar o bullying" na Escola Júlio Sena Borges.

A violência não é combatida com mais violência. Às vezes, punições aos agressores são necessárias quando estes extrapolam qualquer limite. Nesses casos, a melhor maneira de solucionar o problema é pelo diálogo e conscientização. É necessário conscientizar aqueles que assistem, repetem ou indiretamente contribuem com o bullying. Enfim, trabalhar **o projeto Escola**

Acolhedora: onde está incluso a Cultura da paz, eliminação do bullying, preconceito, inclusão social e respeito.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A educação antirracista tem como objetivo combater o racismo dentro e fora da escola, através de uma abordagem de ensino que valoriza a história e reforça a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros na construção do país.

A educação antirracista é pautada na **lei 10.639/03** e, posteriormente, a **lei 11.645** pautaram o que muitos livros didáticos deixavam de fora nas escolas: a história da África, dos africanos e indígenas, a luta dos negros e dos povos originários no Brasil, as culturas e o papel desses povos na formação da sociedade nacional, mostrando que é necessário trabalhar uma **Educação Antirracista** ao longo de todo o ano letivo e não apenas em datas como **Consciência Negra** e **Dia dos Povos Indígenas**.

“Uma Educação Antirracista é aquela que entende que vivemos em uma sociedade racista, em que as relações entre as pessoas são pautadas também a partir do lugar social e racial que elas ocupam, e se preocupa em preparar indivíduos que possam se colocar contra esse sistema, gerador de maior desigualdade”. São estratégias para que todos no ambiente escolar tenham uma aprendizagem digna, feliz, igualitária e equânime.

É importante nesse sentido que os professores trabalhem questões raciais, culturais e de representatividade, além de abordar a diversidade como um valor para toda a comunidade escolar. “É preciso que a pauta antirracista faça parte do projeto político pedagógico (PPP) da escola e, assim, esteja naturalmente atrelada a todas as disciplinas”.

Trabalhar na prática pedagógica a Educação antirracista é muito importante nas aulas diárias, é algo que deve ser discutido com os alunos e, ao mesmo tempo, desafiá-los. Ladson-Billings afirma que:

[...] a compreensão dos professores da saliência de raça na educação e na sociedade, isto nos mostra a necessidade de tornar o racismo explícito para que os alunos possam reconhecer e lutar contra esta forma particular de opressão. (LADSON BILLINGS, 1998, p. 19).

Diante do exposto, algumas ações devem ser executadas no âmbito escolar da Escola Júlio Sena Borges:

1. Aulas com brincadeiras e jogos africanos e afro-brasileiros em todas as disciplinas.
2. Leituras de autores negros, a fim de enfatizar personalidades negras regionais e nacionais.
3. Produção do “censo da diversidade”, para que a escola reconheça o pertencimento étnico-racial de estudantes e trabalhe temas na comunidade ou na cidade.
4. Atividades artísticas e expositivas para os estudantes explorarem de forma criativa a temática (teatro, dança, música, seminários).
5. Formação continuada à toda equipe escolar, para evitar constrangimentos em situações do dia a dia e ter espaço seguro para diálogos.
6. Exibição de filmes que tratam sobre o tema Educação Antirracista.
7. Priorizar materiais escolares que promovam educação antirracista, como giz de cera com cores de diferentes tons de pele.

RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

É sabido por todos, especialmente os sujeitos da área educacional, dos desafios que existiam na educação no Brasil, de modo geral. Contudo, com a pandemia do Covid-19 esses desafios foram intensificados, obrigando as redes de educação de todo país articularem ações para a reordenação e estímulo as aprendizagens.

Em Barra da Estiva não é diferente, muitas crianças não tiveram acesso ao ensino remoto e híbrido, nesse contexto, espera-se que com o retorno 100% presencial possamos garantir que cada criança e adolescente esteja na escola, tendo a oportunidade de aprender de onde parou.

Nesse sentido, a partir da indicação atual dos especialistas, torna-se indispensável a organização desse Plano Norteador em torno da recomposição de aprendizagens, na perspectiva, que o foco no protagonismo e no desenvolvimento dos alunos, para além da 'recuperação de aprendizagem' devido às dificuldades trazidas pela pandemia, sejam observados em cada escola, segmento(s) que as mesmas atendem, de modo que equipes gestoras e de apoio, docentes e discentes se sintam apoiados a partir das orientações e dicas para um planejamento mais humanizado, considerando diferentes frentes, desde a busca ativa dos estudantes até as ações de mão na massa referentes a estruturação do processo de recomposição de aprendizagem. Esse movimento é o ponto de partida para assegurarmos espaços e ações de formação continuada com apoio dos coordenadores pedagógicos, nos momentos de planejamento (que já constam em carga horária) para essa ação, cujo foco será o processo de ensino e aprendizagem na escola, observando a priorização e a flexibilização do currículo, partindo dos resultados da avaliação institucional e de processo realizada por cada professor, de modo que possam fazer o replanejamento com base em evidências e não em inferências como dizem alguns pensadores da educação. Imperativo informar que a seguir apresentaremos experiências de outras redes para fomentar ideias e possibilidades, mas cada equipe pode escolher o arranjo mais adequado a realidade da comunidade escolar.

Objetivos:

Organizar os alunos em agrupamentos produtivos de acordo com os níveis de escrita e os níveis de matemática;

Trabalhar com atividades de relevância cognitiva, social e afetiva, que sejam adequadas aos alunos dos anos iniciais e finais;

Desenvolver a escrita e a leitura dos alunos, a partir de atividades estruturantes diversificadas, de acordo com os níveis de escrita dos agrupamentos produtivos;

Desenvolver o pensamento matemático dos alunos, a partir de atividades contextualizadas diversificadas, de acordo com os níveis matemáticos dos agrupamentos produtivos.

Assim, espera-se que na nossa rede educativa, para além dos educadores e o gestores, que toda comunidade do entorno escolar esteja envolvida no processo de se reinventar a partir dos dilemas que se descortinam no cotidiano de modo

que possamos remediar os impactos na aprendizagem causados pelo contexto pandêmico e o ensino remoto .

Por fim, cabe destacar que para facilitar o planejamento de modo articulado inicialmente com as equipes gestoras, por conseguinte destas com os professores, algumas premissas devem ser asseguradas. São elas:

1. Busca Ativa, organização de esforço multidisciplinar e de acolhida diária dos estudantes são duas ações essenciais para realizar este trabalho e combater a evasão e o desenvolvimento dos estudantes;
2. A avaliação Processual, que compreende vários aspectos, desde o contexto social que o estudante está inserido, bem como as suas características; sua participação nas atividades; seu grau de autonomia; suas habilidades e dificuldades; seu comportamento e relações com professor(a) e colegas nas aulas, entre outros, deve ser a base para a correção de rotas e avanços nas aprendizagens;
3. Os arranjos didáticos, que se relacionam com os agrupamentos que a escola vai organizar visando a melhoria dos resultados;
4. Formação Continuada, que deve favorecer o Planejamento com foco na diferenciação/personalização pedagógica a partir dos combinados em cada Escola.
5. Acompanhamento, dar feedback ao trabalho docente planejado com o apoio da equipe gestora e apoiar seu aprimoramento. Na observação da sala de aula não perder de vistas a interação entre os alunos e o conteúdo(adequação/desafios), a interação entre aluno/a e professor(a), bem como as intervenções/mediações realizadas, ainda observar a interação entre os colegas em arranjos diversificados: duplas ou outro tipo de agrupamento.
6. Produto final: Organizar um portfólio pedagógico, contendo: planejamento das ações de formação na escola, frequência, material bibliográfico utilizado, produções dos professores e dos estudantes (relatos de experiências individuais e/ou coletivos, trocas de experiências) indicando o nível de aprendizagem dos alunos diante da proposta de ensino apresentada, relatório reflexivo (CP) desde o processo das ações de formação na escola, avaliações, registros fotográficos e/ou vídeos feitos.

PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é caracterizada quando o aluno deixa de frequentar a escola durante o ano letivo e não retorna a matricular-se no ano seguinte.

Discutir a proposta de prevenção e combate à evasão escolar requer discutir ações e traçar estratégias com objetivo de prevenir casos de infrequência, detectando suas causas, evitando que a evasão escolar ocorra.

Embora não ocorra evasão escolar nas Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental na instituição de ensino em questão, regularmente os professores e demais funcionários da escola são sensibilizados quanto a importância do acompanhamento da frequência do estudante, destacando procedimentos concretos no cotidiano como:

- Informar a secretaria e equipe gestora na primeira falta do estudante;
- Na segunda falta consecutiva e injustificada é realizado o contato telefônico com os pais e/ou responsáveis para questionamentos sobre o motivo das faltas ou se há atestado médico para amparo legal dessas faltas;
- A partir da terceira falta consecutiva e injustificada, é realizado o encaminhamento para a equipe do Busca Ativa Escolar;

PROPOSTA DE TRANSIÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO FUNDAMENTAL E O ENSINO MÉDIO

O presente documento apresenta orientações referentes aos encaminhamentos pedagógicos na transição dos estudantes da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e do Ensino Fundamental para os Anos Finais e Ensino Médio a serem desenvolvidos na Escola Municipal Júlio Sena Borges.

O acolhimento afetivo deve garantir segurança e pertencimento a nova organização escolar e constitui-se como tarefa que deve ser desenvolvida por toda a equipe escolar.

Outro aspecto importante diz respeito a continuidade do trabalho pedagógico, promovendo ações que minimizem a ruptura que pode ser causada.

É essencial compreender que a criança advinda da Educação Infantil, com cinco ou seis anos, ainda será criança até os nove ou dez anos de idade. Respeitar

essa etapa da vida humana deve ser o objetivo de trabalho dos docentes e gestores de educação com vistas à formação integral.

Considerando que a educação infantil tem como finalidade atender as crianças em suas especificidades, o uso das linguagens da infância como a brincadeira, o jogo, o faz de conta, a liberdade de pensamento, deve ser mediada pelo docente do ensino fundamental ampliando ou reelaborando as práticas pedagógicas de forma a serem mais coerentes para e com as crianças.

Cada momento de ingresso numa instituição de ensino deve ser organizado com vistas às necessidades físicas, cognitivas e emocionais das crianças, respeitando seus medos e inseguranças, amenizando angústias de adaptação. Assim, nessa instituição de ensino serão realizadas ações que possam contribuir para que as crianças tenham uma transição suave em relação a tempos, espaços, professores e materiais a partir do primeiro dia de aula:

- Acolhimento dos alunos e dos pais e/ou responsáveis;
- Apresentação do quadro docente e demais funcionários da instituição;
- Conversa com os pais em sala de aula, junto com as crianças, para minimizar dúvidas e inseguranças com a mudança de etapa e nova rotina escolar;
- Na primeira semana de aula, os docentes realizam atividades dinâmicas voltadas ao acolhimento da criança e a criação de vínculo afetivo;
- Realização de atividades diagnósticas para possibilitar maior conhecimento sobre o nível de aprendizagem em que o aluno se encontra e para adequação das propostas de ensino;
- No planejamento, os professores são orientados a elaborar a metodologia das disciplinas considerando a importância do lúdico, da brincadeira, do jogo e do faz de conta.

A TRANSIÇÃO DO 5º PARA O 6º ANO

A transição deve ter como preceito uma oportunidade para ajudar os alunos a compreenderem suas novas responsabilidades e deveres e avançarem para uma nova fase de suas vidas.

Para passar da transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental com tranquilidade, a escola realizará um conjunto de ações em todo ambiente escolar. Essa ação inclui professores, servidores, coordenadores e diretores.

No último ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a escola pode apresentar para os alunos do 5º ano quais serão seus novos professores no ano seguinte. É possível organizar esse encontro em um formato mais informal. Nessa ocasião, os professores dos anos finais podem aproveitar para apresentar seu modo de trabalho e outros pontos.

Já no 5º ano, a escola selecionará algumas características do Ensino Fundamental 2 em sala. Por exemplo, é comum que o aluno aprenda a preencher gabaritos de questões objetivas. O professor, então, passa um teste em que os estudantes preenchem um gabarito e observe como eles se saem, que dúvidas vão surgir e quais os principais problemas vistos para melhor trabalhar no 6º ano.

Algumas estratégias que podem ajudar as turmas nessa transição:

- Criar cartilhas informativas sobre o 6º ano;
- Realizar uma recepção especial aos alunos do 6º ano
- Reunião de pais e professores
- Monitoramento frequente: realização de análises e diagnósticos mais frequentes sobre o desempenho e níveis de engajamento e motivação dos alunos;
- Trabalhar os problemas que já foram observados nas turmas anteriores
- Acolher a todos:
- Envolver a escola toda no apoio aos adolescentes
- Reforçar a atratividade da escola e das aulas
- Autoconhecimento e protagonismo para pensar o que se quer da escola

A SAÍDA DOS ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS:

- RECONFIGURAR OS TEMPOS E OS ESPAÇOS em que as aprendizagens acontecem, diversificando as metodologias, utilizando a avaliação formativa e garantindo que a ludicidade permeie todo o processo didático-pedagógico.
- EXPLICITAR, DESDE O INÍCIO, as normas de funcionamento e as especificidades daquela unidade escolar: as exigências de carteirinha e uniforme, salas ambiente, entre outras.
- CONSTRUIR OS ACORDOS E COMBINADOS, de forma coletiva e participativa, para uma convivência harmônica e democrática.
- INSTITUIR GRUPOS DE RECEPÇÃO: de estudantes veteranos(as) que possam compartilhar as suas experiências ao chegarem naquele novo ambiente, para que os(as) calouros(as) possam se sentir acolhidos(as) e tenham outros pares de referência e com quem possam contar em momentos de dúvida.

- DEDICAR UM TEMPO INICIAL para realizar atividades junto aos(às) estudantes, as quais favoreçam a compreensão da dinâmica didático-pedagógica dos Anos Finais, a fim de que se sintam motivados(as) e mais preparados(as) a participar das atividades propostas ao longo do ano.
- PROMOVER CLUBES DE LEITURA, clubes de vídeo, grupos de estudos e monitorias para favorecer as aprendizagens dos(as) estudantes.
- UTILIZAR O ESPAÇO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA para subsidiar os(as) professores(as) com informações a respeito da adolescência e demais particularidades dessa etapa de ensino para que possam melhor receber os(as) estudantes.
- ORIENTAR O(A) ESTUDANTE para o uso da agenda para que possa se organizar diante dos cronogramas da nova fase, os quais podem ser mais complexos do que os vivenciados durante os Anos Iniciais, diante do novo quantitativo de professores(as) e da grade horária.
- PROPOR À COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA que crie um quadro com um calendário mensal, a fim de que os(as) professores(as) insiram as atividades e trabalhos extraclasse e, dessa forma, haja o agendamento das tarefas propostas aos(às) estudantes, sem gerar acúmulos.
- SENSIBILIZAR AS FAMÍLIAS para que continuem participando da vida escolar dos(as) estudantes, envolvendo-as nos eventos e nas decisões.
- PROPOR ATIVIDADES QUE EXTRAPOLEM o espaço convencional da sala de aula, a fim de favorecer oportunidades de trabalhos em grupo, os quais valorizem a socialização de saberes e a convivência democrática: aulas em pátios, na quadra poliesportiva, na biblioteca escolar, em laboratórios, em praças, em museus, no zoológico, em feiras livres, em teatros, entre outros.
- FOMENTAR A CRIAÇÃO, A PARTICIPAÇÃO E A corresponsabilidade de todos(as) em Grêmios Estudantis ou em projetos que promovam a participação dos(as) estudantes na gestão da escola e no envolvimento com a comunidade escolar.
- ESPAÇAR AS TAREFAS, tanto em sala de aula quanto aquelas a serem realizadas em casa, especialmente no início do ano, a fim de favorecer aos(às) estudantes um tempo maior para se adaptarem ao novo ritmo e volume de tarefas e informações
- PROPOR ATIVIDADES QUE EXTRAPOLEM O ESPAÇO CONVENCIONAL DA SALA DE AULA, por meio de atividades pedagógicas mediadas por tecnologias digitais, buscando a manutenção do vínculo entre os(as) estudantes e a escola.
- POSSIBILITAR MOMENTOS DE PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS entre os(as) estudantes sobre os desafios dos Anos Finais como, por exemplo, escrita de um "Guia

do mundo jovem" produzido pelos(as) estudantes, com sugestões de atividades em que eles(as) percebam que seus desafios são comuns aos demais e que, com diálogo, podem colaborar uns(umas) com os(as) outros(as), como recreios/intervalos culturais planejados e produzidos pelos(as) estudantes, jogos e campeonatos, grupos de estudo, entre outros.

A SAÍDA DOS ANOS FINAIS E PREPARAÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO

ORGANIZAR PALESTRAS, PROJETOS, atividades experimentais, rodas de conversa, entre outras, no sentido de auxiliar os(as) profissionais da escola, a família e os(as) próprios(as) estudantes no processo de conhecimento da sua realidade e na preparação para as vivências futuras.

ORGANIZAR VISITAS dos pais e/ou responsáveis e dos(das) estudantes às escolas de Ensino Médio, visando apresentar a Proposta Pedagógica, o perfil da unidade escolar e orientar a escolha sobre onde matricular o(a) estudante.

PROMOVER ENCONTROS, REUNIÕES e eventos, virtuais e/ou presenciais, para sensibilizar estudantes e famílias para a necessidade e importância da continuidade aos estudos, ainda que, muitas vezes, nesse momento o(a) jovem esteja apto(a) ao mercado de trabalho.

PROMOVER ENCONTROS E/OU PRODUZIR MATERIAIS sobre a oferta dos cursos de formação em Educação Profissional disponibilizados pela SEEDF para divulgação das informações sobre os tipos de cursos, formas de ingresso.

PROMOVER A REFLEXÃO DOS(AS) ESTUDANTES sobre seus Projetos de Vida, de forma a abrir-lhes novas perspectivas de formação e de trabalho.

PROMOVER ENCONTROS E/OU PRODUZIR materiais sobre as diversas formas de escolarização do Ensino Médio na SEEDF: regular - jornada em tempo parcial ou em tempo integral -, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos.

TRABALHAR COM A TEMÁTICA DE PROJETO DE VIDA, especialmente sob o prisma do autoconhecimento, do autocuidado, dos valores e da motivação.

PROMOVER ENCONTROS, REUNIÕES E EVENTOS, virtuais e/ou presenciais, junto ao corpo docente e aos pais e/ou responsáveis, para a reflexão e discussão sobre o processo de adolecer, tendo em vista o desafio desta temática.

PROMOVER AÇÕES DE INTEGRAÇÃO junto à nova unidade escolar para que seja construída uma relação de confiança e de corresponsabilidade da escolarização dos(as) estudantes.

REALIZAR VISITAS a unidades escolares que ofertam Educação Profissional.

PROMOVER CLUBES de leitura, clubes de vídeos, grupos de estudos e monitorias para favorecer as aprendizagens dos(as) estudantes.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Em nossa escola a construção, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico ocorrerá de forma coletiva com a comunidade escolar, sendo realizada através de encontros e grupos de estudo dos profissionais da escola, equipe pedagógica e docente bem como, comunidade escolar, no decorrer do ano letivo, para dessa forma realizar o monitoramento das ações proposta e quando necessário, o projeto será adequado à realidade de nossa escola e as novas instruções enviadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Será considerada a participação das instâncias colegiadas como o Conselho Escolar e nas reuniões ordinárias que ocorrem ao longo do ano.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Na educação, a qualidade educacional e a eficácia das escolas em garanti-la não se dissocia de um processo institucional coletivo de negociação, pesquisa e implementação de boas práticas. A qualidade das práticas educacionais emerge do saber colaborativo e coletivo entre professores e coordenadores, em escuta e diálogo com os estudantes. A gestão das práticas no coletivo de profissionais é condição para que elas ganhem sentido e que o processo de reflexão se instaure no cotidiano dos profissionais – permitindo que pensem como e quanto os princípios educacionais vão se materializando em suas práticas.

O Plano Municipal de Educação de Barra da Estiva aponta como estratégias para o Ensino Fundamental a realização efetiva de avaliação institucional no município, a partir de coleta e análise dos dados, transformando-os em objeto de estudo e socialização dos resultados para também propor políticas públicas de aprimoramento contínuo. Dessa perspectiva, é fundamental a construção de indicadores de avaliação institucional com base no perfil dos estudantes e corpo docente e gestor, considerando as condições de infraestrutura das escolas, a gestão e as especificidades das modalidades.

Outro aspecto é que a autoavaliação das escolas de Educação Básica seja um processo contínuo, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a ser fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

Desse modo, a avaliação traz dados que amparam os professores nas escolhas pedagógicas que, em diálogo com o currículo, possibilitam a construção de práticas que façam sentido ao contexto escolar.

Vale ressaltar a importância de a avaliação institucional ter um caráter democrático, com a responsabilização participativa, a partir de uma interlocução entre os vários atores sociais envolvidos, por meio de diálogos plurais que permitam posições diversas.

PLANO DE AÇÃO

ESCOLA JÚLIO SENA BORGES

PLANO DE AÇÃO

OBJETIVOS: Implementação do Projeto Político Pedagógico

PONTO DE ATENÇÃO: estratégias que possibilitem superar fragilidades e atingir as metas/objetivos estabelecidos para acesso, permanência, aprendizagem, evasão, inclusão, formação continuada.

DIRETRIZES	METAS/OBJETIVOS	AÇÕES	CRONOGRAMA DAS AÇÕES	RESPONSÁVEL
ACESSO PERMANÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que os educandos tenham acesso durante a etapa de escolarização; Buscar coletivamente instrumentos que garantam a permanência e sucesso dos educandos; 	<ul style="list-style-type: none"> Planejar e organizar junto aos professores e equipe pedagógica possibilidades para o acolhimento dos alunos durante todo o ano letivo, chamando atenção para o trabalho com o socioemocional; 	Ao longo do ano letivo	Diretores, coordenadores, professores

	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar fatos internos e externos à instituição que contribuem para o afastamento do aluno; 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar ações quanto ao encaminhamento a serem adotados no caso de faltas dos alunos; informar à direção no caso de 03 faltas por mês; • Notificar e conversar com os pais/responsáveis quanto às faltas dos alunos; • Reuniões individuais com as famílias quando há necessidade; • Acesso à rede de apoio; • Vincular a frequência dos alunos a programas sociais; 		
--	--	---	--	--

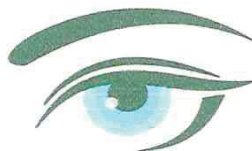
ENSINO/APRENDIZAGEM	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e zelar pelo cumprimento da proposta pedagógica curricular e plano do trabalho; • Realizar avaliações de sondagem e diagnósticas; • Zelar pela aprendizagem dos alunos que apresentarem dificuldades 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a elaboração e execução da proposta pedagógica; • Oferecer aos educandos atividades lúdicas e prazerosas, prezando pela qualidade e não quantidade de conteúdos; • Prezar pelo estudo integrado à realidade local 	Durante todo o ano letivo	Equipe Pedagógica e professores
INCLUSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir acessibilidade aos educandos e comunidade escolar; • Criar ambientes e métodos capazes de minimizar os possíveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer acessibilidade aos alunos; • Equipe pedagógica e docente planejar atividades que atendam as diferentes 	Durante todo o ano letivo	Equipe Pedagógica, professores e NUPI;

	<p>problemas ocasionados pela diferença em questão;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover encontros de estudos com os professores acerca da inclusão; 	<p>peculiaridades dos alunos, promovendo a inclusão;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de estudos de casos com o NUPI e Pedagógico para discutir a necessidade de professor de apoio permanente para auxiliar o aluno no que tange suas necessidades educacionais. 		
<p>EVASÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manter a matrícula e permanência do educando; • 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar as faltas; • Buscar estratégias para que os educandos não se evadam da escola; • Se caso exceder o número limites de faltas 	<p>Durante todo o ano letivo</p>	<p>Equipe pedagógica, professores e rede de apoio;</p>

		<p>sequenciais, sem justificativa, entrar em contato com os responsáveis, visita na casa do educando e por fim, acionar a rede de apoio;</p>		
<p>PROJETO ESCOLA ACOLHEDORA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Construir uma escola onde o estudante tenha interesse em fazer parte dela, bem como a construção de vínculos afetivos entre todos os segmentos da comunidade escolar; - Tornar os estudantes mais envolvidos, respeitosos e com melhores resultados na aprendizagem; - Valorizar a educação como espaço de formação plena do 	<p>Aplicação de Dinâmicas de grupos e reflexão, trabalhando alguns valores como: respeito solidiedade, empatia e outros; Leitura de mensagem focando a importância de cultura de paz diante de uma sociedade tão violenta, a escola como espaço de formação buscando aprimorar novos conceitos para uma sociedade mais humana;</p>	<p>A longo prazo (indeterminado)</p>	<p>Professores, Gestores, Alunos, Funcionários e Comunidade em geral (com possíveis parcerias: segurança ,saúde, assistência social).</p>

<p>sujeito, sem preconceitos e com cultura de paz.</p>	<p>Propiciar momentos de reflexão sobre as causas de violência no espaço escolar; Construção de cartaz, mostrando a necessidade de respeito e valorização ao professor uma vez que este vem sentindo dificuldade de desenvolver seu trabalho pela violência no espaço escolar. Exposição de trabalhos: poesias acrósticos, produção de textos cartaz e outros. Trabalhando cultura de paz; Construção de banners: Sou da paz – Eu respeito e você? Ou Sou da paz, compre esta ideia. Fixar por toda a escola; Promover palestras aos pais ou responsáveis, orientando sobre</p>	
--	---	--

		<p>as maneiras de educar seus filhos, tratando-os com carinho e respeito. Temos alunos que o único carinho que recebe pode ser somente na escola;</p> <p>Os professores e funcionários deverá conduzir o trabalho com respeito e ética a todos</p> <p>Apresentação no pátio sobre os temas: empatia, amor e cultura de paz.</p>		
--	--	---	--	--



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 015, DE 03 DE OUTUBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), da Creche Municipal Isaura Neto Coelho, e dá outras providências correlatas".

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Ordinária, realizada no dia 02 de outubro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP, da Creche Municipal Isaura Neto Coelho, creche pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 03 de outubro de 2024.


Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME

Documento assinado digitalmente
CIMARA SANTOS RIBEIRO DE SOUZA
Data: 03/10/2024 11:03:21-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 03 de outubro de 2024.


Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

1

Projeto Político Pedagógico

CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO

“Investir na criança de hoje é
ter certeza de melhores dias
no futuro de nosso país.”

Monteiro Lobato

BARRA DA ESTIVA, BAHIA – 2022 / 2023

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsApp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO

RUA ESTADOS UNIDOS, 83 – BAIRRO DAS NAÇÕES – BARRA DA ESTIVA – BA.

CNPJ: 23.752.638/0001-84 – CAIXA ESCOLAR DA CRECHE MUNICIPAL

ISAURA NETO COELHO

CÓDIGO INEP: 29878748

FONE: (77)9 9965-4660

2

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP

CMINC – 2022 / 2023



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

ORGANIZADORES

Prefeito Municipal de Barra da Estiva

João Machado Ribeiro

Vice-Prefeito

Eronilson Martins Souza

Secretária Municipal de Educação

Leila de Oliveira Caires

Direção

Ednar Amorim Silva

Coordenação Escolar

Janete dos Anjos Cordeiro

Secretária Escolar

Neidilaura Marcena Trindade

Corpo Docente

Cláudia Freitas Pereira

Cleide Patrícia Freitas Pereira Santos.

Geise Maria Machado

Leliane Castro De Carvalho

Lucinéia Pires Caires

Rosinei Cordeiro Santos

Profissionais De Apoio

Adelina Rodrigues Da Silva

Alba Celeste Santana

Alcione Freitas Soares Dos Santos

Aline Reis Amorim

Ana Lúcia Marcena Trindade.

Célia Santana

Cherlley Ramos Novais Borges

Claudinês Aguiar De Almeida

Clauni Braga De Carvalho

Dulcelina Maria Pereira De Aguiar

Elaine Pereira S. Caires.

Eliana Caboclo De Souza

Fabiana Carvalho Luz Pereira (em
licença)

Fátima Aparecida Ribeiro

Jéssica Souza Borges

Juliana Ribeiro Silva

Lidiane Costa Luz

Magna Moura Da Silva

Maria Domingas Santos Silva

Marinete Da Silva Miranda

Mauricio Ribeiro Siles

Nadjane Jardim Alves Silva

Neusetete Braga Luz

Rita Soares Da Silva

Rita De Cássia Miranda Silva Caires
Souza

Roberta Luz Da Silva

Stefani Pires Caires

Viques Ribeiro Dos Santos

Zelma Cândido De Jesus



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

REVISÃO PPP 2023 - ORGANIZADORES

Prefeito Municipal de Barra da Estiva

João Machado Ribeiro

Vice-Prefeito

Eronilson Martins Souza

Secretária Municipal de Educação

Marizane Lima Martins

Direção

Ednar Amorim Silva

Coordenação Escolar

Janete dos Anjos Cordeiro

Secretária Escolar

Neidilaura Marcena Trindade

Corpo Docente

Cláudia Freitas Pereira

Cleide Patrícia Freitas Pereira Santos.

Eliana Siles da Silva

Geise Maria Machado

Jeane Santos dos Anjos Pereira (atuação a partir de setembro)

Lucinéia Pires Caires (atuação de abril a setembro)

Rosinei Cordeiro Santos

Profissionais De Apoio

Adelina Rodrigues Da Silva

Alba Celeste Santana

Alcione Freitas Soares Dos Santos

Ana Lúcia Marcena Trindade

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsApp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Ana Paula Aguiar Araújo
Beatriz Abade Silva (a partir de setembro)
Catiane Dias Oliveira Caires
Catilane Da Silva Leite
Célia Santana
Clauni Braga De Carvalho
Durvalina Rodrigues Ribeiro
Edilene Luz Das Neves
Edna Carla De Oliveira
Elaine Pereira Silva Caires
Fátima Aparecida Ribeiro
Gabriel Das Neves Oliveira
Gleici Kelly Souza Nascimento
Gracielle Virgínia Barbosa Dos Santos
Iago Caires Da Silva
Juliana Ribeiro Silva
Lidiane Costa Luz
Lucas de Souza Santos (a partir de agosto)
Magna Moura Da Silva (até setembro)
Mara Sílvia Guimarães Câmara
Maria Domingas Santos Silva
Marinalva Dos Santos Costa Barbosa
Marinete Da Silva Miranda
Mauricio Ribeiro Siles (até agosto)
Nadjane Jardim Alves E Silva
Neusete Braga Luz
Rita De Cássia Miranda Silva Caires Souza (até setembro)
Roberta Luz Da Silva
Rosângela Aparecida dos Santos (a partir de setembro)
Tatiane Da Silva Ribeiro
Valdenice Jesus Araújo
Valdiane Caires Novais
Valdirene Pessoa Do Carmo Nascimento.



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

COMITÊ PARA (RE) ELABORAÇÃO DO PPP - 2022

REPRESENTANTE DE PROFESSORES

Cláudia Freitas Pereira

Rosinei Cordeiro Santos

6

REPRESENTANTE DE PAIS

Lucinéia Pires Caires

Thainara Mattos de Oliveira

REPRESENTANTE DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Elaine Pereira Silva Caires

Neidilaura Marcena Trindade

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: Janete dos Anjos Cordeiro

DIREÇÃO: Ednar Amorim Silva



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. MARCO SITUACIONAL	14
1.1. Identificação	15
1.2. Organização Da Estrutura Física e Didática	17
1.3. Recursos Humanos	19
1.4. Rotina Escolar e Período De Atendimento	23
1.5. Objetivos	25
1.6. Situação Socioeconômica Da Comunidade	26
1.7. Ambiente Sociocultural	27
1.8. Instâncias Colegiadas Do Estabelecimento: Conselho Escolar	27
1.9. O papel Das Instancias Colegiadas – Conselho Escolar	29
1.10. Da Organização Administrativa e Pedagógica	31
1.11. São Atribuições Do Professor	31
1.12. São Atribuições Do Diretor, Vice-Diretor e Coordenador Pedagógico	33
1.13. Cargo: Do Secretário Escolar	36
1.14. Cargo: Auxiliar De Serviços Administrativos Educacionais	37
1.15. Função do Auxiliar De Sala - Monitoras Pedagógicas	38
1.16. A Organização do Trabalho Pedagógico – Matriz Curricular	39
2. MARCO CONCEITUAL	41
2.1. VISÃO	41
2.2. MISSÃO	41
2.3. VALORES	41
2.4. Princípios Básicos da Educação Infantil	41
2.5. Dimensões Fundamentais	44
2.6. Concepção de Infância e sua Formação.....	46
2.7. Educação Infantil na Perspectiva da Educação Integral	47
2.8. Entrecimentos entre Currículo, Didática e Processos de Aprendizagem na Educação Infantil.....	48
2.9. Concepção de Gestão Democrática	49
2.10. Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento	50
2.11. As Transições entre Educação Infantil e Ensino Fundamental: Questões Didáticas e Curriculares	53
2.12. Concepção de Educação Inclusiva e educação especial	56
2.13. Temas Contemporâneos Transversais – Temas Integradores	58
2.14. Educação em Direitos Humanos	58
2.15. Educação para a Diversidade	59
2.16. Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade	60
2.17. Educação para as relações étnico-raciais	60
2.18. Educação para o Trânsito	62
2.19. Saúde na Escola.....	63



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

2.20. Educação Ambiental.....	63
2.21. Educação Financeira e para o Consumo.....	65
2.22. Cultura Digital.....	65
2.23. Educação Fiscal.....	66
2.24. Educação alimentar e nutricional.....	67
2.25. Concepção, Instrumento, Registros e Formas de Comunicação - A Avaliação na Educação Infantil seguindo as Diretrizes da BNCC.....	67
2.26. Cinco importantes passos para a Ação avaliativa dos Professores.....	68
2.27. Trabalho coletivo – Pratica transformadora, o que a Escola pretende do ponto de vista Político Pedagógico.....	69
2.28. A Avaliação do Processo de Ensinar e Aprender.....	69
2.29. DCNEI, BNCC e a Avaliação na Educação Infantil – Avaliação da Aprendizagem ..	70
2.30. Critérios para Organização das turmas.....	71
2.31. Espaço e Tempo, Rotinas, Transições e Ações significativas.....	72
3. MARCO OPERACIONAL	73
3.1. Premissas da Escola.....	73
3.2. Acordos.....	74
3.3. Construção de Regras.....	74
3.4. Relação Interpessoal.....	74
3.5. Como se dará a Formação continuada dos Trabalhadores da Educação e dos Conselhos.....	75
3.6. Planejamento das atividades.....	76
3.7. Projetos da Escola/ Creche a serem realizados.....	77
3.8. Envolvimento da Comunidade – Ações compartilhadas.....	77
3.9. Participação em Eventos.....	78
3.10. Ações de articulação Escola e Comunidade – Análise da Matriz SWOT.....	79
3.11. Práticas de Prevenção ao Bullying.....	83
3.12. Plano De Avaliação Institucional - Projeto Político Pedagógico.....	86
3.13. Avaliação e Monitoramento do PPP.....	87
4. REFERENCIAS.....	88
5. ANEXOS.....	89



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

“Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra”.

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsApp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

(Anísio Teixeira)

APRESENTAÇÃO

Não existe, na construção do projeto político pedagógico da escola, um ponto ótimo (final) senão pontos de partida sempre renovados, ritualizados e ampliados em sintonia com o mundo vivido numa busca de significados para viver (BARCELOS, 1992).

10

O Projeto Político Pedagógico da Creche Municipal Isaura Neto Coelho – CMINC, faz parte de todo um processo de gestão democrática, por isso a exigência da participação de todos no seu processo de elaboração.

Para tal a observância às bases legais para a criação e vivência do PPP dentro desta proposta se encontram em várias leis, como:

Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I, Artigo 206, Inciso VI Fundamenta a responsabilidade de reflexão e expressão sobre a intencionalidade educativa da escola. Estabelece como princípio “a gestão democrática do ensino público na forma da lei”.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Artigo 12 “Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.”

Artigo 13 “Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.” Artigo 14 “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.”

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências - Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

Resolução CNE/ CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica - Artigo 42 “São elementos constitutivos para a operacionalização destas diretrizes o projeto político-pedagógico e o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.”

Artigo 43 “O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.”



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

§ 1º “A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.”

§ 2º “Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação – nacional, estadual, municipal –, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.”

§ 3º “A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da educação básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.”

Artigo 44 “O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:

I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;

II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

III - o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos – que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida-conhecimento-cultura-professor-estudante e instituição escolar;

IV - as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;

V - a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;

VI - os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil);

VII - o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VIII - o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

IX - as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da educação básica), incluindo dados referentes ao IDEB e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

X – a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional.

Resolução CNE nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos - Artigo 20 “As escolas deverão formular o projeto político pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do ensino fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.”

§ 1º “O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.”

§ 4º “O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.”

§ 5º “Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais”.

Lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016 - Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências.

Meta 8, Estratégia 8.11 “Estimular a oferta de componentes curriculares que tratem do ensino e da aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos - EJA nos projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de graduação em licenciatura.”

Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta a profissionais da educação, a estudantes e aos seus familiares para a formulação dos projetos político-pedagógicos, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais e mães na avaliação do funcionamento da escola e no cumprimento do seu papel na formação das crianças e jovens.”

Resolução CEE nº 60, de 5 de junho de 2007 - Estabelece normas complementares para implantação e funcionamento do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

Artigo 3º “As Unidades de Ensino deverão elaborar ou reformular seus projetos pedagógicos, para efeito de implantação do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, definindo, quando for o caso, os procedimentos indispensáveis à gradual transição do regime de 8 (oito) anos para o novo regime, de que trata esta Resolução.”

Artigo 5º “As unidades escolares, no prazo mínimo de 120 dias antes da implantação do novo regime de que trata esta Resolução, deverão submeter à aprovação do órgão competente do sistema de ensino o seu regimento escolar e seu projeto pedagógico, de que é parte a proposta curricular.”



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Resolução CEE nº 137, de 17 de dezembro de 2019 - Fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes dos sistemas de ensino na educação básica do Estado da Bahia e dá outras providências:

Artigo 12 “Os projetos pedagógicos correlatos à pré-escola devem realçar os modos de proceder na transição entre a educação infantil e o ensino fundamental, como marca do reconhecimento da formação da criança em ambiências de cuidado e de experiências organizadas para educá-la.”

Artigo 13 “No que tange ao ensino fundamental, as instituições escolares, com assentimento de seus sistemas e redes de ensino, devem organizar seus projetos pedagógicos com os currículos estruturados pelas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.” Parágrafo Único “Os projetos pedagógicos deverão apresentar as respectivas competências e habilidades para as áreas correspondentes, devidamente organizadas para os períodos de aula implícitos na divisão do ano letivo em unidades de ensino.”

Artigo 19 “As propostas pedagógicas das instituições escolares dos anos finais do ensino fundamental devem apresentar o delineamento do projeto de vida dos estudantes, seja com o vínculo prospectivo em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no ensino médio.”

Portaria nº 904/2019 - Homologa o Parecer CEE/CP nº 196/2019, do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação, que autoriza a implementação do Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB).

Artigo 4º “Os municípios que não possuem sistema próprio de ensino e as instituições de ensino devem proceder às adequações e atualizações necessárias, nos seus projetos político-pedagógicos (PPP), regimentos e currículos escolares, de acordo com o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e com as normativas do CEE/BA.”

Artigo 5º “O DCRB será operacionalizado nas unidades da rede estadual de ensino com as diretrizes emanadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia norteados os projetos político pedagógicos (PPP) (re)elaborados pelas unidades escolares”. “As instituições de ensino públicas e privadas que ofertam educação infantil e ensino fundamental devem reformular seus projetos político-pedagógicos, de forma a garantir todos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de competências e habilidades instituídos no DCRB.”

Resolução do CME nº 003, de 29 de dezembro de 2010: Fixa normas para funcionamento das instituições de Educação Infantil, integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva.

Reconhecendo a importância das experiências vivenciadas na primeira infância e acreditando ser a educação um direito da criança, a Creche Municipal Isaura Neto Coelho – CMINC formula seu Projeto Político Pedagógico voltado para o atendimento



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

das necessidades básicas de educação, cuidados, afeto e socialização, numa ação a complementar à educação familiar e da comunidade.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) que ora apresentamos, deu-se no início de 2022, com a orientação do Programa de Formação para a (Re)elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos, nas escolas dos Municípios Baianos, momento em que a Diretora Ednar Amorim Silva, iniciou aos primeiros passos constituindo o Comitê Escolar de elaboração do PPP – Projeto Político Pedagógico. Dando continuidade ao Projeto, este comitê dividindo funções preparou as pesquisas e entrevistas, a antigos funcionários, gestores e colaboradores da Creche Municipal Isaura Neto Coelho.

Após realização dos registros destes relatos, foi realizada a observação dos acontecimentos da rotina da Creche, onde a intenção maior foi chegar a uma discussão, conclusão coletiva e definição de todo o trabalho desenvolvido na Creche. O PPP nada mais é que um referencial de qualidade necessária para a fundamentação pedagógica do trabalho executado na Creche.

Neste projeto estão inseridos o pensamento e a proposta de trabalho dos profissionais da Creche e comunidade escolar em resposta às necessidades e aspirações dos seus usuários.

Assim, essa proposta pretende situar e orientar os trabalhadores e comunidade Escolar da Creche Municipal Isaura Neto Coelho – CMINC, quanto aos procedimentos essenciais na sua ação educativa. Desejamos que este trabalho represente uma consistente contribuição a todos os profissionais desta instituição bem como uma segurança às famílias que aqui matriculam seus pequenos além de uma orientação/apresentação aos demais órgãos vinculados à mesma.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

1. MARCO SITUACIONAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO

15

A Creche Municipal Isaura Neto Coelho, está situada a Rua Estados Unidos, Nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, CEP 46.650.000, tendo endereço de e-mail isauracrechemunicipal@gmail.com, e contato Celular/ WhatsApp 77 9 9965-4660.

A iniciativa de se criar a Instituição Creche foi na gestão do ex-prefeito Dante Gutemberg Xavier de Castro, administrada pela Assistente Social da época, a Sra. Dirlene, no ano de 1998. Tendo sua primeira instalação no espaço de formação Mestre Lica, localizada a Rua Joana Angélica, no Bairro São Félix, fazendo parte da Assistência Social, tendo como objetivo atender somente as crianças em vulnerabilidade social. Era composta pela seguinte equipe: Gilza Aguiar e Silva, Diretora, Idália Aguiar Caires, Alvina Santos, Maria Rocha Caires, Zelinda Ribeiro, Gracielle Virginia Barbosa, Silvana Silva Gonçalves.

No ano de 1999 por problemas nas instalações a mesma foi transferida para uma casa localizada na Avenida Ituaçu, atual Avenida Antônio Carlos Magalhães. Atendia mais ou menos 35 a 40 crianças, entre 1 a 7 anos de idade, moradoras dos bairros, Alto México e São Félix. O local contava com poucos cômodos, sendo uma cozinha, uma sala, um banheiro e um quintal, no qual as crianças se divertiam.

A alimentação era servida nas salas, pois não tinha refeitório. As funcionárias buscavam doações na comunidade, às crianças dormiam em camas doadas.

No ano de 2005, já no mandato da ex-prefeita Ana Lúcia Aguiar Viana, a Instituição foi transferida para o antigo prédio estadual Leônidas Cardoso, ficando por um bom tempo nomeada de Creche Tia Arlinda 2, tendo como diretora Maurina Aguiar e demais funcionárias Alba Leite Ledo, Auzeni Ribeiro Carvalho, Almira da Silva, Cristiane Miranda, Cleuza S. Santana, Cláudia Nunes da Silva, Deuciana Graça Caires Rocha, Dailde Ribeiro Luz Camelo, Dalva Santos Ribeiro, Érica B. C. de Souza, Elaine Cristina Santos Rocha, Geraldina P. de Souza, Isabel Ledo da Silva, Maurina Caires Rocha, Maria Alvina Luz Santos, Maria da Rocha Caires, Maria Domingas Santos Silva, Maria Lima Freitas, Sílvia Gomes Pereira Rocha e Telma Silva Barbosa Alves. Posteriormente passou a se chamar Creche Municipal Isaura Neto Coelho em homenagem a uma benfeitora da Educação de Barra da Estiva, tendo esta acolhido os primeiros professores da cidade. A instalação era composta por quatro salas, dois banheiros, cozinha, um pátio e área externa. No decorrer do tempo a mesma passou por algumas reformas, foi construído um refeitório e mais uma sala a qual era usada como sala de tv. Atendia crianças de 1 a 6 anos de idade, ainda fazia parte da Assistência Social – CRAS, as crianças usavam o uniforme da própria Instituição,



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

sendo retiradas quando iam para casa, no final da tarde vestindo assim suas próprias roupas.

No ano de 2005 a Creche deixou de fazer parte da Assistência Social tomando um caráter pedagógico passou a fazer parte da SEMEC passando a seguir as normas das escolas do município. Esta instituição que a princípio funcionava aos cuidados da Secretaria de Assistência Social, mantendo os cuidados e atenção pertencentes a este órgão, foi então alterado para os cuidados e responsabilidade da Secretaria de Educação. Segundo pesquisa, deste comitê, à Câmara Municipal de Vereadores, nenhum documento que respalde seu funcionamento ou abertura foi encontrado. Ao longo dos anos a administração municipal e gestão administrativa da Creche realizaram inúmeras reformas e organizações para melhor atender as crianças aqui matriculadas, buscando sempre o conforto e qualidade no atendimento às crianças.

No ano de 2008 manteve se a Creche Municipal Isaura Neto Coelho, sede, Bairro Nações Unidas, com os profissionais: Alba Celeste Santana; Auzeni Ribeiro Carvalho; Célia Santana; Elizabete Maria do Nascimento; Fabiana Carvalho Luz Pereira; Geraldina Pacheco de Souza; Ivaneide Pereira Meira; Maria Domingas Santos Silva; Maria Gonçalves Santana; Maria Lima e Freitas; Rita Soares da Silva; Roberta Luz da Silva; Zeneide Santos Soares Pires; e foi aberta uma extensão da Creche no bairro São Félix com o objetivo de facilitar o acesso, a locomoção das crianças moradoras dos bairros, São Félix e Alto México, tendo como diretora Marinalva Alves Freitas e inicialmente com as funcionárias Adelina Rodrigues da Silva, Cherlley Ramos de Novais Borges, Clauni Braga de Carvalho, Kelly Lima F. Araújo, Cristiane Maria da Silva Souza, Maria Lúcia Sena Ribeiro, Neusetete Braga Luz, Deuciana G. Caires Rocha, Ednar Amorim Silva, Eluizinede Raimundo Nascimento, Gilza Aguiar e Silva, porém finalizando o ano de 2009 por baixa frequência das crianças a Instituição foi desativada.

Logo no início de 2010 as crianças, juntamente com algumas funcionárias, foram transferidas para a sede da Creche Municipal Isaura Neto Coelho, tendo um transporte para locomoção destas crianças. As outras funcionárias foram distribuídas para algumas escolas. Sob a direção de Zeneide Santos Soares Pires a equipe da creche foi composta pelos seguintes funcionários: Alba Celeste Santana, Célia Santana, Elisabete Maria do Nascimento, Fabiana Carvalho Luz Pereira, Geraldina P. de Souza, Ivaneide Pereira Meira, Maria Domingas Santos Silva, Maria Gonçalves Santana, Maria Lima Freitas, Rita Soares da Silva, Roberta Luz da Silva, Maria Zuleide Silva Coelho, Deuciana G. Caires Rocha, Adelina Rodrigues da Silva, Gilza Aguiar e Silva, Clauni Braga de Carvalho, Neusetete Braga Luz, Ilda Maria de Jesus.

Em 2013 a equipe era dirigida por Lucimar Oliveira Silva Cordeiro, tendo como Coordenadora Verônica Pereira de Souza e os funcionários: Adelina Rodrigues da Silva, Alba Celeste Santana, Auzeni Ribeiro Carvalho, Kátia Pina Caires de Almeida, Célia Santana, Cherlley Ramos de Novaes Borges, Clauni Braga de Carvalho,



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Deuciana Graça Caires Rocha, Elisabete Maria do Nascimento, Érica Luz Alves, Fabiana Carvalho Luz Pereira, Gilmária Teixeira de Sousa, Gilza Aguiar e Silva, Iramildes Amorim da Silva, Ivaneide Pereira Meira, Maria Domingas Santos Silva, Maria Gonçalves Santana, Maria Lima Freitas, Maria Zuleide Silva Coelho, Marizete Rocha Silva, Neusetete Braga Luz, Rita Soares da Silva, Roberta Luz da Silva, Rosinei Cordeiro Santos, Tatiane Pereira Caires, Tatiane Amorim Costa, Magna Moura da Silva, Iraneide Ferreira de Amaral, Simone Aguiar e Silva.

17

Em abril de 2013 Lucimar pediu exoneração do cargo de diretora passando assim a ser Verônica Pereira de Souza, até então coordenadora. Nesse período a creche passou por algumas mudanças, foi construída uma cozinha, mais dois banheiros, ficando 5 salas, um pátio interno, um refeitório, uma cozinha, cinco banheiros sendo um para os funcionários, uma diretoria e uma coordenadoria/ sala dos professores, melhorando assim as instalações, para melhor atender as crianças. Por iniciativa de um abaixo assinado dos pais as salas foram forradas, melhorando dessa forma a saúde das crianças. Foi instalado também um novo parquinho e comprado playground para as crianças menores, 01 ano.

No ano de 2017, já no mandato do prefeito João Machado, a equipe passou por muitas mudanças. Sob a direção de Dorane Santos Aguiar e Ednar Amorim Silva na coordenação, a equipe era composta pela seguinte equipe: Adelina Rodrigues da Silva, Alba Celeste Santa, Clauni Braga de Carvalho, Cassiano Laudelino Silva Neto, Célia Santana, Cherlley Ramos de Novaes Borges, Daiane Reis Santos, Elaine Pereira Silva Caires, Elisabete Maria do Nascimento, Eliana Caboclo de Souza, Elza Maria N. Rocha, Fabiana Carvalho Luz Pereira, Geane Maria Machado, Gilmária Alves dos Santos, Gisele Lima Santana, Jéssica Aguiar Siles, Juliana Ribeiro Silva, Lidinalva Rosa Santos, Lucineia Pires Caires, Lucinete Ribeiro Araújo da Silva, Maise de Assis Ferreira, Magna Moura da Silva, Maria Domingas Santos Silva, Maria Lima Freitas, Maria Zuleide Silva Coelho, Neusetete Braga Luz, Regicleide Barbosa dos Santos Souza, Rosinei Cordeiro Santos, Rosângela Luz Alves, Roberta Luz da Silva, Rosinete da Rocha Silva, Rita Soares da Silva, Sebastiana Miranda Silva, Tatiane Amorim Costa, Uranita Jardim dos Santos, Valquíria Santos Miranda. No ano de 2018 por conta do falecimento da diretora Dorane Santos Aguiar, a professora Ednar Amorim Silva, então coordenadora assumiu a direção da Creche. Mantendo esta equipe com pequenas mudanças de profissionais e com o suporte pedagógico dos Professores Sérgio Pereira e Neuza Pinheiro da Secretaria de Educação, até o ano de 2021.

A estrutura física desta instituição é antiga, sendo um prédio cedido pelo Estado ao município, o qual funcionava uma escola do estado até o ano de 1998 e que foram realizadas adequações físicas para melhor acomodar as crianças.

1.2. ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E DIDÁTICA:

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsapp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

A Creche Municipal Isaura Neto Coelho é uma instituição escolar municipal e possui a seguinte estrutura física:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Direção e Secretaria	01
Sala de professores, coordenação, com acervo de literatura infantil	01
Cozinha	01
Refeitório	01
Salas de aula	05
Pátio coberto	01
Parquinho	01
Banheiro acessível/funcionários	01
Banheiro acessível para as crianças	04
Lavanderia	01
Horta escolar	01
Almoxarifado	00
Quadra coberta:	00
Mobiliário: raque escritório	03
Mobiliário: mesa escritório	06
Mobiliário: mesa e bancos refeitório	4 mesas e 8 bancos
Mobiliário: cadeiras e mesas escolar (04)	21 mesas e 84 cadeiras
Mobiliário: cadeiras adultos	15
Mobiliário: ventiladores	05
Mobiliário: mesas grandes (reunião)	02
Mobiliário: arquivo fechado	04
Mobiliário: armário duas portas	07
Mobiliário: prateleira	08
Bebedouros	01
Televisão	05
Aparelho de som quantos	01 caixa de som c/ microfone
Aparelho de som quantos (JBL)	05
Computador	03
Impressora	02
Notebook	01
Cozinha: fogões	02
Cozinha: geladeira e freezer	03
Cozinha: mesa grande	01
Cozinha: armário prateleira	02
Acesso à internet: (x) sim () não	
Acervo bibliográfico: Livros infantis provenientes do Ministério da Educação, doações e impressões.	
Materiais para a prática de educação física: Bolas, cordas, bambolês, colchonetes.	
Materiais para a prática de educação artística: Cartolinas, duplex, E.V.A, tintas, pincéis,	



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

pincéis atômicos.
Materiais didáticos: Jogos diversificados (fantoques, quebra-cabeças, alfabeto móvel em emborrachado.)
Utensílios de cozinha (panelas, copos, talheres, pratos.) quantidade mínima suficiente para atender as necessidades.

19

O espaço físico e os recursos materiais e humanos são elementos essenciais para que o processo de educação se efetive e tenha êxito, pois são poderosos auxiliares na aprendizagem infantil. Na Creche Municipal Isaura Neto Coelho, o espaço físico é composto por cinco salas de aula e cuidados as crianças. Todas as salas de aula possuem ventiladores e TV. Ressalta-se ainda que a creche possui acesso a internet através de Wi-fi.

Há ainda uma carência muito grande em questão de recursos didáticos, e de uma biblioteca com acervo significativo de livros, literatura infantil, jogos pedagógicos e didáticos.

E no que se refere a equipe de trabalho, a mesma é composta por: uma diretora, uma coordenadora, uma secretária escolar, seis professoras de Educação Infantil, vinte e duas auxiliares de sala, uma cozinheira, quatro auxiliares de cozinha, quatro auxiliares de apoio, um porteiro, além do apoio e atendimento psicológico diretamente no Núcleo de Psicologia Integrada - NUPI.

1.3. RECURSOS HUMANOS

Desde o princípio, esta instituição nasceu para acolher as crianças bem pequenas em idade não escolar, com o contato dos profissionais do magistério. Na Creche o atendimento às crianças está nos cuidados quanto à alimentação, higiene e atendimento pedagógico. Com o atendimento de 60 a 120 crianças. Com atendimento no maternal 01 (crianças de 1 ano até 1 anos e 11 meses), no maternal 02 (crianças de 2 anos até 2 anos e 11 meses) e no maternal 03 (crianças de 3 anos até 3 anos e 11 meses).

Compõe o quadro administrativo e pedagógico da CMINC em 2022 a seguinte equipe:

NOME	ESCOLARIDADE (ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO, GRADUAÇÃO - LICENCIATURA, ESPECIALIZAÇÃO).
PROFESSORAS	
🚩 Cláudia Freitas Pereira	Magistério; Licenciatura em Pedagogia, Pós em Psicopedagogia Clínica e Institucional
🚩 Cleide Patrícia Freitas Pereira Santos	Magistério; Normal Superior, Pós em Educação Especial e Inclusiva.
🚩 Geise Maria Machado	Magistério – Em curso Pedagogia



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

✚ Leliane Castro De Carvalho	Licenciatura em Pedagogia
✚ Lucinéia Pires Caires	Magistério – Em curso Pedagogia
✚ Rosinei Cordeiro Santos	Magistério; Licenciatura em Pedagogia, Pós em Psicopedagogia.
MONITORAS	
✚ Adelina Rodrigues Da Silva	Ensino Médio
✚ Alba Celeste Santana	Ensino Médio
✚ Alcione Freitas Soares	Ensino Fundamental Incompleto
✚ Aline Reis Amorim	Ensino Médio
✚ Camila Ferreira Caires	Magistério, Licenciatura em Pedagogia
✚ Célia Santana	Ensino Médio
✚ Claudinês De Aguiar Almeida	Ensino Fundamental Completo
✚ Clauni Braga De Carvalho	Magistério, Licenciatura em Pedagogia
✚ Dulcelina Maria Pereira De Aguiar	Ensino Fundamental Incompleto
✚ Elaine Pereira Silva Caires	Pedagogia, Pós em Psicopedagogia
✚ Eliana Caboclo De Souza	Ensino Médio
✚ Fabiana Carvalho Luz Pereira (Em Licença)	Licenciatura em Pedagogia
✚ Flávia Rocha De Melo	Magistério – em curso Pedagogia.
✚ Graciele Cândido Santos Caires	Magistério, Licenciatura em História, Pós em Direitos Humanos
✚ Jéssica Souza Borges	Ensino Superior Bacharel em Administração
✚ Marinete Da Silva Miranda	Ensino Fundamental Incompleto
✚ Nadjane Jardim Alves E Silva	Licenciatura em Pedagogia
✚ Neusetete Braga Luz	Licenciatura em Pedagogia
✚ Rita Soares Da Silva	Licenciatura em Pedagogia, Pós em Educação Infantil e Séries Iniciais
✚ Roberta Luz Da Silva	Ensino Fundamental Incompleto
✚ Stefani Pires Caires	Ensino Médio Completo
✚ Viques Ribeiro Dos Santos	Ensino Médio Completo
APOIO - COZINHA	
✚ Ana Lúcia Marcena Trindade	Ensino Médio Completo
✚ Juliana Ribeiro Silva	Ensino Médio Completo
✚ Lidiane Costa Luz	Ensino Fundamental Completo
✚ Maria Domingas Santos Silva	Ensino Fundamental Completo
✚ Rosângela Luz Alves Caires	Ensino Fundamental Incompleto
APOIO ADMINISTRATIVO	
✚ Fátima Aparecida Ribeiro	Ensino Fundamental Incompleto
✚ Magna Moura Da Silva	Ensino Médio Completo
✚ Mauricio Ribeiro Siles - Porteiro	Ensino Fundamental Incompleto
✚ Rita De Cássia Miranda Silva	Ensino Médio Completo

20



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Caires Souza	
Zelma Cândido De Jesus	Ensino Fundamental Incompleto
ADMINISTRAÇÃO	
Direção: Ednar Amorim Silva	Magistério; Graduada em Pedagogia; Pós-graduada: Educação Especial e Inclusiva.
Coordenação: Janete Dos Anjos Cordeiro	Magistério; Graduação Normal Superior; Pedagogia; Filosofia. Pós em Psicopedagogia; Educação Infantil; Gestão Escolar;
Secretária Escolar: Neidilaura Marcena Trindade	Ensino Médio Completo

21

Compõe o quadro administrativo e pedagógico da CMINC em 2023 a seguinte equipe:

NOME	ESCOLARIDADE (ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO, GRADUAÇÃO - LICENCIATURA, ESPECIALIZAÇÃO).
PROFESSORAS	
Cláudia Freitas Pereira	Magistério; Licenciatura em Pedagogia, Pós em Psicopedagogia Clínica e Institucional.
Cleide Patrícia Freitas Pereira Santos	Magistério; Normal Superior, Pós em Educação Especial e Inclusiva.
Eliana Siles da Silva	Magistério; Licenciatura em História e Pós Graduação em História.
Geise Maria Machado	Magistério – Licenciatura em pedagogia
Jeane Santos dos Anjos Pereira	Licenciatura em pedagogia
Lucinéia Pires Caires	Magistério – Em curso Pedagogia
Rosinei Cordeiro Santos	Magistério; Licenciatura em Pedagogia, Pós em Psicopedagogia.
MONITORAS	
Adelina Rodrigues Da Silva	Ensino Médio
Alba Celeste Santana	Ensino Médio
Ana Paula Aguiar Araújo	Ensino Médio
Catiane Dias Oliveira Caires	Ensino Médio; Bacharelado em farmácia
Catilane da Silva Leite	Ensino Médio
Célia Santana	Ensino Médio
Clauni Braga De Carvalho	Magistério, Licenciatura em Pedagogia
Durvalina Rodrigues Ribeiro	Ensino Médio
Edilene Luz das Neves	Ensino Médio Incompleto
Edna Carla de Oliveira	Ensino Médio
Elaine Pereira Silva Caires	Pedagogia, Pós em Psicopedagogia
Gabriel das Neves Oliveira	Ensino Médio
Gleici Kelly Souza Nascimento	Ensino Médio



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

✚ Gracielle Virgínia Barbosa dos Santos	Ensino médio completo - magistério
✚ Iago Caires da Silva	Ensino Médio completo
✚ Mara Silva Guimarães Câmara	Ensino Médio (ENCEJA)
✚ Marinalva dos Santos Costa Barbosa	Ensino Médio
✚ Nadjane Jardim Alves E Silva	Licenciatura em Pedagogia
✚ Neusete Braga Luz	Licenciatura em Pedagogia
✚ Roberta Luz Da Silva	Ensino Fundamental Incompleto
✚ Tatiane da Silva Ribeiro	Ensino Médio
✚ Valdenice Jesus Araújo	Ensino Médio Curso de informática profissional. Atendente de farmácia com extensão de primeiros socorros.
✚ Valdiane Caires Novais	
✚ Valdirene Pessoa do Carmo	Licenciatura em Pedagogia
APOIO - COZINHA	
✚ Ana Lúcia Marcena Trindade	Ensino Médio
✚ Alcione Freitas Soares	Ensino Fundamental Incompleto
✚ Juliana Ribeiro Silva	Ensino Médio Completo
✚ Lidiane Costa Luz	Ensino Fundamental
✚ Maria Domingas Santos Silva	Ensino Fundamental
APOIO ADMINISTRATIVO	
✚ Beatriz Abade Silva	Ensino Médio
✚ Fátima Aparecida Ribeiro	Ensino Fundamental Incompleto
✚ Lucas de Souza Santos	Ensino Médio Incompleto
✚ Magna Moura Da Silva	Ensino Médio
✚ Marinete Da Silva Miranda	Ensino Fundamental Incompleto
✚ Mauricio Ribeiro Siles - Porteiro	Ensino Fundamental Incompleto
✚ Rita De Cássia Miranda Silva Caires Souza	Ensino Médio
✚ Rosângela Aparecida dos Santos	Ensino Médio
ADMINISTRAÇÃO	
Direção: ✚ Ednar Amorim Silva	Magistério; Graduada em Pedagogia; Pós-graduada: Educação Especial e Inclusiva.
Coordenação: ✚ Janete Dos Anjos Cordeiro	Magistério; Graduação Normal Superior; Pedagogia; Filosofia. Pós em Psicopedagogia; Educação Infantil; Gestão Escolar;
Secretária Escolar: ✚ Neidilaura Marcena Trindade	Ensino Médio Completo



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

A CMINC funciona de segunda-feira à sexta-feira, das 07h00min às 17h00min, realizando o atendimento em horário integral às crianças matriculadas. A secretaria da CMINC está aberta à comunidade de 2ª a 6ª feira das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

A Creche Municipal Isaura Neto Coelho, tem em seu histórico o seguinte número de matrículas:

23

ANO	MATRÍCULA
2015	99
2016	124
2017	118
2018	112
2019	115
2020	119
2021	104
2022	104
2023	99
2024	

Fonte: cdn.novo.qedu.org.br

Para o ano letivo de 2022 e 2023 as classes e as turmas foram agrupadas de forma que todas as crianças ficassem bem acomodadas nos espaços físicos conforme tabela:

2022		
Nº DE SALAS	Turmas	Quantidade De Crianças
01	Maternal 01	20
02	Maternal 02	22
03	Maternal 02	22
04	Maternal 03	22
05	Maternal 03	18
Total de 05 salas		104 crianças

2023		
Nº DE SALAS	Turmas	Quantidade De Crianças
01	Maternal 01	22
02	Maternal 02	19
03	Maternal 02	22
04	Maternal 03	19
05	Maternal 03	17
Total de 05 salas		99 crianças



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

1.4. ROTINA ESCOLAR E PERÍODO DE ATENDIMENTO:

Curso: Educação Infantil- Creche – 01 ano a 03 anos e 11 meses

Vigência: a partir do ano de 2017

Turmas de Maternal I - Rotina

7h às 8h	Entrada dos alunos
8h	Café da manhã
8h30min	Atividades pedagógicas
10h	Lanche
10h às 11h	Atividades banho, higiene e trocas
10h30min às 11h	Atividades lúdicas/leitura deleite
11h	Almoço
11h30min	Higiene e escovação dos dentes
12h às 14h	Descanso/ soninho
14h30min	Lanche
15h30min	Higiene e trocas
15h às 16h30min	Atividades pedagógicas/ saída pátio externo
16h às 17h	Higiene, trocas e saída.

24

Turmas de Maternal II - Rotina

7h às 8h	Entrada dos alunos
8h30min	Café da manhã
8h	Atividades pedagógicas
10h	Lanche
10h30min às 11h30min	Atividades banho, higiene e trocas
11h às 11h30min	Atividades lúdicas/leitura deleite
11h 30min	Almoço
12h	Higiene e escovação dos dentes
12h30min às 14h	Descanso/ soninho
15h	Lanche
15h30min	Higiene e trocas de fraldas
15h30min às 16h30min	Atividades pedagógicas/ saída pátio externo
16h às 17h	Higiene, trocas e saída.

Turmas de Maternal III - Rotina

7h às 8h	Entrada dos alunos
8h	Atividades pedagógicas
9h	Café da manhã
10h	Lanche
10h30min às 11h30min	Atividades banho, higiene e trocas
11h às 12h	Atividades lúdicas/leitura deleite
12h	Almoço
12h 30min	Higiene e escovação dos dentes

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsapp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

12h30min às 15h	Descanso/ soninho
15h30min	Lanche e Higiene
15h30min às 16h30min	Atividades pedagógicas/ saída pátio externo
16h às 17h	Higiene, trocas e saída.

Observação: a Creche Municipal Isaura Neto Coelho, segue a legislação vigente, com 200 dias letivos, cumprido em período integral das 7 horas às 17 horas.

25

1.5. OBJETIVOS:

1 - Geral:

A Creche Municipal Isaura Neto Coelho tem como objeto: **Favorecer a reflexão que está em torno das questões: A quem atender? Como atender? A quem ensinar? Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar? Toda criança tem direito ao acolhimento humanizado, a aprendizagem, para seu crescimento como pessoa e como cidadã na comunidade em que se vive.** Este acolhimento e aprendizado irá lhe proporcionar a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades com elementos de alta realização e preparo para o exercício consciente da cidadania.

2 - Específicos:

O trabalho pedagógico busca favorecer o desenvolvimento da autoconfiança, da autoestima, do conhecimento de si mesmo, de atitudes e valores necessários ao convívio social, da capacidade de expressão, bem como despertar, estimular e atender a curiosidade da criança quanto à leitura, a escrita e a percepção de números e do meio em que estão inseridos, de forma a saber:

- ✚ Expressar suas ideias, sentimentos, necessidades desejos de forma a enriquecer sua capacidade expressiva, fazer-se entender e ser entendido;
- ✚ Estabelecer a relação de causa e efeito;
- ✚ Ser capaz de distinguir diferenças e semelhanças, classificar e seriar;
- ✚ Estabelecer sua posição no espaço em relação a objetos e pessoas;
- ✚ Compreender a finalidade da leitura, da escrita e o conhecimento de mundo;
- ✚ Conhecer a importância do meio ambiente, do convívio social e com a natureza;
- ✚ Discutir concepções, prioridades, ações, metodologia e formas operacionais;
- ✚ Estimular a família para que participe do processo educativo e filosófico da Creche Municipal Isaura Neto Coelho;
- ✚ Propiciar a criança situações que amplie o autoconhecimento, o auto amor e a valorização do EU como Ser único e belo;
- ✚ Aprofundar o seu papel no processo de desenvolvimento e preservação do meio ambiente, com a participação do educando e das famílias;
- ✚ Suscitar no educando um profundo respeito pela ética e pelo outro independente de suas condições sociais, culturais, econômicas, religiosas e outras, exigindo para si o mesmo respeito;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✚ Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de alta realização e preparo para o exercício consciente da cidadania;
- ✚ Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio numa sociedade democrática e pluralista;
- ✚ Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- ✚ Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da personalidade do aluno e sua participação na sociedade. RCM BE/2020

26

1.6. SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE:

A Creche Municipal Isaura Neto Coelho, localizada hoje no Bairro das Nações Unidas, atende crianças deste bairro, bem como oriundas dos bairros da Cidade Nova, Belo Vista, Alto Alegre, São Felix, Alto México, Salgadeira, Geraizinho, Centro e outras localidades de Barra da Estiva. Com a inauguração da Creche Municipal Isabel Silva Bento, no Bairro Alto México, em setembro de 2023, as crianças oriundas dos Bairros Alto México e São Félix passaram a ser atendidas pela mesma.

Percebendo que há uma diversidade social e cultural, na clientela atendida pela CMINC, muitas são as questões que devem ser discutidas para que possamos garantir um desenvolvimento cognitivo, socioemocional, físico, mental e afetivo de nossas crianças. Todas as crianças devem ser amparadas por direitos fundamentais destinados a garantir sua proteção e pleno desenvolvimento como indivíduos. Para isso, a criança deve ser considerada como prioridade e deve ter acesso a direitos como: saúde, alimentação, educação, dignidade, segurança, bem-estar e convívio familiar e social. Os princípios que são à base dos direitos das crianças foram definidos na *Declaração Universal dos Direitos das Crianças*, aprovada pelas Nações Unidas no ano de 1959. Reforçam a ideia de que as medidas de proteção devem priorizar os interesses e necessidades das crianças. Logo, é importante trabalhar não só a parte pedagógica, mas também, conhecer sua condição de vida fora da escola, dentro do seu âmbito familiar.

Os pais e/ou responsáveis pelas crianças da CMINC exercem as mais variadas ocupações trabalhistas que, dentre estas: diarista, professores, donas de casa, trabalhadores do comércio local, trabalhadores rurais e/ou funcionários públicos entre outros. Tendo renda média de meio até um salário mínimo e meio. Há um número significativo de famílias atendidas pelo programa de distribuição de renda Auxílio Brasil (2022), o Bolsa Família. Muitos familiares não tiveram a oportunidade de frequentar a escola nem mesmo o ensino fundamental, outros têm ensino fundamental I e II, alguns pais com Ensino Médio completo e há pais com ensino superior, as famílias demonstram estarem preocupadas em proporcionar aos seus filhos boa educação, as



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

instruções que muitos não tiveram a oportunidade de ter. Mesmo vivendo de maneira simples, quanto ao acesso ao bem estar no que diz respeito ao lazer, as famílias proporcionam às crianças diversos meios de entretenimento, como, acesso ao ginásio de esportes, a jardins, praças, rios, piscinas, jogos de futebol, e alguns bens de consumo.

A Creche Municipal Isaura Neto Coelho, compreende que as crianças e suas famílias, no geral, tem uma condição de vida social simples, onde aparentemente em sua maioria, vivem bem fora da escola/creche, pois, percebe-se que se alimentam bem e com disponibilidade para exercerem suas funções infantis, ou seja, brincar, estudar e com certeza futuramente serem cidadãos, capazes de exercer com liberdade e autonomia sua cidadania. Ressaltando que há exceções, que são observadas, acolhidas e auxiliadas dentro das possibilidades da Instituição.

27

1.7. AMBIENTE SOCIOCULTURAL:

A Creche Municipal Isaura Neto Coelho atende uma clientela bastante diversificada. As famílias independentes da classe social a qual pertencem se organizam das mais diversas maneiras. Sabemos que as crianças têm direito de ser criadas e educadas no seio da família. Sendo, até setembro de 2023, a única instituição municipal para crianças bem pequenas, responsável pela efetivação dos direitos básicos das crianças. Daí a necessidade da instituição estabelecer um diálogo aberto com a família, pois é ela parceira interlocutora no processo educativo, buscando ampliar o vínculo entre famílias e escola, através de diálogos, entrevistas, entre outros. É pensando nisso, que a CMINC tem uma preocupação muito grande com o ambiente sociocultural na qual está inserida. E para tal, a CMINC propõe a realização de Projetos Pedagógicos que envolvam sempre as famílias em sua realização, contando com a presença dos familiares tanto na apresentação (trimestralmente), como na reelaboração dos mesmos, de forma que participem como coautores, abraçando as propostas pedagógicas e de cuidados apresentadas pela Instituição.

Atende a um público muito diverso, com costumes e tradições diversificados, com religiosidade heterogênea onde o catolicismo, o protestantismo e outras orientações religiosas convivem nesta Instituição.

O acesso aos meios de comunicação é também bastante variado. Sem falar na comunicação entre os membros da comunidade escolar, os quais buscam uma integração muito grande entre si, o uso da tecnologia, facilitou e muito este processo, tornando a família ainda mais presente na Instituição.

Para a Creche é de suma importância integrar o conhecimento das famílias nos projetos e demais atividades educativas. Contudo, o trabalho com a diversidade sociocultural e o conviver com as diferenças possibilitam a ampliação de horizontes tanto para o professor, o educador, as famílias, quanto para as crianças permitindo assim, a compreensão da realidade de cada um, como parte de um universo.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

1.8. INSTÂNCIAS COLEGIADAS DO ESTABELECIMENTO: CONSELHO ESCOLAR.

As instâncias colegiadas são organizações compostas por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar com o objetivo de auxiliar o diretor na função de Gestor Escolar, nas decisões e encaminhamentos para solucionar os problemas do cotidiano da escola, mas tendo como objetivo principal a busca pela melhoria da qualidade no processo ensino e aprendizagem.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, é regido por estatuto próprio, não tem finalidade e/ou vínculo político-partidário, religioso, racial, étnico ou qualquer outra natureza. É de ordem deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da Instituição Escolar em conformidade com as políticas públicas e diretrizes educacionais da Secretaria Municipal de Educação, observando a Constituição Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar, para o cumprimento da função social e específica da escola. Os principais objetivos do Conselho Escolar são a democratização das relações no interior da escola, promover a cidadania, acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pela comunidade escolar, garantir o cumprimento da função social e da especificidade do trabalho pedagógico da escola, de modo que tudo isso esteja pautada nos princípios da gestão democrática. É representado por Pais, alunos (devido a idade a Creche não possui este segmento), Profissionais do estabelecimento, Mestres e demais Funcionários da Instituição.

Em 2015, foi constituído o primeiro Conselho Escolar da CMINC, eleita em assembleia geral lavrada em Ata. A eleição acontece trianualmente segundo o Estatuto do Conselho Escolar da Instituição. Sendo que as eleições subsequentes aconteceram e acontecem da mesma maneira.

O atual Conselho Escolar da CMINC é constituído por:

Representantes do conselho escolar da CMINC. (2022 a 2025)	
a) Membro Nato: Ednar Amorim Silva, diretora da Unidade Educacional;	
b) Professoras:	
Titular	1- Rosinei Cordeiro Santos
Suplente	2- Cleide Patrícia Freitas
c) Equipe de apoio:	
1ª Titular	1- Elaine Pereira da Silva Caires
2ª Titular	2- Adelina Rodrigues da Silva
1ª Suplente	3- Roberta Luz da Silva
2ª Suplente	4- Rita Soares da Silva
d) Alunos: Não há representante em função da faixa etária da clientela atendida (um ano	

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsapp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

a três anos de idade);	
e) Pais e Responsáveis:	
1º Titular	1- Nilson Ferreira Caires
2º Titular	2- Alex Santos Almeida
1º Suplente	1- Jorge Pires Barbosa
2ª Suplente	2- Aline Reis Amorim

29

O Conselho Escolar é responsável por zelar pela manutenção e por participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira da creche. Ele deve contribuir com as ações dos dirigentes escolares para assegurar a qualidade de ensino e a gestão democrática na creche. Cabe aos conselheiros, por exemplo, definir e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à unidade escolar e discutir o projeto pedagógico com a direção e os docentes. O Conselho Escolar reunir-se-á, ordinariamente mensalmente, conforme Regulamento oficial do mesmo, sendo convocados os membros pela presidência.

1.9. O PAPEL DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS - CONSELHO ESCOLAR

São atribuições do Conselho Escolar:

I- Deliberar, discutir, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar da instituição de ensino;

II- Analisar e aprovar o Plano de Ação Anual da Escola, com base no seu Projeto Político-Pedagógico;

III- Criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática na elaboração do Projeto Político Pedagógico bem como do Regimento Escolar, incluindo suas formas de funcionamento aprovados pela comunidade escolar e local;

IV- Acompanhar e avaliar o desempenho da escola face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no seu Plano de Ação Anual, redirecionando as ações quando necessário;

V- Definir critérios para a utilização do prédio escolar para outras atividades, que não as de ensino, observando o princípio da integração escola/comunidade e os dispositivos legais emanados da mantenedora;

VI- Analisar e deliberar sobre projetos elaborados e/ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua importância no processo educativo;

VII- analisar e propor alternativas de solução a questões de natureza pedagógica, administrativa e financeira, detectadas pelo próprio Conselho Escolar, bem como as encaminhadas, por escrito, pelos diferentes participantes da comunidade escolar, no âmbito de sua competência;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

VIII- articular ações com segmentos da sociedade que possam contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, sem sobrepor-se ou suprimir as responsabilidades pedagógicas dos profissionais que atuam no estabelecimento de ensino;

IX- Elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário, de acordo com as normas da Secretaria Municipal de Educação e da legislação vigente;

X- Definir e aprovar o uso dos recursos destinados à escola mediante Planos de Aplicação, bem como, prestação de contas desses recursos, em ação conjunta com Direção, Pais, Mestres e Funcionários;

XI- discutir, analisar, rejeitar ou aprovar propostas de alterações no Regimento Escolar pela comunidade escolar e local;

XII- Apoiar a criação e o fortalecimento de entidades representativas dos segmentos escolares;

XIII- A mantenedora deve criar condições para a formação continuada dos integrantes do Conselho Escolar, no decorrer do 1º ano de vigência de seus mandatos;

XIV - Promover, regularmente, círculos de estudos, objetivando a formação continuada dos Conselheiros a partir de necessidades detectadas, proporcionando um melhor desempenho do seu trabalho;

XV - Acompanhar o cumprimento do Calendário Escolar, observada a legislação vigente, e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação;

XVI - Discutir e acompanhar a efetivação da proposta curricular da escola, objetivando o aprimoramento do processo pedagógico, respeitadas as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação;

XVII - Estabelecer critérios para aquisição de material escolar e/ou de outras espécies necessárias à efetivação da Proposta Pedagógica Curricular da escola;

XVIII - Zelar pelo cumprimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com base na Lei n.8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

XIX - Avaliar, periódica e sistematicamente, as informações referentes ao uso dos recursos financeiros, os serviços prestados pela escola e os resultados pedagógicos obtidos;

XX - Encaminhar, quando for necessário, à autoridade competente, solicitação de verificação, com o fim de apurar irregularidades da Direção e demais profissionais da escola, em decisão tomada pela maioria absoluta de seus membros, em Assembleia Extraordinária convocada para tal fim, com razões fundamentadas, documentadas e devidamente registradas;

XXI - Assessorar, apoiar e colaborar com a Direção em matéria de sua competência e em todas as suas atribuições, com destaque especial para:

- a) o cumprimento das disposições legais;
- b) a preservação do prédio e dos equipamentos escolares;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

c) a aplicação de medidas pedagógicas previstas no Regimento Escolar, quando encaminhadas pela Direção, Equipe Pedagógica e/ou referendadas pelo Conselho de Classe;

XXII - Comunicar ao órgão competente as medidas de emergência, adotadas pelo Conselho Escolar, em casos de irregularidades graves na escola;

XXIII - Estabelecer anualmente um cronograma de reuniões ordinárias a ser definido, preferencialmente, no Plano de Ação Anual da escola.

31

PARCEIROS:

São parceiros da escola:

- + Comunidade escolar;
- + Comunidade local;
- + Prefeitura Municipal de Barra da Estiva;
- + Câmara Municipal de Vereadores;
- + Secretaria Municipal de Educação;
- + Secretaria Municipal de Saúde;
- + Secretaria Municipal de Assistência Social;
- + Conselho Tutelar;
- + Unidade de Saúde local;
- + Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- + Secretaria de Meio Ambiente e Turismo;
- + Empresa parceiras – Amigos da Escola/Creche;
- + Escolas municipais e particulares;
- + Sociedade Civil;
- + E outros.

1.10. DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA:

A gestão da Creche de Educação Infantil será desempenhada pela Diretora com o auxílio da Coordenação Pedagógico em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação, contando com apoio do Atendimento Educacional Especializado, respeitando as disposições legais.

O exercício das funções diretor é privativo de professor (a) do Município, com a devida habilitação, conforme o estabelecido na Lei nº 015/2009. A Direção das Escolas de Educação Infantil será provida de acordo com a legislação municipal vigente, a exigência a graduação em educação, nos termos da legislação vigente. De acordo a LEI MUNICIPAL Nº 015/2009. Que, Dispõe sobre a Estruturação do Plano de Cargo e Carreira da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva.

1.11. SÃO ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsApp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✚ Exerce a docência na Rede Pública Municipal de Ensino, transmitindo os conteúdos pertinentes de forma integrada, proporcionando ao aluno condições de exercer sua cidadania;
- ✚ Exerce atividades técnico-pedagógicas que dão diretamente suporte às atividades de ensino;
- ✚ Planeja, coordena, avalia e reformula o processo ensino/aprendizagem, e propõe estratégias metodológicas compatíveis com os programas a serem operacionalizados;
- ✚ Desenvolve o educando para o exercício pleno de sua cidadania, proporcionando a compreensão de coparticipação e corresponsabilidade de cidadão perante sua comunidade, município, estado e país, tornando-o agente de transformação social;
- ✚ Gerencia, planeja, organiza e coordena a execução de propostas administrativas pedagógicas, possibilitando o desempenho satisfatório das atividades docentes e discentes.

32

DESCRIÇÃO DETALHADA - EM ATIVIDADES DE DOCÊNCIA:

1. Planeja e ministra aulas nos dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
2. Avalia o rendimento dos alunos de acordo com o regimento escolar;
3. Informa aos pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;
4. Participa de atividades cívicas, sociais, culturais e esportivas;
5. Participa de reuniões pedagógicas e técnico-administrativas;
6. Participa do planejamento geral da escola;
7. Contribui para o melhoramento da qualidade do ensino;
8. Participa da escolha do livro didático;
9. Participar de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, capacitações, cursos, e outros eventos da área educacional e correlatos;
10. Acompanha e orienta estagiários;
11. Zela pela integridade física e moral do aluno;
12. Participa da elaboração e avaliação de propostas curriculares;
13. Elabora projetos pedagógicos;
14. Participa de reuniões interdisciplinares;
15. Confecciona material didático;
16. Realizar atividades extraclasse em bibliotecas, museus, laboratórios e outros;
17. Avalia e participa do encaminhamento dos alunos portadores de necessidades especiais, para os setores específicos de atendimento;
18. Seleciona, apresenta e revisa conteúdos;
19. Participa do processo de inclusão do aluno portador de necessidades especiais no ensino regular;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

20. Propiciam aos educandos, portadores de necessidades especiais, a sua preparação profissional, orientação e encaminhamento para o mercado de trabalho;
21. Incentivar os alunos a participarem de concursos, feiras de cultura, grêmios estudantis e similares;
22. Realiza atividades de articulação da escola com a família do aluno e a comunidade;
23. Orienta e incentiva o aluno para a pesquisa;
24. Participa do conselho de classe;
25. Prepara o aluno para o exercício da cidadania;
26. Incentiva o gosto pela leitura;
27. Desenvolve a autoestima do aluno;
28. Participa da elaboração e aplicação do regimento da escola;
29. Participar da elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico da escola;
30. Orienta o aluno quanto à conservação da escola e dos seus equipamentos;
31. Contribui para a aplicação da política pedagógica do Município e o cumprimento da legislação de ensino;
32. Propõe a aquisição de equipamentos que venham favorecer as atividades de ensino aprendizagem;
33. Planeja e realiza atividades de recuperação para os alunos de menor rendimento;
34. Analisa dados referentes à recuperação, aprovação, reprovação e evasão escolar;
35. Participa de estudos e pesquisas em sua área de atuação;
36. Mantém atualizados os registros de aula, frequência e de aproveitamento escolar do aluno;
37. Zela pelo cumprimento da legislação escolar e educacional;
38. Zela pela manutenção e conservação do patrimônio escolar;
39. Apresenta propostas que visem a melhoria da qualidade de ensino;
40. Participa da gestão democrática da unidade escolar;
41. Executa outras atividades correlatas.

33

Plano de Cargo e Carreira da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva – 2009.

1.12. SÃO ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR, VICE-DIRETOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO.

PROFESSOR EM ATIVIDADES DE SUPORTE PEDAGÓGICO:

1. Elabora e executa projetos pertinentes à sua área de atuação;
2. Participa de estudos e pesquisas em sua área de atuação;
3. Participa da promoção e coordenação de reuniões com o corpo docente e discente da unidade escolar;
4. Assegura o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
5. Estimula o uso de recursos tecnológicos e o aperfeiçoamento dos recursos humanos;
6. Elabora relatórios de dados educacionais;
7. Emite parecer técnico;

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsApp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

8. Participa do processo de lotação numérica;
9. Zela pela integridade física e moral do aluno;
10. Participa e coordena as atividades de planejamento global da escola;
11. Participam da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de políticas de ensino;
12. Participar da elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico da escola;
13. Estabelece parcerias para desenvolvimento de projetos;
14. Articula-se com órgãos gestores de educação e outros;
15. Participa da elaboração do currículo e calendário escolar;
16. Incentivar os alunos a participarem de concursos, feiras de cultura, grêmios estudantis e outros;
17. Participa da análise do plano de organização das atividades dos professores, como: distribuição de turmas, horas/aula, horas/atividade, disciplinas e turmas sob a responsabilidade de cada professor;
18. Mantém intercâmbio com outras instituições de ensino;
19. Participa de reuniões pedagógicas e técnico-administrativas;
20. Acompanha e orienta o corpo docente e discente da unidade escolar;
21. Participar de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, capacitações, cursos e outros eventos da área educacional e correlato;
22. Participa da elaboração e avaliação de propostas curriculares;
23. Coordena as atividades de integração da escola com a família e a comunidade;
24. Coordena conselho de classe;
25. Contribui na preparação do aluno para o exercício da cidadania;
26. Zela pelo cumprimento da legislação escolar e educacional;
27. Zela pela manutenção e conservação do patrimônio escolar;
28. Contribui para aplicação da política pedagógica do Município e o cumprimento da legislação de ensino;
29. Propõe a aquisição de equipamentos que assegurem o funcionamento satisfatório da unidade escolar;
30. Planeja, executa e avalia atividades de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal da área de educação;
31. Apresenta propostas que visem a melhoria da qualidade do ensino;
32. Contribui para a construção e operacionalização de uma proposta pedagógica que objetiva a democratização do ensino, através da participação efetiva da família e demais segmentos da sociedade;
33. Sistematiza os processos de coleta de dados relativos ao educando através de assessoramento aos professores, favorecendo a construção coletiva do conhecimento sobre a realidade do aluno;
34. Acompanha e orienta pedagogicamente a utilização de recursos tecnológicos nas unidades escolares;
35. Promove o intercâmbio entre professor, aluno, equipe técnica e administrativa, e conselho escolar;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

36. Trabalha o currículo, enquanto processo interdisciplinar e viabilizador da relação transmissão/produção de conhecimentos, em consonância com o contexto sociopolítico- econômico;
37. Conhece os princípios norteadores de todas as disciplinas que compõem os currículos da educação básica;
38. Desenvolve pesquisa de campo, promovendo visitas, consultas e debates, estudos e outras fontes de informação, a fim de colaborar na fase de discussão do currículo pleno da escola;
39. Busca a modernização dos métodos e técnicas utilizados pelo pessoal docente, sugerindo sua participação em programas de capacitação e demais eventos;
40. Assessora o trabalho docente na busca de soluções para os problemas de reprovação e evasão escolar;
41. Contribui para o aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem desenvolvida pelo professor em sala de aula, na elaboração e implementação do projeto educativo da escola, consubstanciado numa educação transformadora;
42. Coordena as atividades de elaboração do regimento escolar;
43. Participa da análise e escolha do livro didático;
44. Acompanha e orienta estagiários;
45. Participa de reuniões interdisciplinares;
46. Avalia e participa do encaminhamento dos alunos portadores de necessidades especiais, para os setores específicos de atendimento;
47. Promove a inclusão do aluno portador de necessidades especiais no ensino regular;
48. Propicia aos educandos portadores de necessidades especiais a sua preparação profissional, orientação e encaminhamento para o mercado de trabalho;
49. Coordena a elaboração, execução e avaliação de projetos pedagógicos e administrativos da escola;
50. Trabalha a integração social do aluno;
51. Traça o perfil do aluno, através de observação, questionários, entrevistas e outros;
52. Auxilia o aluno na escolha de profissões, levando em consideração a demanda e a oferta no mercado de trabalho;
53. Orienta os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, levantando e selecionando, em conjunto, alternativas de soluções a serem adotadas;
54. Divulga experiências e materiais relativos à educação;
55. Promove e coordena reuniões com o corpo docente, discente e equipes administrativas e pedagógicas da unidade escolar;
56. Programa, realiza e presta contas das despesas efetuadas com recursos diversos;
57. Coordena, acompanha e avalia as atividades administrativas e técnico-pedagógicas da escola;
58. Orienta escolas na regularização e nas normas legais referentes ao currículo e à vida escolar do aluno;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

59. Acompanha estabelecimentos escolares, avaliando o desempenho de seus componentes e verificando o cumprimento de normas e diretrizes para garantir eficácia do processo educativo;
60. Elabora documentos referentes à vida escolar dos alunos de escolas extintas;
61. Participa da avaliação do grau de produtividade atingido pela escola e pelo Sistema Municipal de Ensino, apresentando subsídios para tomada de decisões a partir dos resultados das avaliações;
62. Participa da gestão democrática da unidade escolar;
63. Executa outras atividades correlatas.

36

Plano de Cargo e Carreira da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva – 2009.

1.13. CARGO: DO SECRETÁRIO ESCOLAR.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realiza atividades de assessoramento à direção da escola, responde pela secretaria e serviços administrativos, analisa, organiza, registra e documenta fatos ligados à vida escolar dos alunos e pessoal da Escola.

DESCRIÇÃO DETALHADA

1. Coordena e supervisiona os trabalhos de secretaria da escola;
2. Atende ao pessoal da escola e da comunidade e ao público em geral;
3. Zela pela identidade da vida escolar do aluno e pela autenticidade dos documentos escolares;
4. Coordena o registro das notas na ficha individual do aluno;
5. Abre prontuário para alunos novos e arquiva os de alunos concluintes, transferidos e desistentes;
6. Levanta dados referentes a aprovação, recuperação e reprovação dos alunos;
7. Divulga resultados de aprovação, recuperação e reprovação dos alunos;
8. Lavra atas de resultados finais;
9. Responsabiliza-se por toda escrituração, expedição de documentos escolares, certificados de conclusão do Ensino Fundamental e registro de diplomas e certificados de conclusão dos cursos, bem como a autenticação dos mesmos;
10. Analisa o expediente e submete-o ao despacho do diretor;
11. Coordena a organização e conservação do arquivo ativo e inativo da escola;
12. Mantém em sigilo a documentação atinente à vida escolar dos alunos, e a vida profissional dos servidores da escola;
13. Analisa, instrui e divulga documentos que favorecem o cumprimento das normas vigentes que se referem a recuperação, matrícula, transferência, registro da vida escolar do aluno e da vida funcional do pessoal da escola;
14. Realiza levantamentos dos serviços administrativos da unidade escolar e os distribui em conjunto com a direção da escola;
15. Redige ofícios, relatórios e formulários estatísticos;
16. Encaminha aos órgãos competentes documentos diversos;

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsapp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

17. Prepara o relatório de frequência do pessoal da escola;
18. Participa com todos os setores da escola, dos aspectos administrativos e pedagógicos;
19. Convoca o pessoal por determinação da direção e/ou conselho escolar para reuniões de caráter pedagógico ou administrativo;
20. Participar de reuniões, sessões de estudos, seminários, congressos e cursos na sua área de atuação;
21. Garante o apoio material e administrativo ao conselho escolar;
22. Executa outras atividades correlatas.

37

Plano de Cargo e Carreira da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva – 2009.

1.14. CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Realiza serviços de conservação, manutenção e limpeza em geral; recebe e entrega documentos, correspondências e objetos; encaminha pessoas aos diversos setores da Instituição; executa tarefas auxiliares de natureza simples, inerentes ao preparo e distribuição de merendas, selecionando alimentos, preparando refeições e distribuindo-as ao alunado, para atender ao Programa de Merenda Escolar.

DESCRIÇÃO DETALHADA

1. Executa serviços internos e externos, recebendo ou entregando documentos, mensagens ou objetos, assinando ou solicitando protocolos para comprovar a execução do serviço;
2. Cooperar no encaminhamento do público aos diversos setores da Instituição, acompanhando ou prestando informações;
3. Abastece máquinas e equipamentos e efetua limpeza periódica, garantindo condições apropriadas ao bom funcionamento;
4. Opera máquinas copiadoras garantindo a qualidade dos serviços e o controle das cópias solicitadas;
5. Serve água, café e lanche, preparando-os quando necessário;
6. Zela pela boa organização da copa, limpando-a guardando os utensílios e mantendo a ordem e higiene do local;
7. Zela pelo ambiente de trabalho varrendo, lavando, espanando e mantendo a ordem e segurança dos equipamentos;
8. Efetuar serviços de embalagem, arrumação, transporte e remoção de móveis, máquinas, pacotes, caixas e materiais diversos;
9. Coleta o lixo dos depósitos, para depositá-lo na lixeira ou incinerador;
10. Abre e fecha portas e janelas da Instituição nos horários regulamentares, responsabilizando-se pela entrega das chaves;
11. Participar de reuniões, encontros, seminários, congressos e cursos na sua área de atuação;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

12. Efetua o controle dos gêneros alimentícios necessários ao preparo da merenda, recebendo-os e armazenando-os de acordo com as normas e instruções estabelecidas;
13. Seleciona os alimentos necessários ao preparo das refeições, separando-os e pesando-os de acordo com o cardápio do dia, para atender os programas alimentares;
14. Distribui as refeições preparadas, entregando-as conforme rotina determinada, para atender aos estudantes;
15. Registra o número de refeições distribuídas, anotando-as em impressos próprios, para possibilitar cálculos estatísticos;
16. Informa quando há necessidade de reposição de estoques e de utensílios;
17. Efetua outras tarefas correlatas ao cargo.

38

Plano de Cargo e Carreira da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva – 2009.

1.15. FUNÇÃO DO AUXILIAR DE SALA – MONITORAS E MONITORES PEDAGÓGICOS

Realiza atividades de assessoramento, colaborando com a professora na sala, na Creche e em todas as ações de cuidados e pedagógicas. As Educadoras têm a função de receber as crianças, controla o repouso e auxiliam na parte pedagógica, respondem pelos cuidados de higiene, alimentação, organiza materiais pessoais das crianças, auxilia em todas as ações da CMINC, além de oferecer suporte aos professores, na realização de atividades educativas, prevenção de acidentes, criação de rotina e atenção aos alunos.

Os auxiliares de sala tem autonomia na realização de suas funções. Como colaboradoras, aqueles e aquelas que ajudam outros e outras em sua função, de acordo com as suas habilidades. A Creche não é apenas um local onde os pais deixam os filhos, pois aqui também, são educados, com amor, carinho, dedicação e paciência, são palavras, ações e afetos que fazem o diferencial na vida dos pequenos. Adelina Rodrigues - Auxiliar de sala CMINC – 2022.

DESCRIÇÃO DETALHADA DA FUNÇÃO DO AUXILIAR DE SALA:

1. Recebe as crianças no período da manhã e entregá-las no período da tarde;
2. Avalia o rendimento dos alunos de acordo com as orientações pedagógicas;
3. Informa aos pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica, na ausência da professora;
4. Cuidam da higiene e asseio das crianças;
5. São responsáveis pela alimentação das crianças;
6. Organizam e controlam a rotina e o momento do repouso das crianças;
7. Recebe, ampara e cuidam das crianças na prevenção de acidentes e demais cuidados;
8. Participa de atividades cívicas, sociais, culturais e esportivas;
9. Participa de reuniões pedagógicas e técnico-administrativas;

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsapp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

10. Contribui para o melhoramento da qualidade do ensino;
11. Participa de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, capacitações, cursos, e outros eventos da área educacional e correlatos;
12. Zela pela integridade física e moral do aluno;
13. Realiza atividades extraclasse em bibliotecas, museus, praças, laboratórios e outros, acompanhando a professora;
14. Auxiliar a professora na avaliação e participa do encaminhamento dos alunos portadores de necessidades especiais, para os setores específicos de atendimento;
15. Sugerir a apresentação e revisão de conteúdos;
16. Participa do processo de inclusão da criança com deficiência na turma regular;
17. Propiciam aos educandos, com deficiência, a sua participação em todos os processos, orientando e encaminhamento para os devidos cuidados quando necessário;
18. Incentiva os alunos a participarem das atividades pedagógicas, colaborando com as professoras;
19. Realiza atividades de articulação da escola com a família do aluno e a comunidade;
20. Orienta e incentiva as crianças a participar das atividades;
21. Participa do conselho escolar;
22. Prepara o aluno para o exercício da cidadania;
23. Incentiva o gosto pela leitura;
24. Desenvolve a autoestima do aluno;
25. Participa da elaboração e aplicação do regimento da escola;
26. Orienta o aluno quanto à conservação da escola e dos seus equipamentos;
27. Contribui para a aplicação da política pedagógica do Município e o cumprimento da legislação de ensino;
28. Participa de estudos e pesquisas em sua área de atuação;
29. Zela pelo cumprimento da legislação escolar e educacional;
30. Zela pela manutenção e conservação do patrimônio escolar;
31. Apresenta propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino e dos cuidados;
32. Participa da gestão democrática da unidade escolar;
33. Executa outras atividades correlatas.

39

1.16. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO - MATRIZ CURRICULAR:

Organização Curricular

Acreditando que a proposta educacional para a primeira infância efetivamente contribui para o processo através do qual as crianças vão se constituindo como sujeitos singulares e históricos, o Referencial Curricular Municipal de Barra da Estiva/2020 no que versa procura criar situações que permitam à criança:

- ✚ Desenvolver a capacidade de comunicação e expressão;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✚ Solucionar problemas por conta própria, adotando formas mais complexas de raciocínio;
- ✚ Agir com responsabilidade crescente em sua relação com o meio ambiente físico e social;
- ✚ Desenvolver a capacidade de analisar criticamente sua própria atuação com a dos demais nas diversas situações.

40

Para tanto, é necessário propiciar à criança oportunidades de experimentar, descobrir, manipular objetos e vivenciar situações em um ambiente seguro e acolhedor permitindo a criança ser independente, fazendo-a sentir-se amada e reconhecida em suas tentativas.

Para o enriquecimento do processo de interação social, deve-se levá-la a valorizar a cooperação e o trabalho em conjunto.

O período que vai de zero a seis anos é decisivo para a estruturação da personalidade do indivíduo e este passa por grandes transformações: define-se a inteligência, nasce a linguagem, cresce o corpo e o domínio sobre ele, aperfeiçoam-se os aspectos cognitivos, sensoriais, socioemocionais e da comunicação oral. Assim, a criança se torna homem.

A criança aprende com o corpo inteiro, através da boca, da pele, dos olhos, ouvidos, nariz, braços e pernas. Suas experiências sensoriais influenciarão no seu desenvolvimento intelectual. A sua inteligência, antes de ser lógica será intuitiva, e primeiro dar-se-á a fase das operações concretas, pré-requisito para o pensamento lógico. Seguir-se-á a incorporação de noções, conceitos e abstrações.

Quando a criança brinca com água, barro ou areia, faz pintura a dedo, empilha, arrasta, quebra, amassa e tantas outras atividades, está aumentando a consciência de si mesma e do mundo que a cerca. Assim, consegue relacionar-se melhor com o meio-ambiente e com as pessoas, percebendo gradativamente que não é o centro do mundo e, sim, parte dele.

Sendo um projeto político que visa à cidadania, a igualdade e equidade de direitos e busca a democratização do saber, o mesmo não só respeita o conhecimento que a criança traz para a Creche Municipal Isaura Neto Coelho, como assume a função de ampliá-lo e sistematizá-lo de forma a facilitar o acesso aos elementos fundamentais da cultura global e local, imprescindíveis para a vida na sociedade contemporânea.

Face às características de nossa comunidade, serão oferecidas atividades que promovem o desenvolvimento, oportunizando a vivência de várias experiências demandadas por uma formação integral, coerente com a realidade social, e com a natureza em que estamos inseridos.

As atividades pedagógicas são realizadas em sala de aula e no ambiente externo, em áreas de recreação descobertas, equipadas com material adequado para as diversas atividades, respeitando sempre, as características de cada faixa etária e integrando as ações desde o maternal 1, maternal 2 e maternal 3.

As atividades poderão ser realizadas nas instalações da Creche Municipal Isaura Neto Coelho ou em casa com a presença e participação da família.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

2. MARCO CONCEITUAL

A Creche Isaura Neto Coelho tem por princípios:

2.1. VISÃO

A CMINC tem como visão, ser uma Instituição de referência pela qualidade em educação e cuidados, reconhecida pelos resultados do processo de ensino e aprendizagem e pelo zelo na formação cidadã e humana, onde o afeto, o cuidado, o lazer, a ludicidade e alegria estejam presentes.

41

2.2. MISSÃO

A CMINC projeta a sua missão no contributo para uma educação de infância de qualidade e equidade que promova no cotidiano educativo, baseado na proposta pedagógica da Criança e Natureza, de forma a garantir o desenvolvimento das identidades culturais, socioemocionais das crianças e das famílias, num contexto de bem estar, ambiente seguro e acolhedor, a interação com a natureza e a cultura glocal, bem como promover o desenvolvimento das inteligências múltiplas, e da pedagogia do afeto, em atividades lúdicas, levando-os a iniciar suas histórias com responsabilidade, autonomia, protagonismo, contribuindo para uma sociedade mais justa, fraterna e feliz.

2.3. VALORES

A CMINC tem valores que norteiam o trabalho na instituição e visa à qualidade nas relações humanas, baseadas no afeto, no respeito a si e ao outro, na solidariedade, na igualdade, na equidade e na alegria de aprender e viver.

2.4. PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Para orientar as unidades de Educação Infantil a planejar seu cotidiano, as Diretrizes apontam um conjunto de princípios defendidos pelos diversos segmentos ouvidos no processo de sua elaboração e que devem orientar o trabalho nas instituições de Educação Infantil. Dada sua importância na consolidação de práticas pedagógicas que atendam aos objetivos gerais da área, eles serão aqui apresentados em detalhes:

Princípios éticos – valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Princípios políticos – garantia dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Princípios estéticos – valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Para apontar formas de operacionalização destes princípios, o texto do Parecer das Diretrizes remete à adoção de uma série de medidas voltadas a garantir certos objetivos e certa metodologia no trabalho didático. Vejamos:

Cabe às instituições de Educação Infantil, de acordo com os princípios éticos: assegurar às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades ao participar das práticas educativas; valorizar suas produções, individuais e coletivas; apoiar a conquista pelas crianças de autonomia na escolha de brincadeiras e de atividades e para a realização de cuidados pessoais diários; proporcionar às crianças oportunidades para:

- ✚ Ampliar as possibilidades de aprendizado e de compreensão de mundo e de si próprias trazidas por diferentes tradições culturais;
- ✚ Construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças, combatendo preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem como pessoas;
- ✚ Aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais;
- ✚ Adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente;
- ✚ Respeitar todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.

Para a concretização dos princípios políticos apontados para a área, a instituição de Educação Infantil deve trilhar o caminho de educar para a cidadania, analisando suas práticas educativas de modo a:

- ✚ Promover a formação participativa e crítica das crianças;
- ✚ Criar contextos que permitam às crianças a expressão de sentimentos, ideias, questionamentos, comprometidos com a busca do bem estar coletivo e individual, com a preocupação com o outro e com a coletividade;
- ✚ Criar condições para que a criança aprenda a opinar e a considerar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma reação afetiva, uma ideia, um conflito.
- ✚ Garantir uma experiência bem sucedida de aprendizagem a todas as crianças, sem discriminação, e lhes proporcionar oportunidades para o alcance de conhecimentos básicos que são considerados aquisições valiosas para elas.

O trabalho pedagógico na unidade de Educação Infantil, em relação aos princípios estéticos deve voltar-se para:

- ✚ Valorizar o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✚ Organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade;
- ✚ Ampliar as possibilidades da criança de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades;
- ✚ Possibilitar às crianças apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu projeto político pedagógico.

43

Os princípios expostos devem sustentar as práticas de Educação infantil e privilegiar aprendizagens como ser solidário com todos os colegas, respeitá-los, não discriminá-los e saber por que isso é importante, aprender a fazer comentários positivos e produtivos ao trabalho dos colegas, a apreciar suas próprias produções e a expor a adultos e crianças o modo como às fez.

Na integração dessas metas, “a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças” (Resolução CNE/CEB nº 05/09, art.8º).

Nessa direção as práticas cotidianas na Educação Infantil devem:

- ✚ Considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças,
- ✚ Apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e,
- ✚ Efetivar-se por meio de modalidades de experiências que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico.

São grandes desafios que ainda temos que vencer, estamos vivenciando um momento histórico muito oportuno para a reflexão e a ação em prol das crianças. Cada vez mais, a educação e o cuidado na primeira infância a Educação Infantil -, são tratados como assuntos prioritários de governo, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e por um número crescente de países em todo o mundo.

Só assim a Educação Infantil poderá se constituir como importante fator de democratização da nossa sociedade. Se atuarem juntas, compartilhando anseios, conquistas e dificuldades, família e escola cumprirão com grande sucesso a tarefa de



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

formar seres humanos confiantes, tolerantes, solidários e respeitosos dos direitos e da dignidade de todos enfim, cidadãos! (RCM/BE -2020)

2.5. DIMENSÕES FUNDAMENTAIS:

44

A Educação Infantil, ao longo dos anos vem se adequando enquanto espaço de convivência, de cuidados e educacional. A palavra creche, de origem francesa, e que significa manjedoura, foi utilizada para designar a primeira instituição, há mais de 200 anos, para cuidar e abrigar crianças pequenas. Durante muito tempo as creches organizaram seu espaço e sua rotina diária em função de ideias de assistência e de custódia da criança. As Creches a partir da década de 80, com os movimentos populares, passaram a ser pensadas e reivindicadas como o lugar de educação e cuidados coletivos das crianças de zero a seis anos. Sendo assim, muitos fatores ocorreram de forma a influenciar estas mudanças, entre eles: o desenvolvimento urbano, as reivindicações populares, a presença da mulher no campo de trabalho, e principalmente, as ideias de infância e as condições socioculturais para o desenvolvimento da criança, passando a garantidora de direitos dos pequenos no atendimento, cuidados e educação em período integral.

Como resultado, essa evolução nas ideias sobre tais instituições foi concretizada em leis. A Constituição Federal de 1988 representa uma das contribuições. Na garantia de nossos direitos. Ela definiu, entre outros, que a educação infantil, era um direito da criança e uma opção da família. Assim, ao determinar a obrigação do Estado no atendimento às crianças de zero a seis anos, a Constituição provocou um considerável desenvolvimento de políticas públicas para essa faixa etária. Instituições foram criadas objetivando-se o atendimento da demanda. Mais do que isso, novos programas e ações tiveram que ser desenvolvidos, destinando-se a uma clientela diferente: uma criança e uma família com direitos garantidos. Essa forma de pensar a função e os personagens da educação infantil foi reafirmada na principal lei referente aos direitos das crianças e adolescentes brasileiros: O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA. No Brasil a Educação Infantil, por décadas foi negligenciada, sendo até o presente momento uma das etapas da Educação que ainda não é atendida em sua totalidade, situação que acarreta graves problemas a sociedade, dificultando o acesso de crianças bem pequenas, de 0 a 3 anos, ao ambiente de Creches, de forma a impedir as famílias o pleno desenvolvimento social e econômico, impossibilitando que mães e cuidadoras possam retornar ao trabalho possibilitando uma melhor autonomia financeira a estas famílias. Situação ainda agravada quando levado em consideração uma grande quantidade de crianças em situação de vulnerabilidade alimentar, emocional, social e de direitos a integridade física.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado dois anos após a Constituição Federal, em 1990. Nele, o dever do Estado em relação à educação infantil



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

é descrito no artigo 54, inciso IV, da mesma forma como está na Constituição, o qual coloca a criança e o adolescente como prioridade nacional.

Atualmente, a maioria das mudanças que se busca na área de educação infantil resulta da LDB. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) define entre outras coisas, que a educação infantil “tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até cinco anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social...” (art. 29).

Com a LDB, os direitos da criança, no que diz respeito à educação, assegurado na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente, transformam-se em diretrizes e normas que deverão ser regulamentadas em uma série de procedimentos. Com isso, a LDB pretende valorizar as atividades desempenhadas nas creches e pré-escolas, ressaltando a integração do cuidado com a educação.

A oferta de educação nesta faixa etária foi fundamental para que fosse garantido o direito de acesso e de permanência na creche. Com isto, o trabalho realizado no interior da creche ou escola deve ter a qualidade necessária para que pudesse com efetividade beneficiar as crianças.

Por isto, a instituição Creche deve oferecer um trabalho de qualidade às famílias e, posteriormente, um nível de participação das famílias na Creche como parte do planejamento e realização das atividades. E também, é importante estabelecer limites de horários e espaços, além de possuir condições de estrutura física, rotina, número e preparo dos educadores.

Um bom planejamento do espaço físico na creche favorece a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Para Rossetti-Ferreira:

... todos os ambientes infantis devem promover a identidade pessoal (a criança quando leva à creche um objeto pessoal, a sala de aula fica mais aconchegante para ela. E isto dá ao educador a chance de trabalhar o saber dividir, a cooperação com as crianças. Isso pode ajudar a desenvolverem sua individualidade, e conseqüentemente sua identidade); o desenvolvimento de competência (o ambiente infantil deve ser planejado para facilitar o trabalho do educador de tal forma que satisfaça as necessidades das crianças promovendo o seu desenvolvimento). (ROSSETTI-FERREIRA, 2001, p.

A oferta de atendimento com qualidade às crianças bem pequenas é imprescindível visto que este início propicia aos pequenos e pequenas, momento tranquilos na transição do ambiente doméstico para seu primeiro espaço social. É sabido que as crianças aprendem e se desenvolvem o tempo todo, e em todos os lugares. Mas boa parte de seu dia é vivido nas escolas. Muitas destas escolas são ambientes cinza, fechadas, e suas rotinas não incluem a possibilidade de brincar e aprender do lado de fora. Isso significa que, se as crianças não entrarem em contato com a natureza durante esse período, talvez não vivenciem essa experiência. Poder movimentar-se livremente, em um ambiente natural, melhora a saúde física e mental, o bem-estar e contribui para o desenvolvimento integral das crianças. Por isso, é necessário criar escolas mais verdes, conectadas com seus entornos, e



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

adotar propostas educativas que contemplem as dimensões física, cultural, social e cognitiva das crianças, incluindo a natureza e os espaços abertos como estratégias de aprendizagem. O Desemparedar das Crianças na Creche é benéfico para as crianças e para a comunidade escolar, que o é também para toda a sociedade.

A palavra desemparedamento foi cunhada pela professora Léa Tiriba. Ela e outros pesquisadores têm mostrado que a diminuição das áreas verdes, somada à perda de autonomia e liberdade das crianças nas cidades, faz com que elas passem cada vez mais tempo confinadas, muitas vezes em frente às telas. Nesse sentido, desemparedar as crianças significa aproveitar os espaços externos, dentro e fora das escolas, e também adotar práticas pedagógicas que favoreçam atividades ao ar livre, tanto para brincar quanto para aprender.

As evidências apontam que os benefícios são mútuos: assim como as crianças e adolescentes precisam da natureza, a natureza precisa das crianças e dos jovens. O contato com a natureza melhora todos os marcos mais importantes de uma infância saudável - imunidade, memórias, sono, capacidade de aprendizado, sociabilidade, capacidade física – me contribuiu significativamente para o bem, estar integral das crianças e jovens. (programa Criança e natureza e Sociedade Brasileira de pediatria, 2019).

A CMINC sempre teve em sua proposta pedagógica o desemparedar, antes sem uma perspectiva tão ciente das necessidades, mas nos últimos 5 anos a proposta pedagógica encontrou espaço para sua efetivação, visto que esta Instituição, dispõe de espaço externo propício para o desenvolvimento de tais ações.

Há uma necessidade de políticas públicas no estado da Bahia que garantam o cumprimento da meta 1 do PNE, do PEE da Bahia e PME de Barra da Estiva, no que diz respeito à garantia de vagas em Creches e Pré-escola é um dos dificultadores da equidade social, em vista da falta de oportunidades àqueles que mais precisam deste atendimento. A falta de vagas em Creches é um fator agravador da realidade socioeconômica de inúmeras famílias no município de Barra da Estiva, visto que a Creche Isaura Neto Coelho é até a presente data a única instituição a ofertar este atendimento, buscando ainda oferecer às famílias atendidas as melhores condições de cuidados educacionais e sociais considerando o espaço físico, atende-se uma quantidade limitada de crianças. Ficando muitas famílias aguardando por vagas.

2.6. CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E SUA FORMAÇÃO:

A concepção de infância que possuímos hoje foi uma invenção da modernidade, sendo constituída historicamente pelas condições socioculturais determinadas. “A infância seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns a diferentes crianças” (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p. 28). Partindo desse princípio, podemos considerar que a infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais. Portanto, as crianças de hoje não são iguais às dos anos passados, nem serão as mesmas que virão nos próximos anos.

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsapp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Conforme se apresenta nas Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, a criança é,

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010)

47

Sendo reconhecida como sujeito social, inserida na coletividade, a criança passa a ter um tratamento diferenciado. Considerada um ser competente, com suas necessidades, seu modo de pensar e agir, modos próprios de viver o sentimento de infância. O sentimento de infância, conforme Ariès, "corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto [...]" (ARIÈS, 1981, p.156). Nesse sentido o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia do adulto, portanto, merece um olhar específico.

2.7. EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL:

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. É a única que está vinculada a uma idade própria: atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB, art.29). Visando o desenvolvimento integral em tempo integral, o Ministério da Educação constitui como estratégia o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10 para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas. Essa educação integral em jornada ampliada no Brasil é uma política pública em construção e um grande desafio para gestores educacionais, professores e comunidades que, ao mesmo tempo, amplia o direito à educação básica e colabora para reinventar a escola.

Diante de uma sociedade em processo constante de mudanças e transformações a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe uma educação que atenda às expectativas e necessidades dos alunos e seu desenvolvimento global. A fim de integrar uma política educacional antes fragmentada, este documento vem afirmar que a sociedade atual exige um novo olhar e posicionamento em relação às questões do processo educativo: "o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado" (MEC, 2018, p. 14). Destacando assim, a relevância de, nessa sociedade em transformação, o indivíduo ser crítico, criativo, participativo, colaborativo, aberto ao novo, responsável, ciente de seu contexto histórico e cultural. Afirma, ainda, seu compromisso com a educação integral ao visar o desenvolvimento de competências sociais e emocionais.

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsapp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Já o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), compreende educação integral como a escola de tempo completo e de formação integral humana, neste contexto, a Educação Infantil na perspectiva da Educação Integral exige repensar espaços, tempos e oportunidades educativas, bem como, a formação dos professores e profissionais da educação a fim de oferecer um ensino de qualidade. Nesse sentido o projeto político-pedagógico, elaborado coletiva e democraticamente com a participação da comunidade escolar, deve contemplar práticas pedagógicas e do cotidiano, intencionalmente planejadas, sistematizadas, avaliadas e desenvolvidas por professores habilitados, visando o atendimento integral das crianças, seja em jornada diurna de tempo parcial ou integral.

48

Para Cavalieri (2014) a Educação Integral deve considerar alguns elementos principais: o currículo como meio de expressão no espaço escolar; o indivíduo visto como um ser complexo e indivisível; a formação do indivíduo nos aspectos cognitivos, éticos, estéticos, políticos e culturais a partir de uma prática democrática. Sendo assim cabe a escola elaborar um projeto político pedagógico que mobilize os saberes de forma dinâmica, considerando a necessidade de ampliar os espaços e tempo de aprendizagem para aproveitar de forma transversal esse tempo.

2.8. ENTRETECIMENTOS ENTRE CURRÍCULO, DIDÁTICA E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Conforme descrito no texto da DCRB,

“Atos de currículo, mediação didática e processos de aprendizagem são entretimentos do campo educacional que guardam relações profundamente necessárias. Podemos dizer que currículos para se qualificarem através de seus atos precisam de mediações didáticas qualificadas, condição para a possibilidade de aprendizagens e processos formativos também qualificados”. Nesta perspectiva, o objetivo da educação escolar é um sistema de instrução e ensino de objetivos intencionais, sistematizados e com alto grau de organização, dando a importância da mesma para o acesso e uma democratização maior dos conhecimentos. Segundo Libâneo, “as práticas educativas é que verdadeiramente podem determinar as ações da escola e seu comprometimento social com a transformação”.

A maneira como o docente lida com o fazer pedagógico, determina a linha e a qualidade do ensino, Libâneo traça alguns dos principais objetivos da atuação docente:

- ✚ Assegurar ao aluno/criança domínio duradouro e seguro dos conhecimentos;
- ✚ Criar condições para o desenvolvimento de capacidades e habilidades visando a autonomia na aprendizagem e independência de pensamento dos alunos;
- ✚ Orientar as atividades do ensino para a formação da personalidade.

Estes três itens se integram entre si, pois a aprendizagem é um processo. Depois, o autor levanta os principais pontos do planejamento escolar:

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsapp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✚ Compreensão da relação entre educação escolar e objetivo sócio-políticos;
- ✚ Domínio do conteúdo e sua relação com a vida prática;
- ✚ Compreensão dos campos de experiências, os direitos de aprendizagens e suas aplicabilidades na educação Infantil;
- ✚ Conhecer as características socioculturais e individuais dos alunos;
- ✚ Domínio de métodos de ensino;
- ✚ Conhecimento dos programas oficiais;
- ✚ Manter-se bem informado sobre livros e artigos ligados a sua disciplina e fatos relevantes.

49

Já a direção do ensino e aprendizagem requer outros procedimentos do professor:

- ✚ Conhecimento das funções didáticas;
- ✚ Compatibilizar princípios gerais com conteúdos e métodos da disciplina;
- ✚ Domínio dos métodos e de recursos;
- ✚ Habilidade de expressar ideias com clareza;
- ✚ Tornar os conteúdos reais;
- ✚ Saber formular perguntas e problemas;
- ✚ Conhecimento das habilidades reais dos alunos;
- ✚ Oferecer métodos que valorizem o trabalho intelectual independente;
- ✚ Ter uma linha de conduta de relacionamento com os alunos;
- ✚ Para a avaliação os procedimentos são outros por parte do professor;
- ✚ Verificação contínua dos objetivos alcançados e do rendimento nas atividades.

Nesta perspectiva, os processos didáticos para garantirem efetivamente a qualidade do ensino e da aprendizagem, norteiam-se a partir de práticas de planejamento e de ensino, onde a aprendizagem escolar deve ser vista como uma atividade PLANEJADA, INTENCIONAL E DIRIGIDA, *não sendo em hipótese alguma casual ou espontânea*. Na Educação Infantil, é preciso pensar uma rotina que organize todos os momentos a fim de garantir ao aluno relação subjetiva com os mesmos. Afinal o processo de ensino deve estabelecer apenas exigências e expectativas que os alunos possam cumprir para poder realmente envolvê-los neste processo e mobilizar suas conquistas e possibilidades de desenvolvimento. RCM/BE.2020

2.9. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA:

De acordo com a LDB (Lei n. 9.394/96), as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da Gestão Democrática. A Gestão Democrática está baseada na articulação de ações que propõem a participação social da comunidade escolar, a qual é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Assim, é imprescindível que cada um destes sujeitos tenha clareza e conhecimento de seu papel quanto participante da comunidade escolar.

A Gestão Democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e colaboração de toda comunidade escolar. A Gestão Democrática em nossa instituição tem por segmento, a elaboração do Projeto Político Pedagógico de maneira coletiva e participativa, a definição e fiscalização das verbas recebidas, divulgação e transparência na prestação de contas, Avaliação Institucional da escola, professoras, dirigentes, estudantes, equipe técnica e eleição direta para diretor(a).

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da instituição, possibilitando a liberdade de expressão e respeitando as opiniões da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, favorecendo uma aproximação maior entre professoras, funcionários, pais, alunos, equipe pedagógica e direção.

A participação de todos, nos diferentes níveis de decisão e nas sucessivas fases de atividades, é essencial para assegurar o eficiente desempenho da organização e funcionamento da instituição de ensino.

Uma demonstração da gestão democrática é assegurar a eleição para diretor (a), sendo esta através de votação pela comunidade escolar, garantindo que os candidatos estejam de acordo com as orientações legais, normas e procedimentos da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e demais órgãos competentes.

2.10. DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO:

Conforme o Parecer nº 20/2009 CNE/CEB, (BRASIL, 2009 p. 4) que revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) de 1999 e embasa as novas diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 5/2009, CNE/CEB, as unidades de Educação Infantil, constituem-se em um espaço organizado intencionalmente em que são considerados “[...] critérios pedagógicos, o calendário, horários e as demais condições [...]” que garantam seu funcionamento.

Assim, por seu caráter educativo atrelado à exigência de formação mínima e específica dos profissionais e ao fato de estar submetida a legislações que regulam seu credenciamento e funcionamento, a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica deve seguir os princípios estabelecidos nas suas diretrizes, os quais são definidos no artigo 6º:

As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

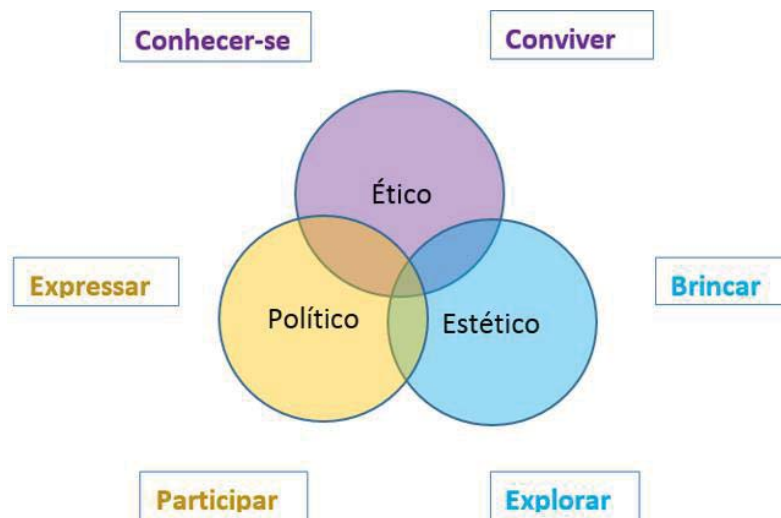
II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009, p. 2).

São princípios que se complementam e expressam uma formação fundamentada na integralidade do ser humano, que precisa apropriar-se dos sentidos éticos, políticos e estéticos na construção da sua identidade pessoal e social. Esses princípios estão vinculados à Base Nacional Comum Curricular por meio da definição de seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, os quais pretendem assegurar:

as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2017, p. 35).

Os direitos de conhecer-se e de conviver relacionam-se aos princípios éticos, os direitos de expressar e de participar partem dos princípios políticos e os direitos de brincar e de explorar contemplam os princípios estéticos.



Fonte: Base Nacional Comum Curricular

Os princípios éticos estão relacionados às ações e às relações estabelecidas com e entre as crianças, com e entre os adultos das unidades de Educação Infantil e também com os familiares, com experiências e vivências de responsabilidade, solidariedade e respeito. Neste sentido, é preciso intencionalidade na organização do trabalho pedagógico, partindo de saberes e conhecimentos que garantam a participação e expressão das crianças, de modo a promover a sua autonomia.

Isso implica considerar no percurso da aprendizagem e do desenvolvimento a afetividade e os vínculos estabelecidos pelas crianças, de modo que estes promovam



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

uma autoestima positiva, bem como uma construção afirmativa de identidade do seu grupo social.

Nesse processo, a criança tem a possibilidade de conhecer-se, conhecer ao outro e conviver na diversidade étnico-racial, cultural, regional, religiosa, dentre outras, respeitando o ser humano e os espaços em que vivem. Experiências que promovam o autocuidado, o respeito ao próximo e ao meio ambiente estão associadas aos seguintes direitos expressos na BNCC:

52

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas (BRASIL, 2017, p.36).

A ideia de cidadania, de criticidade e de democracia ligada aos princípios políticos, embora complexa, é construída nas experiências e vivências em que a criança tem oportunidade de se expressar e de participar. Estão associados à função da educação enquanto formadora de cidadãos críticos, que considerem o coletivo e o individual, o que implica se identificar enquanto sujeito ativo, que está inserido em uma sociedade podendo transformá-la. Assim, as crianças devem desde bem pequenas aprender a ouvir e respeitar a opinião do próximo, podendo também se manifestar relatando acontecimentos, sentimentos, ideias ou conflitos.

Na BNCC aparecem os direitos de:

Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL, 2017, p. 36).

A estética diz respeito à formação da sensibilidade capaz de apreciar e elevar a imaginação e permitir a criação, capacidades importantes para o desenvolvimento integral da criança. As práticas pedagógicas devem conduzir ao contato e à aprendizagem sobre as especificidades expressas em diferentes tipos de manifestações artísticas e culturais. Para isso a criança deve vivenciar experiências diversas, que estimulem sua sensibilidade e valorizem seu ato criador. Desta forma, por meio de sensações, que devem ser as mais diversificadas possíveis, as crianças desenvolvem sua percepção que conseqüentemente contribui para se tornarem criativas.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Muitas brincadeiras são manifestações culturais e artísticas próprias da infância e permitem a expressão da liberdade e da ludicidade. A brincadeira é uma forma de interação e também promotora do desenvolvimento. É preciso considerar que ao brincar a criança explora objetos, aprende sobre as diferentes funções sociais da cultura e desenvolve o controle de conduta, pois realiza as ações de um adulto o imitando em diferentes papéis.

53

Na BNCC, os princípios estéticos aparecem nos direitos de:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2017, p. 36). **Referencial Curricular Municipal – Barra Da Estiva, 2020.**

Assim, os princípios e os direitos das crianças somente podem ser efetivados se corresponderem a um determinado entendimento de infância e de criança, pois estão associados às características do seu desenvolvimento, considerando a forma como aprendem, se desenvolvem e conseqüentemente como se relacionam com o mundo.

2.11. AS TRANSIÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL: QUESTÕES DIDÁTICAS E CURRICULARES:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, ao anunciar a Educação Infantil, realizada em creches e pré-escolas, como primeira etapa da Educação Básica, sugere um esforço integrador da Educação Infantil com os demais níveis educacionais, Ensino Fundamental e Médio.

Para o aluno a passagem entre as etapas de ensino não virá sem dificuldades. No início da vida escolar, impõe-se a dura separação da criança com suas famílias. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental as brincadeiras em sala de aula começam a dar lugar a atividades mais intensas e cobranças. Nos Anos Finais, surgem os professores especialistas, as provas cada vez mais exigentes e o desabrochar da adolescência – uma transição por si só difícil.

A Lei nº 11.274(2006) instituiu o Ensino Fundamental de nove anos (EF), ampliando a sua duração através da antecipação da idade de matrícula das crianças nas escolas, que, a partir de então, deve ocorrer aos seis anos. Fato relativamente recente na educação brasileira, o novo EF requer mudanças organizacionais, estruturais, curriculares e de gestão em todos esses âmbitos, ao mesmo tempo em que novas questões são colocadas em pauta, revigoram-se temas bastante antigos no campo educacional.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Uma das preocupações está na transição entre a Educação Infantil para o Ensino Fundamental, pois pode vir acarretar mudanças para a criança criando situações de ansiedades e inseguranças. Garantir a adaptação dos alunos é uma tarefa complexa, mas que se torna mais fácil quando se procuram entender o contexto de onde eles vieram, seja de casa ou de outra etapa de ensino. É necessário assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando nas crianças rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização (Brasil, 2004b, p.22).

54

A rotina da Educação Infantil é bem diversificada, temos como eixo estruturante a interação e a brincadeira e ao ingressar nas séries iniciais do Ensino Fundamental os alunos encontram uma rotina um pouco diferenciada. É por isso que esse período merece toda a atenção da escola para que as crianças se adaptem a tantas transformações, os professores devem preparar um ambiente acolhedor que permita a continuidade do aprendizado.

A BNCC estabelece a importância da continuidade entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, aprofundando e ampliando as experiências da criança. Nesta perspectiva, a transição entre as duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que aja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagem das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

A transição entre as duas etapas de ensino, é um período repleto de desafios para as crianças e para os seus pais, as novidades geram empolgação, visto que evidenciam crescimento, aprendizado e desenvolvimento. No entanto, há também uma enorme insegurança e ansiedade, o medo do desconhecido e do novo faz com que as crianças ingressem nesta etapa temendo uma rotina mais rígida, sem contar que na sala de aula, as brincadeiras e cantigas são substituídas gradativamente. Diante disso, a escola precisa possibilitar que esse período tão importante na vida escolar ocorra de maneira mais tranquila. Para que as crianças se adaptem a tantas transformações, cabe ressaltar que não existe um padrão, cada um em sua individualidade apresenta uma reação diversa. Há crianças que acostumam rapidamente, porém existem também os que resistem, choram e se mostram resistentes.

A recomendação da BNCC é considerar o histórico dessa criança que chega ao Ensino Fundamental I, é essencial que o professor conheça quais habilidades desenvolveu, onde tem mais dificuldade e quais são seus potenciais. Dessa forma, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa etapa da vida escolar.

Para facilitar esse processo, a escola pode manter algumas brincadeiras e propostas de interação no início e na medida em que forem adaptando com a rotina pode inserir outras atividades. Esta fase de transição é tão importante que a BNCC sugere que os educadores façam uma síntese do desenvolvimento da criança durante a Educação Infantil, essa síntese deve ser compreendida como ponto de partida, que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não usado como condição ou pré-requisito para o acesso a próxima fase. Vejam quais são os objetivos esperados em cada campo de experiência:

55

O eu, o outro e o nós.

- ✚ Expressar e respeitar sentimentos e emoções;
- ✚ Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações;
- ✚ Respeitar a diversidade e se solidarizar com o outro;
- ✚ Conhecer e respeitar regras de convívio social.

Corpo, gestos e movimentos.

- ✚ Reconhecer a importância de situações do cotidiano para cuidado da saúde;
- ✚ Ter autonomia nas práticas de higiene, alimentação e cuidado com o corpo;
- ✚ Utilizar o corpo como instrumento de interação com o outro e o meio;
- ✚ Coordenar suas habilidades manuais.

Traços, sons, cores e formas.

- ✚ Discriminar diferentes tipos de sons e ritmos e interagir com a música;
- ✚ Expressar-se por meio das artes visuais;
- ✚ Relacionar-se com o outro por meio de gestos, palavras, brincadeiras, jogos, imitações, observações e expressões corporais.

Escuta, fala, pensamento e imaginação.

- ✚ Expressar ideias, desejos e sentimentos por diferentes meios;
- ✚ Argumentar e relatar fatos oralmente em sequência temporal e casual;
- ✚ Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas;
- ✚ Conhecer diferentes gêneros de escrita e entender a função social da escrita.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

- ✚ Identificar e comparar as propriedades dos objetos;
- ✚ Interagir com o meio, reconhecendo fenômenos naturais e artificiais;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✚ Utilizar o vocabulário relativo à noção de grandeza (maior e menor), espaço (dentro e fora) e medidas (comprido e curto);
- ✚ Identificar quantidades por meio de diferentes formas.

Neste momento de transição as famílias das crianças também precisam estar atentas às mudanças, é importante manter um diálogo, informando aos pais sobre os cuidados e as estratégias adotadas para que as crianças se adaptem a nova rotina, o papel da família é essencial para que esta etapa de transição aconteça o menos dolorido possível para a criança. É muito comum falar sobre os desafios da educação e por toda a responsabilidade sobre os ombros dos professores, como se eles soubessem tudo. Mas, a verdade é que esse momento de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é também um grande desafio para o educador. Por isso é essencial que invista na formação dos professores e os acompanhe, dando estrutura e condições para realizarem o seu trabalho. **Referencial Curricular Municipal – Barra Da Estiva, 2020.**

56

2.12. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL:

Educação inclusiva é uma modalidade de educação que inclui alunos com qualquer tipo de deficiência, transtorno, ou com altas habilidades em escolas de ensino regular. De um lado estão os alunos com deficiência, que usufruem de uma escola preparada para ajudá-los com o aprendizado e do outro, os demais alunos que aprendem a conviver com as diferenças de forma natural, a desenvolver o sentido de entreatajuda, o respeito e a paciência. A inclusão ajuda a combater o preconceito buscando o reconhecimento e a valorização das diferenças através da ênfase nas competências, capacidades e potencialidades de cada um.

A educação inclusiva foi implementada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) no sistema de ensino brasileiro em 2003. O Plano Nacional de Educação (PNE) atual, integra os alunos que antes iriam para a escola especial dentro da escola regular. De acordo com o MEC, a educação inclusiva abrange todos os níveis de escolaridade (Educação infantil – Ensino superior) e dispõe de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para orientar professores e alunos quanto à utilização da metodologia.

A Lei nº 13.632/2018, que altera dois dispositivos da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB). Com o objetivo de deixar expresso que todo indivíduo tem o direito à educação e aprendizagem ao longo da vida como um dos princípios norteadores do ensino brasileiro assegurados pela lei 13.632/2018, também determina o dever do Estado de garantir a educação especial na primeira infância (zero a seis anos) se estenda ao longo da vida para as pessoas com deficiência, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Segundo o art. 58 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996; “*entende-se por educação especial, para os efeitos desta*



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

Alunos com dificuldades escolares necessitam de educação, atenção e ensino diferenciados para que possam desenvolver suas habilidades, desta forma, uma orientação pedagógica utilizada como alicerce e o trabalho do professor adequado à realidade de seus alunos, permite que o processo ensino aprendizagem se efetive na sala de aula. Nessa perspectiva, torna-se necessário implantar dentro da escola medidas preventivas e essenciais a reestruturação psicológica do aluno, evitando situações traumatizantes que os problemas escolares podem causar.

O público-alvo do Plano Nacional de Educação (PNE) no que diz respeito à educação inclusiva, são alunos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), com transtorno do espectro autista e com altas habilidades (superdotados).

A rede regular de ensino deve oferecer educação especial para qualquer aluno com deficiência. Esse processo exige mudanças na maneira de conduzir as aulas e também no modo de se relacionar com as turmas e famílias. Em outras palavras, é preciso preparo por parte dos educadores e profissionais envolvidos na gestão escolar.

Quando houver necessidade, algumas adaptações curriculares e estruturais que permitam a acessibilidade estabelecidas em lei, deverão ser feitas tais como: adaptar o Projeto Político Pedagógico, rever posturas, conceitos, e avaliação, são algumas alternativas para atender adequadamente estes alunos garantindo que eles consigam assimilar os conteúdos assim também como adequação estrutural garantindo espaços seguros para o desenvolvimento da autonomia.

Quanto aos alunos diagnosticados com laudo comprovando deficiência ou transtornos, estes por sua vez têm direito a um Professor de Apoio Especializado Educacional (PAEE) que é indicado pela Secretaria de Educação, este por sua vez deve ter licenciatura plena ou ensino médio com habilitação em magistério e estudos adicionais nas áreas de deficiência mental, pós graduação em Educação Especial. Este então realizará um trabalho de forma colaborativa com os professores articulando estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante aos conhecimentos e sua interação com os colegas, oportunizando autonomia e independência para que possam se compreender como seres atuantes dentro do processo ensino aprendizagem. Esta instituição procura em conjunto com a comunidade, contribuir para que os pequenos se tornem cidadãos solidários e conscientes sobre o valor das diferenças.

Na garantia de todos os direitos o Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, publica em 04 de agosto de 2023 a resolução Nº 002, que dispõe sobre as normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica. Buscando a garantia dos direitos e o bom atendimento a este público, a CMINC em suas possibilidades atende a todas as crianças com todo cuidado e atenção necessária ao bom desenvolvimento físico, mental, emocional, ético e cognitivo. Observando as necessidades de cada um e direcionando aos mesmos os devidos cuidados.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

2.13. TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS - TEMAS INTEGRADORES:

São 10 os temas integradores considerados pelas Documento Curricular Referencial da Bahia:

- ✚ Educação em Direitos Humanos
- ✚ Educação para a Diversidade
- ✚ Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade
- ✚ Educação para as relações étnico-raciais
- ✚ Educação para o Trânsito
- ✚ Saúde na Escola
- ✚ Educação Ambiental
- ✚ Educação Financeira e para o Consumo
- ✚ Cultura Digital
- ✚ Educação Fiscal

58

2.14. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:

Aprovada em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, como observa Zenaide (2007), tornou-se um marco ético-jurídico-político de construção de uma cultura universal de respeito aos direitos humanos. Ela consiste no principal documento internacional norteador e disciplinador dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana. Torna-se necessário, portanto, o conhecimento e a incorporação nas práticas educativas que a consagram como um dos mecanismos de garantia dos direitos humanos:

“[...] A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.”

O Brasil, signatário da Declaração Universal de Direitos Humanos, desde 1948 vem participando das discussões sobre os direitos humanos. São marcos desse processo a assinatura do Pacto de San Jose da Costa Rica (1969) e a promulgação da Carta Magna ou Constituição Cidadã de 15 de outubro de 1988, homologada pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Conforme analisa a Advocacia-Geral da União (AGU), no texto intitulado “Corte Interamericana de Direitos Humanos”:

“Ao ser promulgada em 1988, a Constituição Federal atribuiu valor maior aos estudos dos Direitos Humanos fundamentais, estabelecendo a aplicação imediata aos mesmos, em consonância a uma tendência internacional” (AGU, 2015)

(Documento CURRICULAR Referencial da Bahia, para a Educação Infantil. 2019)



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

A Creche Municipal Isaura Neto Coelho, em seu fazer pedagógico e de cuidados, busca seguir as orientações, garantindo todos os direitos às crianças aqui atendidas. Antes de tudo, vamos lembrar que, atualmente, é possível encontrar orientações para que se observe e respeite os Direitos Humanos na Educação Infantil em todos os documentos oficiais, diretrizes e orientações curriculares dos últimos anos. Exemplo disso é o documento “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças”, do MEC/SEB, de 1998 (disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>). Mais recentes, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) afirmam os objetivos da Educação Infantil de garantir o direito das crianças:

59

- ao acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de saberes e conhecimentos;
- à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outros meninos e meninas.

2.15. EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE:

A escola, entre outros espaços sociais, é um território onde a diversidade humana é temática latente, candente, entremeada por contornos áridos e práticas sociais contraditórias e muitas vezes tensionadas. Ela tende a reafirmar predileções histórico-culturais, veladas ou declaradas, de valores, atitudes e conhecimentos, ditos socialmente aceitáveis ou “politicamente corretos”. Segundo Costa:

“A diversidade tem ligação estreita com igualdade, um dos princípios do estado democrático. Portanto, em educação, é fundamental que os profissionais tenham condições para reconhecer a heterogeneidade social e o direito que todos têm, mediante a equidade no tratamento dos diferentes grupos sociais. A equidade revela que a diferença entre os diversos grupos sociais não deveria comprometer a igualdade de direitos, pois as diferenças não podem se converter em desigualdades” (COSTA, 2014, p. 5).

(Documento CURRICULAR Referencial da Bahia, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. 2019)

Preconceitos, rótulos, discriminação, desde muito cedo, os pequenos entram em contato com esses discursos negativos. Para que eles saibam lidar com a diferença com sensibilidade e equilíbrio, é preciso que tenham familiaridade com a diversidade - e não apenas em projetos com duração definida ou em datas comemorativas, como ainda é habitual em vários lugares, em várias instituições de educação. É importante que a questão não seja tratada como um conteúdo específico, mas sim, que seja abordado o tema de jeito natural, inserindo-o em práticas diárias, com brinquedos, brincadeiras, leitura e música, momento de literatura, em todos os ambientes e momento na creche, assim e o trabalho na CMINC. “O convívio cotidiano é a forma mais eficaz de trabalhar comportamentos e atitudes”, diz Daniela Alonso, psicopedagoga e selecionadora do Prêmio Victor Civita - Educador Nota 10.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Para conseguir isso, uma providência essencial é adquirir materiais didáticos que valorizem as diferentes raças, pessoas com deficiências físicas e mentais e mostrem meninos e meninas em posição de igualdade. (...) Não se pode esquecer que os pequenos aprendem com o exemplo dos adultos. (Nova Escola)

2.16. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE:

60

A Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade perpassa pela compreensão de que Gênero e Sexualidade referem-se a duas importantes dimensões humanas que estão intimamente relacionadas. Nesse sentido, todos os seres humanos se identificam na construção sociocultural do gênero e da sexualidade em determinado momento, uma vez que as “identidades são sempre construídas, elas não são dadas e acabadas”.

No que se refere aos estudos de gênero, faz-se necessário compreender alguns conceitos básicos sobre: sexo, gênero, identidade de gênero, papéis/estereótipos de gênero e identidade sexual ou orientação sexual.

Sexo: refere-se aos aspectos biológicos, anatômicos, às características fenotípicas/características externas: genitálias, órgãos reprodutores internos, mamas, barba, entre outros e genotípicas/ características genéticas: genes masculino e feminino, assim, o sexo pode ser masculino ou feminino. (DCRB-2019)

A Educação Infantil é uma área na qual o tema gênero e sexualidade ainda é pouco discutido, o que prevalecem são articulações conceituais do senso comum, valorizando a diversidade de interpretações ao se tratar do tema. É possível enfatizar partindo da compreensão geral de vários autores, que o termo gênero certamente é entendido como algo vinculado aos diversos segmentos, social, cultural e político construindo historicamente. Para tal o trabalho com as crianças bem pequenas, na CMINC, já acontece de forma intrínseca, de forma lúdica na vivência da infância. Sendo esta fase um momento rico para se trabalhar o respeito a si mesmo e ao outro, no entanto é preciso observar que alguns temas precisam de atenção ainda mais direta. Nas atividades da Creche é importante, que não diferencie atividades e brincadeiras. Observando, que os gestos falam mais que palavras, para tanto, conversar bastante e abertamente com as crianças de forma que aprendam a se amar, e que aprendam a respeitar o outro. Observar que os sentimentos são humanos, e que é preciso aprender a ler, ouvir e viver no mundo real e diverso. As atividades na CMINC para meninos e meninas são diversificadas, e oferecem as crianças os mais diferentes meios para ampliar as possibilidades de desenvolvimento cognitivo e afetivo, ensinando que a diversidade e que as diferenças são inerentes ao ser humano. De modo que meninos e meninas aprendam a se amar como seres únicos e a respeitar as diferenças naturais, não recriminando o conhecimento do próprio corpo, valorizando a afetividade e o ser humano.

2.17. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsapp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS; CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA:

As temáticas concernentes à Educação para as Relações Étnico-Raciais demandam uma abordagem enfática no Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, tendo em vista a necessidade urgente do enfrentamento ao racismo estrutural que caracteriza a sociedade brasileira e baiana. (DCRB-2019)

Nossa cultura brasileira tem origem nas raízes africanas e indígenas. Quando citamos isso estamos nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas e rituais, próprios dos negros e índios brasileiros. Sendo assim, mantém-se até os dias de hoje a influência na maneira de comer, vestir, dançar, cantar, entre outras, pois, quase todos nós ingerimos alimentos originários das etnias citadas, cantamos e dançamos ritmos destas culturas, como também tem os apreciadores de capoeira, samba, entre outros. E isto, sem dúvidas, é influência africana e indígena.

A nação brasileira foi construída através de contribuições de povos indígenas e africanos, por meio de seus trabalhos e criatividade.

A organização das sociedades indígenas e africanas é uma das formas primitivas de organização social, ou seja, uma das primeiras formas como o homem organizou-se em grupos ou em tribos. No Brasil, muitas tribos ainda vivem da mesma maneira como viviam quando os portugueses aqui chegaram.

Há que se destacar também que a sociedade brasileira, para chegar aonde chegou, contou com o trabalho escravo do negro africano e do índio, embora muitas vezes os povos indígenas foram tratados como se fossem um empecilho ao desenvolvimento econômico. As comparações entre a sociedade indígena e industrial introduzem a análise das diferenças de organização e costumes; desta forma, importa discutir no espaço da escola/creche essas questões e mostrar que somente o respeito às diferenças culturais pode garantir a preservação das sociedades que estão em extinção, bem como de se fortalecer a dignidade humana na valorização das diferenças.

A Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação de Barra da Estiva publica em 04 de outubro a Resolução Normativa Nº 004, que dispõe sobre as normas para Inclusão no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, das disposições da Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.194/96 e da outras providências.

Nessa perspectiva, considerando o legado e a presença da população afro e indígena e de seus descendentes no Brasil, a professora da Educação Infantil na CMINC, trabalha sempre abordagens positivas na perspectiva de contribuir na formação do educando, para que eles saibam valorizar as diferenças das culturas e raças, incentivando o respeito à diversidade étnica que compõe o povo brasileiro. Essa abordagem é realizada através de histórias infantis, teatros, filmes, desenhos animados e de situações que surgem eventualmente no cotidiano da Creche.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

2.18. EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

No mundo inteiro, busca-se um trânsito seguro com ações de engenharia, educação, policiamento e fiscalização. Todas as experiências em Educação para o Trânsito de crianças, jovens, adultos e idosos objetivam conscientizá-los para conviver no espaço viário e formar cidadãos que respeitem a legislação e não se envolvam em acidentes de trânsito. Não se pode tratar esse tema apenas como um caráter informativo. É necessário que ele faça parte da construção do conhecimento da criança, do jovem, do adulto e do idoso.

A Educação para o Trânsito é um caminho seguro para a preservação da vida. O comprometimento e a conscientização com a segurança no trânsito promovem a convivência harmoniosa na divisão do espaço das vias terrestres públicas e privadas e evitam as transgressões infracionais às leis de trânsito.

Pode-se dizer que o objetivo geral da Educação para o Trânsito é despertar uma nova consciência viária que priorize a prevenção de acidentes e a preservação da vida. Envolve, genericamente, três aspectos: conhecimento, prática e conscientização, sendo necessário que seja dirigida a todas as pessoas, principalmente às crianças e jovens. (DCRB-2019)

O propósito da educação infantil para o trânsito é formar cidadãos mais conscientes, cuidadosos e responsáveis nas ruas e pistas de todo o país, de modo a tornar a preservação da vida uma prioridade. Além disso, uma criança bem informada pode fazer os mais velhos recordarem aquelas regras básicas. Esse é um tema de extrema importância, pois ensina valores essenciais ao ser humano, como cordialidade, solidariedade, respeito, além da já mencionada responsabilidade. Por ser parte dos direitos e deveres dos cidadãos no espaço público, a educação para o trânsito deve ser ensinada desde cedo, pois, ainda que as crianças não dirijam, logo serão pedestres, ciclistas e passageiras. Eles também aprendem o significado de ter educação no trânsito, algo esquecido por muitos motoristas, após anos de estrada. A infância é uma fase na qual o indivíduo começa a entender o seu papel na sociedade, enxergando-se como parte dela.

O papel da educação infantil para o trânsito na formação do indivíduo. A educação para o trânsito não deve se limitar ao conhecimento, compreensão e respeito às normas de circulação, com vistas à formação do cidadão responsável. O estudo também aponta a importância desse ensino como parte da educação ético-social que, bem como os fatores já mencionados, favorecem atitudes que impliquem na convivência harmônica dos grupos sociais. Além disso, defende que a educação para o trânsito deve ser um instrumento de socialização do indivíduo e de construção de valores sociais, de modo a evoluirmos como sociedade. Deste modo a CMINC se propõe a trabalhar a Educação para o trânsito de forma lúdica através de músicas, vídeos, brinquedos e brincadeiras, para que os pequenos se familiarizem com os meios de transportes e a conduta de cada um no trânsito aprende assim, os cuidados no mesmo, e a respeitar as regras básicas.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

2.19. SAÚDE NA ESCOLA:

A saúde e a educação são direitos fundamentais expressos na Constituição de 1988, que no art. 6º traz:

“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Enquanto direito, é inerente a todos sem distinção de raça, etnia, gênero, religião ou condição socioeconômica, sendo dever do Estado garanti-la, “mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Por sua vez, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (OMS, 1946). (...) (DCRB 2019)

O objetivo do trabalho com a promoção da saúde desenvolvido na creche incorpora princípios de promoção da saúde em sua prática pedagógica, investigando seus sujeitos que vivenciaram o processo. A aproximação da realidade dá-se, por meio de entrevista estruturada com as famílias e observação diária aos pequenos, revelando: o cuidado como elemento promotor de saúde; formação de hábitos higiênicos com base na educação; orientação e promoção de hábitos de alimentação saudáveis; saúde emocional, bem estar físico e social. A promoção da saúde se dá por meio da pedagogia de projetos, e estabelecimento de vínculo entre profissionais de saúde e alunos. Concluiu-se pela necessidade de se realizar um trabalho sistemático de pedagogos, profissionais da educação e profissionais de saúde, para que compreendam a importância da efetivação de uma prática interligada e presente da educação e saúde nos diversos âmbitos de atuação da escola. A CMINC, tem a parceria com os profissionais de saúde, que atende aos pequenos na instituição, desde a nutricionista, psicóloga, dentistas, entre outros, proporcionando assim, mais saúde e bem estar aos pequenos, as famílias.

2.20. EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

A Educação Ambiental, um dos Temas Integradores do Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, é definida pela Lei Estadual nº 12.056/2011, como o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando a uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra, principalmente no que concerne à fauna, à flora e aos recursos hídricos.

Diante do atual cenário global, em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social, cabe às unidades escolares incluir os princípios da Educação Ambiental de forma integrada aos objetos de conhecimentos obrigatórios, como forma de intervenção ampla e fundamentada para o exercício pleno da cidadania, conforme destacado nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, estabelecidas pela Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. (...) (DCRB 2019)

Educação ambiental é a área do ensino voltada para a conscientização dos indivíduos sobre os problemas ambientais e de como ajudar a amenizar, ou combatê-los, a preservação do meio ambiente depende muito da atuação das gerações presentes e futuras, e o que estão dispostas a fazer para diminuir o impacto ambiental das suas ações. Assim a escola/creche tem o papel de conscientizar desde os anos iniciais sobre os cuidados com o meio ambiente em sala de aula, esta apresenta-se como uma importante ferramenta para o despertar de uma nova consciência. Deste modo o trabalho na Creche com projetos que priorize o Desemparedar das Crianças torna-se fundamental para incutir nas crianças a importância do viver, do apreciar e do cuidar da Natureza em todas as suas nuances.

Segundo a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental,

Art 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV- o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

2.21. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PARA O CONSUMO:

65

A sociedade contemporânea vive um momento de crise, em que se faz necessária à mudança do paradigma antropocêntrico. Os padrões de consumo impostos pela “sociedade”, por meio do sistema econômico predominante, devem ser revistos, sob pena de inviabilizar a continuidade da vida no planeta. A educação possui papel fundamental na formulação de uma nova mentalidade, e a Educação Financeira e para o Consumo é elemento-chave na formação de uma consciência em relação à responsabilidade social na busca da qualidade de vida das pessoas e do planeta.

Em uma sociedade em que é mais importante o TER do que o SER, abrem-se as portas para a discussão sobre o consumo consciente e sobre o que, como e por que consumimos. Neste contexto, o Tema Integrador Educação Financeira e para o Consumo visa a construção e o desenvolvimento de comportamentos financeiros consistentes, autônomos e saudáveis, para que os estudantes possam, como protagonistas de suas histórias, planejar e executar os seus projetos de vida. (DCRB 2019)

Por que é importante propor atividades de educação financeira para os pequenos? A educação financeira é a melhor maneira de ensinar aos pequenos como poupar e gastar de forma inteligente. Crianças que aprendem desde cedo a lidar com dinheiro já estão dando os primeiros passos para evitar decisões financeiras erradas quando tiverem o próprio patrimônio. Por exemplo, ensinar que, caso a criança se dedique por um tempo a guardar dinheiro, é possível comprar aquele brinquedo que tanto quer. Por isso, o papel dos pais e mães aqui é deixar claro que eles não são apenas provedores de dinheiro para os filhos.

A base educação financeira e consumo está na criação de novos hábitos e comportamentos que façam com que consumidores aprendam a lidar, a administrar suas finanças e a reduzir o consumo desde pequenos. Dessa forma a CMINC tem em sua proposta a iniciativa de desenvolver com as crianças, atividades que demonstre a importância da sustentabilidade, fazendo uso no seu cotidiano de materiais reciclados para confecção de jogos, brinquedos e brincadeiras, reduzir o consumo, os impactos ambientais que o uso destes materiais causam no ambiente, bem como a redução de gastos financeiros desta instituição e nos lares os quais estas crianças estão inseridas.

2.22. CULTURA DIGITAL:

A transformação da materialidade dos bens culturais analógicos em dados codificados digitais, representa uma alteração significativa nos processos de produção,



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

reprodução, distribuição e armazenamento dos conteúdos simbólicos – a cultura digital expressa a mudança de uma era.

Hoje, graças à complexa tecnologia dos meios de comunicação, o que acontece a milhares de quilômetros faz parte da nossa experiência cotidiana. Ambientada pelas tecnologias da comunicação, a sociedade atual vive em vários lugares simultaneamente, uma espécie de amálgama entre presença física e presença a distância. (...) (Documento Curricular Referencial Da Bahia Para Educação Infantil E Ensino Fundamental – DCRB - 2019)

A facilidade de conexão, os baixos custos de equipamentos, de celulares, smartphones, e outros aparelhos da cultura digital, a facilidade na aquisição e utilização destes aparelhos, tem promovido o acesso das famílias ao ambiente digital, de forma que a presença online das famílias na Instituição educacional tem ampliado a presença e participação na vida escolar das crianças. A CMINC, tem proporcionado as famílias meios de participação através dos grupos de WhatsApp, instagram e facebook, na gravação e apresentação de atividades em famílias, aumentando a possibilidade de participação, de forma mais constante, facilitando e ampliando o vínculo família e escola.

2.23. EDUCAÇÃO FISCAL:

O Tema Integrador Educação Fiscal exerce um papel importante no DCRB por ter como objetivo o desenvolvimento de valores e atitudes, competências e habilidades necessárias ao exercício de direitos e deveres na relação recíproca entre o cidadão e o Estado, principalmente por dar ênfase ao sujeito de direito na condução da vida social e nas relações humanas. Sobretudo nas unidades escolares, uma vez que aborda os direitos, assim como os deveres, que todos têm com o país, com o estado, com a comunidade e os semelhantes.

A Educação Fiscal é definida como processo educativo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado, estabelecendo como norteadores de suas práticas os seguintes princípios: Ético – da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; Estético – da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais; Político – dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Princípios estes que se apresentam como promotores da articulação entre os campos do conhecimento e os aspectos da cidadania. (Documento Curricular Referencial Da Bahia Para Educação Infantil E Ensino Fundamental – DCRB - 2019)

A participação democrática das famílias e das crianças nas diversas situações no ambiente escolar (creche) é o meio mais direto para se compreender a Educação fiscal. A CMINC busca em seu fazer pedagógico e de cuidados a constante presença das famílias de forma a colaborar, e participar das responsabilidades administrativas e sociais. As crianças desde pequenas são inseridas no ambiente social, por meio de

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000

isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsapp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

projetos/atividades que levem as mesmas a conhecer, participar e reconhecer os diversos atores que gerenciam os projetos públicos e sociais. Vivenciando o Projeto Desemparedar na Creche, as crianças em visita a Câmara de Vereadores solicitaram a Presidente da Câmara de Vereadores, a Sra. Simone Martins, e foram atendidos, o patrocínio de brinquedos destinados ao dia das crianças, desta forma podem compreender a importância do dialogar e de buscar alternativas na resolução de problemas.

67

2.24. EDUCAÇÃO ALIMENTAR NUTRICIONAL:

A educação alimentar nutricional é uma política pública necessária e urgente a ser implementada nas instituições públicas de Educação, com o objetivo de reduzir a obesidade infantil, além de assegurar informações sobre alimentação saudável aos cidadãos desde novos e criar hábitos alimentares.

Desta forma a Creche Municipal Isaura Neto Coelho, em parceria com a nutricionista responsável e Equipe Técnica do Departamento de Merenda Escolar, da Secretaria Municipal de Educação, busca através do projeto de educação alimentar, levar as crianças e famílias a conhecer mais sobre nutrição e alimentação saudável, para que elas possam construir novos hábitos e conseqüentemente ter uma relação amigável com os variados grupos de alimentos. Trabalho este amparado pela Lei nº 13.666/2018, que entrou em vigor a partir de novembro de 2018, acrescenta ao artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases) que “a educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais” nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. Realizando ainda por meio de projetos a sugestão de criação e preparação de receitas no âmbito familiar de forma a promover momento de interação e construção de novos hábitos alimentares.

O cardápio de merenda desta Instituição é planejado pela nutricionista técnica responsável, e acompanhado pelo CAE – Conselho da Alimentação Escolar, (COMAE – Conselho Municipal de Alimentação Escolar) que além de fiscalizar a distribuição da merenda escolar, acompanha e aprova o cardápio da merenda.

2.25. CONCEPÇÃO, INSTRUMENTO, REGISTROS E FORMAS DE COMUNICAÇÃO - A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUINDO AS DIRETRIZES DA BNCC:

A Base propõe uma nova organização do currículo que coloca a criança como protagonista do processo educativo. A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 trouxe algumas mudanças significativas para a Educação Infantil que devem impactar, também, a maneira como as crianças são avaliadas. Entre as diretrizes da Base estão a definição de seis direitos de aprendizagem (conviver,



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e uma nova organização do currículo que coloca a criança como protagonista do processo educativo.

Antes, eram utilizados como documentos estruturantes desta etapa o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), de 1998, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2009. Com a BNCC, professores e coordenadores terão mais clareza do papel da Educação Infantil de acordo com cinco campos de experiência, que trazem objetivos de aprendizagem e habilidades que as crianças devem desenvolver (do 0 aos 5 anos).

O que significa avaliar? Pode-se dizer que é um ato que exige um olhar reflexivo sobre a realidade. Dependendo da função à que se destina, avaliar pode servir à coleta de dados e informações observadas, que poderão auxiliar na elaboração de um julgamento que contribua para tomadas de decisões sobre o avaliado. Viana ressalta o que é a avaliação numa visão histórica: “ousaríamos dizer que a avaliação surgiu com o próprio homem, se entendermos por avaliação a visão apresentada por Stake – o homem observa, o homem julga, isto é, avalia”. (VIANA, 2000, p.22.). Hoffmann (2012, p.13) destaca que, “avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões, com intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento”. A autora, ao fazer esta reflexão nos impulsiona a refletir sobre avaliação mediadora, pois acompanhar é permanecer atento a cada aluno, é segui-los em pensamento, guiando em suas ações e reações, buscando entendimento sobre os diferentes jeitos de ser e de aprender. (RCM/BE)

2.26. CINCO IMPORTANTES PASSOS PARA A AÇÃO AVALIATIVA DOS PROFESSORES:

1. PLANEJAR – Enxergar a avaliação como meio para novas aprendizagens, tanto do professor, quanto das crianças.
2. OBSERVAR – A partir da observação e reflexão da própria prática, o professor deve pensar, avaliar suas ações e dar continuidade ou propor mudanças no planejamento.
3. REGISTRAR – Ressaltar, ouvir e registrar crítica e cuidadosamente as pesquisas da meninada, atividades propostas, brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.
4. REFLETIR – Utilizar múltiplos instrumentos de registros (diários de bordo, cadernos de anotações, planejamento, fotos, vídeos, entre outros recursos que o professor sentir necessidade de utilizar para dar visibilidade às aprendizagens)
5. COMUNICAR – O professor deve propor a criação coletiva de documentação pedagógica que permita a criança e as famílias reconhecer os processos de desenvolvimento e aprendizagens na educação infantil.

As instituições estão traçando caminhos e construindo novas formas de pensar a avaliação na educação infantil e, nesse sentido, a Documentação Pedagógica vem sendo pensada como possibilidade de dar visibilidade as aprendizagens das crianças e adultos nas escolas e creches.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Pensar a documentação pedagógica como possibilidade e assumir a avaliação como um processo narrativo nos transporta para um novo lugar, uma zona estranha, incerta e fascinante. É um convite a inverter o olhar e pensar uma lógica que vê e narra a criança pequena não como faltosa ou inábil, mas como força, potência e possibilidades. Isso diz de uma concepção inovadora de educação infantil, de um novo perfil de professor da infância, de um novo olhar sobre a avaliação. (RCM-BE)

69

2.27. TRABALHO COLETIVO - PRÁTICA TRANSFORMADORA, O QUE A ESCOLA PRETENDE DO PONTO DE VISTA POLÍTICO PEDAGÓGICO:

A Creche Municipal Isaura Neto Coelho tem como pretensão formar pessoas capazes de pensar e agir como seres históricos que tenham consciência de sua importância no processo de transformação de si mesmo, e do mundo, ou seja, como cidadãos curiosos, criativos, críticos, afetivos, autoconfiantes, sociáveis, responsáveis, autônomos e éticos.

Nesta busca, o trabalho pedagógico e de cuidados, visando à qualidade no atendimento as crianças bem pequenas, propõe um trabalho coletivo, reflexivo, de forma que as crianças tenham por base temáticas pertinentes, envolventes e significativas para todas as turmas. A CMINC defende que o trabalho pedagógico seja dialogado, e construído coletivamente de forma a sanar anseios e necessidades dos pequenos e pequenas aqui atendidos.

A Proposta Pedagógica da CMINC constitui, portanto, um compromisso com o desenvolvimento global/glocal de seus educandos, pretendendo promover:

- ✚ A capacidade de utilizar as diversas formas de linguagem do mundo contemporâneo de maneira crítica, criativa e transformadora;
- ✚ O desenvolvimento de uma atitude de investigação, reflexão e crítica frente ao conhecimento;
- ✚ O desenvolvimento da capacidade de construir novos conhecimentos e novas formas de interferir na realidade;
- ✚ O desenvolvimento da compreensão dos processos da natureza, de sua interação com a mesma e da consciência ecológica;
- ✚ O desenvolvimento de uma atitude de valorização, cuidado e responsabilidade individual e coletiva em relação à vida;
- ✚ A construção da autonomia;
- ✚ O exercício da cidadania, a participação social e política e a transformação crítica, criativa e ética da realidade social;
- ✚ O autoconhecimento, a autoestima, a simplicidade, a capacidade de introspecção e a sensibilidade;
- ✚ A construção de competências para atuar no mundo de forma saudável física e emocionalmente;
- ✚ A motivação e a competência para dar prosseguimento à sua própria educação.

2.28. A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINAR E APRENDER:

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsApp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

A avaliação é uma prática que se faz presente no nosso dia a dia, tendo em vista que a todo o momento somos chamados a tomar decisões e a realizar escolhas que indicam, necessariamente, em alguma estratégia de avaliação, seja ela em casa, no trabalho ou em qualquer espaço do nosso cotidiano, isto ocorre porque a avaliação é uma prática que consiste no ato de avaliar, atribuir valor.

Apresentando esta prática para o contexto escolar, visualiza-se uma preocupação em consolidar a missão de promover uma avaliação eficiente que mostre o quanto a criança aprendeu. Contudo, essa ideia tem mudado muito, e nos dias atuais a visão é de que a aprendizagem é indispensável ao longo da vida do indivíduo, e a escola tem responsabilidade sobre o desenvolvimento integral do ser humano. A discussão em torno da avaliação na educação infantil segue esta mesma linha, mesmo que, historicamente, tenha se voltado ao assistencialismo com finalidade de cuidados básicos, principalmente para crianças de baixa renda.

70

2.29. DCNEI, BNCC E A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL - AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

As Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), publicadas por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE-CEB nº05-2009, no artigo 10º identificam a avaliação definindo que as instituições de educação infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção ou classificação.

A BNCC defende o seguinte, “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”. Dessa maneira, suprir as referências deixadas do ensino fundamental e passa-se a pensar em práticas adequadas e próprias para a infância.

De acordo com esses documentos, que apontam uma concepção de Avaliação na Educação Infantil que busca articular os saberes do educador e a promoção do desenvolvimento integral das crianças, há cinco importantes passos para a prática dos educadores.

Em observância as resoluções 001 de 13 de março de 2024, em seu CAPÍTULO II. Da Avaliação da Educação Infantil:

“Art. 5º – A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Lei nº 12.796, 2013, art. 29). Art. 6º – A avaliação na Educação Infantil será realizada mediante acompanhamento e registro da aprendizagem, portfólios e desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental, tomando como referência os objetivos estabelecidos para esta etapa da educação. Estes objetivos estão descritos em documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2010) e no Referencial Curricular de Barra da Estiva/BA. I – As Escolas de Educação Infantil e Escolas que atendem esta etapa no município



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

deverão expedir a documentação que permita atestar os processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, na qual deverá apontar os avanços, possibilidades e dificuldades encontradas no percurso; II – A avaliação institucional cumprirá a complexa tarefa de avaliar todos os envolvidos no processo a cada dois anos. Art. 7º – O controle da frequência deverá ser realizado diariamente. Para as crianças da educação Pré-escolar (4 e 5 anos), será exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas do ano letivo. (Lei nº 12.796, art. 31, inciso IV, 2013). Art. 8º – A avaliação na Educação Infantil será realizada das seguintes formas: I – Registro Individual de Acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento da Criança, realizado frequentemente pelo corpo docente, de acordo com o disposto nas Diretrizes Curriculares Municipal da Educação Infantil; II – Parecer Descritivo Trimestral emitido pelos Professores Regentes. Art. 9º – Os procedimentos referentes à avaliação serão contemplados no Referencial Curricular do Município de Barra da Estiva.”

71

A avaliação do desenvolvimento da criança é feita através da observação contínua, mediante o acompanhamento das etapas do seu desenvolvimento em função da oportunidade e qualidade das vivências proporcionadas na Creche. Os resultados daí obtidos são registrados em Relatórios de Acompanhamento do Desenvolvimento Infantil, que abordam aspectos cognitivos, físicos, afetivos e sociais do seu desenvolvimento em todas as atividades a cada trimestre e são entregues aos pais ao final do ano letivo em forma de portfolio.

2.30. CRITÉRIOS PARA ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS:

A formação dos grupos decorre dos parâmetros e das especificidades da Proposta Pedagógica, atendida no mínimo, a seguinte relação criança/profissional conforme orienta os atos Normativos, de Barra da Estiva – BA, 2010, na Resolução do CME, de dezembro de 2010. Art. 1º - Os estabelecimentos de Educação Infantil integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, só poderão funcionar na forma indicada pela presente Resolução. Art. 10 – Os parâmetros para a organização de grupos constarão na formação de turmas e matrículas no formulário de encaminhamento de processos, com a seguinte relação professor/criança. A Portaria de matrícula da Secretaria Municipal da Educação Nº 022/2018. Bem como, documentos e orientações publicadas periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação de Barra da Estiva.

A organização dentro da instituição deve observar ainda, o espaço físico, mobiliário, e quantitativo de profissionais, visando sempre o bom atendimento às crianças, e o bom desempenho dos profissionais responsáveis. É ainda imprescindível observar todas as normativas legais, sejam municipais, estaduais ou nacionais. O primeiro critério para o ingresso da criança na creche, em cada um dos grupos é a idade:

A data de corte etário para matrícula inicial na Educação Infantil / Pré-Escola e no Ensino Fundamental, definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais é, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

idade, completos ou a se completar até 31 de março do ano letivo para o qual se realiza a matrícula. (DCNEI).

Para a matrícula na CMINC, de crianças bem pequenas, é observada o dia 31 do mês de março, de acordo ao DCNEI. Devendo ser levados em consideração, a observação e parecer da Equipe Técnico-Pedagógica. Os grupos obedecem a seguinte formação:

- ✚ Creche - Crianças de 0 a 3 (três) anos e 11 meses;

Para o melhor atendimento das especificidades próprias de cada faixa de desenvolvimento e das necessidades e possibilidades individuais, as crianças ainda podem ser agrupadas da seguinte forma:

- ✚ Berçário 1 - De zero até onze meses (Não existe na CMINC);
- ✚ Maternal 1 - De 1 (um) ano até 1(um) ano e 11 (onze) meses;
- ✚ Maternal 2 - De 2 (dois) anos até 2 (dois) anos e 11 (onze) meses;
- ✚ Maternal 3 - De 3 (três) anos até 3 (anos) e 11 (onze) meses.

2.31. ESPAÇO E TEMPO, ROTINAS, TRANSIÇÕES E AÇÕES SIGNIFICATIVAS:

Planejar os espaços, tempos, rotinas, transições e ações significativas demanda consonância com as estratégias voltadas ao conhecimento das crianças e identificação de suas individualidades. A organização dos espaços, a oferta dos materiais, o gerenciamento do tempo, das rotinas, das transições entre um momento e outro e das atividades de atenção básica, como o soninho/descanso, refeições e higiene, depende de reflexão por parte da equipe pedagógica, em especial, o professor e a coordenação. Tais momentos e atividades fazem parte de atos intencionais que buscam atratividade e assertividade, de forma a proporcionar momentos de aprendizagem significativos, acolhedores e seguros.

O espaço bem planejado vem em consonância com a intencionalidade, que prevê a escolha e organização dos materiais, provocando no primeiro momento o interesse e, na sequência, experiências bem-sucedidas. O tempo, para a criança, não é algo reconhecido cronologicamente, mas sim com sentido de envolvimento e prazer. Por isso, entende-se que a proposta precisa estar alinhada com uma projeção de tempo, conforme a faixa etária e, principalmente, com a flexibilização, possibilitando que uma mesma proposta possa terminar em outro momento ou ser prolongada.

A estratégia de organização das crianças em grupos menores facilita a organização do tempo e do envolvimento das atividades propostas em cada espaço, os quais funcionam como células com atividades e experiências diferentes em cada uma. Nos grupos menores, também se tornam possíveis os diálogos, a resolução de conflitos e a observação das manifestações das crianças, deixando cada atuação e investigação mais evidente para a observação e registro do professor.

Os tempos de propostas diversificadas são intercalados com os momentos de atividade básica, seja de alimentação, higiene ou descanso, de modo tranquilo e



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

participativo. Nestes momentos, é esperado que alguns dos combinados possam ser definidos junto à criança, levando em conta a sua vontade e seu interesse do momento. De modo intercalado, entre os momentos que têm opção ou não, garante-se a participação e compreensão da criança, sempre com muito diálogo, acordo e escuta.

É importante considerar que esses momentos de atividades básicas são tão educativos quanto os demais, os quais envolvem conversas educativas, sem autoritarismos ou conduções mecânicas e repressoras. A hora da refeição é um momento educativo e de experiências para a criança; portanto, oferecer um espaço acolhedor, tranquilo e com possibilidade de troca e experiência, favorece a aprendizagem e a relação da criança com a comida. Após a alimentação, ou quando a criança sentir necessidade, os espaços de descanso e conforto devem ser considerados como relevantes, até mesmo para as crianças da pré-escola.

Dentre os diferentes momentos e rotinas da criança na Educação Infantil, considera-se que as transições são momentos que devem receber olhar atento e lugar no planejamento de estratégias, para que não se transformem em ações automáticas e sem valor. As transições podem ser consideradas *“como aprendizagens socioculturais que exigem ou geram mudanças nas ações dos bebês e das crianças bem pequenas, sejam mudanças de um espaço para outro e de uma relação de cuidado pessoal a outra.”* (PIVA, 2019, p. 26-27). Momentos como experimentar talheres diferentes, bem como vivenciar espaços de refeição não tão controlados, autonomia nas tentativas de se higienizar ou de reconhecer os momentos de ir para casa, organização dos seus materiais ou negociação de tempo para concluir uma brincadeira são considerados como aprendizagem e, portanto, são necessárias estratégias para que a criança compreenda cada acontecimento, seja através de comunicações, conversas ou combinados.

Entre as ações significativas estão o planejamento das transições de ciclos ou turmas, nas quais se preparam espaços no ambiente escolar para conhecer a professora do ano seguinte e o novo ambiente que se utilizará, contando com vivências programadas, onde a turma atual recepciona a turma que virá com atividades de acolhimento, lúdicas e bem conduzidas.

Promover propostas que priorizem as estratégias para cada momento da criança, sem classificá-las como mais ou menos importantes, é necessário para aproximar a escola do ambiente familiar, considerando, simultaneamente, as aprendizagens, a autonomia, a segurança, o protagonismo e a confiança que se despertará.

3. MARCO OPERACIONAL

3.1. PREMISSAS DA ESCOLA:

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsApp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

A educação infantil, assim como qualquer área, necessita se manter atualizada e estar renovando sua forma de interagir com o mundo o tempo todo. Para isso, algumas premissas devem ser seguidas para trazer um novo meio de ensinar aos alunos, e também traçar metas para todos os envolvidos, para o bom andamento da instituição de ensino. Direitos, deveres e proibições para toda a comunidade escolar estão amparados pelo Regimento Escolar próprio desta instituição de ensino.

74

3.2. ACORDOS:

Nesta instituição de ensino os acordos são estabelecidos de forma democrática de modo que atenda as exigências básicas quanto aos direitos e deveres, em relação ao bom funcionamento do mesmo, estabelecidas através de reunião administrativas com a equipe de colaboradores. Faz-se ainda assembleia geral com a comunidade de pais, estabelecendo as normas e regras para o bom andamento do trabalho no convívio escolar. Referente às atividades extracurriculares previstas neste PPP, Projetos extracurriculares, sendo estas atividades pedagógicas com carga horaria igual ou superior ao horário regular, serão dispensados e/ou compensados em dias posteriores, ou anteriores ao evento. Os acordos citados acima serão registrados em suas respectivas Atas com assinatura de todos os presentes e muito bem dialogados com na Direção da instituição de forma que em nenhum momento prejudique o andamento dos trabalhos da Instituição CMINC.

3.3. CONSTRUÇÃO DE REGRAS:

Quando a criança aprende a respeitar o direito do outro, entra em contato com o conceito de ética logo na infância. Para isso faz-se necessário construir as regras de boa convivência com os mesmos, tanto no âmbito escolar como social, para que este saiba seu lugar como construtores da cidadania e conheçam seus direitos e deveres, neste sentido o Regimento Interno da Creche será construído, tendo por base a qualidade no trabalho, o bom desempenho da instituição e o respeito as normas e regras legais.

3.4. RELAÇÃO INTERPESSOAL:

É da natureza do ser humano se relacionar buscando sempre estar vinculado a alguém e alimentar uma intensa troca de energia, conhecimentos e emoções. Através do diálogo procuramos formas de conhecer os outros, resolver os conflitos e articular o trabalho para ter uma boa sintonia e respeito mútuo entre todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

3.5. COMO SE DARÁ A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E DOS CONSELHOS:

Recursos Humanos e Aperfeiçoamento:

A Creche Municipal Isaura Neto Coelho entende que todos os profissionais de sua instituição são educadores, por ser esta a melhor forma de desempenhar sua missão. Para ser educador de crianças bem pequenas o profissional deve ser alguém que:

- ✚ Busque na educação caminhos de auto realização e crescimento pessoal;
- ✚ Tenha consciência do seu papel de educador, transformador de uma geração;
- ✚ Comungue ideologicamente com o projeto da escola, compreendendo o seu valor;
- ✚ Seja construtivista, saiba desafiar, provocar, que apresente mais perguntas que respostas;
- ✚ Considere-se sempre em formação, seja pesquisador e goste de estudar;
- ✚ Saiba que o erro constitui oportunidade de aprendizagem;
- ✚ Trabalhe na perspectiva da inclusão e da valorização da diversidade;
- ✚ Tenha noção de processo e encare eventuais falhas e problemas com positividade;
- ✚ Tenha a capacidade de interferir positivamente em situações de conflito do cotidiano;
- ✚ Tenha boa escuta e saiba trabalhar em grupo;
- ✚ Seja dinâmico, criativo, autônomo, ativo e proativo;
- ✚ Seja crítico e argumentativo, mas também flexível;
- ✚ Tenha autoestima elevada, humildade e alegria;
- ✚ Seja ousado e aberto ao novo;
- ✚ Valorize o diálogo, a escuta ativa do aluno e saiba conquistar sua confiança;
- ✚ Saiba perceber as necessidades reais do processo educacional;
- ✚ Compreenda e atenda as exigências burocrático-administrativas da escola;
- ✚ Saiba de seus direitos e deveres e seja politicamente posicionado;
- ✚ Sinta-se e aja como autor da proposta pedagógica da escola;
- ✚ Trabalhe com emoção e prazer.

A equipe da Creche Municipal Isaura Neto Coelho é formada por profissionais com os seguintes graus de escolaridades: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Magistério, Formação Geral, Administração Escolar, Pedagogos, Pós-graduados em: Psicopedagogia, Educação Especial, Educação Infantil e Gestão Escolar, entre outros.

Para garantir o atendimento específico, esta Instituição tem o apoio irrestrito de uma equipe multidisciplinar formada por Psicóloga, Nutricionista e Coordenadores da Secretaria de Educação, e a parceria das demais Secretarias Municipais.

A capacitação é feita segundo a concepção de formação continuada para todos os profissionais: trimestralmente, os professores e os auxiliares de educação, têm uma reunião com a Gestão administrativa, Diretora e Coordenadora pedagógica.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Eventualmente, são promovidos cursos ou grupos de estudo internos com temas específicos e incentiva-se a participação em seminários e congressos realizados fora da escola/creche.

Anualmente, ao final do ano letivo escolar e no início do ano letivo, são promovidos inúmeros momentos de estudos e reflexões entre a equipe da CMINC, de forma a construir conhecimentos e novas condutas no trato com as crianças.

Nesse ambiente, cada educador sente-se livre para estudar, debater, aprender, experimentar, errar, refletir e aprender de novo, em um processo de permanente evolução, essência e condição de uma verdadeira práxis pedagógica.

76

3.6. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES:

As atividades são planejadas em conformidade com o tema central do Projeto Pedagógico, devendo o profissional de educação infantil, em sua atuação educativa, buscar permanentemente:

- ✚ Contribuir para despertar na criança sua imaginação, curiosidade e capacidade de crítica;
- ✚ Conhecer a criança, o que pensa e sente, ajudando-a assim, a vencer suas dificuldades;
- ✚ Ser sincero, natural, amável e espontâneo, pois toda criança necessita sentir-se amada;
- ✚ Escutá-la, responder suas perguntas e, sobretudo, participar de suas alegrias, esforços e decepções;
- ✚ Atendê-la da melhor forma possível e de acordo com a realidade sociocultural da criança, contornando com afeto e criatividade, as possíveis limitações de recursos materiais;
- ✚ Alimentá-la adequadamente;
- ✚ Proporcionar cuidados adequados de higiene e saúde;
- ✚ Assegurar que a estimulação está adequada ao seu desenvolvimento lúdico.

O planejamento se apoia numa organização por idades e por observações dos processos individuais de aprendizagem dos alunos.

A Creche - Abrange crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e onze meses e seu foco principal é o desenvolvimento da linguagem e a formação de hábitos. O trabalho pedagógico envolve atividades diversas de estimulação, socialização, recreação, contação de histórias e exploração do ambiente visando:

- ✚ Desenvolver a coordenação viso-motora, a motora ampla e a motora fina;
- ✚ Favorecer a percepção sensorial, auditiva, gustativa e tátil;
- ✚ Descobrir e conhecer o corpo, utilizando-o como meio de comunicação e expressão;
- ✚ Formar hábitos de higiene e de nutrição;
- ✚ Utilizar as linguagens oral, musical e plástica;
- ✚ Promover o contato com o meio ambiente;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✚ Estimular o contato social desenvolvendo vínculos afetivos;
- ✚ Desenvolver a autonomia.

A ação pedagógica concretiza-se pelos seguintes eixos CAMPOS DE EXPERIÊNCIA:

- ✚ Eu, o outro e o nós;
- ✚ Corpo, gestos e movimentos;
- ✚ Traços, sons, cores e formas;
- ✚ Escuta, fala, pensamentos e imaginação;
- ✚ Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

Tendo como DIREITOS DE APRENDIZAGEM – conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.

77

3.7. PROJETOS DA ESCOLA/CRECHE A SEREM REALIZADOS:

PROJETOS

- ✚ Projeto de adaptação; início em 2022;
- ✚ Projeto Desemparedar a Creche; início em 2022;
- ✚ Projeto Alimentação saudável; início em 2022;
- ✚ Projeto “No mundo da Brincadeira”;
- ✚ Projeto da Sustentabilidade e Meio Ambiente;
- ✚ Projeto de Literatura Infantil;
- ✚ Projeto de Desfralde;
- ✚ Projeto Horta Escolar;
- ✚ Projeto de Higienização do corpo;
- ✚ Projeto de Inclusão social na infância entre outros.
- ✚ Projeto MotivAção; Projeto envolvendo toda a equipe escolar. Início 2021.

3.8. ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE - AÇÕES COMPARTILHADAS

- ✚ Reuniões para elaboração das atividades que nortearão o ano letivo;
- ✚ Encontros para elaboração do plano de ação;
- ✚ Participação ativa em todas as atividades e projetos desenvolvidos na escola/creche;
- ✚ Elaboração do Projeto Pedagógico;
- ✚ Elaboração do Planejamento anual;
- ✚ Implementação da rotina pedagógica;
- ✚ Maior participação das famílias nas reuniões administrativas e/ou pedagógicas da escola/creche;
- ✚ Orientação e acompanhamento dos Planos de Trabalhos e Relatório de avaliação por turma;
- ✚ Orientação aos professores e auxiliares, bem como os demais funcionários da escola em conjunto e individual;
- ✚ Promoção de ações coletivas;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✚ Mobilização e maior participação da família na escola/creche;
- ✚ Construir área de atividades pedagógicas;
- ✚ Busca de novas parcerias;
- ✚ Pintura externa e interna da escola;
- ✚ Construção de um espaço coberto para a prática pedagógica;
- ✚ Articular junto a mantenedora (SME) a construção de uma sala de leitura ampla, uma quadra esportiva coberta, entre outras necessidades da escola;
- ✚ Desenvolvimento de ações que envolvam mais a equipe de trabalho;
- ✚ Realização de palestras e oficinas com os pais, envolvendo diferentes temas do interesse da comunidade;
- ✚ Acompanhar o desempenho dos alunos por meio de registros, orientando os docentes na criação de atividades diferenciadas e direcionadas aos que tiverem desempenho insuficiente;
- ✚ Implementação de Projetos a serem trabalhados na escola;
- ✚ Acompanhamento e avaliação dos projetos desenvolvidos ao longo do ano;
- ✚ Realização de atividades de incentivo aos professores e alunos, provendo condições para viabilização de projetos de leitura, envolvendo contos infantis;
- ✚ Realização de visitas nas salas de aula para acompanhar a dinâmica pedagógica e a interação professora-aluno/aluna-monitora, procurando ajudá-los nas dificuldades, caso necessitem;
- ✚ Realização de formação continuada em serviço com todos os profissionais da educação;
- ✚ Atualização do PPP anualmente;
- ✚ Realização de palestras e oficinas com os pais dos alunos, trimestralmente;
- ✚ Acompanhamento da execução da rotina pedagógica diária;
- ✚ Passeios ecológicos.

78

3.9. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A Creche Municipal Isaura Neto Coelho em diálogo com a comunidade Escolar e Equipe CMINC, em respeito aos diferentes pontos de vistas e as diversidades na configuração/constituição das famílias, resolve que não trabalhará dias específicos/especificados, dia de pais, das mães, das avós, etc. A família em toda a sua constituição será abordada no decorrer de todo o ano letivo. Buscando dessa forma o envolvimento, inserção e participação de todos os membros da família, no decorrer dos projetos elaborados nesta instituição.

A participação se dará conforme a disponibilidade, habilidades e solicitação de cada um, deixando claro para as famílias que a Instituição estará de portas abertas para que participem do cotidiano escolar das crianças, seja em projetos específicos, com o objetivo de brincar, cantar, plantio e cuidados com as hortas e jardins, passeios de campo, em momentos de visitas e acolhida as crianças, no cuidado ou confecção de brinquedos ou objetos de interesse das crianças, bem como no cuidado com as



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

crianças e na promoção do bem estar das mesmas. A CMINC respeitando e valorizando, busca ampliar os vínculos afetivos entre a criança, pai, mãe, responsável legal, demais membros familiares e a equipe da Creche. Desta forma a educadora, professora responsável pela turma definirá em coletividade os meios para realizar o trabalho de inserção da família no cotidiano da creche, buscando apresentar os representantes das famílias, desenvolvendo e ampliando o vocabulário das crianças, e ampliando o seu convívio social, valorizando as configurações familiares e a diversidade humana.

79

3.10. AÇÕES DE ARTICULAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE – ANÁLISE DA MATRIZ SWOT

A Creche Municipal Isaura Neto Coelho, na busca de por uma maior qualidade no atendimento às crianças, propõe um trabalho cada vez mais reflexivo, pois faz parte de todo um processo de gestão democrática, por isso as exigências da participação de todos no seu processo de elaboração.

Promover a participação efetiva das famílias é um dos objetivos desta instituição de forma que a criação, vivência e avaliação deste PPP seja ação permanente e institucionalizada, para tal, o trabalho e análise da matriz SWOT, no início do ano de 2022, foi um dos instrumentos propostos para esta reflexão, na elaboração do Projeto Político Pedagógico. Sendo uma das ações propostas para ser realizada nas avaliações ao final de cada ano letivo.

Em reunião para elaboração deste projeto, o comitê de elaboração do PPP e comunidade escolar, elencaram as forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, traçando comparativos e buscando apoio e solução das problemáticas de forma a solucionar problemas e dificuldades, garantindo eficiência e qualidade da educação na Creche Municipal Isaura Neto Coelho.

FORÇAS

- ✓ Apoio administrativo excelente;
- ✓ Parceria e união dos colegas (equipe) da creche;
- ✓ Reuniões (com) e formação com as famílias;
- ✓ Espaço físico externo;
- ✓ Compromisso da equipe;
- ✓ Apoio familiar;
- ✓ Colaboração pedagógica;
- ✓ Aprendizagem, união, cuidado, carinho, força, atenção, amor, compreensão;
- ✓ Alimentação;
- ✓ Espaço e recursos Pedagógicos;
- ✓ Parceria, colaboração, dedicação e Foco;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✓ Equipe Responsável;
- ✓ Oferta de Boa Disciplina;
- ✓ Rotina de Estudo da Equipe
- ✓ Equipe Acolhedora;
- ✓ Saber escutar o outro;
- ✓ Parceria da Família;
- ✓ Respeito um pelo outro.

80

FRAQUEZAS

- ✓ Falta de apoio da família (em partes), de mais parceria, família e escola;
- ✓ Precisa melhorar os espaços existentes;
- ✓ Faltam jogos educativos;
- ✓ Falta mais conhecimento das famílias;
- ✓ Falta de equipamentos para realização dos jogos e espaço estrutural para os mesmos;
- ✓ Profissional inadequado (perfil) para o atendimento na instituição, devendo os mesmos ter a formação em pedagogia;
- ✓ Falta de espaço para receber a comunidade escolar, necessidade de um auditório;
- ✓ Pouco suporte e material pedagógico;
- ✓ Pouco suporte tecnológico;
- ✓ Colchoes, com forro impermeável, colchões individuais, infantil;
- ✓ Brinquedoteca e mais jogos educativos;
- ✓ Um parque mais estruturado com sombrite, áreas (caixa de areia);
- ✓ Armário com suporte para guardar as mochilas; pouca participação dos pais;
- ✓ Dormitórios;
- ✓ Refeitório pequeno;
- ✓ Falta de um almoxarifado.

OPORTUNIDADES

- ✓ Programas sugeridos pela SME, outras secretarias e instituições;
- ✓ Formação dos profissionais (monitoras também);
- ✓ Apoio comunitário e familiar;
- ✓ Parceria entre escola e famílias;
- ✓ Parceria com os outros órgãos e instituições;
- ✓ Associações dos moradores;
- ✓ Inclusão nos projetos de temas saúde, educação, assistência social, etc.;
- ✓ Buscar parcerias para manter o desempenho emocional;
- ✓ Acompanhamento com psicólogos mais frequentes e outros profissionais da saúde: médico, dentistas, etc;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✓ Projeto educação e valores (comunidade escolar);
- ✓ Projeto da horta e árvores frutíferas;
- ✓ Investimento na estrutura física;
- ✓ Melhorias para a escola/creche;
- ✓ Quadra coberta;
- ✓ Cobertura do portão até o acesso da entrada;
- ✓ Parceria com empresas (doações visando a melhoria da instituição).

81

AMEAÇAS

- ✓ Uso excessivo de telas em casa;
- ✓ Falta de planejamento familiar;
- ✓ Apoio familiar;
- ✓ Estrutura familiar;
- ✓ A covid 19 e outros problemas de saúde;
- ✓ Falta por parte da família de momentos de convivência, para que as crianças vivenciem a infância (passeio ao ar livre, brincar, ajudar na tarefa de casa entre outros);
- ✓ Os vícios por parte de alguns familiares;
- ✓ Vulnerabilidade do uso do grupo do WhatsApp;
- ✓ Violência domiciliar;
- ✓ Observar a mochila, brinquedos e demais utensílios para a idade correta;
- ✓ Falta de materiais solicitados para o cuidado da criança;
- ✓ Respeitar a fase da criança;
- ✓ Evitar conteúdos inadequados;
- ✓ Necessidade de câmeras de segurança;
- ✓ Uso excessivo de telas pelas crianças;
- ✓ Mais responsabilidade ao deixar as crianças na creche;
- ✓ Observar a saúde das crianças, antes de trazê-las para a creche.

O comitê de elaboração do PPP e comunidade escolar, reconhece ao traçar comparativos e análise da matriz SWOT, que muitas são as forças e oportunidades elencadas, disponíveis para ampliar o trabalho na creche de forma que as ações a serem traçadas deverão propiciar os primeiros degraus na solução das fraquezas e ameaças. Neste sentido as ações traçadas devem definir tempo, e propor soluções que organizem e resolvam as demandas, sendo estas:

- ✚ Reuniões para elaboração das atividades que nortearão o ano letivo, que deverão acontecer sempre no final do ano e no início do ano letivo;
- ✚ Encontros para elaboração do plano de ação, que acontecerá prioritariamente no início do ano letivo;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✚ Participação ativa em todas as atividades e projetos desenvolvidos na escola. Para tal a equipe CMINC, irá propor por meio de convites a presença e participação da família em diversos momentos na creche;
- ✚ Elaboração do Projeto Pedagógico, trimestralmente pelas professoras, departamento pedagógico, com acompanhamento e participação da equipe CMINC, membros do Conselho escolar e Direção;
- ✚ Elaboração do Planejamento anual, ao final de cada ano letivo;
- ✚ Implementação da rotina pedagógica, observando a idade e etapa de cuidados e aprendizado das turmas, apresentando esta, sempre aos responsáveis das crianças;
- ✚ Maior participação das famílias nas reuniões administrativas e/ou pedagógicas da escola;
- ✚ Orientação e acompanhamento dos Planos de Trabalhos e Relatório de avaliação por turma, ao final de cada trimestre;
- ✚ Orientação aos professores e auxiliares, bem como os demais funcionários da escola em conjunto e individual, no decorrer do ano, sempre que necessário;
- ✚ Promoção de ações coletivas, envolvendo as famílias e comunidade escolar;
- ✚ Mobilização e maior participação da família na escola, nas ações, projetos e na rotina das crianças;
- ✚ Realização de palestras e oficinas com os pais, envolvendo diferentes temas do interesse da comunidade;
- ✚ Construção de um espaço coberto para a prática pedagógica;
- ✚ Articular junto à mantenedora (SME) a construção de uma quadra esportiva coberta, entre outras necessidades da escola;
- ✚ Pintura externa e interna da escola;
- ✚ Busca de novas parcerias;
- ✚ Desenvolvimento de ações que envolvam mais a equipe de trabalho;
- ✚ Acompanhar o desempenho dos alunos por meio de registros, orientando os docentes na criação de atividades diferenciadas e direcionadas aos que tiverem desempenho insuficiente;
- ✚ Implementação de Projetos a serem trabalhados na escola;
- ✚ Acompanhamento e avaliação dos projetos desenvolvidos ao longo do ano, pelas crianças, famílias e equipe escolar;
- ✚ Realização de atividades de incentivo aos professores e alunos, provendo condições para viabilização de projetos da instituição, envolvendo contos infantis;
- ✚ Realização de visitas nas salas de aula para acompanhar a dinâmica pedagógica e a interação professor-aluno, procurando ajudá-los nas dificuldades, caso necessitem;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✚ Realização de formação continuada em serviço com os profissionais da educação;
- ✚ Atualização do PPP anualmente, de forma democrática;
- ✚ Realização de palestras e oficinas com os pais dos alunos;
- ✚ Acompanhamento da execução da rotina pedagógica diária;
- ✚ Passeios ecológicos, com as crianças, comunidade escolar e responsáveis de alunos.

83

3.11. PRÁTICAS DE PREVENÇÃO AO BULLYING

O bullying é um desafio significativo enfrentado por creches/escolas em todo o mundo e requer uma abordagem estratégica e integrada dentro do Projeto Político Pedagógico (PPP). Este comportamento agressivo, intencional e repetido entre crianças e adolescentes, seja por meio de violência física, verbal, exclusão social ou cyberbullying, pode ter consequências devastadoras para o desenvolvimento emocional, social e até acadêmico das vítimas. Além disso, o bullying afeta negativamente o ambiente escolar como um todo, minando a confiança, a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos.

Incorporar a prevenção e o combate ao bullying no PPP é essencial para promover uma cultura escolar baseada em valores como respeito, empatia, inclusão e solidariedade. A creche/escola, como espaço de formação cidadã, tem o papel de educar para além do conteúdo acadêmico, criando um ambiente onde todos se sintam valorizados e protegidos. Isso inclui a implementação de políticas claras contra o bullying, a formação contínua de educadores para identificar e intervir em situações de bullying, e o envolvimento ativo de toda a comunidade escolar, incluindo pais, alunos e funcionários.

Ao abordar o bullying de forma estruturada dentro do PPP, a creche se compromete a criar um espaço seguro e acolhedor para todos os seus estudantes, garantindo que o processo educacional possa ocorrer de maneira plena e saudável. Assim, não só prevenimos o bullying, mas também promovemos a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para conviver em uma sociedade diversa e plural.

Concorda-se que a creche/escola, em sua função social, tem o poder de transformar a sociedade. Nessa perspectiva, ela também é provedora de condutas e normas de comportamento. Assim, ela pode favorecer as relações interpessoais entre os sujeitos dentro e fora do ambiente em educacional. Daí a importância da mesma em construir valores positivos durante o processo de socialização da criança, desmistificando fatores que acarretem a violência entre as crianças e alunos, ou seja, a manifestação do bullying (FEREIRA, 2009). Segundo Szadkoski (2010, p.50):

Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA) refere-se ao termo Bullying *como* todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder. Portanto, os atos repetidos entre iguais (estudantes) e o desequilíbrio de poder são as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Sendo assim, torna-se evidente quanto o *bullying* é prejudicial para o pensar democrático e a equidade entre os seres humanos desde muito cedo durante os primeiros anos de vida em casa e depois na creche/escola, assim, a instituição de ensino enquanto local de socialização com pessoas e realidades distintas deve estar preparado para minimizar e ainda eliminar fatores ligados à violência e a perturbação psicossocial da criança/aluno. Tratando de forma sistematizada fatores sócios afetivos como seus sentimentos internos e ainda características físicas e biológicas, ou seja, timidez, medo, cor, raça, altura, peso, classe social, etc. (FERREIRA, 2009).

Assim, esse mesmo autor contextualiza a importância da conscientização de pais, professores e demais profissionais da educação em construir um projeto político pedagógico voltado para ações de prevenção, com diagnóstico consistente com capacitação efetiva para todos contra ações que representem violência na creche/escola. Para que assim possam prevalecer valores distintos a agressividade entre os colegas de turma, passando a ser um ambiente pacífico, solidário, amigável e de respeito mútuo.

O tema "bullying" não é novidade. Ele existe há muito tempo e todos têm uma história para contar, seja de si próprio ou de algum conhecido. O fato é que o assunto ganhou evidência recentemente, já que hoje se entende os impactos negativos de situações constrangedoras na vida de uma pessoa - a curto, médio e longo prazo. Merece destaque a aprovação da Lei nº 13.185/2015 e a mais recente, a Lei nº 14.811 de 12 de janeiro de 2024 sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a 15 de janeiro de 2024, inclui o bullying e o cyberbullying no Código Penal. A lei define medidas de proteção para crianças e adolescentes contra a violência em estabelecimentos educacionais ou similares. Ela institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional. Em seu art. 146-A, diz que: Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais, sofrerá pena - multa, se a conduta não constituir crime mais grave. Parágrafo único. Se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos **on-line** ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real: Pena - reclusão, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DO BULLYING NAS ESCOLAS

A Educação Infantil e demais segmentos precisam traçar ações sistematizadas envolvendo os educadores e a família para prevenir o bullying no espaço creche/escola. Assim, a conscientização é fundamental para melhorar a percepção do que está acontecendo com práticas agressoras que circundam o interior institucional. No entanto, para reconhecê-las e melhorá-las faz-se necessário à promoção de estratégias pedagógicas para atuar com os agressores e com as vítimas.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

De acordo com Neto (2005) esse problema está presente em qualquer instituição de ensino seja na educação infantil, no ensino fundamental, médio, superior, público ou privado. Nesse propósito Neto (2005, p.165) reflete:

A escola é de grande significância para as crianças e adolescentes, e os que não gostam dela têm maior probabilidade de apresentar desempenhos insatisfatórios, comprometimentos físicos e emocionais à sua saúde ou sentimentos de insatisfação com a vida. Os relacionamentos interpessoais positivos e o desenvolvimento acadêmico estabelecem uma relação direta, onde os estudantes que perceberem esse apoio terão maiores possibilidades de alcançar um melhor nível de aprendizado. Portanto, a aceitação pelos companheiros é fundamental para o desenvolvimento da saúde de crianças e adolescentes, aprimorando suas habilidades sociais e fortalecendo a capacidade de reação diante de situações de tensão.

85

Nesse sentido, a creche/escola tem a premissa de perceber o bullying como uma situação problema que requer intervenções e projetos que estimulem um ambiente de igualdade e fraternidade. Pensando assim que A Creche Municipal Isaura Neto Coelho, sugere as seguintes ações preventivas para um ambiente saudável na escola:

- ✚ Inserção de programas preventivos, promotores da cultura da paz;
- ✚ Observação das relações estabelecidas na creche;
- ✚ Conhecimento da dinâmica da creche;
- ✚ Acompanhamento das crianças envolvidas;
- ✚ Intervenção intencional e eficaz;
- ✚ Criação de um espaço para apoio psicológico de todos os protagonistas envolvidos;
- ✚ Discussão de problemas e ações para pensar coletivamente em soluções;
- ✚ Mobilizar a comunidade escolar para uma campanha permanente de respeito às diferenças;
- ✚ Implantar regras contra o **bullying**;
- ✚ Ouvir sugestões e reclamações das famílias sobre o assunto;
- ✚ Trabalhar de forma constante dentro da creche/escola a importância do respeito às diferenças entre as pessoas, incentivando sempre uma cultura de empatia;
- ✚ Incentivar os pais/responsável a manter um canal de diálogo aberto com seus filhos em casa e que eles imponham limites aos seus filhos, não sendo permissivos e não acobertando suas más ações;
- ✚ Incentivar as famílias a participarem da vida escolar de seus filhos;
- ✚ Promover atividades que aborde o tema *bullying* de forma preventiva, como história, música, roda de conversa, palestras, exibição de vídeos, campanhas de conscientização;
- ✚ Oferecer capacitação para o corpo docente e equipe;
- ✚ Divulgar informações sobre o tema, conscientizando toda a comunidade escolar das graves consequências da prática de violência de qualquer tipo dentro da escola;



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✚ Realizar palestra para as famílias, deixando claro que o *bullying* não se trata de uma brincadeira sem consequência e fale sobre seus possíveis desdobramentos;
- ✚ Orientar toda a equipe de como agir para identificar e intervir em situações de *bullying* ou mesmo suspeitas;
- ✚ Estimular as crianças a informarem aos professores ou pais sobre casos de *bullying*;
- ✚ Orientar as crianças a apoiarem quem sofre *bullying* dentro da creche/escola, lembrando que o apoio moral dos colegas é essencial nessas horas;
- ✚ Desenvolver mais sequências didáticas voltadas ao combate ao *bullying*.

86

Por meio de uma abordagem proativa e colaborativa com a comunidade escolar e os familiares, pode-se prevenir o *bullying* na Educação Infantil e criar espaços onde todas as crianças se sintam seguras, valorizadas e capazes de alcançar seu pleno potencial.

Nessa perspectiva, é aconselhado que os profissionais da educação repensem o seu modo de agir e de contribuir para a formação cidadã crianças das creches/escola, buscando efetivar e criar diretrizes e mecanismos com a finalidade de conceber cidadãos aptos a praticar a cidadania, implantando esse valor social como princípio norteador da construção do saber da instituição escolar, que é o projeto político pedagógico. Desta forma, atenderão os princípios existentes nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição Brasileira e ainda da sociedade como um todo.

3.12. PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:

A avaliação institucional da CMINC proporciona um acompanhamento permanente das esferas escolares, tais como: ensino, pesquisa e gestão democrática. Este projeto entende a avaliação como instrumento democrático e participativo, para auxiliar a Instituição e os indivíduos a concretizarem seus objetivos, garantindo confiabilidade aos projetos propostos e em desenvolvimento.

O Programa de Avaliação tem como objetivo oferecer instrumentos de acompanhamento, análise e avaliação de todas as funções e atividades de apoio técnico e administrativo que subsidiem o processo de ensino aprendizagem, diretrizes e estratégias para o cumprimento da missão desta Instituição, ou seja, ser uma instituição de ensino voltada para a realidade local e regional.

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da Avaliação Institucional compreenderão, as seguintes etapas:

- ✚ Preparação/ Sensibilização;
- ✚ Aplicação;
- ✚ Diagnóstico/Análise;

Rua Estados Unidos, nº 83, Bairro das Nações, Barra da Estiva, Centro. CEP 46650-000
isauracrechemunicipal@gmail.com – Celular/whatsapp 77 9 9965-4660



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- ✚ Discussão;
- ✚ Reavaliação.

Esta se constituirá em etapas de avaliação interna e avaliação externa:

A avaliação interna consistirá em momentos de reflexão, desencadeando um processo de auto avaliação. A perspectiva é que, considerando-se um conjunto de indicadores e inferências, a Instituição possa analisar os vários dados de forma a qualificá-los e que reflitam a percepção de si mesma, incluindo, instrumentos e indicadores, aspectos relativos ao conjunto num todo. Sendo esta Avaliação do corpo docente e discente

Tal etapa deverá abordar:

- ✚ Auto avaliação;
- ✚ Pontos positivos e negativos;
- ✚ Sugestões de venham a contribuir para o trabalho realizado.

As avaliações externas serão realizadas anualmente por todos os envolvidos em nossa comunidade escolar, objetivando a reflexão sobre o trabalho desenvolvido nas diversas áreas da instituição de ensino, para um trabalho mais efetivo, que acontece nos seguintes aspectos:

- ✚ Auto avaliação(pessoal);
- ✚ Avaliação do Corpo docente;
- ✚ Avaliação Corpo técnico-administrativo (gestão, coordenação e equipe de apoio);
- ✚ Infraestrutura;
- ✚ Análise da organização curricular (trabalho metodológico desenvolvido);
- ✚ Analise dos resultados.

As avaliações institucionais acontecerão de forma dialógica, inseridas no Plano de Ação, ao final do ano letivo, de forma a reelaborar novos objetivos, e sanar as necessidades e fragilidades pontuadas.

Consideramos que a avaliação institucional é uma forma de enriquecer o trabalho já realizado que visa a participação da comunidade escolar em seu todo. Nesse contexto, torna-se necessário um trabalho contínuo de investigação, sensibilização e embasada na confiabilidade, consolidando o processo formação do ser humano.

3.13. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PPP:

O processo de Avaliação do projeto Político Pedagógico ocorrerá anualmente, de forma coletiva com a comunidade escolar e conselho escolar, ao qual compete deliberar, acompanhar e avaliar a execução deste, onde serão realizadas leituras, avaliação, reavaliação e quando necessários ajustes no mesmo, adequando a realidade de nossa instituição e as novas instruções.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

Nesse sentido, esse projeto será um trabalho colaborativo, com compromisso e objetivos, porém para que as ações sejam efetivas, será necessário envolver os professores, funcionários, alunos/famílias e comunidade escolar para acompanhar, refletir e avaliar, verificando se as ações contidas neste documento estão sendo desenvolvidas e se de fato estamos conseguindo atingir os objetivos propostos.

88

4. REFERÊNCIAS

- Atos Normativos – Barra da Estiva – BA – 2010. RESOLUÇÃO CME, Nº 005, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.
- BAHIA. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular Da Bahia.
- BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira: Lei nº 9.394/96.
- BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**: Lei nº 9.394/96.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988
- BRASIL. Ministério da educação. Secretaria da educação básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil/secretaria de educação básica. Brasília MEC, SEB 2010.
- **Constituição Federal de 1988** - Capítulo III, Seção I, Artigo 206, Inciso VI.
- FONTE: PROGRAMA FORMACAMPO
<https://drive.google.com/file/d/1SIIXY17LrZM4eV9A3vhzHts3K8-cNEDq/view>
- <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-%20pdf/7161-2-9-artigo-mec-criancas-natureza-lea-tiriba/file>
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503 acesso em 30 de set de 2019
- <https://criancaenatureza.org.br/pt/desemparedamento/>
- <https://criancaenatureza.org.br/pt/para-que-existimos/os-beneficios-de-brincar-ao-ar-livre/>
- <https://www.gov.br>
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)** nº 9.394/96 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- **Lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016.** Plano Estadual de Educação da Bahia.
- LEI MUNICIPAL Nº 015/2009. Plano de Cargo e Carreira da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva.
- LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.
- **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação (PNE).
- LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990: Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente.
- Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

- Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009.
- Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 11.161/05.**
- Ministério de Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Currículo em Movimento da Educação Básica.**
- PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Barra da Estiva, 2014.
- **Portaria nº 904/2019** - Parecer CEE/CP nº 196/2019, do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação.
- Referencial Curricular Municipal - 2020. Barra da Estiva-BA. Secretaria Municipal de Educação.
- Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998 vols. 1, 2 e 3.
- REGIMENTO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL – Rede Municipal de Ensino de Barra da Estiva, 2020.
- **Resolução CEE nº 137, de 17 de dezembro de 2019.** Base Nacional Comum Curricular - BNCC
- **Resolução CEE nº 60, de 5 de junho de 2007.** Sistema Estadual de Ensino da Bahia.
- **Resolução CME, Nº 002, de 04 de agosto de 2023.** *Dispõe sobre as normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva – BA, e da outras providências correlatas.*
- **Resolução CNE nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos.
- **Resolução CNE/ CEB nº 4, de 13 de julho de 2010** - Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica.
- **Resolução do CME nº 003,** de 29 de dezembro de 2010: Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva.
- **RESOLUÇÃO NORMATIVA do CME Nº 001,** de 13 de Março de 2024. Barra Da Estiva/BA.
- **Resolução Normativa do CME, Nº 004, de 04 de outubro de 2023.** *Dispõe sobre as normas para Inclusão no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, das disposições da Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.194/96 e da outras providências.*
- **Lei nº 13.185/2015 e a Lei nº 14.811 de 12 de janeiro de 2024** sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a 15 de janeiro de 2024, inclui o bullying e o cyberbullying no Código Penal.
- **FERREIRA, Juliana Martins; Bullying no ambiente escolar.** Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 187-197, 2009. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n2/15-PEDAGOGIA-04.pdf>> Acesso em 01 de Set. de 2014.
- **NETO, Aramis A. Lopes. Bullying comportamento agressivo entre estudantes.** 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06>> Acesso em 02 de Ago. de 2014.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

5. ANEXOS:

Anexo 01: DESEMPAREDANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL

INTRODUÇÃO

Pensando a retomada das aulas presenciais para a Educação Infantil em 2022 e ao mesmo tempo visando as medidas sanitárias, por ainda nos encontrarmos em contexto de pandemia, o planejamento do uso de espaços ao ar livre se faz imprescindível. Portanto, no intuito de potencializar os espaços escolares, é preciso criar caminhos de ressignificação desses espaços como lugares potenciais para o encontro da criança com a natureza a fim de favorecer o desenvolvimento e aprendizado.

Diante dos desafios de assegurar o direito à aprendizagem de crianças e jovens nesse período pandêmico a SEMEC de Barra da Estiva, propõe o desenvolvimento de um projeto “Desemparedando a Educação Infantil” a fim de ampliar e fortalecer os espaços de aprendizagem para além das salas de aula.

JUSTIFICATIVA

O isolamento social vivenciado pelas crianças, como medida de prevenção à transmissão da Covid-19, gerou algumas consequências negativas para o desenvolvimento infantil, entre elas a exposição excessiva de tela, a diminuição das interações e brincadeiras entre os pares, aumento de sintomas como ansiedade e tristeza entre outras.

Após longo período de confinamento, cabe à escola proporcionar vivências que ajude na formação de hábitos mais saudáveis e experiências que possibilitem o desenvolvimento pleno das crianças

Segundo Daniel Becker (pediatra e sanitarista), em entrevista à revista Nova Escola, a pandemia nos mostrou a importância da escola e da Educação Infantil tanto para as crianças como para as famílias, bem como a importância das experiências infantis na natureza/ao ar livre e seus benefícios.

Como prevê o Art. 8º das DCNEI, garantir às crianças o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças implica assegurar o direito aos deslocamentos e aos movimentos amplos nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição.

Em entrevista ao projeto Criança e Natureza, a professora Léa Tiriba chama a atenção para a importância de “desemparedar” as crianças na escola, permitindo que elas se relacionem com os elementos do mundo natural para que possam realizar plenamente seu potencial indo ao encontro de sua própria natureza. Para ela, as crianças só se constituirão integralmente se forem sujeitos de seus corpos e de seus movimentos nos espaços onde vivem e convivem.



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748

OBJETIVO

Ampliar as possibilidades de práticas pedagógicas em conexão com a natureza

METODOLOGIAS

- Participação no cultivo e manutenção de horta ou jardim
- Passeios e aulas de campo
- Piquenique
- Brincar no parque
- Caminhadas e outras atividades físicas

91

CRONOGRAMA

Cada escola/turma inclui no planejamento atividades diárias ao ar livre.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Crianças da natureza, Léa Tiriba <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-%20pdf/7161-2-9-artigo-mec-criancas-natureza-lea-tiriba/file>

Daniel Becker: “Espero que a gente não volte a trancar as crianças em sala de aula” <https://box.novaescola.org.br/etapa/1/educacao-infantil/caixa/320/vamos-aprender-ao-ar-livre/conteudo/20539>

Desemparedamento da Infância: a escola como lugar de encontro com a natureza https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Desemparedamento_infancia.pdf Acesso em 06/12/2021

Guia de Aprendizagem ao ar livre <https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Guia-de-aprendizagem-ao-ar-livre.pdf> Acesso em 09/12/2021

Histórias sobre aprender e ensinar com e na natureza: um percurso formativo para professores da educação básica <https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2021/01/historias-sobre-aprender.pdf>

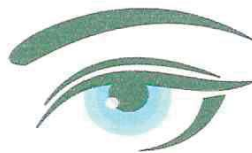
O papel da natureza na recuperação da saúde e bem-estar das crianças e adolescentes durante e após a pandemia de COVID-19 https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/23207d-NA_-_Papel_Natureza_na_recuper_saude_BEstar_cr_e_adl.pdf Acesso em 10/03/22



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



CRECHE MUNICIPAL ISAURA NETO COELHO - CÓDIGO: 29878748



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 016, DE 03 DE OUTUBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), do Centro Educacional Antônio Rodrigues, e dá outras providências correlatas".

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Ordinária, realizada no dia 02 de outubro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP do Centro Educacional Antônio Rodrigues, escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 03 de outubro de 2024.

Alexandre Rosa
Professor Alexandre Rosa
Presidente – CME

Documento assinado digitalmente
CIMARA SANTOS RIBEIRO DE SOUZA
Data: 03/10/2024 11:05:42-0300
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>



Cimara Santos Ribeiro de Souza
Presidente – CEB

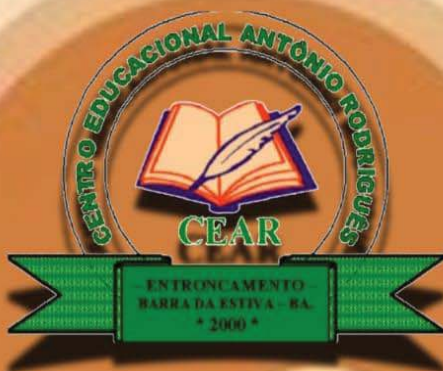
HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 03 de outubro de 2024.

Marizane Lima Martins
Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

PPP

Projeto Político Pedagógico



Porque pela educação se lapida pessoas, pessoas lapidadas melhoram convivências, boas convivências tornam o mundo melhor!

Diretor: prof ° Hélio Pinheiro de Souza
Coord. Pedagógica: prof. Evani Silva de Sousa Alexandrino
Secretário : Renildo Silva Santos

Barra da Estiva-Ba
Setembro 2024



“...o lugar onde se faz amigos, não se tratam só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos. Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima.

O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente.

E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de “ilha” cercada de gente por todos os lados.

Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém, nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só... Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se “amarrar nela”! Ora, é lógico... numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz.”

Paulo Freir

CENTRO EDUCACIONAL ANTÓNIO RODRIGUÊS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA

João Machado Ribeiro

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMEC

Prof.^a Marizane Lima Martins

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME

Prof.^a Alexandre Rosa

DIRETOR

Prof^o. Hélio Pinheiro de Souza

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Prof.^a Evani Silva de Sousa Alexandrino

SECRETÁRIO ESCOLAR

Renildo Silva Santos



Projeto Político Pedagógico

É **Projeto** porque planeja com clareza, Rumo à educação de qualidade, Orientando caminhos e metas, Justiça social como prioridade, Educar para a cidadania, Transformar vidas com equidade, Oportunidades para todos.

É **Político** por ser guiado por princípios, Organizando o ensino com propósito, Liderança que inspira, Íntegra e comprometida, Traçando trajetórias de aprendizado, Inclusão em cada etapa, Colaborando para o crescimento, Olhando para o futuro.

É **Pedagógico** porque traz propostas bem definidas, Envolvendo a comunidade, Desenvolvendo saberes, Ampliando horizontes, Gerando conhecimento, Ótica voltada ao progresso, Guiando com responsabilidade, Intervenções pedagógicas eficazes, Consolidando um projeto de transformação.

SUMARIO

1 APRESENTAÇÃO	06
2. JUSTIFICATIVA	07
2.1 IDENTIFICAÇÃO.....	09
2.2 OBJETIVO GERAL.....	10
2.3 OBJETIVO ESPECIFICO.....	10
2.4 BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP.....	12
3 FUNÇÃO DA ESCOLA (MARCO SITUACIONAL)	17
3.1 DIMENÇÕES FUNDAMENTAIS; VISÃO, MISSÃO E VALORES.....	18
3.2 ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR.....	18
3.3 CONSTITUIÇÃO DE TURMAS 2024.....	19
3.4 FUNCIONARIOS E FUNÇÕES 2024.....	20
3.5 DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO ESCOLAR.....	21
4 DISTRIBUIÇÃO DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR A.C.	22
4.1 DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES POR DIA DE AC	22
5 GRADE CURRICULAR ANOS INICIAIS	24
5.1 GRADE CURRICULAR ANOS FINAIS.....	28
5.2 DISTRIBUIÇÃO SEMANAL E DIARIA DOS FUNCIONARIOS.....	30
5.3 RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	30
5.4 FORMA DE ATENDIMENTO AO ALUNO COM DEFICIENCIA.....	31
5.5 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO ESCOLAR.....	32
5.6 AMBIENTE SOCIAL, CULTURAL, E FISICO.....	33
6 HISTORICO DO CENTRO EDUCACIONAL ANTONIO RODRIGUES	33
6.1 CONTEXTO SOCIAL, CULTURAL E ECONOMICO DO CEAR.....	35
6.2 DIAGNOSTICO ATUAL DA INSTITUIÇÃO Z(FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUESAS E AMEAÇAS).....	36
6.3 PESSOAL ATUANTE DE ACORDO A FGNÇÃO EM 2024.....	38
6.4 TAXA DE MATRICULA POR ETAPA.....	38
6.5 DISTORÇÃO IDADE SERIE.....	39
6.6 EVOLUÇÃO IDEB.....	39
6.7 CONSELHO ESCOLAR.....	40
6.8 PERFIS ESPERADOS DOS PROFESSORES.....	43
6.9 PERFIS ESPERADOS DOS ALUNOS.....	43
7 ASPECTOS LEGAIS DA SUA CRIAÇÃO (MARCO CONCEITUAL)	44
7.1 CONCEPÇÕES DE CULTURA.....	44

7.2 CONCEPÇÃO DE TRABALHO	45
7.3 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....	45
7.4 CONCEPÇÃO DE CIDADANIA	46
7.5 CONCEPÇÃO DE HOMEM	48
7.6 CONCEPÇÃO SOCIEDADE.....	48
7.7 CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA.....	50
7.8 CONCEPÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	51
7.9 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	51
7.10 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.....	52
7.11 CONCEPÇÃO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.....	56
7.12 CONCEPÇÃO DE ESCOLA.....	57
7.13 CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR.....	57
7.14 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	58
7.15 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	67
8 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES.....	71
8.1 NOSSAS COMPREENSÕES SOBRE CURRÍCULO.....	72
8.2 CONCEPÇÃO E PRÁTICA DA AVALIAÇÃO ESCOLAR.....	73
8.2.1 DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	75
8.3 AS ETAPAS DE ENSINO: EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS FUNDAMENTAIS ANOS INICIAIS E FINAIS.....	77
8.4 DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO.....	79
8.5 CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	80
8.6 ENSINO FUNDAMENTAL;.....	84
9 MARCO OPERACIONAL.....	87
9.1 CENTRO EDUCACIONAL ANTONIO RODRIGUES NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	87
10 RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDISAGENS.....	93
10.1 ACORDOS.....	96
10.2 RELAÇÃO INTERPESSOAL.....	96
10.3 TRABALHO COLETIVO.....	96
10.4 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES.....	97
10.5 PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO ESTABELECIMENTO.....	97
10.6 ESTRATÉGIAS DO ESTABELECIMENTO PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE: REUNIÕES, PALESTRAS, GRUPOS DE ESTUDOS.....	98
10.7 ATIVIDADES QUE AMPLIEM A JORNADA ESCOLAR: DIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA, MOSTRA CULTURAL E ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO.....	99
10.8 PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR.....	99

10.9 PROPOSTA DE TRANSIÇÃO.....	100
10.10 INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS.....	100
10.11 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.....	101
10.12 INCLUSÃO SOCIAL.....	101
10.13 SEGURANÇA E SAÚDE.....	102
10.14 PREVENÇÃO AO BULLYING: UM COMPROMISSO COLETIVO NO ESPAÇO ESCOLAR.....	102
10.15 METODOLOGIA DE TRABALHO.....	103
11 DIAGNÓSTICO INICIAL.....	103
11.1 SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO.....	103
11.2 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCADORES.....	103
11.4 INTERVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO.....	106
11.5 ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE.....	106
11.6 AVALIAÇÃO E AJUSTES.....	104
11.7 DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	105
11.8 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.....	105
11.9 AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	106
11.10 AVALIAÇÕES PARCIAIS.....	106
11.11 AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS.....	106
11.12 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO...	107
11.13 PLANO DE SUPORTE E OBJETIVOS ESTRATEGICOS.....	108
12 PLANO DE AÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR.....	111
13 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114

1-APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do **CENTRO EDUCACIONAL ANTÔNIO RODRIGUES**, é entendido como um processo de mudança e Considerando o próprio nome deste documento, **Projeto Político Pedagógico – PPP** um plano político e ao mesmo tempo, pedagógico da escola; **Projeto**, porque deve reunir propostas de ação concretas; **Político**, pois deve oferecer uma dimensão de participação concreta a todos os envolvidos na escola com intuito em formar cidadãos aptos para viver em sociedade de forma consciente, crítica e participativa; **Pedagógico**, já que precisa contemplar as atividades e projetos educacionais necessários ao processo de ensino aprendizagem; dentro e fora da sala de aula, na forma de gestão, na abordagem curricular e na relação comunidade/escola, por isso, entende-se que a sua construção nunca acaba.

A sua elaboração foi fundamentada nos princípios da Gestão Democrática, prevista nos art. 101 e 102 da Lei Orgânica de Barra da Estiva — BA, no inciso VI do art. 206 da Constituição Federal e pelos art. 3º, 12, 13 e 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), e em consonância com a Lei Municipal nº 010/2011 da Gestão Democrática do Ensino Público de Barra da Estiva, e contou com a colaboração de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar (funcionários, alunos, pais e comunidade).

Apresenta de forma explicativa a concepção pedagógica da escola, as bases teórico-metodológicas da organização didática, o contexto sociocultural, político-econômico da instituição de ensino, missão, objetivos, metas e estratégias permanentes (tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas), projetos da escola, plano de ação e calendário escolar, a proposta pedagógica da unidade escolar, os processos de avaliação de aprendizagem e de desempenho do alunado e da avaliação institucional, estrutura organizacional e administrativa, formação continuada.

Assim, o presente documento, além de possibilitar a unificação teórico-metodológica das atividades escolares, visa assegurar, acima de tudo, o sucesso dos alunos e o atendimento das necessidades educativas da comunidade. Nesse sentido, o objetivo principal da elaboração deste documento, não está ligado apenas às exigências legais ou aos aspectos ligados ao cumprimento de sua formalização textual, mas sim, à qualidade conseguida ao longo do processo de sua elaboração, uma vez que o PPP

tem um compromisso definido de forma coletiva, acessível a todos os inseridos na comunidade escolar e deve ser vivenciado a todo instante, assim, garantir uma educação

de qualidade e inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com finalidade do pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania. (LDB/1996)

2-JUSTIFICATIVA

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da nossa escola é um passo crucial para garantir uma educação que respeite e valorize as especificidades da comunidade local. Este projeto se justifica por várias razões. Entre as quais podemos citar que a educação deve refletir a realidade sociocultural dos alunos. Segundo Freire (1996), "a educação é um ato de conhecimento e de amor, um ato de coragem". É essencial que o PPP reconheça e valorize os saberes locais, promovendo um currículo que dialogue com a realidade dos estudantes e suas famílias, fortalecendo a identidade cultural.

A zona rural frequentemente enfrenta desafios relacionados ao acesso à educação. De acordo com Silva (2017), "as escolas rurais precisam desenvolver estratégias que garantam a permanência dos alunos, considerando as particularidades do meio em que estão inseridos". O PPP deverá incluir ações que facilitem a logística e o transporte dos alunos, além de atividades que incentivem a permanência na escola. Em consonância com os princípios da Educação Ambiental, é fundamental que o PPP aborde temas de sustentabilidade. Como afirma Leff (2001), "a educação deve estar voltada para a formação de cidadãos conscientes de sua relação com o meio ambiente". O projeto incluirá práticas pedagógicas que promovam a preservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais.

O PPP deve promover uma formação integral, considerando não apenas os aspectos acadêmicos, mas também as habilidades socioemocionais e a cidadania. Segundo Oliveira (2018), "uma educação integral é aquela que forma indivíduos críticos, reflexivos e comprometidos com sua comunidade". O projeto buscará desenvolver competências que preparem os alunos para atuarem como agentes de transformação social.

A construção do PPP será um processo colaborativo, envolvendo todos os atores da comunidade escolar. Como destaca Gandin (2003), "a participação da comunidade é fundamental para o sucesso do projeto educativo". Essa colaboração garantirá que as necessidades e expectativas locais sejam atendidas.

A heterogeneidade das turmas na zona rural exige metodologias diversificadas e inclusivas. De acordo com Lopes (2019), "os educadores devem estar preparados para atender às diferentes realidades dos alunos, utilizando estratégias adaptativas". O PPP buscará implementar práticas pedagógicas inovadoras que considerem essas diversidades.

Diante dessas considerações, a construção do Projeto Político-Pedagógico se apresenta como uma oportunidade valiosa para transformar nossa prática educativa, fortalecendo os vínculos com a comunidade e garantindo uma educação de qualidade que prepare nossos alunos para os desafios do futuro

2.1 IDENTIFICAÇÃO

Unidade Escolar: Centro Educacional Antônio Rodrigues.

Código:29403707

CNPJ:04.216.315/0001-21

Ato de criação:

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal

Endereço:

CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - Bahia.

Telefone: / (77)3450-1220

E-mail: cearcentro34@gmail.com

Equipe Dirigente

Diretor: Helio Pinheiro de Souza

Coordenadora Pedagógica: Evani Silva de Souza Alexandrino

Secretária: Renildo Silva Santos.

Nível: Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino

Modalidades: **Educação infantil** - Ensino Fundamental - Anos iniciais e Anos Finais (do 6º ao 9º ano) e Ensino Médio, como escola anexa ao sistema Estadual de Ensino (Educação à Distância com Intermediação Tecnológica).

Horários de Funcionamento:

Centro Educacional Antônio Rodrigues

- MATUTINO: das 08h00min às 12h00min;
- VESPERTINO: das 13h00min às 17h00min.

Número total de alunos

- 81 alunos (2024)

2.2 OBJETIVO GERAL

Promover uma educação de qualidade e contextualizada que valorize a cultura local, respeite as especificidades da comunidade rural e desenvolva habilidades e competências necessárias para a formação integral dos alunos, preparando-os para atuar como cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a realidade social e ambiental em que estão inseridos.

2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Valorizar a Cultura Local, desenvolvendo atividades que integrem a cultura e os saberes tradicionais da comunidade ao currículo escolar, promovendo o respeito à identidade cultural dos alunos.

Promover a Educação Ambiental, implementando projetos e práticas pedagógicas que sensibilizem os alunos sobre a importância da preservação ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais da região.

Fomentar a Participação da Comunidade, Criando espaços de diálogo e colaboração entre escola, famílias e comunidade, incentivando a participação ativa de todos os atores no processo educativo.

Desenvolver Metodologias Inclusivas, adotando metodologias diversificadas que atendam às diferentes realidades e necessidades dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa e inclusiva.

Estimular a Formação Integral, implementando programas que desenvolvam não apenas as competências acadêmicas, mas também as habilidades socioemocionais, como empatia, trabalho em equipe e resolução de conflitos.

Facilitar o Acesso à Educação, propondo soluções para os desafios de acesso à educação, como transporte escolar seguro e horários flexíveis que atendam às necessidades da comunidade rural.

Promover a Interdisciplinaridade, integrando as diferentes disciplinas do currículo por meio de projetos interdisciplinares que abordem temas relevantes para o contexto rural, como agricultura, saúde e cidadania.

Formar Educadores Competentes, oferecer formação continuada para os professores, capacitando-os em metodologias inovadoras e em temas relevantes para a educação no campo.

2.4 BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP

O Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Antonio Rodrigues faz parte de todo um processo de gestão democrática, por isso a exigenciada participação de todos no seu processo de elaboração.

As bases legais para a criação e vivência do PPP dentro desta proposta se encontram em várias leis, como: Constituição Federal de 1988 que, no artigo 206, apresenta a gestão democrática da escola como um dos princípios constitucionais.

Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I, Artigo 206, Inciso VI Fundamenta a responsabilidade de reflexão e expressão sobre a intencionalidade educativa da escola. Estabelece como princípio “a gestão democrática do ensino público na forma da lei”.

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008, Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, em seu artigo 2º, § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para inclusão no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva das disposições da Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.194/96 e dá outras providências”

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 16 DE MAIO DE 2024, “Dispõe sobre Plano Ensino Individualizado, da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva - BA, e dá outras providências correlatas”

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Artigo 12 “Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.”

Artigo 13 “Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.”

Artigo 14 “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.”

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação(PNE) e dá outras providências - Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

Resolução CNE/ CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica.

Artigo 42 “São elementos constitutivos para a operacionalização destas diretrizes o projeto político-pedagógico e o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.”

Artigo 43 “O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.”

§ 1º “A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.”

§ 2º “Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação - nacional, estadual, municipal -, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.”

§ 3º “A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental,

as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da educação básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.

Artigo 44 “O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:

I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;

II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

III - o perfil real dos sujeitos - crianças, jovens e adultos - que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida- conhecimento-cultura-professor-estudante e instituição escolar;

IV - as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;

V - a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;

VI - os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil);

VII - o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VIII - o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

IX - as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da educação básica), incluindo dados referentes ao Ideb e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

X - a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo

que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional”.

Resolução CNE nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos - Artigo 20 “As escolas deverão formular o projeto político pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do ensino fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.”

§ 1º “O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.”

§ 4º “O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.

§ 5º “Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais.

Lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016 - Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências -

Meta 8, Estratégia 8.11 “Estimular a oferta de componentes curriculares que tratem do ensino e da aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos - EJA nos projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de graduação em licenciatura.”

Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta a profissionais da educação, a estudantes e aos seus familiares para a formulação dos projetos político-pedagógicos, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais e mães na avaliação do funcionamento da escola e no cumprimento do seu papel na formação das crianças e jovens.”

Resolução CEE nº 60, de 5 de junho de 2007 - Estabelece normas complementares para implantação e funcionamento do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia. Artigo 3º “As Unidades de Ensino deverão elaborar ou reformular seus projetos pedagógicos, para efeito de implantação do ensino fundamental obrigatório de 9(nove) anos, definindo, quando for o caso, os procedimentos indispensáveis à gradual transição do regime de 8 (oito) anos para o novo regime, de que trata esta Resolução.” Artigo 5º “As unidades escolares, no prazo mínimo de 120 dias antes da implantação do novo regime de que trata esta Resolução, deverão submeter à aprovação do órgão competente do sistema de ensino o seu regimento escolar e seu projeto pedagógico, de que é parte a proposta curricular.”

Resolução CEE nº 137, de 17 de dezembro de 2019 - Fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes dos sistemas de ensino na educação básica do Estado da Bahia e dá outras providências.

Artigo 12 “Os projetos pedagógicos correlatos à pré-escola devem realçar os modos de proceder na transição entre a educação infantil e o ensino fundamental, como marca do reconhecimento da formação da criança em ambiências de cuidado e de experiências organizadas para educá-la.”

Artigo 13 “No que tange ao ensino fundamental, as instituições escolares, com assentimento de seus sistemas e redes de ensino, devem organizar seus projetos pedagógicos com os currículos estruturados pelas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.” Parágrafo Único “Os projetos pedagógicos deverão apresentar as respectivas competências e habilidades para as áreas correspondentes, devidamente organizadas para os períodos de aula implícitos na divisão do ano letivo em unidades de ensino.”

Artigo 19 “As propostas pedagógicas das instituições escolares dos anos finais do ensino fundamental devem apresentar o delineamento do projeto de vida dos estudantes, seja com o vínculo prospectivo em relação ao seu futuro, como também

com a continuidade dos estudos no ensino médio.”

Portaria nº 904/2019 - Homologa o Parecer CEE/CP nº 196/2019, do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação, que autoriza a implementação do Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB).

Artigo 4º “Os municípios que não possuem sistema próprio de ensino e as instituições de ensino devem proceder às adequações e atualizações necessárias, nos seus projetos político-pedagógicos (PPP), regimentos e currículos escolares, de acordo com o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e com as normativas do CEE/BA.”

Artigo 5º “O DCRB será operacionalizado nas unidades da rede estadual de ensino com as diretrizes emanadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia norteando os projetos político pedagógicos (PPP) (re)elaborados pelas unidades escolares”. “As instituições de ensino públicas e privadas que ofertam educação infantil e ensino fundamental devem reformular seus projetos político-pedagógicos, de forma a garantir todos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de competências e habilidades instituídos no DCRB.”

Resolução do CME nº 003, de 29 de dezembro de 2010: Fixa normas para funcionamento das instituições de Educação Infantil, integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva.

3 MARCO SITUACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Possibilitar, ao aluno, acesso ao conhecimento sistematizado, de forma a oportunizar a produção de novos conhecimentos, contribuindo com a formação de um cidadão autônomo, crítico, consciente e participativo no meio em que está inserido.

As metodologias e os conteúdos curriculares devem ser significativos e contextualizados, permitindo ao aluno a melhoria do seu desempenho e utilização dos conhecimentos adquiridos em sua vida cotidiana.

3.1 DIMENSÕES FUNDAMENTAIS: VISÃO, MISSÃO E VALORES.

Visão

Ser uma Escola de referência pela qualidade em educação, reconhecida pelos resultados do processo de ensino e aprendizagem e pelo zelo na formação humana.

Missão

Contribuir para uma Educação inovadora e significativa no processo ensino-aprendizagem, formando cidadãos críticos e reflexivos para atuar na sociedade e no mercado de trabalho.

Valores

Nossas atividades do dia-a-dia são guiadas pelo desejo da construção de bons valores e pelo respeito às diferenças, inspiração de espírito descobridor, valorização da criatividade e livre expressão, respeito às diferenças, resgate dos bons costumes, com ênfase nos seguintes valores, respeito, paciência, persistência, prudência, civilidade, responsabilidade, ordem, sinceridade, confiança, diálogo, tolerância, criatividade, cooperação, compaixão, generosidade, amizade, liberdade, justiça, paz, alegria. Para conduzir o seu desenvolvimento enquanto ser social e intelectual de forma plena e no seu exercício cidadão.

3.2 ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

A gestão democrática nos possibilita a discussão e decisão de vários assuntos que envolvem desde a organização do espaço pedagógico, até questões relacionadas à tomada de decisões em assuntos diversos, desde que seja de interesse do coletivo escolar.

Dessa forma, o CENTRO EDUCACIONAL ANTONIO RODRIGUES se encontra organizado de forma a atender a maioria das ansiedades dos educadores e demais

profissionais deste meio, buscando diminuir suas aflições com relação ao trabalho administrativo e pedagógico.

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

A organização escolar compreende todos os órgãos necessários ao funcionamento da Unidade Escolar, abrangendo os seguintes serviços:



3.3 CONSTITUIÇÃO DE TURMAS-2024

O Centro Educacional Antonio Rodrigues, neste ano de 2024 possui um total de 82 alunos da Educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais. As classes são organizadas de acordo com anos cursados pelos alunos, adotando como regra o agrupamento heterogêneo.

TURMA	TURNO (HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO*)	MODALIDADE	ETAPA	QTD. DE ALUNOS
ED. INFANTIL	MATUTINO	Multisseriada	Educação infantil	07
1º ANO	MATUTINO	Multisseriada	Ensino Fundamental	06

			-1º ANO	
2º ANO	MATUTINO	Multisseriada	Ensino Fundamenta I -2º ANO	05
3º ANO	MATUTINO	Multisseriada	Ensino Fundamenta I -3º ANO	04
4º ANO	MATUTINO	Multisseriada	Ensino Fundamenta I -4º ANO	06
5º ANO	MATUTINO	Multisseriada	Ensino Fundamenta I -5º ANO	06
6º ANO	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamenta I -6º ANO	12
7º ANO	MATUTINO	Ensino regular	Ensino Fundamenta I -7º ANO	13
8º ANO	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental-8º ANO	13
9º ANO	VESPERTINO	Ensino regular	Ensino Fundamental-9º ANO	08

***HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** MATUTINO: (8h às 12h) e VESPERTINO: (13h à

3.4 NOME DOS FUNCIONÁRIOS E FUNÇÕES-2024

NOME DOS FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES
1.Adriana de Souza Oliveira	Cozinheira
2.Daiane dos Santos	Auxiliar de serviços Gerais
3.Daniel Costa Reis	Professor
4.Evani Silva de Sousa Alexandrino	Professora
5.Gilcrede dos Santos Anjos	Auxiliar de serviços Gerais
6.Gilson Alexandrino de Souza	Professor
7.Helio Pinheiro de Souza	Professor
8.Iamara da Silva Vasconcelos	Professora
9.Irandi Siva Santos	Professora
10.Keila Souza Novais	Professora
11.Luís Carlos Pereira dos Santos	Professor
12.Maria Cristina Silva Gomes	Professora
13.Mislaine Silva Santos	Cuidadora
14.Osmario Silva Santos	Porteiro
15.Patricia dos Anjos da Silva	Professora
16.Renildo Silva Santos	Secretário
17.Rogério Souza Silva	Professor
18.Sônia Rodrigues de Oliveira	Professora
19.Sueli Siva Santos	Professora

3.5 DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

O tempo e o espaço são categorias que sempre estiveram no centro da preocupação humana com a vida. O ser humano reconhece no tempo a sua existência finita. Com o avanço científico-tecnológico, o tempo e o espaço passaram a ser dimensionados em função de novas possibilidades criadas pelo homem.

O calendário escolar é de extrema importância, pois ele é um elemento constitutivo da organização do currículo escolar. É ele que mostra a quantidade de horas que os professores de cada Componente curricular terão para usar em sala de aula, as avaliações, cursos, os feriados, as férias, períodos em que o ano se divide, os dias letivos, as atividades extracurriculares (como campeonatos interclasse, festa junina, entre outros) e as atividades pedagógicas (como trabalho coletivo na escola, conselho de classe e paradas pedagógicas).

Comentando sobre esse assunto e sobre o resultado imediato no desenvolvimento escolar dos alunos, Enguita (1989) diz:

A sucessão de períodos muito breves — sempre de menos de uma hora — dedicados a matérias muito diferentes entre si, sem necessidade de sequência lógica entre elas, sem atender à melhor ou à pior adequação de seu conteúdo a períodos mais longos ou mais curtos e sem prestar nenhuma atenção à cadência do interesse e do trabalho dos estudantes; em suma, a organização habitual do horário escolar ensina ao estudante que o importante não é a qualidade precisa de seu trabalho, a que o dedica, mas sua duração. A escola é o primeiro cenário em que a criança e o jovem presenciam, aceitam e sofrem a redução de seu trabalho a trabalho abstrato. (ENGUIITA, 1989, p.180)

Desse modo, vários autores, como Veiga (p. 30) concordam que é necessário reformular a forma em que o tempo escolar é organizado, para alterar a qualidade do trabalho pedagógico.

A organização do tempo e do espaço é importante para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, pensando nisso que temos o tempo de rotina escolar trabalhada em equipe, para que possamos transmitir comodidade aos nossos estudantes como também os espaços que favorecem o crescimento, a identidade e a sua autonomia.

Sendo assim, o tempo escolar do Centro Educacional Antônio Rodrigues é planejado no calendário escolar, na distribuição semanal e diária dos Componentes curriculares e atividades, nos horários das classes e na hora-atividade, ofertando o nível de Ensino Fundamental Anos iniciais e finais.

4 DISTRIBUIÇÃO DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR – A.C.

Frequência Semanal da Atividade Complementar – AC Vespertino – 2024

PROFESSOR(A)	ÁREAS	CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES.
1. Gilson Alexandrino de Souza	Matemática	04 horas
2. Iamara da Silva Vasconcelos	Ciências da Natureza	04 horas
3. Irandi Siva Santos	Linguagem	04 horas
4. Luís Carlos Pereira dos Santos	Linguagem	04 horas
5. Maria Cristina Silva Gomes	Humanas	04 horas
6. Rogerio Souza Silva	Pedagogia	04 horas
7.Sônia Rodrigues de Oliveira	Pedagogia	04 horas
8.Sueli Siva Santos	Linguagem	04 horas

ÁREAS DO CONHECIMENTO: Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias

(LINGUAGEM), Ciências da Natureza e Suas Tecnologias **(NATUREZA)**, Ciências Humanas e Suas **Tecnologias (HUMANAS)**.

OBSERVAÇÃO: Quando houver necessidades, as possíveis **REPOSIÇÕES** das Atividades Complementares — AC serão feitas mediante autorização da Coordenação Pedagógica ou Direção.

4.1 Distribuição dos Professores por dia das AC – Vespertino – 2024

DIAS DA	PROFESSOR(A)	ÁREAS	CARGA HORÁRIA
Segunda feira	Iamara Silva Vasconcelos	Ciências da Natureza	das 13:00h às 17:00h
	Irandi Silva Santos	Linguagem	das 13:00h às 17:00h
Terça-feira	Sueli Silva Santos		das 13:00h às

		Linguagem	17:00h
	M ^a Cristina Silva Gomes	Ciências Humanas	das 13:00h às 17:00h
Quarta-feira	Luís Carlos P. Dos Santos	Linguagem	das 13:00h às 17:00h
	Gilson alexandrino de Souza	Matematica	das 13:00h às 17:00h
Sexta-feira	Rogério Souza Silva	Pedagogia	das 13:00h às 17:00h
	Sônia Silva Santos	Pedagogia	das 13:00h às 17:00h

□ 5 GRADES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS:



SECRETARIA MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES E LAZER



ANEXO I

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS REGULAR

ADAPTAÇÃO À LEI Nº 9.394/96.

DURAÇÃO: 09(NOVE) ANOS.

Dias letivos: 200.	Semanas letivas: 40.	Dias Semanais: 05.	Nº de Horas/Dias: 04
--------------------	----------------------	--------------------	----------------------

TEMAS INTEGRADORES	COMPONENTES CURRICULARES							
	BASE NACIONAL COMUM							
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ENSINO RELIGIOSO	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA
Educação em Direitos Humanos	X			X	X	X		
Educação para as relações étnico-raciais	X				X	X		
Educação para o trânsito	X	X	X				X	
Saúde na escola	X	X	X				X	X
Educação Ambiental	X		X	X			X	
Educação Financeira e para o consumo	X	X		X	X			
Educação Digital	X	X	X					
Educação Fiscal	X	X		X				
Educação Alimentar e nutricional	X	X	X				X	X

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semece@yahoo.com.br



ANEXO III

GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Dias letivos: 200.	Semanas letivas: 40.	Dias Semanais: 05.	Horas/Aula: 45min
--------------------	----------------------	--------------------	-------------------

TEMAS INTEGRADORES	COMPONENTES CURRICULARES										
	BASE NACIONAL COMUM									PARTE DIVERSIFICADA	
	Língua Portuguesa	Arte	Educação Física	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	Matemática	História	Geografia	Ciências	Ensino Religioso	Projeto de Vida	Redação
Educação em Direitos Humanos	X					X	X		X	X	X
Educação para as relações étnico-raciais	X					X	X		X	X	X
Educação para o trânsito	X	X	X	X	X			X			X
Saúde na escola			X					X		X	X
Educação Ambiental		X	X				X	X		X	X
Educação Financeira e para o consumo				X	X		X			X	
Educação Digital	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação Fiscal		X			X	X	X				
Educação Alimentar e nutricional			X					X		X	X



SECRETARIA MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES E LAZER



CARGA HORÁRIA POR ÁREAS DE CONHECIMENTO									C.H. TOTAL
ANO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ENSINO RELIGIOSO	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA	
1º Ano	320	200	80	40	40	40	40	40	800
2º Ano	320	200	80	40	40	40	40	40	800
3º Ano	320	200	80	40	40	40	40	40	800
4º Ano	240	200	80	80	80	40	40	40	800
5º Ano	240	200	80	80	80	40	40	40	800
Total Geral	1.440	1.000	400	280	280	200	200	200	4.000

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semecbe@yahoo.com.br



SECRETARIA MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES E LAZER



ANEXO II

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	AULAS SEMANAIS					CARGA HORÁRIA
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	C.H.
							TOTAL
Área de Linguagens	Língua Portuguesa	08	08	08	06	06	1.440
	Arte	01	01	01	01	01	200
	Educação Física	01	01	01	01	01	200
Área da Matemática	Matemática	05	05	05	05	05	1000
Área de Ciências da Natureza	Ciências	02	02	02	02	02	400
Área de Ciências Humanas	História	01	01	01	02	02	280
	Geografia	01	01	01	02	02	280
Área de Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	01	01	01	01	200
TOTAL DE AULAS/SEMANAL		20	20	20	20	20	4.000

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semecbe@yahoo.com.br

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: CWN5AXOJ8Z2TU0AZ7E/CBG

□ 5.1 GRADES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS:



SECRETARIA MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES E LAZER



ANEXO III

GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Dias letivos: 200.	Semanas letivas: 40.	Dias Semanais: 05.	Horas/Aula: 45min
--------------------	----------------------	--------------------	-------------------

TEMAS INTEGRADORES	COMPONENTES CURRICULARES										
	BASE NACIONAL COMUM									PARTE DIVERSIFICADA	
	Língua Portuguesa	Arte	Educação Física	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	Matemática	História	Geografia	Ciências	Ensino Religioso	Projeto de Vida	Redação
Educação em Direitos Humanos	X					X	X		X	X	X
Educação para as relações étnico-raciais	X					X	X		X	X	X
Educação para o trânsito	X	X	X	X	X			X			X
Saúde na escola			X					X		X	X
Educação Ambiental		X	X				X	X		X	X
Educação Financeira e para o consumo				X	X		X			X	
Educação Digital	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação Fiscal		X			X	X	X				
Educação Alimentar e nutricional			X					X		X	X

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, n° 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br



GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

ÁREA DE CONHECIMENTO		COMPONENTE CURRICULAR	6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
			Q.A	C.H.	Q.A	C.H.	Q. A	C.H.	Q.A	C.H.
BASE COMUM	Área de Linguagens	Língua Portuguesa	05	200	05	200	05	200	05	200
		Arte	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80
		Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	02	80	02	80	02	80	02	80
	Área da Matemática	Matemática	05	200	05	200	04	160	04	160
	Área de Ciências Humanas	História	02	80	02	80	02	80	02	80
		Geografia	02	80	02	80	02	80	02	80
	Área de Ciências da Natureza	Ciências	03	120	03	120	03	120	03	120
	Área Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40
PARTE DIVERSIFICADA	Projeto de Vida	01	40	01	40	01	40	01	40	
	Redação	**	**	**	**	01	40	01	40	
CARGA HORÁRIA TOTAL			25	1000	25	1000	25	1000	25	1000

5.2 Distribuição Semanal e Diária dos Funcionários.

RELAÇÃO DOS PROFESSORES COM SUAS CARGAS HORÁRIAS SEMANAIS – ANO: 2024

Nº	NOME	FUNÇÃO	VÍNCULO Efetivo(a) ou Contratado(a)	Carga Horária Semanal
1	Gilson Alexandrino de Souza	Professor	Efetivo	20h
2	Iamara da Silva Vasconcelos	Professor	Efetiva	20h
3	Irlandi Siva Santos	Professora	Efetiva	20h
4	Luís Carlos Pereira dos Santos	Professor	Efetivo	20h
5	Maria Cristina Silva Gomes	Professora	Efetiva	20h
6	Rogério Souza Silva	Professora	Efetivo	25h
7	Sônia Rodrigues de Oliveira	Professora	Efetiva	25h
8	Sueli Siva Santos	Professora	Efetiva	20h

• 5.3 RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – ANO: 2024

Nº	NOME	FUNÇÃO	VÍNCULO Efetivo(a) ou Contratado(a)	Carga Horária Semanal
1	Adriana de Souza Oliveira	Cozinheira	Contrato	40h
2	Daiane dos Santos	ASG	contrato	20h
3	Daniel Costa Reis	Mediador	Estado	20h
4	Evani S. de Susa Alexandrino	coordenadora	Efetiva	20h
5	Gilcrede dos Santos Anjos	ASG	Contrato	20h
6	Gilson Alexandrino de Souza	Professor	Efetivo	20h

7	Helio Pinheiro de Souza	Diretor	Efetiv o	
8	Iamara da Silva Vasconcelos	Professor	Efetiv a	20h
9	Irandi Siva Santos	Professora	Efetiv a	20h
10	Keila Souza Novais	Mediadora	Estado	20h
11	Luís Carlos Pereira dos Santos	Professor	Efetivo	20h
12	Maria Cristina Silva Gomes	Professora	Efetiva	20h
13	Mislaine Silva Santos	Cuidadora	Reda	40h
14	Osmario Silva Santos	Porteiro	Efetivo	40h
15	Patricia dos Anjos Silva	Mediadora	Estado	20h
16	Renildo Silva Santos	Secretario	Efetivo	40h
17	Rogério Souza Silva	Professora	Efetivo	25h
18	Sônia Rodrigues de Oliveira	Professora	Efetiva	25h
19	Sueli Siva Santos	Professora	Efetiva	20h

5. 4 FORMAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Inclusão social é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bense serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos no sistema meritocrático em que vivemos. Nossa cultura tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social, com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem cooperar com aqueles que fogem dos padrões de normalidade estabelecidos por um grupo que é a maioria. E diantedos olhos deles, também somos diferentes.

E é bom lembrar que as diferenças se fazem iguais quando colocadas num grupo que as aceita e considera, pois nos acrescentam valores morais e de respeito ao próximo, com todos tendo os mesmos direitos e recebendo as mesmas oportunidades diante da vida. A escola atende uma demanda de 03 alunos diagnosticados com Relatório Médico, entre crianças e adolescentes, com Autismo, TDAH. Para melhor acolher e proporcionar um ambiente inclusivo, a escola conta com uma cuidadora para Atendimento Educacional Especializado (AEE), destinada a atender as necessidades específicas desses alunos, promovendo a inclusão de forma efetiva.

Alguns desses alunos recebem atendimento psicológico na escola e as maiores demandas são encaminhadas ao Núcleo de Psicologia Integrado (NUPI), sendo atendidos individualmente, dependendo da deficiência ou dificuldade. No entanto, infelizmente, pela ausência de recursos e, muitas vezes, pela falta de formação dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, o ensino a esses alunos ainda enfrenta desafios, comprometendo sua capacidade de avançar com qualidade no processo educativo.

5.5 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO ESCOLAR

A escola é uma organização que essencialmente lida com pessoas. Sua peculiaridade está em ser a primeira instituição que os cidadãos, ainda crianças, conhecem depois da família. Mais ainda, uma instituição que, em complemento às famílias, tem a missão de educar. A experiência na escola pode desenvolver ou não os sentimentos de confiança e satisfação de pertencer à sociedade e de exercer a cidadania. Escolas funcionam mais ou menos organizadas e capazes de atender às necessidades de suas comunidades interna e externa, dependendo, em boa medida, de seus secretários escolares e auxiliares de secretaria. Como um administrador, o secretário escolar e auxiliares de secretaria deve estar capacitados para:

- Organizar racionalmente o trabalho;
- Aproveitar os talentos e motivações da equipe;
- Simplificar processos e métodos de trabalho;
- Aproximar-se de seu público antecipando as suas necessidades;
- Trabalhar com eficácia, reduzindo os desperdícios;

O Secretário é um dos elementos a quem a Diretoria delega poderes. Sua posição é tão importante que um dos requisitos para a autorização de funcionamento de uma escola é a existência de um secretário credenciado.

5.6 AMBIENTE SOCIAL, CULTURAL E FÍSICO.

A criação da escola foi regulamentada no mês de fevereiro de 1984, com o nome de Escola Martinho Andrade. Em 01 de Fevereiro de 2001, depois de passar por ampliação no espaço físico, na pretensão de atender alunos da região circunvizinha, escola típica do campo. passou a ser denominada Centro Educacional Antônio Rodrigues com ato de criação Port. 012 e Diário Oficial 02/01/98.

6 HISTÓRICO DA ESCOLA CENTRO EDUCACIONAL ANTÔNIO RODRIGUES

Toda história um dia precisa ser contada para se construir memórias, não apenas de quem a vivenciou, pois os demais autores também são os que passam a compor esse enredo, mesmo que anos depois. Independente do período que se passou a fazer parte desta história, é indispensável produzir memórias de seu início, a partir de seus primeiros autores que traduzem sentimentos, vivências e criam sentidos, legitimando a história do percurso da constituição do Centro Educacional Antônio Rodrigues, mantendo viva uma ideia subjetiva e o passado que também é presente.

A instituição teve sua idealização muito antes das instalações físicas, na zona rural do povoado do Entroncamento de Barra da Estiva - BA, S/N.

Tudo começou na década de 2000, quando um grupo de educadores decidiu empreender coletivamente, conduzindo os ideais de educação e anseios, abrindo-separa um novo rumo.

A expectativa inicial do grupo de 10 professores era, primeiramente, oferecer educação para aquela comunidade e, para isso, foi cedido um espaço para ampliação pela vice-prefeita da época, Viturina de Oliveira Silva. Por meio de um convênio com a prefeitura municipal de Barra da Estiva, começaram a oferecer o ensino fundamental I e II, em meados de 2000. A Escola Centro Educacional Antônio Rodrigues passou a desenvolver suas atividades, onde se mantém até hoje. Deste modo, permaneceram na sociedade oito professores, no sonho e na realização de construir uma Escola bem estruturada, humana, que respeita a infância, valoriza os profissionais e projeta o futuro das gerações.

Embora as estruturas físicas deixem a desejar, o que a Escola considera como mais

valioso é o seu material humano. A escola conta com profissionais que permanecem por anos compondo sua rede de colaboradores. O respeito e a valorização vêm em primeiro lugar, juntamente com o acolhimento e o ambiente agradável de convívio. Além da Equipe Diretiva, há profissionais que exercem a parte administrativa na Escola e os serviços gerais de limpeza, alimentação e segurança, coordenação pedagógica e equipe docente. Recebendo apoio da secretaria Municipal de Educação e de outros setores quando solicitados.

6.1 CONTEXTO SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICO DA COMUNIDADE ESCOLAR.

A Escola Centro Educacional Antônio Rodrigues tem como personagem de sua história uma comunidade escolar bem diversificada, que o acompanha desde seus primeiros passos. Esse convívio possibilitou um mapeamento e análise que permeou o campo da observação de várias gerações.

Hoje, as primeiras gerações de estudantes são pais dos estudantes que estão atualmente na Escola e compõem as famílias dessas comunidades. Alguns das famílias são de funcionários públicos, que trabalham no entorno da Escola, outra parte moram próximo e outra parcela vem das regiões mais afastadas, das comunidades que estão no entorno do povoado ao qual a escola pertence. Com uma situação econômica diversa, as famílias trabalham, viajam e oferecem uma educação precária aos seus filhos.

A educação dos filhos está associada, também, ao conhecimento de diferentes culturas, através de viagens e costumes. A comunidade escolar é assídua, responsável, crítica, envolvida com o percurso formativo dos alunos e tem como princípio básico a promoção de uma educação de qualidade, que visa a formação integral do sujeito para formar pessoas éticas, solidárias, respeitadas, honestas, criativas e comprometidas com o futuro.

Sendo assim, acredita que, na medida em que a Educação estabelece o seu fazer pedagógico, considerando o contexto histórico e social de sua comunidade. As famílias vivem da aposentadoria, bolsa família, sendo que a comunidade passa por dificuldades de infra-estrutura dentre outras. Muitos tentam diversificar sua fonte de renda na agricultura, em especial na colheita do quiabo e o marajá, tendo também a pecuária como fonte de renda. A escola aproxima-se cada vez mais de seus estudantes e de suas famílias, assumindo características da educação permanente, visando a educação do campo como suporte para aproximar e intensificar a aproximação da realidade de nossos estudantes, estimulando o jovem a permanecer no campo, desenvolvendo consciência crítica, de forma que seja capaz de analisar as realidades rural e urbana, a fim de procurar novas técnicas de produção, respeito ao meio ambiente em busca de uma agricultura e pecuária ecológica e auto-sustentável

6.2 O DIAGNÓSTICO ATUAL DA INSTITUIÇÃO

A escuta fez parte do processo de reelaboração do PPP. Em momento de reunião com toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, gestor, coordenadora pedagógica, Conselho Escolar e demais funcionários da escola) foram observadas as FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS e AMEAÇAS que estão presentes no CEAR, as quais seguem pontuadas abaixo:

A) FORÇAS

- Boa visão da escola junto aos alunos, pais e comunidade;
- Transparência nas informações;
- Escola acolhedora que respeita e apoia os estudantes e a família;
- Liderança presente e atuante;
- Cultura de planejamento;
- Recomposição da aprendizagem
- Qualidade de ensino, profissionalismo, receptividade e valorização humana;
- As decisões são tomadas coletivamente;
- A escola utiliza com responsabilidade a autonomia outorgada pela legislação;
- O diretor é encontrado com frequência na escola e tem ciência do que se passa na Unidade Escolar;
- A escola faz bom uso e gerenciamento do recurso financeiro recebido, conforme define a Lei;
- Faz-se cumprir as normas disciplinares conforme determinado pelo conselho escolar;
- Escola limpa acolhedora, com qualidade na educação e transparência nas informações;
- A merenda escolar é de qualidade e suficiente para os estudantes;
- A equipe escolar realiza reuniões pedagógicas frequentemente para discutir a situação da escola e dos estudantes.

• OPORTUNIDADES

- Recursos financeiros do PDDE para desenvolver projetos na escola;

- Participação na OBMEP, e outras Olimpíadas ou projetos ofertados pela SEMEC;
- Participação em intercolegiais, amistosos e apresentações em outras instituições,
- Facilidade de acesso às novas tecnologias;
- Maior diálogo entre a comunidade escolar;
- Roda de conversa e oficinas envolvendo a Família e a Escola;
- Famílias atuantes na vida escolar dos estudantes;
- Preocupação dos pais e da comunidade com a qualidade dos estudantes.

- **FRAQUEZAS**

- Desmotivação e desinteresse por parte dos alunos;
- Desmotivação de alguns professores;
- Falta pontualidade nas reuniões de pais e mestres;
- Falta de espaço para confecção e exposição de artes produzidas.
- Inexistência de um Programa de Formação Continuada para os profissionais da escola;
- Ausência de uma biblioteca na escola. Infocentro desativad;

- **AMEAÇAS**

- Baixo nível de preparação dos alunos que ingressam na escola;
- Falta de monitores no transporte escolar;
- Falta de manutenção regular no transporte Escolar;
- Ausência da família no acompanhamento escolar;
- Famílias desestruturadas emocionalmente;
- Excesso de projetos implantados pelas Secretarias de Educação.
- Falta de manutenção nas estradas que dão acesso a escola;

6.3 PESSOAL ATUANTE DE ACORDO COM A FORMAÇÃO

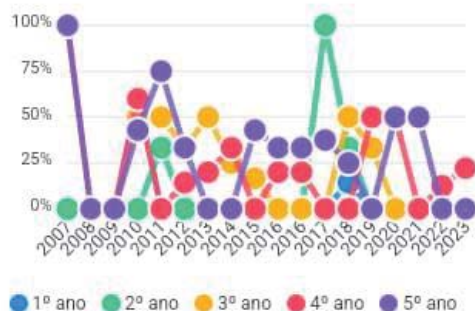
CARGO / FUNÇÃO	QUANTIDADE	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO			ENSINO SUPERIOR			PÓS-GRADUAÇÃO	
		Completo	Incompleto	Habilitação Magistério		Outra Habilitação	Com Licenciatura		Sem Licenciatura	Completa	Incompleta
				Completa	Incompleta		Completa	Incompleta			
Diretor	01	01	01
Coordenadora Pedagógica	01	01	01	
Secretário Escolar	02			01	
Monitora	01	01	
Porteiro		01	
Docentes do E.F. Anos Iniciais	02	02
Docentes do E.F. Anos Finais de 6º ao 9º ano	06	06

Modalidades de Ensino dos Anos Letivos de 2015 a 2024.

6.4 TAXAS DE MATRÍCULA POR ETAPA

ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PRE ESCOLA	2	1	14	14	8	4	8	09	10	07
ANOS INICIAIS	22	16	15	18	22	25	28	30	27	30
ANOS FINAIS	78	66	73	71	69	53	67	52	45	49

6.5 DISTORÇÃO IDADE SÉRIE DO CENTRO EDUCACIONAL ANTONIO RODRIGUES

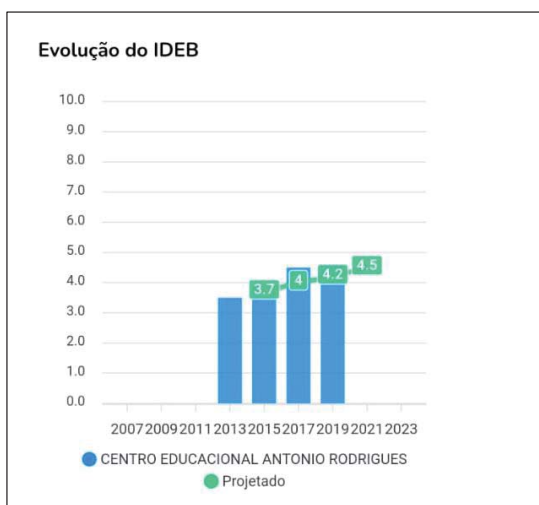


Evolução da distorção idade-série - CENTRO EDUCACIONAL ANTONIO RODRIGUES



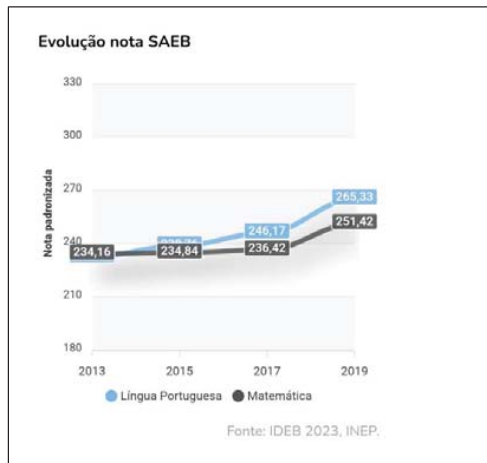
Fonte: Indicador de Distorção idade-série - INEP, 2023

6.6 EVOLUÇÃO DO IDEB DO CENTRO EDUCACIONAL ANTONIO RODRIGUES

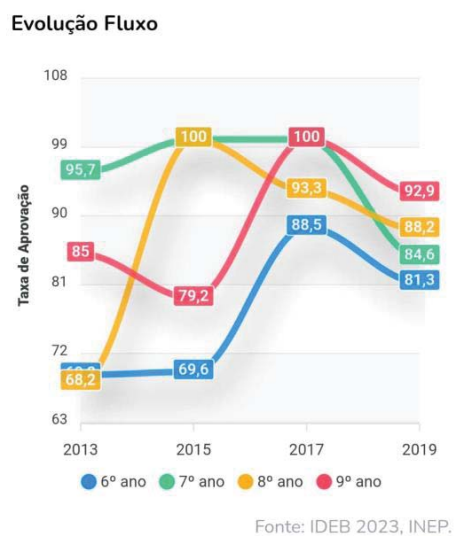


ANO	MÉDIA ALCANÇADA	META
2015	3,9	3,7
2017	4,5	4,0
2019	4,6	4,2
2021		

EVOLUÇÃO NOTA SAEB



EVOLUÇÃO FLUXO



6.7 CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é o órgão de maior poder para a tomada de decisões realizadas na escola e é formado por representantes de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar (Estudantes, Responsáveis pelos/as estudantes, Professores e

funcionários).

O Conselho Escolar do Centro Educacional Antônio Rodrigues, tem suas ações respaldadas através da Lei Municipal Nº 010/2011, que dispõe sobre a regulamentação da Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Barra da Estiva, Estado da Bahia e que normatiza o funcionamento, o caráter e a quantidade de membros (6 e, no máximo, 14) do Conselho Escolar.

Dentre as atribuições do Conselho, estão as seguintes:

- I** – elaborar e/ou reformular o regimento do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário de acordo com as normas da legislação vigente; seu regimento;
- II** – organizar, modificar e aprovar o plano administrativo anual, elaborado pela direção da unidade de ensino, sobre a programação e a aplicação dos recursos necessários à manutenção e à conservação da escola, com base em seu PPP;
- III** – criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do projeto político administrativo financeiro e pedagógico da unidade de ensino;
- IV** – divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, qualidade dos serviços prestados e resultados obtidos;
- V** – coordenar o processo de discussão para encaminhamento de propostas, elaboração ou alteração do regimento escolar;
- VI** – convocar a assembleia geral escolar dos segmentos;
- VII** – propor e coordenar a discussão junto aos segmentos da comunidade escolar e votar alterações no currículo escolar, no que for atribuição da unidade, respeitada a legislação vigente;
– propor e coordenar a discussão junto aos segmentos e votar as alterações metodológicas, didática e administrativa da unidade de ensino respeitada a legislação vigente.
- VIII** – estruturar o calendário escolar de acordo com os horários, no que competir à unidade de ensino, observada a legislação vigente;

- IX** – fiscalizar a gestão da unidade de ensino;
- X** – elaborar, aprovar, acompanhar e avaliar o projeto político pedagógico-administrativo da Instituição Escolar;
- XI** - Zelar pelo cumprimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com base na Lei n.8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

PARÁGRAFO ÚNICO — Na definição das questões pedagógicas, deverão ser resguardados os princípios constitucionais, as normas e as diretrizes do Conselho Municipal de Educação de Barra da Estiva.

3 **Lei Municipal Nº 010/2011, Barra da Estiva, BA. Disponível em:**
file:///C:/Users/SIMARA/Downloads/Lei%20municipal%20n%20010-2011%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20gest%C3%A3o%20democratica.pdf

As eleições para o Conselho Escolar do Centro Educacional Antônio Rodrigues foi renovada em abril de 2024 e atuara no biênio 2024 /2026, e os conselheiros tomaram **posse em 06 de abril de 2024**, elegendo os representantes de cada segmento.

Representante de pais: Zevaldo Novais de Jesus

Representante de Alunos: Safira Da Silva Freitas, Natan Alves Azevedo

Representante da Comunidade: Mislaine Silva Santos

Representante de Professores: Rogerio de Souza Silva

Equipe gestora: Helio Pinheiro de Souza,(diretor)Evani Silva de Sousa

(coordenadora) Maria Cristina Silva Gomes(professora)

6.8 OS PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR

O professor é um profissional que auxilia no processo de construção de conhecimentos, nesse sentido se faz necessário que o mesmo acompanhe os avanços e as mudanças educacionais, estejam sempre se atualizando, além de possuir habilidades para ensinar utilizando diversas metodologias.

Levando em consideração a realidade da comunidade escolar, é de suma importância que o professor seja criterioso e criativos no planejamento, bem como no processo avaliativo, buscando organizar a estrutura de ensino que atenda as individualidades/particularidades de seus alunos, visando melhores resultados. O mesmo precisa ter uma visão ampla, na qual busque realizar trabalho dinâmico com aulas prazerosas e atrativas, possibilitando ofertar um ensino com excelência e qualidade.

A relação do profissional com a instituição precisa ser construída por meio do diálogo, confiança, respeito, dedicação e conhecimento sobre os pontos relevantes nos quais favoreça um trabalho contínuo e colaborativo de forma comprometida com a cultura escolar.

6.9 OS PERFIS ESPERADOS DO ALUNO

Nos dias atuais espera-se que os nossos alunos sejam críticos, sendo capazes de mobilizar seu desejo em conhecer mais sobre cada conteúdo ou tema, fazendo as conexões do conhecimento com a prática, tornando a aprendizagem mais significativa e que ele possa colaborar para a boa convivência entre todos no ambiente escolar. Seus gestos, sua linguagem e suas ações devem ser respeitosas para promover o bom andamento de todas as atividades pedagógicas. Estando atualizados, tendo as tecnologias, que já fazem parte da rotina e lazer do estudante, cada vez mais integradas às práticas de aprendizagem.

Esperamos, ainda, que o nosso aluno seja cada vez mais autônomo, proativo, protagonista de sua aprendizagem. É aqui que se destaca a importância de desenvolver o pensamento e raciocínio tecnológico, bem como as relações socioemocionais e interativas.

7 ASPECTOS LEGAIS DE SUA CRIAÇÃO

MARCO CONCEITUAL

CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO

O conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e de condições sociais que o geram configurando as dinâmicas históricas que representam as necessidades do homem a cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para obtenção do conhecimento, mudando a forma de interferir na realidade. Essa interferência traz consequências para a escola, cabendo a ela garantir a socialização do conhecimento que foi apropriado nas relações de trabalho. O conhecimento não ocorre individualmente, ele é construído nas relações sociais, mediatizadas pelo mundo, gerando mudanças interna e externa no cidadão e na sociedade, tendo sempre uma intencionalidade.

Conforme Veiga (1995, p.27) “o conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos”.

Dessa forma, o conhecimento escolar é resultado de fatos, conceitos e generalizações, sendo, portanto, o objeto de trabalho do professor, não desconsiderando o meio de inserção do aluno, se do meio rural ou da cidade.

7.1 CONCEPÇÃO DE CULTURA

Toda organização curricular, por sua natureza e especificidade precisa completar várias dimensões da ação humana, entre elas a concepção de cultura. Na escola, em sua prática, há a necessidade da consciência de tais diversidades culturais, especialmente da sua função de trabalhar as culturas populares de forma a levá-los à produção de uma cultura erudita, como afirma Saviani “a mediação da escola, instituição especializada para operar a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita; assume um papel político fundamental” (SAVIANI, apud FRIGOTTO, 1994, p.189).

Respeitando a diversidade cultural e valorizando a cultura popular e erudita cabe à escola aproveitar essa diversidade existente para fazer dela um espaço motivador, aberto e democrático.

7.2 CONCEPÇÃO DE TRABALHO

O trabalho é uma atividade que está na base de todas as relações humanas, condicionando e determinando a vida. Para o ser humano, o homem precisa relacionar-se com os outros e fabricar os seus instrumentos de trabalho. Esse fato mostra que as relações dos homens entre si e com a natureza são mediadas pelo trabalho. Ao considerarmos o trabalho uma práxis humana, é importante o entendimento de que o processo educativo é um trabalho não-material, uma atividade intencional que envolve formas de organização necessária para a formação do ser humano. No trabalho educativo, o fazer e o pensar entrelaçam-se dialeticamente, é nesta dimensão que está a formação do homem.

O conhecimento como construção histórica é matéria prima (objeto de estudo) do professor e do aluno, que indagando sobre o mesmo irá produzir novos conhecimentos, dando-lhes condições de entender o viver, propondo modificações para a sociedade em que vive, permitindo “ao cidadão-produtor chegar ao domínio intelectual do técnico e das formas de organização social sendo, portanto, capaz de criar soluções originais para problemas novos que exigem criatividade, a partir do domínio do conhecimento” (KUENZER, 1985, p.33-35).

7.3 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO

A educação é uma prática social, uma atividade particular dos homens situando-os dentro da história – ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser moldado pela sua ação na sociedade e nas relações intercultural e de trabalho. Conforme SAVIANI, (1992, p.19) “a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é ela própria, um processo de trabalho”.

Educação é um fato existencial porque o homem se faz ser homem – processo constitutivo do ser humano; um fato social pelas relações de interesses e valores que movem a sociedade, num movimento contraditório de reprodução do presente e da expectativa de transformação futura. É intencional ao pretender formar um homem com um conceito prévio de homem. É libertadora porque segundo Boff (2000, 45

p.77) “se faz necessário desenvolver uma educação que nos abra para uma democracia integral, capaz de produzir um tipo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentado”. Nesse sentido, a educação visa atingir três objetivos que formam o ser humano para gestar uma democracia aberta. São eles:

- A apropriação pelo cidadão e pela comunidade dos instrumentos adequados para pensar a sua prática individual e social e para garantir uma visão globalizante da realidade que o possa orientar em sua vida;
- A apropriação pelo cidadão e pela comunidade do conhecimento científico, político, cultural acumulado pela humanidade ao longo da história para garantir-lhe a satisfação de suas necessidades e realizar suas aspirações;
- A apropriação por parte dos cidadãos e da comunidade, dos instrumentos de avaliação crítica do conhecimento acumulado, reciclá-lo e acrescentar-lhe novos conhecimentos através de todas as faculdades cognitivas humanas.

Vista como processo de desenvolvimento da natureza humana, a educação tem suas finalidades voltadas para o aperfeiçoamento do homem que dela necessita para sua formação e transformar a realidade.

Sendo assim, a educação tem como objetivo principal o desenvolvimento do ser humano na dimensão social, é um veículo de cultura e valores, um espaço de socialização.

7.4 CONCEPÇÃO DE CIDADANIA

Historicamente, o Brasil foi construído de cima para baixo e de fora para dentro – poderes coloniais, elites proprietárias, estados realimentando as desigualdades e agravando as inclusões. Neste momento, se quer construir outra base social, constituída por aqueles excluídos da história brasileira que, organizando-se na sociedade civil e nos diferentes movimentos sociais, acumularam força e conseguem expressar-se, tomando as rédeas do seu destino, criando uma nação soberana e aberta ao diálogo e a participação.

De acordo com Boff (2000, p.51) “cidadania é um processo histórico-social que capacita a massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto e de práticas no sentido de deixar de ser massa e de passar

a ser povo, como sujeito histórico, plasmador de seu próprio destino”.

Reafirmando a citação de Boff (2000, p.53) diz: “... a construção da cidadania envolve um processo ideológico de formação de consciência pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres”. A realização se faz através de lutas contra as discriminações da abolição de barreiras segregativas entre indivíduos e contra as opressões e os tratamentos desiguais, ou seja, pela extensão das mesmas condições de acesso às políticas públicas e pela participação de todos nas tomadas de decisões. É condição essencial da cidadania reconhecer que a emancipação depende fundamentalmente do interessado, uma vez que, quando a desigualdade é somente confrontada na arena pública, reina a tutela sobre a sociedade, fazendo-a dependente dos serviços públicos. No entanto, ser/estar interessado não dispensa apoio, pois os serviços são sempre necessários e instrumentais.

O grande desafio histórico é dar condições ao povo brasileiro de se tornar cidadão consciente (sujeito de direitos), organizados e participativos do processo de construção político-social e cultural.

Portanto, a educação como um dos principais instrumentos de formação da cidadania, deve ser entendida como concretização dos direitos que permitem ao indivíduo sua inserção na sociedade. A realidade social e educacional atual de nosso país requer o enfrentamento e a superação da contradição da estrutura que existe entre a declaração constitucional dos direitos sociais (dentre eles a educação) e a negação da prática desses direitos, da ideologia que associa a pobreza material à cultura; de recolocar-se o problema da escola pública em termos de direito de todos, de acesso ao conhecimento elaborado; recolocar a questão do trabalho como atividade de produção/apropriação de conhecimento não apenas como mera operação mecânica, em repensar a relação escola/trabalho.

Segundo Martins (2000, p.54), pode-se afirmar que “aquela relação entre cidadania e democracia explicita-se no fato de que ambas são processos; o processo não se dá no vazio, a cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de luta na definição de instituições permanentes para expressão política”. Neste sentido, a autora distingue a cidadania passiva, aquela que é outorgada pelo Estado, com a ideia moral da tutela e do favor. Cidadania Ativa – aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos, de abrir espaços de participação.

Confirma ainda, que a cidadania requer a consciência clara sobre o papel da educação e as novas exigências colocadas para a escola que, como instituição para o ensino – a educação formal – pode ser um lócus excelente para a construção da cidadania.

Sendo assim o Centro Educacional Antônio Rodrigues, tem por missão preparar seus alunos para o papel social, dando-lhes oportunidade de participação ativa no cotidiano escolar, mostrando-lhes seus direitos e deveres, desenvolvendo suas competências sociais, estimulando o trabalho em equipe, ou seja, fazendo da nossa escola um modelo de prática democrática, na qual os alunos exercem desde cedo, seu papel de cidadão.

7.5 CONCEPÇÃO DE HOMEM

O homem é um ser biológico e um ser social, membro da espécie humana e participante de um processo histórico. É o trabalho como processo básico que vai marcar o homem como espécie diferenciada, pela ação transformadora do homem sobre a natureza, unindo homem e natureza e criando a cultura e a história humana.(OLIVEIRA, 1997).

Nesse processo de transformação, o homem envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim, acumula experiências e, em decorrência destas, ele produz conhecimentos. Sua ação é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não-materiais que são apropriados de diferentes formas pelo homem, conforme Saviani (1992): “o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la pelo trabalho”. Considerando o homem um ser social, ele atua e interfere na sociedade, se encontra com o outro nas relações familiares, comunitárias, produtivas e também na organização política, garantindo assim sua participação ativa criativa nas diversas esferas da sociedade. O homem, como sujeito de sua história, segundo Santoro “... é aquele que na sua convivência coletiva compreende suas condições existenciais transcende-as e reorganiza-as, superando a condição de objeto, caminhando na direção de sua emancipação participante da história coletiva”. Partindo do pressuposto de que o homem constitui-se um ser histórico, faz-se

necessário compreendê-lo em suas relações inerentes à natureza humana. O homem é, antes de tudo, um ser de vontade, um ser que se pronuncia sobre a realidade, entretanto, ele homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica no trabalho educativo. Assim, o homem só se faz homem pela educação. (SAVIANI, 1995)

7.6 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

Quando se questiona o próprio sentido da escola, a sua função social é a natureza do trabalho educativo, enquanto docentes, aparecemos sem iniciativa, “arredados ou deslocados pela força arroladora dos fatos, pela vertiginosa sucessão de acontecimentos que tornam obsoletos os conteúdos e as práticas educativas” (PÉRES GÓMES, 1998). E para que isso não aconteça precisamos entender em que tipo de sociedade estamos inseridos.

A sociedade é medidora do saber e da educação presente no trabalho concreto dos homens, que criam novas possibilidades de cultura e de agir social a partir das contradições geridas pelo processo de transformação da base econômica.

Segundo Demerval Saviani (1995), o entendimento do modo como funciona a sociedade não pode se limitar às aparências. É necessário compreender as leis que regem o desenvolvimento da sociedade. Obviamente que não se trata aqui de leis naturais, mas sim de leis históricas, ou seja, de leis que se constituem historicamente.

A sociedade democrática pressupõe uma possibilidade de participação do conjunto dos membros da sociedade em todos os processos decisórios que dizem respeito à sua vida (em casa, na escola, no bairro, etc.).

A busca de uma democracia substantiva, participante, regida por princípios éticos de liberdade e igualdade social, continua sendo um horizonte histórico, em suma, nossa utopia para a humanidade. E, cabe a nós educadores dar a nossa contribuição para a concretização desta utopia, preparando nossos educandos para uma participação ativa em sua vida de cidadão, pois esta é uma missão de caráter fundamental para a educação, pois os princípios democráticos se expandirem pelo mundo.

7.7 CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA

Criou-se uma redoma falaciosa em torno do verdadeiro propósito e natureza da tecnologia. Segundo Noble(1984):

“Esta é vista na sociedade como um processo autônomo; algo constituído e visto à margem de tudo como se tivesse vida própria, independente das intenções sociais, poder e privilégio. Examinamos a tecnologia como se fosse algo que mudasse constantemente, e que constantemente provocasse alterações profundas na vida das escolas. De certo que isto é parcialmente verdade. No entanto, se nos debruçarmos sobre o que tem vindo a mudar podemos incorrer no erro de não questionar quais as relações que permanecem inalteradas. Dentre estas, as mais importantes são as desigualdades econômicas e culturais que dominam a nossa sociedade”.

A tecnologia tem um impacto significativo não só na produção de bens e serviços, mas também no conjunto das relações sociais e nos padrões culturais vigentes.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 ao propor a formação tecnológica como eixo do currículo assume, segundo Kuerger (2000), a concepção que a aponta como a síntese entre o conhecimento geral e o específico, determinando novas formas de selecionar, organizar e tratar metodologicamente os conteúdos. A tecnologia deve ser entendida como uma ferramenta sofisticada e alternativa no contexto educacional, pois a mesma pode contribuir para o aumento das desigualdades ou para a inserção social se vista como uma forma de estabelecer mediações entre o aluno e o conhecimento em todas as áreas.

“Urge, pois, continuar a lutar pela escolarização como um bem público contra a domesticação política que tem inflamado o debate educativo contribuindo para que a educação em geral e o currículo, em particular, se constitua numa efetiva base para os que mais desfavorecidos tenham, tomem e transformem a própria concepção de poder” (PARASKEVA, 2001).

Assim, fica claro, que ter no currículo uma concepção de educação tecnológica não será suficiente para o acesso de todos às tecnologias, isso não será possível sem que haja uma vontade e ação política que possibilite investimento para que

esse recurso tecnológico (elementares e sofisticados) exista e possa ser ferramenta que contribua para o desenvolvimento do pensar, sendo um meio de estabelecer relações entre o conhecimento científico, tecnológico e sócio-histórico, possibilitando articular ação, teoria e prática.

7.8 CONCEPÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em um país com tantas disparidades sociais as instituições de Ensino Fundamental, Médio e Superior têm a obrigação moral de rever o seu papel de inferência na sociedade que de alguma forma constituem a sua região de abrangência. Qualquer instituição tem a obrigação hoje de participar das ações que permitam atender as necessidades de transformação social, a intervenção responsável e a participação solidária.

Pensar em um país justo socialmente, um país como o Brasil de dimensões territoriais tão grandes implica no desenvolvimento de políticas públicas, mas também exige a participação de toda a sociedade. Não se pode pensar em mudar o país sem pensar em primeiro lugar em mudar aqueles que estão próximos a nós.

Pensando assim e tendo a certeza de que o sistema educativo e em especial a escola é que oferecem as melhores oportunidades e talvez a única esperança em promover a integração e a igualdade social, o Colégio Guairacá participa dos projetos de responsabilidade social já desenvolvidos, pela Faculdade Guairacá e oferta anualmente um Concurso de Bolsas de Estudos, com vagas disponíveis apenas para alunos provenientes de escolas públicas, no Ensino Fundamental e Médio, assim como já acontece no Ensino Superior. E, para o ano letivo de 2016, o Colégio pretende implementar um Projeto de Extensão próprio, com cunho de responsabilidade social, nas entidades municipais, em parceria com o corpo docente, oportunizando aos alunos a vivência de diferentes realidades.

7.9 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Uma escola comprometida com a Educação Ambiental está muito próxima do que Gadotti (2003) chama de “escola única popular”, que não deverá ser confundida com uma escola uniformizada, formando cabeças em série; mas deverá ser o local

de um sadio pluralismo de ideias, uma escola moderna, uma escola alegre, competente, científica, séria, democrática, crítica e comprometida com a mudança, uma escola mobilizadora, centro irradiador da cultura popular, à disposição de toda a comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la.

Neste contexto, o grande desafio do professor quanto à temática ambiental quando a escola esta enserida no campo é possibilitar ao aluno desenvolver habilidades necessárias para a compreensão do papel do homem na natureza, pois somente assim o aluno poderá se reconhecer como organismo e, portanto, sujeito aos mesmos processos e fenômenos que os demais. Ele também deve se reconhecer como “[...] agente capaz de modificar ativamente o processo evolutivo, alterando a biodiversidade e as relações estabelecidas entre os organismos” (BRASIL, 2006, p.20).

O objetivo da Educação Ambiental na escola é estimular um processo de reflexão e tomada de consciência dos aspectos sociais que envolvem as questões ambientais emergentes, para que se desenvolva uma compreensão abrangente por parte dos educandos. No entanto, o desafio maior que se impõe à escola, hoje, é o de formular uma Educação Ambiental que seja ao mesmo tempo crítica e inovadora. Dessa forma, o Colégio Guairacá propõe-se a discutir acerca das questões ambientais locais e mundiais, numa perspectiva crítica, sócio-histórica, geográfica, política, econômica, cultural e pedagógica, articulando-as de forma que possa oferecer expressiva fundamentação teórico-metodológica a seus alunos, para que possam intervir e melhorar seu meio ambiente.

7.10 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira".

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil,

a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

A Lei 10639/03 das Diretrizes Curriculares Nacionais, a Deliberação Estadual 04/06, diz que em seu artigo 2º que: O Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino deverá garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemple, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica.

Os livros didáticos ainda estão repletos de estereótipos. O negro aparece como primitivo, como povo escravizado, como vítima de artigos terríveis, como coitado, miserável e quando rebeldes, são tratados como os derrotados. Que criança negra sentirá orgulho de sua A Lei 10639/03 das Diretrizes Curriculares Nacionais, a Deliberação Estadual 04/06, diz que em seu artigo 2º que: O Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino deverá garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemple, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica.

Os livros didáticos ainda estão repletos de estereótipos. O negro aparece como primitivo, como povo escravizado, como vítima de artigos terríveis, como coitado, miserável e quando rebeldes, são tratados como os derrotados. Que criança negra sentirá orgulho de sua etnia. O professor sendo um agente de educação, um agente transformador, deve propiciar que as políticas públicas se evidenciem nas relações interpessoais no cotidiano da escola.

A temática racial deve estar presente em todas as disciplinas. Eis alguns exemplos de intersecção das diversas disciplinas com a temática das relações raciais.

Em Língua Portuguesa e Literatura, é possível ler e analisar textos, localizando

visões estereotipadas sobre os diferentes grupos étnico-raciais. Analisar criticamente essas visões, apresentando uma nova perspectiva. Pode-se estudar peculiaridades das línguas, identificando a influência de diferentes matrizes linguísticas na língua portuguesa falada e escrita no Brasil; redigir textos a partir da análise de dados sobre relações raciais e desigualdades, preferencialmente depois de debates; trabalhar com diferentes gêneros de texto que abordem o tema das relações raciais ou do escravismo; comparar textos literários, por exemplo, poemas de Castro Alves e Raul Bopp com textos históricos; a partir das discussões, textos para poesias, rap, histórias em quadrinhos, charges, cartazes, folhetos, etc. Em Biologia e Ciências é possível contemplar estudos sobre as teorias antropológicas; desmistificação das teorias racistas, destituindo de significado a pseudosuperioridade racial; estudos das características biológicas (biotipo) dos diversos povos; contribuições dos povos africanos e de seus descendentes para os avanços da Ciência e Tecnologia; análise e reflexões sobre o panorama da saúde dos africanos, in loco. Essa análise deve considerar os aspectos políticos, econômicos, ambientais, culturais e sociais intrínsecos à referida situação. O professor pode abordar conflitos entre epidemias/ endemias e o atendimento à saúde, entre as doenças e as condições de higiene proporcionadas à população, bem como o índice de desenvolvimento humano (IDH).

– Em Educação Física, é possível realizar atividades lúdicas que envolvam o corpo e propiciem o conhecimento de outras culturas. A capoeira, assim como outras atividades corporais estéticas e esportivas, não deve ser apresentada como simples atividade física, mas sim como expressão de uma cultura, de uma ancestralidade. É importante valorizar o estudo e a realização de danças regionais brasileiras: danças de roda, de pares folguedos, etc.; pode-se pesquisar a história dos jogos, das danças e das lutas, oriundas de diferentes grupos racial-étnicos, em diferentes regiões do país, refletindo sobre a comunicação corporal.

Em Língua Estrangeira, pode-se reconhecer no cotidiano a presença da língua e da cultura estudada. Identificar a imposição da língua estrangeira no processo histórico de colonização e nos dias atuais, considerando, porém, que a língua estrangeira também favorece a interação, o entendimento e a compreensão entre povos.

– Em Matemática, por exemplo, pode-se abordar, no âmbito de certas informações representadas, dados estatísticos, tabelas e gráficos – os conteúdos

acerca dos grupos étnicos e as relações raciais no Brasil.

- Em Geografia, caberá ao professor tratar sobre os seguintes temas: a população brasileira: miscigenação de povos; a distribuição espacial da população afrodescendente no Brasil; a contribuição do negro na construção da nação brasileira; o movimento do povo africano no tempo e no espaço; questões relativas ao trabalho e renda; a colonização da África pelos europeus; a origem dos grupos étnicos que foram trazidos para o Brasil (a rota da escravidão); a política de imigração e a teoria do embranquecimento no mundo; localização no mapa e pesquisar sobre a atualidade de alguns países (como vivem, população, idioma, economia, cultura, história, música, religião); estudo da organização especial das aldeias africanas (questões urbanísticas); estudo de como o continente africano se configurou espacialmente: as (re)dimensões territoriais; análise de dados do IBGE sobre a composição da população brasileira por cor, renda e escolaridade no país e no município em uma perspectiva geográfica; discussões a respeito de práticas de segregação racial, como as acontecidas, por exemplo na África do Sul, e nos Estados Unidos da América.

- Em Arte poderá ser destacado a presença de elementos rituais das culturas matriz africana nas manifestações populares brasileiras: puxada de rede, macululê, capoeira, congada, maracatu, tambor de crioulo, samba de roda, umbigada, carimbó, coco etc. Danças de natureza: religiosa- candomblé; lúdica – brincadeira de roda; funerária – axexê; guerreira – congada; dramática – maracatú; profana – jongo. A contribuição artística da cultura africana na formação da Música Popular Brasileira: origem do batuque, do lundu e do samba, entre outros; a poética musical envolvendo a temática do negro; os cantores e compositores negros; a cultura africana e afrobrasileira e as artes plásticas: máscaras, esculturas, ornamentos, tapeçaria, pintura corporal, estamparia. As sugestões devem ultrapassar a condição de conteúdos, para que possam ser analisados e recontextualizados pela ótica das artes serem avaliadas esteticamente por meio dos elementos do movimento, do som, dos elementos plásticos: da dor, da forma, etc.

- Em História, é importante o professor construir um novo olhar sobre a história nacional, regional e local ressaltando as contribuições dos africanos e afrodescendentes na constituição

- na nação brasileira. Assim sendo, sugere-se para esta disciplina o estudo dos grandes reinos africano, as organizações culturais, políticas e sociais de Mali, do

Congo, do Zimbábwe, do Egito entre outros: dos povos escravizados trazidos para o Brasil pelo tráfico negro e as consequências da Diáspora Africana, das resistências, quilombos, revolta dos Malês, Canudos, Revolta da Chibata e as negociações e conflitos, promulgação da Lei de Terras e do fim do tráfico negro (1856) e o impacto das ideologias de branqueamento; Frente negra brasileira no início dos anos 1930.

7.11 CONCEPÇÃO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

A Sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural, precisa ser discutida na escola – espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo. O trabalho educativo com a Sexualidade, por meio dos conteúdos elencados nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica, deve considerar os referenciais de gênero, diversidade sexual, classe e raça/etnia.

Por que compreender e discutir gênero e diversidade sexual na escola? Por vir a ser um desafio da contemporaneidade e uma demanda socioeducacional.

O que vem a ser a Identidade de Gênero:

Expressão utilizada primeiramente no campo médico-psiquiátrico para designar os “transtornos de identidade de gênero”, isto é, o desconforto persistente criado pela divergência entre o sexo atribuído ao corpo e a identificação subjetiva com o sexo oposto. Entretanto, atualmente, a identidade de gênero corresponde à experiência de cada um, que pode ou não corresponder ao sexo do nascimento. Podemos dizer que a identidade de gênero é a maneira como alguém se sente e se apresenta para si ou para os outros na condição de homem ou de mulher, ou de ambos, sem que isso tenha necessariamente uma relação direta com o sexo biológico. É composta e definida por relações sociais e moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (DCE- GÊNERO E DIVERSIDADE/SEED,2010).

É preciso que os professores se instrumentalizem para compreenderem, enfrentarem e discutirem com os alunos as diferentes formas de discriminação e exclusão social presentes em nossa sociedade.

7.12 CONCEPÇÃO DE ESCOLA

Atualmente a escola tem passado por expressivas transformações de caráter social, político e econômico, assim a Proposta Pedagógica do Centro Educacional Antonio Rodrigues, fundamenta-se nos princípios metodológicos de uma educação contextualizada, interdisciplinar e multidisciplinar, com um currículo integrado que compreenda o aluno em sua totalidade, seu desenvolvimento afetivo, emocional, físico e cognitivo.

O Centro Educacional Antonio Rodrigues acredita em uma escola que desmistifica a verdade única e imutável, consolidando o conhecimento científico por meio da relação teoria/prática e através do pensamento crítico. Sendo a Escola um espaço privilegiado para o desenvolvimento das relações sociais, e é nesse ambiente que a criança e o jovem interagem com grupos de sua idade, criam vínculos e laços de convivência, além de desenvolverem habilidades e competências para aprimorar seu processo de aprendizagem.

Para tanto, almejamos uma escola aberta à diversidade, preocupada com a formação integral de nossos alunos, capaz de formar cidadãos responsáveis e conscientes de seus deveres para com a sociedade, que valorize o crescimento humano e estudantil, priorizando sua autoestima e que mantenha uma parceria ativa com a comunidade em prol da qualidade do ensino.

7.13 CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR

A educação brasileira tem dedicado muita atenção sobre a gestão do ensino que, como um conceito novo, supera o enfoque limitado de administração. A partir do entendimento de que os problemas educacionais são complexos, em vista do que demandam visão global e abrangente, assim como ação articulada, dinâmica e participativa.

A gestão da escola se traduz cotidianamente como um “ato político”, que implica a tomada de decisão dos atores sociais. Sua construção não pode ser individual e sim coletiva,

partilhada (BRASIL, 2005e). Essa dinâmica se efetiva como processo de

aprendizagem político fundamental para a construção de uma cultura de participação e, conseqüentemente, uma escola mais democrática.

Assim, conforme Luck (2006), essa articulação no sentido de rever a concepção de educação, de escola, e da relação escola e sociedade, tem exigido um esforço especial de gestão, na organização dos processos socioeducacionais, nos talentos e energia humana, com vistas à promoção de experiências de formação dos alunos, para que possam ser críticos e participativos na sociedade.

7.14 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O **Cento Educacional Antônio Rodrigues** tem como proposta ser uma escola inclusiva. Partindo do pressuposto de que a educação é para todos, busca-se reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo escolar e a garantia igualdade de condições de acesso e permanência do aluno na escola conforme a **Resolução Nº 002**, de 4 de agosto de 2023 em anexo. Acredita-se, para tanto, que os sujeitos podem aprender juntos, embora com objetivos e processos diferentes, tendo em vista uma educação de qualidade. Conforme CARVALHO (2000, p. 17):

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva:

A partir deste referencial, estrutura-se a oferta da chamada Educação Especial, em um “tripé”, ou seja, alicerça-se em três pilares: A construção de um arcabouço político para regulamentar esta modalidade; A institucionalização de políticas de financiamento para subsidiar a oferta de recursos e serviços para tais atendimentos; E orientações específicas para que haja avanços nas práticas pedagógicas inclusivas.

Numa perspectiva de construção de políticas públicas, práticas pedagógicas com o foco principal no direito de todos à educação e a educação para todos. Assim que reza a nossa Carta Magna;

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

I- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

II-pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
(BRASIL, 1988)

Para isso, é importante que todo documento baseado neste contexto venha como princípio pensar na Declaração de Salamanca, que é um documento central para a construção de proposta de educação especial que temos no nosso país.

A Declaração de Salamanca não é exclusivamente para os alunos de Educação Especial Inclusiva, mas traça ideias e conquistas de todos os sujeitos que de alguma forma

passam por evidências que necessitam de inclusão, mas em percussões teóricas e necessários que venham enfraquecer sistemas de ensino que direcionam a concretização de práticas de exclusões que evidenciam grupos consideravelmente padrões, homogeneizadores de ensinamentos inseridos nos processos de escolarização.

A Educação Especial, nesse caso, não é um conceito de sinônimo de Educação Inclusiva. A Educação Especial está inserida na Educação Inclusiva... Então, o que se entende sobre educação especial? Ela é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente, na rede de Ensino Regular (LDB), bem como afirma a Constituição Federal de 1988 com, “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência”. Realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem. Para entendermos mais este conceito vale destacar a lei nº 9394/96 Art. 58 e 59, ressaltando a importância do professor especializado em nível médio ou superior, trazendo bons resultados e melhorias para o ensino voltado a educação especial inclusiva, através de recursos como: currículos; métodos e técnicas, para uma organização eficaz de ensino, proporcionando uma educação especial que esteja disposta a inserir pessoas no mercado de trabalho, para a sua participação justa no meio social. Além de formar um ensinamento com

acesso igualitário dos benefícios dos programas sociais para com todos das escolas regulares.

A Educação Especial atende um público alvo que são os alunos que são diagnosticados como: pessoas com deficiência com impedimentos, sejam eles, físicos, mentais ou sensoriais de longo prazo. E apresentam fatores que, segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), impedem a sua plena participação na sociedade em igualdade de oportunidade com as demais pessoas; transtornos globais de desenvolvimentos, que caracterizam como aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais e na comunicação, incluindo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil; e, altas habilidades ou superdotação, pessoas que demonstram potenciais elevados em quaisquer áreas, sejam elas intelectuais, acadêmicas, liderança, psicomotricidade e artes, como também, pessoas que apresentam grandes criatividade e potenciais em aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

De acordo o capítulo 5, da LDB, no que se refere ao atendimento educacional especializado (AEE), tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades especiais. Para a atuação deste serviço, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Quem executa o plano de execução para alunos com necessidades são os professores que atuam na sala de recursos. O professor regente coloca em ação os planos e tem que estar em constante parceria com o professor do AEE, sendo este atendimento utilizado em momentos durante a semana. Para reforçar o profissional deve realizar um diálogo para que possa haver resultados significativos, tornando-se este trabalho do atendimento educacional especializado uma ferramenta dentro do PPP das escolas, havendo benefícios satisfatórios para uma educação inclusiva qualificada, voltada aos estudantes e educadores.

De acordo com as Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, os alunos tem que estar matriculados nas classes comuns do ensino regular; o AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra

escola de ensino regular; a elaboração do plano de AEE é de competência dos professores que atuam na sala de recursos; e o projeto pedagógico deve institucionalizar a oferta do AEE. Prevê também, cronograma de atendimento; plano para identificar as necessidades especificadas de cada aluno; organização, como salade recursos, espaços físicos, imobiliários, recursos pedagógicos, equipamentos que facilite o processo e a acessibilidade; planos de recursos necessários e atividades a serem desenvolvidas. Diversos fatores que venham reforçar o direito estabelecido pela Constituição Federal, art. 205, que, define a educação como um direito de todos que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a “igualdade de condição de acesso e permanência na escola” como um princípio.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, art. 2, Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

A inclusão na área educacional de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica envolve recursos e serviços educacionais especiais, não

apenas se limitando a colocar o aluno com necessidades educacionais especiais em uma sala junto com os estudantes que não apresentam essas necessidades, a escola deve firmar seu compromisso com a educação oferecendo a todos os alunos educação de qualidade, colocar-se à disposição do aluno. A ação pedagógica escolar deve atender a diversidade de diferentes formas: no âmbito político, deve garantir o direito à matriculado aluno com necessidades especiais em classes comuns, prover recursos pedagógicos orientada na política de inclusão no que se refere à capacitação de recursos humanos para atender as necessidades dos estudantes; no âmbito técnico-científico, a formação do corpo docente, assim como o desenvolvimento de trabalho em grupo para atender a diversidade de forma inclusiva; no âmbito pedagógico, em qualquer momento da vida os alunos podem apresentar necessidades educacionais e os professores conhecem diferentes maneiras para trabalhar com esses alunos. No entanto, há necessidades educacionais que requerem recursos e

apoio de maneira mais especializado, são as denominadas Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

O foco nesses alunos vai além da deficiência do aluno, envolve também o ensino e a escola. Para que o aluno tenha acesso ao currículo, a escola deverá realizar uma avaliação pedagógica dos alunos com necessidades educacionais especiais. Nessa avaliação as considerações devem ser feitas de forma individual, deve levar em consideração as condições da escola e a prática do professor, para identificar as necessidades educacionais especiais bem como as potencialidades, deverá ser formada na escola uma equipe envolvendo todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez identificado que os recursos não são suficientes, deve-se procurar uma equipe multiprofissional.

Os alunos que necessitarem de atenção individual podem ser atendidos em núcleos, sejam eles públicos ou privados, quando houver necessidade, por meio de parcerias com serviços da área da Saúde, Assistência Social e Trabalho, com o objetivo de garantir o desenvolvimento integral do aluno. No âmbito administrativo, no processo de construção de educação inclusiva, é necessário o funcionamento no que se referem os recursos humanos, materiais e financeiros.

A inclusão na escola é muito mais do que a partilha do mesmo espaço físico, ela deve também proporcionar aos alunos um espaço de interação, gerando oportunidades para que ocorram aprendizados significativos. E para isso, temos que entender que a diferença não é empecilho para aprender, e que todas as pessoas podem ajudar uma às outras (SILVA, 2011).

Nessa perspectiva, os benefícios de uma educação inclusiva, podem contribuir também para os estudantes sem necessidades especiais. Pois o processo de inclusão permite fornecer aos demais alunos, benefícios acadêmicos, sociais e psicológicos, visto que os mesmos poderão adquirir uma nova visão de mundo com essa troca de saberes.

Porém, de acordo com Mantoan (2003), desenvolver ações educacionais voltadas para a inclusão pode não ser uma tarefa tão fácil. Pois, muitos professores relatam que não estão preparados para essa nova modalidade de ensino, o que pode abalar

sua identidade profissional em uma dada estrutura ou sistema de ensino, gerando conflitos contra a sua experiência, e os esforços que fizeram para adquiri-las.

Portanto, o processo de inclusão vai muito além dos muros da escola, é uma ampliação da circulação social, gerando uma construção cotidiana de uma sociedade que ofereça múltiplas oportunidades a todos os indivíduos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças (PAULON, 2005).

A educação inclusiva tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela almeja garantir a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

Quando falamos em projetos voltados a inclusão, principalmente em uma realidade local, é preciso um pouco mais de reflexão, pois é muito difícil trabalhar com Educação Especial na prática. A princípio entendemos que o professor pode fazer um trabalho lindo com um aluno especial, mas se ele não envolver toda a turma, esse trabalho pode não ter tanta eficácia. Sendo assim, percebemos que é necessário mais profissional para acompanhar os professores e também desenvolver mais atividades para o atendimento a esses estudantes. São muitos alunos a serem atendidos e apenas um educador em sala de aula não consegue atender a demanda. Vale ressaltar também que Inclusão é um trabalho de equipe, apenas o acompanhamento com o psicólogo não resolve, assim como atividades rotineiras sem levar em consideração a especificidade do aluno

também não é relevante. É preciso entender que nem todo aluno com necessidade especial terá o mesmo comportamento. Duas pessoas podem ter o mesmo diagnóstico mas isso não significa que uma atividade que dá certo para um, dará certo para o outro também.

Para fazer a inclusão de verdade e, garantir a aprendizagem de todos os alunos, é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Como esse enfoque temos procurado pensar no especial da educação, parecendo-nos mais recomendável do que atribuir essa característica ao alunado.

A inclusão de alunos/as com necessidades educacionais especiais implica redimensionamento curricular dos processos de ensino-aprendizagem, bem como do acesso aos diferentes espaços físicos da Instituição. Segundo Werneck (1999, p. 12-13),

Partindo da premissa de que quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas, mais ela adquire o genuíno conhecimento, fica fácil entender porque a segregação não é prejudicial apenas para o aluno com deficiência. A segregação prejudica a todos, porque impede que as crianças das escolas regulares tenham oportunidade de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios. Sem bons desafios, como evoluir.

Dessa forma, a Escola busca organizar a prática pedagógica, possibilitando a personalização do ensino de acordo com as particularidades de todos os alunos. Pressupõe, sobretudo um trabalho de planejamento centrado-se no contexto do grupo, atendendo não só os alunos com necessidades educativas especiais, mas também as eventuais especificidades dos demais alunos, contribuindo, dessa forma, com o processo de inclusão escolar. As adaptações curriculares, tanto no que se refere às adaptações dos objetivos, dos métodos, como também da avaliação, ocorrem como uma das formas mais específicas de contemplar as necessidades individuais do aluno.

Além disso, entende-se que as discussões a respeito da inclusão devem ser ampliadas e estendidas a toda comunidade escolar, para que haja o entendimento e respeito às diferenças, já que somos todos diferentes com um jeito próprio de pensar e agir. Assim, “[...] é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.” (SANTOS apud MONTAÑO, 2003, p.34).

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. A Educação Inclusiva atenta à diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender às necessidades educacionais especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

A Escola respeita os princípios de igualdade e equidade, promovendo o fortalecimento da escola inclusiva, e entende que a educação especial integra a educação regular e permeia por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. A escola está voltada à promoção de uma educação para todos, nesse contexto ela:

1. Efetua a distribuição ponderada dos alunos público-alvo da educação especial pelas várias classes da fase escolar em que forem classificados, buscando a adequação entre idade e série/ano (ano da escolarização);
2. Promove o estabelecimento de parcerias e redes de apoio para auxiliar os alunos com deficiência;
3. Procura garantir, no âmbito de sua governabilidade, a presença de intérpretes da Libras, guias intérpretes e cuidadores, monitores, sempre que necessário;

Busca dar sustentabilidade ao processo escolar, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio com a participação da família e de outros agentes da comunidade no processo educativo; Atuar no sentido de uma prática pedagógica que seja acessível a todos, integrar a diferença, portanto, não se trata de somente diferenciar para um, mas, antes de tudo, de construir um cotidiano no qual as diferenças possam encontrar — eco. Equivocadamente algumas concepções reduzem a criança à sua deficiência e

à patologia, tornando invisível o sujeito e negando as demais características e habilidades.

Para fortalecer a inclusão e garantir que a Educação Especial seja efetiva em um ambiente escolar, é essencial compreender e aplicar a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015). Essa legislação, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece diretrizes cruciais para a promoção da acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência em diversas áreas da sociedade, incluindo a educação. Em seu artigo 28, a lei define o Plano Educacional Individualizado (PEI) como um recurso fundamental para garantir a adequação das práticas pedagógicas às necessidades específicas de cada aluno com deficiência. O PEI deve ser elaborado com a participação da equipe multidisciplinar, incluindo o próprio aluno e sua família, e visa assegurar que o plano de ensino seja ajustado para atender às particularidades e potencialidades do estudante, promovendo a sua plena participação e aprendizado.

1. O PEI não apenas estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento educacional do aluno, mas também busca a eliminação de barreiras e a promoção de um ambiente educacional inclusivo e adaptado às necessidades de cada indivíduo. A aplicação do PEI está alinhada com o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, conforme preconizado pela Constituição Federal e pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial. Assim, a Lei Brasileira de Inclusão reforça a importância de personalizar o ensino, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades ou habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, conforme os objetivos previstos na Resolução Nº 003 de 16 de maio de 2024 em anexo

7.15 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Na organização da ação pedagógica da Escola Municipal considera-se:

1. levar em consideração o projeto político-pedagógico como instrumento de organização e de gestão do trabalho educativo escolar que respeita o direito à igualdade e que contempla a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia;
2. garantir a identidade da escola do campo, de acordo com a Resolução CNE/CEB n. 1/2002:

Art. 2. Parágrafo Único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002)

3. garantir uma organização curricular escolar própria, que atenda às especificidades das realidades locais, podendo se organizar em grupos seriados ou não seriados, ou alternância, conforme os Artigos 23, 26 e 28 da LDB;
4. adequar o calendário escolar às fases do ciclo de produção e às condições climáticas de cada comunidade;
5. compreender os eixos temáticos na Educação do Campo – agricultura familiar; sistemas de produção e processos de trabalho no campo; economia solidária; desenvolvimento rural sustentável e solidário com enfoque territorial; agroecologia; identidade, cultura, gênero e etnia; entre outros que possam emergir do diálogo com a comunidade – como problemáticas centrais de pesquisas realizadas com a própria comunidade, construindo, assim, uma prática pedagógica dialógica;
6. estabelecer diálogo entre as áreas do conhecimento e os eixos temáticos da Educação do Campo, contemplando a diversidade e a realidade do campo,

servindo de referência para que as unidades temáticas dos componentes curriculares apresentadas na BNCC ressignifiquem os objetos de conhecimento, tornando-os mais significativos quanto mais próximos estiverem da realidade vivenciada nas comunidades do campo;

7. unir os saberes dos educandos com as diferentes áreas do conhecimento para possibilitar a vivência de novos saberes e o desencadeamento de ações coletivas, fortalecidas e facilitadas pelas metodologias e estratégias didáticas voltadas para o campo;

8. assegurar metodologias que sejam pertinentes à realidade do campo, em um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, assegurando a preservação da vida das futuras gerações;

9. considerar a avaliação como elemento constitutivo do processo de ensino e aprendizagem, com base na formação integral dos educandos, em suas múltiplas perspectivas – humana, social, política, cultural, ambiental, ética, estética e profissional –, e também como um processo diagnóstico, investigativo, formativo, sistemático, contínuo e participativo, de modo a possibilitar aos educandos uma formação emancipatória;

10. implementar o Regime de Colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cumprindo suas responsabilidades para o melhor funcionamento das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que

11. garantir uma organização curricular escolar própria, que atenda às especificidades das realidades locais, podendo se organizar em grupos seriados ou não seriados, ou alternância, conforme os Artigos 23, 26 e 28 da LDB;

12. adequar o calendário escolar às fases do ciclo de produção e às condições climáticas de cada comunidade;

13. compreender os eixos temáticos na Educação do Campo – agricultura familiar; sistemas de produção e processos de trabalho no campo; economia solidária; desenvolvimento rural sustentável e solidário com enfoque territorial; agroecologia; identidade, cultura, gênero e etnia; entre outros que possam emergir do diálogo com a comunidade – como problemáticas centrais de pesquisas realizadas com a própria comunidade, construindo, assim, uma prática pedagógica dialógica;

14. estabelecer diálogo entre as áreas do conhecimento e os eixos temáticos da

Educação do Campo, contemplando a diversidade e a realidade do campo, servindo de referência para que as unidades temáticas dos componentes curriculares apresentadas na BNCC ressignifiquem os objetos de conhecimento, tornando-os mais significativos quanto mais próximos estiverem da realidade vivenciada nas comunidades do campo;

15. unir os saberes dos educandos com as diferentes áreas do conhecimento para possibilitar a vivência de novos saberes e o desencadeamento de ações coletivas, fortalecidas e facilitadas pelas metodologias e estratégias didáticas voltadas para o campo;

16. assegurar metodologias que sejam pertinentes à realidade do campo, em um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, assegurando a preservação da vida das futuras gerações;

17. considerar a avaliação como elemento constitutivo do processo de ensino e aprendizagem, com base na formação integral dos educandos, em suas múltiplas perspectivas – humana, social, política, cultural, ambiental, ética, estética e profissional –, e também como um processo diagnóstico, investigativo, formativo, sistemático, contínuo e participativo, de modo a possibilitar aos educandos uma formação emancipatória;

18. implementar o Regime de Colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cumprindo suas responsabilidades para o melhor funcionamento das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que

19. garantir uma organização curricular escolar própria, que atenda às especificidades das realidades locais, podendo se organizar em grupos seriados ou não seriados, ou alternância, conforme os Artigos 23, 26 e 28 da LDB;

20. adequar o calendário escolar às fases do ciclo de produção e às condições climáticas de cada comunidade;

21. compreender os eixos temáticos na Educação do Campo – agricultura familiar; sistemas de produção e processos de trabalho no campo; economia solidária; desenvolvimento rural sustentável e solidário com enfoque territorial; agroecologia; identidade, cultura, gênero e etnia; entre outros que possam emergir do diálogo com a comunidade – como problemáticas centrais de pesquisas realizadas com a própria comunidade, construindo, assim, uma prática pedagógica dialógica;

22. estabelecer diálogo entre as áreas do conhecimento e os eixos temáticos da Educação do Campo, contemplando a diversidade e a realidade do campo, servindo de referência para que as unidades temáticas dos componentes curriculares apresentadas na BNCC ressignifiquem os objetos de conhecimento, tornando-os mais significativos quanto mais próximos estiverem da realidade vivenciada nas comunidades do campo;
 23. unir os saberes dos educandos com as diferentes áreas do conhecimento para possibilitar a vivência de novos saberes e o desencadeamento de ações coletivas, fortalecidas e facilitadas pelas metodologias e estratégias didáticas voltadas para o campo;
 24. assegurar metodologias que sejam pertinentes à realidade do campo, em um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, assegurando a preservação da vida das futuras gerações;
 25. considerar a avaliação como elemento constitutivo do processo de ensino e aprendizagem, com base na formação integral dos educandos, em suas múltiplas perspectivas – humana, social, política, cultural, ambiental, ética, estética e profissional –, e também como um processo diagnóstico, investigativo, formativo, sistemático, contínuo e participativo, de modo a possibilitar aos educandos uma formação emancipatória;
 26. implementar o Regime de Colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cumprindo suas responsabilidades para o melhor funcionamento das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, conforme Artigo 6º da Resolução CNE/CEB n. 1/2002 (BRASIL, 2002);
1. garantir que os professores das escolas do campo tenham condições dignas de trabalho;
 2. garantir que os professores das escolas do campo possuam formação necessária ao desenvolvimento adequado dos processos educativos próprios à realidade do campo, seja por meio de formação inicial, seja por meio de formação continuada.

A educação do campo deve estar vinculada a cultura e as necessidades humanas e sociais dos sujeitos sociais, considerando a dinâmica dos saberes da experiência e

o cotidiano dos povos do campo como referência para o trabalho pedagógico.

A escola caracteriza-se enquanto local de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade e local de produção de conhecimentos em relações que se dão entre o mundo da ciência e o mundo da vida cotidiana.

Nesse sentido, compete ao professor reorganizar sua prática educativa, aproximando-a da realidade dos sujeitos do campo com vistas a desenvolver no aluno o sentimento de pertencimento. As metodologias, bem como os conteúdos escolares devem ter significado para a comunidade escolar, definindo os quais conhecimentos locais e quais historicamente acumulados devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos e que possam contribuir para ampliação dos conhecimentos dos educandos.

É necessário discutir os conteúdos de forma a gerar indagações, tendo a investigação e os conhecimentos desses povos como ponto de partida para a seleção e desenvolvimento dos conteúdos escolares, valorizando as singularidades regionais e localizando as características nacionais.

É papel da escola realizar uma interpretação da realidade que considere as relações mediadas pelo trabalho no campo, como produção material e cultural da existência humana.

8 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES

São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as modalidades. Os temas integradores abarcam as diversas áreas de conhecimento que compõem o currículo da escola e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Compreendem aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta da formação sócio-política, ética e que considera e valoriza as diversas identidades culturais.

Devem ser vivenciadas e praticadas pelos estudantes nos diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticados no dia a dia dos educadores e educandos, em seus aspectos de vida como um todo.

São dez os temas integradores considerados pelo Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia:

- Educação em Direitos Humanos
- Educação para a Diversidade
- Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade
- Educação para as relações étnico-raciais
- Educação para o Trânsito
- Saúde na Escola
- Educação Ambiental
- Educação Financeira e para o Consumo
- Cultura Digital
- Educação Fiscal
- Educação alimentar e nutricional

8.1 NOSSAS COMPREENSÕES SOBRE CURRÍCULO

Sabemos que o currículo é uma palavra polissêmica que pode atribuir diferentes sentidos à prática pedagógica, podendo ir desde sua compreensão como o conjunto de disciplinas e/ou objetivos de aprendizagem escolar a qualquer ação dentro da escola, podendo ser equivocadamente sintetizado como “tudo que acontece na escola”. Para nós, no entanto, o currículo precisa ser discutido social e politicamente como um dispositivo formativo. Para Macedo, o currículo é compreendido como:

Um artefato socioeducacional que se configura nas ações de conceber/selecionar/produzir, organizar, institucionalizar, implementar/dinamizar saberes, conhecimentos, atividades, competências e valores visando uma ‘dada’ formação, configurada por processos e construções constituídos na relação com conhecimento eleito como educativo (grifos do autor) (MACEDO,2013, p.24-5).

Assim posto, o currículo está relacionado aos processos formativos dos sujeitos, mostrando-se em suas tessituras cotidianas. Está para além de um conjunto de componentes que

compõe a matriz curricular e não se esgota num ementário. O currículo como artefato possui em si um conjunto de elementos integrados e articulados para ampliar as possibilidades formativas no espaço escolar.

O Centro Educacional Antonio Rodrigues, compreende o valor dos saberes acumulados socialmente pelas diferentes culturas, entendendo que o currículo escolar no que tange aos referidos saberes, deve priorizar os “conteúdos essenciais” e organizar de forma sequenciadas em cada componente, de acordo a necessidades dos alunos, inferidas a partir das avaliações frequentes que se realizam na escola e das discussões dos grupos de planejamento

8.2 CONCEPÇÃO E PRÁTICA DA AVALIAÇÃO ESCOLAR.

A avaliação deve ser entendida como um processo contínuo da educação relacionada ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem. É preciso que a avaliação seja diagnóstica, processual e mediadora, envolvendo toda a comunidade escolar.

Nesta concepção:

Avaliar não é apenas medir, mas, sobretudo sustentar o desempenho positivo dos alunos (...) não se avalia para estigmatizar, castigar, discriminar, mas para garantir o direito à oportunidade. As dificuldades devem ser transformadas em desafios, os percalços em retomadas e revisões, as insuficiências em alerta. (DEMO, 2000, p. 97).

O caráter diagnóstico da avaliação assume a função de um processo abrangente, relacionado à aprendizagem do educando e concomitantemente a organização do ensino e as relações que se estabelecem em sala de aula. A avaliação processual constitui-se na análise e reflexão do programa de aprendizagem, das atividades curriculares, do desenvolvimento do educando, bem como da ação do professor.

A ação avaliativa mediadora permite aos educandos expressar e discutir os saberes, realizar tarefas diversificadas que auxiliam no diagnóstico das dificuldades e possíveis descobertas de soluções. Tais possibilidades de reflexão do processo ensino e aprendizagem utilizam os registros de avaliação como instrumento de acompanhamento dos alunos em seu processo de construção do conhecimento. Assim, a Escola propõe a avaliação como instrumento para acompanhar aprendizagem, permitindo ao professor diagnosticar o que o aluno aprendeu ou não, para aperfeiçoar as situações de aprendizagem propostas. Nesse sentido, assegura-se que os processos de construção de conhecimento estabeleçam relação com as características dos alunos e com a Educação Básica e Profissional propostas pelo espaço educativo. Em qualquer nível de ensino, a avaliação não existe e não opera por si mesma, pois deve estar articulada a um projeto ou um conceito teórico, assim é determinada pelas concepções que fundamentam a proposta de ensino.

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (CALDEIRA, 2000. p.122)

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem não é uma atividade neutra, pois é necessário compreender que há uma política e uma epistemologia que dão suporte a esse processo de ensinar e de aprender que acontece na prática pedagógica na qual a avaliação se inscreve. Esta é uma atividade intencional e planejada. O professor como avaliador desse processo, interpreta e atribui sentido e significado à avaliação escolar. Produz conhecimentos e representações sobre a avaliação e seu papel de avaliador, baseado em suas próprias concepções, vivências e conhecimentos. Assim, Sordi (2001) afirma que “uma avaliação espelha um juízo de valor, uma dada concepção de

mundo e de educação, e [...] revela quem é o educador quando interpreta os eventos da cena pedagógica.” (p.173).É indispensável, também, que, sistematicamente, a escola promova a avaliação dos processos tanto no âmbito institucional quanto educacional. Assim, é válido salientar a importância do compromisso coletivo de todos os segmentos da escola com o objetivo de promover ações que venham contribuir com a aprendizagem do aluno, com o currículo e com a prática pedagógica docente. A avaliação educacional está relacionada ao cumprimento das finalidades da escola. Compreende a análise quantitativa e qualitativa dos processos pedagógicos, dos cursos oferecidos, das condições disponíveis, relacionando-os às demandas educacionais. Essa avaliação está associada aos processos e ações da escola, indagando às práticas correspondentes à escola, ao currículo, à gestão proposta. Por isso, todos serão envolvidos, mediante estratégias adequadas a cada situação e a cada momento. Portanto, nas salas de aula e até nas práticas mais rotineiras, a avaliação deverá estar presente, de modo que seja um processo contínuo, reflexivo, individualizado e coletivo, múltiplo e participativo, com o objetivo de promover as mudanças necessárias ao alcance das metas e dos propósitos da Escola.

8.2.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo ensino e aprendizagem estão relacionadas ao processo de construção do conhecimento, pelo qual é possível redimensionar o planejamento e a prática pedagógica com o objetivo de elevar a qualidade da educação proposta. Nesse sentido, os critérios de avaliação devem ser discutidos, também, com os estudantes oportunizando a reflexão e propondo novas intervenções. Assim, é através da avaliação que a Escola percebe a necessidade de mudança da prática pedagógica, visto que a avaliação é uma das dimensões do processo ensino e aprendizagem que contribui na localização dos problemas e, conseqüentemente, na elevação da qualidade da aprendizagem. Contudo, a avaliação por si só, não transforma a qualidade da aprendizagem, é essencial que o professor utilize diferentes estratégias como forma de retomar os conteúdos, a fim de oportunizar a aprendizagem dos estudantes antes de propor novas estratégias de avaliação. Uma avaliação que tenha clareza no estabelecimento dos seus critérios favorece a transformação das práticas de ensino, abrindo mais espaço à pesquisa, aos projetos, à construção, à expressão, à criação, ao pensar e ao aprender a aprender. De acordo com o Regimento da Escola a

75

avaliação tem por objetivos:

- Diagnosticar a situação de aprendizagem do educando para estabelecer os objetivos que orientarão o planejamento da ação pedagógica.
- Verificar os avanços e dificuldades do educando no processo de apropriação, construção e criação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
- Fornecer aos educadores elementos para uma reflexão sobre o trabalho, tendo em vista a retroalimentação do planejamento e metodologias de ensino aplicadas em sala

de aula (o grifo é nosso).

- Possibilitar aos educandos tomarem consciência de seus avanços e dificuldades, visando o seu envolvimento no processo de aprendizagem;
- Embasar a tomada de decisão quanto à promoção dos educandos;
- Embasar as decisões do Conselho de Classe acerca da necessidade de Procedimentos paralelos ou intensivos de recuperação de aprendizagem, de Classificação ou

8.3 AS ETAPAS DE ENSINO:

EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS FUNDAMENTAIS ANOS INICIAIS E FINAIS

Educação Infantil A Educação Infantil, etapa primeira da Educação Básica, compreende a pré-escola (de 4 e 5 anos) e tem como finalidade, de acordo com a Lei nº 9.394/96, art. 29 (BRASIL, 2017) e a BNCC (BRASIL, 2019) , o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Entendemos a criança como uma pessoa de direitos, cujo trabalho pedagógico compromete-se com a formação humana cultural e historicamente situada. Para o Centro Educacional Antonio Rodrigues, deve estar premente na Educação Infantil um trabalho comprometido com as potencialidades formativas da criança, o que envolve compreender a infância em seus sentidos e significados. Não se trata, assim, de uma etapa preparatória para o Ensino Fundamental, mas, a busca incessante por uma prática que:

Parta das suas [das crianças] ontologias, das suas condições socioculturais concretas, compreendendo que o conhecimento do mundo envolve afeto, prazer, desprazer, fantasia, brincadeira, movimento, poesia, ciências, artes, linguagem, música, matemática etc (MACEDO In: MACEDO; AZEVEDO, 2013, p. 52).

Com essa compreensão em tela, salientamos nosso entendimento, a partir da BNCC (2019), da fala de Macedo como áreas do conhecimento e não como componentes curriculares, mas na condição de campos de experiências, e também afirmamos a Educação Infantil em sua multirreferencialidade, comprometida com a formação da criança plenamente, inclusive o momento recreativo, entendido como parte do trabalho docente focado na formação plena, quando no exercício da educação presencial, é planejado atenciosamente e acompanhado pelos docentes.

Educação Infantil / Pré-escola

O organizador curricular e a contextualização da parte diversificada através dos temas integradores acrescidos dos aspectos regionais locais

Para orientar as unidades de Educação Infantil a planejar seu cotidiano, as Diretrizes apontam um conjunto de princípios defendidos pelos diversos segmentos ouvidos no processo de sua elaboração e que devem orientar o trabalho nas instituições de Educação Infantil. Dada sua importância na consolidação de práticas pedagógicas que atendam aos objetivos gerais da área, eles serão aqui apresentados em detalhes:

Princípios éticos - valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Princípios políticos - garantia dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Princípios estéticos - valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Para apontar formas de operacionalização destes princípios, o texto do Parecer das Diretrizes remete à adoção de uma série de medidas voltadas a garantir certos objetivos e certa metodologia no trabalho didático. Vejamos:

Princípios éticos - cabe às instituições de Educação Infantil, de acordo com os princípios éticos: - assegurar às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades ao participar das práticas educativas; - valorizar suas produções, individuais e coletivas; - apoiar a conquista pelas crianças de autonomia na escolha de brincadeiras e de atividades e para a realização de cuidados pessoais diários; - proporcionar às crianças oportunidades para:

- ampliar as possibilidades de aprendizado e de compreensão de mundo e de si próprias trazidas por diferentes tradições culturais;
- construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças, combatendo preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem como pessoas;
- aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais;
- adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a

integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente;

- respeitar todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.

8.4 DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Os processos educacionais devem ser organizados conforme o crescimento das crianças, propondo conhecimentos e desafios que se enquadrem à sua faixa etária. É exatamente isso que os seis direitos da aprendizagem na educação infantil trazem para as instituições de ensino.

- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.
- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas (BRASIL, 2017, p.36).
- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL, 2017, p. 36).
- **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais,

corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras,

emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2017, p. 36).

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil são os pilares para uma formação saudável, que coloca o aluno como protagonista do seu processo de aprendizagem. A aplicação dessas iniciativas colabora para processos educacionais que promovem o desenvolvimento intelectual, cognitivo, motor e emocional, de uma maneira humanizada e acolhedora, visando a participação de todos os discentes, independentemente de quais sejam as suas condições.

8.5 CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Os Campos de Experiências tiveram origem nas DCNEI (2010), como experiências que devem ser oferecidas de modo planejado, intencional e fundamentado pelo professor para a jornada de aprendizagem da criança.
- Os Campos de Experiências se opõem a qualquer lógica que se aproxime dos componentes curriculares, da compartimentação ou campos de conhecimentos. Ao contrário, os Campos de Experiências buscam a relação e correspondência aos direitos de aprendizagens e as concepções de crianças. Cabe destacar que os Campos de Experiências devem estar incorporados em todos os momentos e experiências de aprendizagem propostas durante o período em que a criança está na escola, ou seja, não devem estar reduzidos a situações específicas. Nesta lógica, sob o viés dos Campos de Experiência, o planejamento, a criação de estratégias e a organização do espaço educativo devem estar articulados de maneira a instigar e provocar a criança a explorar tais contextos e propostas.
- Deste modo, é a criança que vive a experiência, que tem e experimenta múltiplas linguagens, que traz as práticas sociais que viveu, que interage com os objetos de conhecimento, que segue subjetivando, significando e tendo acesso ao conhecimento social e historicamente produzido. Por fim, experiências como brincar, conviver, conhecer, expressar, explorar e participar, constituem-se como aprendizagem.

- Os Campos de Experiências a serem trabalhados na Educação Infantil são:
- **O EU, O OUTRO, O NÓS** - Na infância, a construção dos processos identitários, realizada por meio de inúmeras formas de observação e de indagações que envolvem as pessoas, eventos, tradições familiares, culturas onde as crianças estão inseridas desde os seus primeiros dias de vida, efetivas comparações, assim como processos de inclusão e exclusão. As Crianças constroem seus processos identitários convivendo e dialogando consigo e com os outros. Experimentam estados de humor e, com isso, aprendem a expressá-los, em busca de apoio, cuidado, proteção e interação qualificada. É aqui que muitos dos seus direitos deverão ser exercidos, tendo como guardiões o Estado e a família, entre outras instituições educacionais, meios pelos quais também aprendem sobre seus deveres. Da perspectiva da infância, esta é a condição de uma passagem evolutiva, importante, na superação gradual do seu egocentrismo, entrando em cena, com importantes aprendizagens sociais. É aí que a escola tem um papel social fulcral no processo de ampliação dos processos de socialização e, portanto, de ampliação, também, do processo identitário da criança. É aí, também, que acontece uma diferenciação significativa da qualificação da convivência, a partir de valores vinculados à solidariedade, à reciprocidade e ao respeito dos direitos e deveres de si próprio e dos outros. O outro começa a surgir como fonte de possibilidades e limites, assim como valores democráticos importantes a serem exercidos pela cidadania.
- **CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS** - As crianças jogam com o próprio corpo, comunicam-se e exprimem-se com a mímica. As experiências motoras permitem integrar as diferentes linguagens. Jogos que impliquem a psicomotricidade fina e ampla constroem aprendizagens importantes, assim como satisfação e saúde. Nesses termos, é de suma importância que uma arquitetura de prédios para Educação Infantil tenha consciência da importância do planejamento dos espaços para que a especificidade pedagógica da Educação Infantil tenha lugar.
- **TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS** - As crianças se encontram nas Artes com uma facilidade, a Arte implica emoções, imaginação, sensibilidade e autoria artística. Arte e diferença são entrecimentos que criam singularidades incessantes, ao mesmo tempo em que elaboram experiências formacionais, singularizantes, porque vivem da e na criação. A experimentação de materiais e linguagens como a música, a dramatização, os sons, elaborações gráfico-pictóricas, bem como a criação e experimentação de mídias, implicam atitudes de pesquisa e um prazer singular nos processos

de aprendizagem.

- **ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO** - As crianças, ao encontrarem-se com a escola, já possuem um repertório linguístico rico. Na escola, esse repertório se diferencia na medida em que processos de socialização e outros são vividos a partir de aprendizagens mais

- **ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES** - A curiosidade da criança é uma das atitudes que favorecem a sua inserção no querer saber no que se refere aos diversos fenômenos da Natureza. Convidá-la a refletir sobre conceitos científicos e matemáticos pode ser pedagogicamente um prolongamento de sua condição para questionar quase tudo. Nesses termos, ao observar os fenômenos que os cercam, tentam compreender experimentando e observando suas mudanças. Neste mesmo fluxo de curiosidades sobre si, sobre outros seres, assim como sobre algumas lógicas da tradição matemática contidas em histórias e jogos matemáticos, ampliam sua compreensão do mundo em que vivem. Na vontade de experimentar e questionar o mundo em que vive e as informações que têm acesso, a atitude de pesquisa num sentido amplo já está presente no modo de ser criança. Nesse sentido, podemos considerar a criança um ser que gosta de exercitar a exploração e o mundo para compreendê-lo. Como mediadores pedagógicos desse processo, o professor e seus auxiliares e adultos próximos ajudam as crianças a ampliarem e complexificarem suas compreensões, formulando questões explicitativas e oferecendo pistas, à medida que os pequenos exploram objetos, materiais e manifestações da Natureza. Nesse processo, os professores também vão mediando formas pedagógicas mais estruturadas e sistematizadas de oportunizar na criança compreensões lógicas. O uso de materiais e de experiências cotidianas com o cálculo para que a constatação e a abstração se encontrem e facilitem o acesso às competências matemáticas iniciais e a representação dos seus símbolos. Seus movimentos no espaço permitem, também, experimentar e experienciar de forma reflexiva conceitos geométricos. Inserções de jogos de mesa e jogos eletrônicos abrem possibilidades de desenvolvimento lógico num mundo contemporâneo eivado de constantes desafios neste campo dos inventos que implicam jogos e brincadeiras para crianças. Nesse particular, é fundamental cuidar das adequações cognitivas e éticas desses jogos. Assim o mundo dos números e dos cálculos pode ser experimentado e compreensões podem ser construídas de

forma lúdica e processual, incluindo nessa itinerância compreensiva os fenômenos presentes na Natureza, na biologia humana e de outros seres.

Princípios políticos - para a concretização dos princípios políticos apontados para a área, a instituição de Educação Infantil deve trilhar o caminho de educar para a cidadania, analisando suas práticas educativas de modo a:

- promover a formação participativa e crítica das crianças;
- criar contextos que permitam às crianças a expressão de sentimentos, ideias, questionamentos, comprometidos com a busca do bem estar coletivo e individual, com a preocupação com o outro e com a coletividade;
- criar condições para que a criança aprenda a opinar e a considerar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma reação afetiva, uma ideia, um conflito.
- garantir uma experiência bem sucedida de aprendizagem a todas as crianças, sem discriminação, e lhes proporcionar oportunidades para o alcance de conhecimentos básicos que são considerados aquisições valiosas para elas.

Princípios estéticos - o trabalho pedagógico na unidade de Educação Infantil, em relação aos princípios estéticos deve voltar-se para:

- valorizar o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências;
- organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade;
- ampliar as possibilidades da criança de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades;
- possibilitar às crianças apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu projeto político pedagógico.

Os princípios expostos devem sustentar as práticas de Educação infantil e privilegiar aprendizagens como ser solidário com todos os colegas, respeitá-los, não discriminá-los e saber por que isso é importante, aprender a fazer comentários positivos e produtivos ao trabalho dos colegas, a apreciar suas próprias produções e a expor a

adultos e crianças o modo como às fez.

Nessa direção as práticas cotidianas na Educação Infantil devem:

- ✓ considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças,
- ✓ apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e
- ✓ efetivar-se por meio de modalidades de experiências que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico.

8.6 ENSINO FUNDAMENTAL;

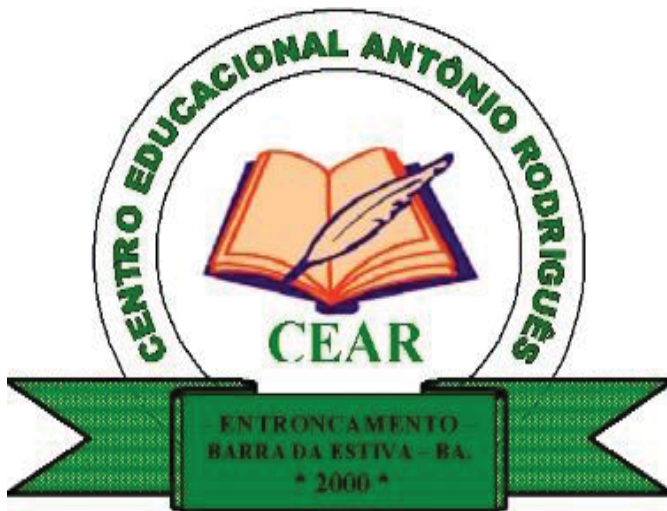
O Centro Educacional Antonio Rodrigues, oferece, ainda, no âmbito da Educação Básica, o Ensino Fundamental, com duração de 09 anos, assegurando o que reza o artigo 32, da LDB 9.394/96 (BRASIL, 2017), a saber:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

– o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social



Entendemos que o Ensino Fundamental tem suas especificidades requerendo de nós olhares diferenciados, pois atravessamos os fluxos de vida da infância ao início da adolescência, cujas expectativas educativas vão assumindo contornos diferenciados conforme as diferentes faixas etárias. Desta forma, o trabalho nessa etapa (assim como nas demais) está pautado no respeito aos diferentes tempos e ritmos de vida e de compreensão de mundo, sempre buscando a mediação necessária ao desenvolvimento das potencialidades do ser. Por conta das especificidades do Ensino Fundamental, especialmente dos Anos Iniciais que compreende do 1º ao 5º ano, à semelhança da Educação Infantil. Enquanto para o Ensino fundamental Anos Finais que compreende do 6º ao 9º Ano, buscamos motivar e incentivar nossos alunos a desenvolver o senso crítico e perceptivo para atuarem na sociedade de forma plena e responsável. Portanto, a nossa intenção educativa reafirma o compromisso com a formação da pessoa humana em suas infinitas possibilidades de existir e produzir realidades. Os objetivos deste nível de ensino intensificam-se, gradativamente, no processo educativo, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender - tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, e a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade, entre outros. O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e se traduz como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos. Os objetivos dessa etapa de ensino, segundo as Diretrizes Curriculares

Nacionais, devem assegurar aos estudantes o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para a vida em sociedade e os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar. Especialmente em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, os objetivos educacionais estão pautados na compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade; no desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e nos conhecimentos que constituem os componentes curriculares obrigatórios.

9 MARCO OPERACIONAL

Premissas da Escola

A educação, assim como qualquer área, necessita se manter atualizada e estar renovando sua forma de interagir com o mundo o tempo todo. Para isso, algumas premissas devem ser seguidas para trazer um novo meio de ensinar aos alunos, e também traçar metas para todos os envolvidos, para o bom andamento da instituição de ensino. Direitos, deveres e proibições para toda a comunidade escolar estão amparados pelo Regimento Escolar próprio desta instituição de ensino.

9.1 Centro Educacional Antonio Rodrigues no Tempo e no Espaço

Concebemos a escola da contemporaneidade como um “ecossistema educativo” (Candau,2000), visto que, tal espaço se propõe a mediar, através do pedagógico, o legado cultural construído pelas sociedades.

Assim, entendemos que cabe às instituições educativas estimular o desenvolvimento intelectual dos alunos, a partir do acesso aos conhecimentos científicos materializados nos saberes escolares. Entretanto, vale ressaltar a urgência de organizar tal dinâmica à luz da interdisciplinaridade, relacionando também, tais saberes, à realidade social circundante tendo em vista como uma escola do campo.

Através de um processo de construção e interação do social com o conhecimento e utilizando como base os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum e Curricular e os interesses de nossa comunidade escolar, trabalhamos experiências sociais, afetivas e cognitivas inserindo-as na formação do cidadão consciente e crítico.

Utilizando temas geradores de relevância sociais, multidisciplinares, para o desenvolvimento dos conteúdos formais e essenciais, além do desenvolvimento de projetos que englobam tais situações e valorizem a comunidade local.

A busca da interdisciplinaridade permeia o trabalho pedagógico e o entendimento

Oferecemos a formação básica objetivando o cidadão e dando-lhe condições de aprendizagem tendo como habilidades:

- Formação do leitor do mundo (Letramento);
- Formação do escritor para o mundo;
- Domínio do cálculo e do raciocínio lógico;
- Domínio e desenvolvimento dos diversos tipos de raciocínio, seja ele dedutivo, abduutivo ou indutivo;
- Aprender a aprender;
- Formação de atitudes e valores;
- Auto-estima, confiança, ética e inter-relacionamento com o outro;
- Criticidade da realidade e autenticidade na resolução de problemas com criatividade e objetividade;
- Postura crítica sem omissões ou falta de opinião;
- Leitura do mundo e adequação do que se aprende e porquê se aprende;
- Discussão de problemas sociais que interferem na sociedade, bem como possíveis soluções;
- Capacidade de relacionar situações cotidianas com conhecimentos específicos e interdisciplinares;
- Discernimento e ampla visão de um mundo em constante transformação.

Chama-nos também a atenção a avaliação da aprendizagem, que de acordo com Luckesi (2003), se constitui como parte integrante da dinâmica escolar devendo fornecer subsídios aos educadores para uma melhor compreensão dessa prática. Destarte, vale destacar a ideia do referido autor em que a avaliação do processo ensino/aprendizagem é contínuo, dinâmico e em constante transitividade, tal pensamento é parte intrínseca desta instituição de ensino.

A presente Escola esta localizada no povoado de Entroncamento, no Município de Barra da Estiva – Ba, uma região cujo bioma é caatinga, diversa em cultura e na economia que se baseia na agricultura e pecuária, somos privilegiados por possuir tantas riquezas naturais, as famílias da região sobrevivem dos bens naturais locais.

Diante deste contexto diverso, faz-se imprescindível repensar o papel da

educação, visto que é notório que o **Centro Educacional Antonio Rodrigues**, como Instituição pública, em funcionamento a quase 22 anos e assistindo a população da comunidade do Entroncamento, povoados e fazendas vizinhas, deve refletir criticamente sobre o papel social da escola, as contradições e conflitos locais, o que temos, o que precisamos e suas relações com a prática educativa, ou seja, sobre situações que acontecem na comunidade local e global, passando muitas das vezes a se manifestar dentro das salas de aula, reflexos das questões do contexto local como: **“Festejos religiosos, períodos da colheita do café, enlutamento de familiar ou não. Sobre o aspecto pedagógico: Conselho de classe, hora-atividade, formação inicial e cotinuada dos trabalhadores na educação, orgaização curricular, situação de inclusão de alunos, Evasão e repetência, processo de Gestão, Relação comuidade/escola e instâncias colegiadas recomposição das aprendizagens”**, além da necessidade de trabalhar dentro do currículo, temáticas relevantes a comuidade como: envolvimento com drogas (lícitas ou ilícitas), preconceitos, consumismo, modismo, indisciplina, individualismo, falta de amor ao próximo, baixa auto-estima, imediatismo, o ter em função do ser, discriminação étnica, de orientação sexual, religiosa, dentre outros. **Festejos religiosos locais**: exceto os dias contemplados no caledário oficial deste município, fica aqui combinado que no dia do padroeiro local do povoado de Entrocamento e no dia de São Roque, festejo que acontece em Passagem de Santana, não haverá aula presencial em virtude da pouca frequências dos alunos neste dia e também pelas constantes reivindicações de pais alunos e pessoas das comunidades onde os festejos acontecem para que não haja aula nesse dia, Cabendo a direção, coordenação e professores articular o planejamento de atividades para que seja ressarcido ao aluno a carga horária do dia em que não houve aula.

Periodos da “colheita do café”: O responsável legal pelo aluno, ou ele mesmo, caso seja maior de idade deverá informar a instituição o seu afastamento temporário e sua opção em receber ou não atividade pelo tempo em que estiver ausente, se comprometendo a desempenhar atividades sugestivas para recompor as aprendizagens, sendo assim mesma articulará junto ao pedagógico o envio de atividades pelo tempo que ele permanecer afastado.

Enlutamento de familiar de aluno ou comunidade, tendo vínculo com a instituição: Em todos os casos de morte na comunidade a escola fará menção honrosa de luto nos murais internos e no portão com um pequeno laço de tecido na cor preta, exceto nos casos de falecimento de docentes ou professores e seus familiares de primeiro grau, nesses casos específicos não haverá aula pelo tempo que julgar necessário. Sendo que os dias não trabalhados serão resarcido através de atividades virtuais ou horas excedidas em atividade extraclasse, principalmente em eventos da escola.

Conselho de Classe: O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar. É o momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

O Conselho de Classe pode ser organizado em três momentos:

Pré-conselho: levantamento de dados do processo de ensino e disponibilização aos conselheiros (professores) para análise comparativa do desempenho dos estudantes, das observações, dos encaminhamentos didático-metodológicos realizados e outros, de forma a dar agilidade ao Conselho de Classe. É um espaço de diagnóstico.

Conselho de Classe: momento em que todos os envolvidos no processo se posicionam frente ao diagnóstico e definem em conjunto as proposições que favoreçam a aprendizagem dos alunos.

Pós-conselho: momento em que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas. As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros.

Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que

deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

O mesmo deverá se reunir ao final de cada uma das três unidades para discussão dos resultados.

_formação inicial e continuada dos trabalhadores na educação, organização curricular: Atualmente, a escola é um sistema complexo que atende uma clientela imensa e diversificada. Para tanto, o educador, hoje, precisa desempenhar tarefas específicas que possibilite o funcionamento desse sistema.

__Faz-se necessário o aprimoramento da prática pedagógica, essa prática implica num exame crítico e cuidadoso do papel da educação e de cada prática específica no projeto social e político mais abrangente. A formação continuada dos profissionais de educação visa estimular cada dia mais uma perspectiva crítica-reflexiva que possibilite a busca de um investimento pessoal, livre e criativo e uma identidade profissional. Essa formação não se dará apenas por acumulações teóricas adquiridas em cursos, mais também por interações pessoais e trocas de experiências partilhadas entre os próprios docentes e coordenação pedagógica, um exemplo claro de como acontece essa formação por interação são os grupos de estudos entre docentes ou acompanhado e mediado pela coordenação pedagógica. Para além dessas ações, se faz necessário cursos online ou presenciais sobre as mais diversas temáticas, inclusive Educação especial inclusiva, pois precisamos estar preparados para receber esse público.

A equipe gestora precisa ter um plano de ação junto a todos os envolvidos. Dentro de seu campo específico de atuação, todos devem ter ciência de como podem contribuir para a inclusão. Como a forma de lidar com cada estudante – mesmo quando se trata do mesmo diagnóstico – é diferente, as formações são essenciais para alinhar os conhecimentos com a realidade da instituição, aperfeiçoar práticas e alimentar a formação docente para ter uma postura mais assertiva com a aprendizagem desses estudantes.

Situação de inclusão de alunos: A inclusão escolar não pode ser entendida apenas como um direito garantido em [um capítulo da Lei de Diretrizes e Bases \(LDB\)](#) ou de [outras que integram a legislação brasileira](#). Muito pelo contrário: precisa ser compreendida como um direito enquanto cidadão, forma de garantia de sua autonomia e do seu desenvolvimento cognitivo. Incluir é para além de construir rampas de acesso. Inclusão será sempre um tema precioso e necessário

a ser discutido entre nós. A cada dia nos deparamos com situações novas e precisamos sempre nos reinventar para garantir os direitos individuais e coletivos de nossos alunos. Para isso, estudar e se manter em formação continuada é imprescindível para os gestores também. Só assim teremos embasamento para contribuir, auxiliar, transformar e passar a confiança para equipe que tem na figura do diretor um parceiro mais experiente e direcionador dos desafios escolares.

_ Conhecimento do aluno em sua totalidade. Não olhamos ninguém com pena ou julgando- o como incapacitado para assimilar conhecimentos. Buscamos sempre compreender quais são as dificuldades, que tipo de soluções funcionam melhor dentro de seu contexto, como dar instrumentos para que ele seja capaz e desenvolva autonomia no dia a dia – seja na vida escolar ou na pessoal. Consideramos importante também a participação atuante em eventos, gincanas e diversas outras ações da escola.

_ Uso da tecnologia dentro da escola. Os diversos meios tecnológicos dentro ou fora da sala podem auxiliar os procedimentos e atividades de inclusão. Eles incentivam os alunos a dar o seu melhor – já que muitas vezes a tecnologia desperta interesse – e ajudam consideravelmente na sua evolução. Softwares educativos, por exemplo, contribuem com o cognitivo para construção de frases e cálculos matemáticos.

_ Parceria escola e família. Esse será sempre o ponto chave. A família colabora com informações para construções de processos, além de seu apoio ser fundamental para engajamento das crianças na instituição. Ela também pode ser parte atuante ao incentivar as práticas escolares em casa.

Evasão e repetência: A Evasão escolar assim como a repetência, é um fenômeno que tira do ambiente escolar, milhares de estudantes que poderão vir a se tornar os futuros excluídos da sociedade. No Brasil o abandono e a evasão escolar são graves problemas enfrentados por gestores e educadores e, por conseguinte, pela sociedade.

A repetência é um dos maiores motivos que leva o jovem a abandonar os estudos,

por motivos de constrangimentos e cobranças da família. É importante rever as falhas do sistema educacional brasileiro, direcionando para “a forma de avaliar o aluno, bem como as metodologias aplicadas em sala de aula pelo professor”. Para que a evasão escolar não seja direcionada a escola e professores, são necessárias mudanças na forma de trabalhar a aprendizagem diária, através de novas propostas que envolvam o processo de ensinar e avaliar, levando em conta o desenvolvimento de cada aluno, pois existem alunos mais aplicados e os que têm problemas de receberem e processarem as informações. Assim, cabe ao professor organizar suas atividades em consonância com as diferenças e dificuldades dos seus alunos, possibilitando um melhor rendimento. Também é necessário:

- _ Manter ativo as ações do busca ativa nas duas situações acima reportadas;
- _ Identificar possíveis falhas da instituição. Nem sempre é fácil perceber onde estamos errando, mapeando os pontos fracos da escola;
- _ Melhorar o relacionamento da escola com as famílias.
- _ Reavaliar a metodologia e a proposta pedagógica;

- _ Empregar a tecnologia como trampolim para o aprendizado, ofertando atividades virtuais durante afastamento temporário dos alunos por motivo de trabalho e doença.

Relação comunidade/escola e instâncias colegiadas: A importância dos órgãos colegiados nas escolas é tema recorrente quando se aborda a gestão democrática, pois esses garantem, na forma da lei, a prática da participação na escola, na busca pela descentralização do poder e da consciência social entorno da oferta de uma educação de qualidade. Portanto, é imprescindível que nos próximos anos seja realizada eleição do colegiado e dar condições para que o mesmo se fortaleça como instrumento democrático.

10 RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

A educação no Brasil, sempre passou por desafios de modo geral. Contudo, com a pandemia do Covid-19 esses desafios foram intensificados, obrigando as redes de educação de todo país articularem ações para a reordenação e estímulo as aprendizagens.

Em Barra da Estiva não é diferente, principalmente nos povoados de zona rural, onde o acesso a internet e a aquisição de um aparelho celular e desafiador, muitas crianças

não tiveram acesso ao ensino remoto e híbrido, nesse contexto, espera-se que com o retorno 100% presencial possamos garantir que cada criança e adolescente estejam na escola, tendo a oportunidade de aprender de onde parou.

Nesse sentido, muitos especialistas tem sugerido a organização de um Plano Norteador visando a recomposição de aprendizagens, na perspectiva, que o foco no protagonismo e no desenvolvimento dos alunos, para além da 'recuperação de aprendizagem' devido às dificuldades trazidas pela pandemia, sejam observados em cada escola, segmento(s) que as mesmas atendem, de modo que equipes gestoras e de apoio, docentes e discentes se sintam apoiados a partir das orientações e dicas para um planejamento mais humanizado, considerando diferentes frentes, desde a busca ativa dos estudantes até as ações de mão na massa referentes a estruturação do processo de recomposição de aprendizagem. Esse movimento é o ponto de partida para assegurarmos espaços e ações de formação continuada com apoio dos coordenadores pedagógicos, nos momentos de planejamento (que já constam em carga horária) para essa ação, cujo foco será o processo de ensino e aprendizagem na escola, observando a priorização e a flexibilização do currículo, partindo dos resultados da avaliação institucional e de processo realizada por cada professor, de modo que possam fazer o replanejamento com base em evidências e não em inferências como dizem alguns pensadores da educação. Imperativo informar que a seguir apresentaremos experiências de outras redes para fomentar ideias e possibilidades, mas cada equipe pode escolher o arranjo mais adequado a realidade da comunidade escolar.

Objetivos:

Organizar os alunos em agrupamentos produtivos de acordo com os níveis de escrita e os níveis de matemática;

Trabalhar com atividades de relevância cognitiva, social e afetiva, que sejam adequadas aos alunos dos anos iniciais e finais;

Desenvolver a escrita e a leitura dos alunos, a partir de atividades estruturantes diversificadas, de acordo com os níveis de escrita dos agrupamentos produtivos;

Desenvolver o pensamento matemático dos alunos, a partir de atividades contextualizadas diversificadas, de acordo com os níveis matemáticos dos

agrupamentos produtivos.

Assim, espera-se que na nossa rede educativa, para além dos educadores e o gestores, que toda comunidade do entorno escolar esteja envolvida no processo de se reinventar a partir dos dilemas que se descortinam no cotidiano de modo que possamos remediar os impactos na aprendizagem causados pelo contexto pandêmico e o ensino remoto .

Por fim, cabe destacar que para facilitar o planeamento de modo articulado inicialmente com as equipas gestoras, por conseguinte destas com os professores, algumas premissas devem ser asseguradas. São elas:

1. Busca Ativa, organização de esforço multidisciplinar e de acolhida diária dos estudantes são duas ações essenciais para realizar este trabalho e combater a evasão e o desenvolvimento dos estudantes;
2. A avaliação Processual, que compreende vários aspectos, desde o contexto social que o estudante está inserido, bem como as suas características; sua participação nas atividades; seu grau de autonomia; suas habilidades e dificuldades; seu comportamento e relações com professor (a) e colegas nas aulas, entre outros, deve ser a base para a correção de rotas e avanços nas aprendizagens;
3. Os arranjos didáticos, que se relacionam com os agrupamentos que a escola vai organizar visando a melhoria dos resultados;
4. Formação Continuada, que deve favorecer o Planeamento com foco na diferenciação/personalização pedagógica a partir dos combinados em cada Escola.
5. Acompanhamento, dar feedback ao trabalho docente planeado com o apoio da equipa gestora e apoiar seu aprimoramento. Na observação da sala de aula não perder de vistas a interação entre os alunos e o conteúdo (adequação/desafios), a interação entre aluno/a e professor(a), bem como as intervenções/mediações realizadas, ainda observar a interação entre os colegas em arranjos diversificados: duplas ou outro tipo de agrupamento.
6. Produto final: Organizar um portfólio pedagógico, contendo: planeamento das ações de formação na escola, frequência, material bibliográfico utilizado,

produções dos professores e dos estudantes (relatos de experiências individuais e/ou coletivas, trocas de experiências) indicando o nível de aprendizagem dos alunos diante da proposta de ensino apresentada, relatório reflexivo (CP) desde o processo das ações de formação na escola, avaliações, registros fotográficos e/ou vídeos feitos.

10.1 ACORDOS

Nesta instituição de ensino os acordos são estabelecidos de forma democrática de modo que atenda as exigências básicas quanto aos direitos e deveres, em relação ao bom funcionamento do mesmo, estabelecidas através de reunião administrativas com a equipe de colaboradores. Faz-se ainda reunião geral com a comunidade de pais, estabelecendo as normas e regras para o bom andamento do trabalho no convívio escolar. Referente as atividades extracurriculares previstas neste PPP, Dia da Família na escola, Mostra Cultural, valorizando a cultura local e manter nos educandos o incentivo de se produzir cultura, sendo estas atividades pedagógicas com carga horaria igual ou superior a quatro horas ou que excedem a jornada de trabalho, serão dispensados nos dias subsequentes (professores, alunos e equipe de apoio). Ambos acordos citados acima serão registrados em suas respectivas Atas com assinatura de todos os presentes.

10.2 RELAÇÃO INTERPESSOAL

É da natureza do ser humano se relacionar buscando sempre estar vinculado a alguém e alimentar uma intensa troca de energia, conhecimentos e emoções. Através do diálogo procuramos formas de conhecer os outros, resolver os conflitos e articular o trabalho para ter uma boa sintonia e respeito mútuo entre todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

1.3 TRABALHO COLETIVO

O trabalho coletivo no âmbito escolar consiste na integração das atividades do corpo docente, direção e equipe pedagógica tendo por objetivo a aprendizagem do educando. As ações docentes necessitam ter por meta uma educação, que contribua para a formação do aluno cidadão consciente de seu papel na

sociedade contemporânea, com a finalidade de construir uma sociedade mais igualitária.

10.4 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

Formação continuada é um engajamento dos profissionais da educação em um processo de aprimoramento que lhes permitem estar continuamente bem informados e atualizados sobre as novas tendências educacionais, principalmente com as tendências voltadas para a educação do campo, agregando conhecimentos que sejam capazes de gerar transformação e impacto no contexto escolar, permitindo que se engaje em pesquisas, estudos, reflexões e se aprimorem de novas concepções, linguagens e tecnologias, para que se torne um facilitador do conhecimento e não um mero transmissor deste.

10.5 PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO ESTABELECIMENTO

Todos os profissionais desta instituição de ensino são importantes para a realização de uma Educação de qualidade, as professoras são responsáveis pela concretização do processo ensino-aprendizagem. Cada um dos demais profissionais tem um papel fundamental no processo educativo, cujo resultado não depende apenas da sala de aula, por essa razão a formação continuada é tão importante para dar suporte ao trabalho dos profissionais.

A formação continuada de professores tem sido entendida hoje como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores para melhoria da qualidade do ensino. T tamanha responsabilidade exige boas condições de trabalho e preparo, para que esse processo ocorra buscamos o apoio da Secretaria Municipal de Educação repassando as dificuldades enfrentadas no ano letivo e aspirações para o ano subseqüente.

Para que assim, possam ser oferecidos cursos pela Secretaria Municipal de Educação, onde um ou mais representantes da Instituição participa, fazendo o repasse aos demais profissionais assim que conclui o curso. Sabendo das necessidades enfrentadas no cotidiano das escolas do campo, em especial a nossa instituição, Centro Educacional Antônio Rodrigues, conclui-se que a Formação Continuada poderia ser ofertada com mais frequência no âmbito da comunidade,

dando maior suporte ao trabalho desenvolvido e que venha a atender as intencionalidades do professor.

10.6 ESTRATÉGIAS DO ESTABELECIMENTO PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE: REUNIÕES, PALESTRAS, GRUPOS DE ESTUDOS.

Historicamente, a família constitui uma instituição de extrema importância na formação e na educação dos alunos juntamente com o CEAR, onde é desenvolvida a educação e formação sistematizada das mesmas. Porém, é no ambiente familiar que a criança tem seu primeiro contato com a sociedade. Daí a importância da união dessas duas instituições sociais na formação educacional dos alunos, embora a maioria dos sistemas educacionais defenda a posição de que a educação inicial é de responsabilidade da família, pelo fato de considerar esse ambiente familiar como ideal para o desenvolvimento e educação dos alunos.

A qualidade da Educação básica depende, cada vez mais, da parceria entre a escola e a família. As pessoas que cuidam das crianças, em suas casas, naturalmente possuem laços afetivos e obrigações específicas, diversas das obrigações dos educadores no CEAR. Porém, esses dois aspectos se complementam na formação do caráter e na educação de nossos alunos.

Os pais e educadores não podem perder de vista que, apesar das transformações pelas quais passa a família, esta continua sendo a primeira fonte de construção de valores éticos e comportamentais na formação do aluno.

As reuniões acontecem através da participação da comunidade escolar, que possibilitam um diálogo aberto entre equipe pedagógica, professores e pais. Outro momento que inclui a família no processo ensino/aprendizagem, são os projetos que envolvem a família como:

festas específicas a alguns temas, como o dia das mães, dos pais e da família, encerramento do ano letivo, entre outros, proporcionar momentos de conversas com os pais trimestralmente e anualmente com leitura e entrega dos pareceres avaliativos.

A Instituição de Ensino atenderá, quando necessário, diálogos específicos com

determinados pais tanto convidados pela escola como por iniciativa própria, flexibilizando a participação direta da família na escola

10.7 ATIVIDADES QUE AMPLIEM A JORNADA ESCOLAR: DIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA, MOSTRA CULTURAL E ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO.

As atividades extracurriculares proporcionam aos professores, alunos, pais enfim a toda a comunidade, momentos de trocas de ideias, conhecimentos, saberes e muita diversão, onde todos interagem através do lúdico, certamente um complemento que enriquece a proposta pedagógica. Lembrando que esse tipo de atividade aumenta a autoestima dos envolvidos no processo além de promover a sociabilização.

O objetivo do “Dia da Família”, “Mostra Cultural” e “Encerramento do Ano Letivo” é realizar atividades de forma que professores, gestores e alunos se integrem com toda a família, dentro do ambiente escolar. As atividades resultam em bonitas apresentações de teatro, dança e música. Pais, alunos e professores também organizam saraus, exposições de artes plásticas e trabalhos manuais para apresentarem nas festas especiais, que são abertas para toda a família e comunidade. O projeto visa trazer os pais e familiares para dentro da escola e pretende fazer com que a comunidade atue juntamente com os gestores para uma escola cada vez melhor.

Visando sempre a integração e o envolvimento da comunidade no processo do ensino aprendizagem, ao final de cada ano letivo realiza-se uma apresentação a partir dos saberes desenvolvidos durante o ano, fortalecendo os laços familiares, proporcionando momentos de socialização e confraternização sempre em conjunto com nosso objetivo que é educação e desenvolvimento integral dos educandos. Mas, para isso não é somente envolver as famílias, é preciso ao mesmo tempo, aceitar os diversos níveis de limitações nesse processo, afinal temos pessoas das mais diversas situações, tanto econômica como cultural.

10.8 PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar ocorre quando o aluno resolve deixar de frequentar as aulas do ano letivo, no Brasil essa é uma realidade constante. Promover a busca ativa e combate à

evasão escolar dos alunos desta instituição de ensino é uma missão da equipe gestora e toda a comunidade escolar . A equipe juntamente com os professores, deverá acompanhar a frequência dos educandos. Nos casos necessários, a equipe pedagógica deverá fazer o primeiro contato com os responsáveis e fazer a sensibilização dos mesmos referente a importância da permanência do discente na instituição de ensino.

Primeiramente via telefone, depois pessoalmente caso necessário. Nos casos em que não surtir o efeito esperado, deverá ser utilizado as ferramentas/documentos, registros e anotações, que integram este processo – Referência e contra referência - e encaminhar às autoridades competentes, ao Conselho Tutelar, quando for o caso.

10.9 PROPOSTA DE TRANSIÇÃO

Considerando o termo transição, que é a passagem que comporta uma transformação progressiva e a evolução, vemos que ela acontece em todos os momentos da vida, não sendo exclusividade da escola, sendo assim uma condição necessária para o desenvolvimento da criança, pois traz novas fases que a desafia a ampliar os horizontes, a empreender novas habilidades e competências no percurso da vida.

No processo de transição que compreende o Ensino Fundamental I para o Fundamental II, no que se refere à organização dos saberes e conhecimentos para que não haja uma ruptura em seus objetivos de aprendizagem neste período, o desenvolvimento do trabalho pedagógico deve integrar o grau de interesse e aprofundamento da criança. Tendo como base a formação de ações sensorio-motora de manipulação, seguindo o processo de transição para a exploração das funções sociais através do contato direto, para assim concluir esta etapa com experiências que possam agregar aos futuros conhecimentos que estes vão adquirir nas próximas etapas de sua educação. Caracterizado pelo trabalho pedagógico anual onde a criança já vai sendo preparada para atender as exigências e objetivos do ano subsequente.

10.10 INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS

Nesta instituição de ensino não possuímos salas disponíveis para o Atendimento Educacional Especializado - AEE, como por exemplo, sala de recursos e retroalimentação. Porém, quando encontradas dificuldades se faz o planejamento de

ações e intervenções pedagógicas para suprir as necessidades encontradas com o aluno, tendo em vista a realidade escolar. Flexibilizando atividades para levar a criança a alcançar os objetivos proposto.

10.11 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Percebe-se que ao longo dos anos a escola tem se transformado e com isso as exigências educacionais também mudaram, com tais mudanças enfrentamos novos desafios. Que nos levam a perceber a necessidade de atualizar nossas práticas pedagógicas, uma boa maneira de fazer isso é oferecer um ensino contextualizado, com elementos que fazem parte da vida do estudante e conteúdo que claramente façam sentido para eles.

Analisando a sociedade nas diversas formas de ver, pensar e sentir, a educação é um meio da contemporaneidade histórica. Conforme prevê o artigo 2º da LDB:

A educação abrange os processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL. Lei 9394 de 1996).

E para suprir as demandas da educação contemporânea e seus desdobramentos na sociedade, trabalhamos os temas tanto transversalmente dentro dos campos de experiência em metodologias diversas já citadas na organização curricular dentro desta PPC e também como foco direto em alguns desafios.

10.12 INCLUSÃO SOCIAL

O ambiente escolar deve ser um espaço democrático, preparado para receber todos os alunos, de diferentes classes sociais, etnias e portadoras de necessidades especiais.

Trabalhar a inclusão na educação é tarefa de grande importância, para que isso aconteça é necessário que toda a equipe e comunidade escolar estejam preparados para apoiar e oferecer o suporte necessário para o desenvolvimento pleno da criança, pois se faz necessário que a criança aprenda e se adapte a este novo ambiente, e as pessoas com quem passara a conviver diariamente, para que posteriormente possa dar sequência em seus estudos no ensino fundamental.

10.13 SEGURANÇA E SAÚDE

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, podemos definir a saúde como uma situação de perfeito bem-estar físico, mental e social, a segurança na escola consiste em um conjunto de medidas que tem como objetivo garantir a integridade física e emocional das crianças, famílias e profissionais atuantes.

A escola é essencial na formação dos cidadãos em seus mais variados aspectos, a saúde e segurança é um desses aspectos em que a escola atua, orientando os alunos, estimulando a prática de atividades físicas conscientes, promovendo atividades que ajudem nas relações interpessoais, evitando que os alunos se exponham a situações que possam afetar sua saúde, ajudando a identificar situações de risco, promovendo a conscientização sobre a necessidade de uma vida saudável, estimulando atitudes de promoção da saúde e segurança nas suas ações.

10.14 PREVENÇÃO AO BULLYING: UM COMPROMISSO COLETIVO NO ESPAÇO ESCOLAR.

O bullying é um problema que pode afetar escolas em qualquer contexto, incluindo aquelas situadas em zonas rurais, onde as características do ambiente escolar e da comunidade apresentam particularidades únicas. Em escolas rurais, a proximidade entre os membros da comunidade, o menor número de estudantes e a convivência intensa em espaços limitados podem tanto intensificar as ocorrências de bullying quanto facilitar sua identificação e enfrentamento. Neste cenário, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola desempenha um papel crucial ao propor estratégias educativas que valorizem o respeito, a empatia e a inclusão.

O PPP, deve considerar as especificidades do contexto local, promovendo ações que envolvam toda a comunidade, incluindo famílias e líderes comunitários, para fortalecer a cultura de paz e de apoio mútuo. É fundamental que o documento oriente práticas pedagógicas e de convivência que integrem os alunos em atividades colaborativas e valorize a diversidade cultural e social presente na zona rural. Ao incluir políticas de prevenção e combate ao bullying, o PPP contribui para a construção de um ambiente escolar seguro e acolhedor, que respeite as características da comunidade local e promova o desenvolvimento integral dos estudantes.

10.15 METODOLOGIA DE TRABALHO

A metodologia adotada para este projeto é de natureza participativa e colaborativa, visando envolver todos os atores da comunidade escolar (alunos, professores, equipe pedagógica, pais e responsáveis) no enfrentamento e na prevenção do bullying. As ações serão desenvolvidas com base em estratégias pedagógicas interdisciplinares, atividades práticas e reflexivas, utilizando métodos ativos de aprendizagem que promovam o protagonismo dos alunos e a construção de uma cultura de paz e respeito mútuo.

11 DIAGNÓSTICO INICIAL

- Objetivo: Identificar a percepção e a ocorrência de casos de bullying na escola.
- Métodos Utilizados:
 - Aplicação de questionários e entrevistas com alunos, professores, equipe pedagógica e pais.
 - Realização de rodas de conversa e grupos focais para discussão sobre o tema.
 - Análise de registros escolares (como ocorrências e relatórios de comportamento) para identificar padrões de conflito.

11.1 SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

- Objetivo: Promover a conscientização sobre os efeitos do bullying e a importância da empatia e do respeito.
- Métodos Utilizados:
 - Palestras e workshops ministrados por especialistas (psicólogos, educadores, etc.).
 - Exibição de filmes, documentários e vídeos educativos seguidos de debates.
 - Dinâmicas de grupo, como teatros e dramatizações, que abordem situações de bullying e alternativas para sua resolução.

11.2 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCADORES

- Objetivo: Capacitar a equipe escolar para identificar e intervir em situações de

bullying.

- Métodos Utilizados:

- Realização de oficinas de capacitação sobre mediação de conflitos e estratégias de intervenção.

- Treinamento para o uso de protocolos de atendimento e acompanhamento de casos de bullying.

- Troca de experiências e boas práticas entre os profissionais de ensino

11.4 INTERVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- Objetivo: Implementar ações práticas para a prevenção e intervenção em casos de bullying.

- Métodos Utilizados:

- Criação de um comitê de prevenção ao bullying, com representantes de diferentes segmentos da comunidade escolar.

- Implementação de protocolos de intervenção imediata em casos de bullying.

- Estabelecimento de atividades regulares de monitoramento e avaliação dos casos identificados.

11.5 ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE

- Objetivo: Fomentar a participação da família e da comunidade no combate ao bullying.

- Métodos Utilizados:

- Encontros e palestras para os pais e responsáveis sobre como identificar e lidar com situações de bullying.

- Parcerias com organizações locais (ONGs, universidades, etc.) para apoio nas atividades de conscientização e intervenção.

- Divulgação de materiais informativos e educativos, como cartilhas e boletins, para a comunidade.

11.6 Avaliação E Ajustes

- Objetivo: Avaliar a eficácia das ações implementadas e realizar ajustes necessários.

- Métodos Utilizados:

- Monitoramento contínuo das ações através de feedback de alunos, professores e pais.
- Aplicação de novos questionários e entrevistas para medir o impacto das ações.
- Revisão periódica da metodologia e das estratégias adotadas, com base nos resultados obtidos.

11.7 DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.

Na avaliação institucional busca-se obter dados quantitativos e qualitativos para realização de análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição. Essa avaliação deve abranger a todos os envolvidos nos processos do Centro Educacional Antonio Rodrigues. Essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão pedagógica e administrativa, visando à garantia da democracia e da transparência da gestão escolar.

A Avaliação Institucional tem como objetivo o exercício da reflexão, considerando a Missão e os Valores, as reais aspirações e necessidades da comunidade que atende intervindo qualitativamente no desenvolvimento do processo pedagógico, da gestão e nas relações em todas as dimensões da escola.

11.8 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Historicamente, a avaliação é um processo que acontece para identificar como os conteúdos estão sendo assimilados pelos alunos, bem como mapear estratégias de ensino adotadas ajudando a nortear o trabalho do educador.

A avaliação diagnóstica tem três objetivos principais:

- 1 - Identificar a realidade de cada turma e especificamente de cada aluno.
- 2 - Observar se os alunos estão desenvolvendo ou não as habilidades cobradas para o processo de ensino e aprendizagem.
- 3 - refletir sobre as causas das dificuldades, definindo assim as ações necessárias para trabalhar as defasagens encontradas

11.9 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Os aspectos comportamentais também são considerados no sistema avaliativo da escola, numa concepção de avaliação que abrange tanto a aquisição de conhecimentos relacionados aos conteúdos curriculares, quanto às atitudes, interesses, hábitos de estudo, assiduidade e comprometimento, resultando num conceito, que pode ser insuficiente, regular, bom, muito bom ou excelente, a partir de um consenso entre os professores no conselho de classe ao final de cada unidade, definindo também as ações que serão empreendidas pela equipe pedagógica para os avanços necessários para que este aluno seja favorecido com 0,25 décimos em cada unidade.

11.10 AVALIAÇÕES PARCIAIS.

As avaliações parciais serão desenvolvidas atendendo às diversas modalidades de aprendizagem: auditiva, visual e sinestésica. Para tanto os instrumentos aplicados serão diversificados e atendendo as especificidades das turmas: testes, seminários, trabalhos em grupo, projetos de pesquisa, projetos, atividades interdisciplinares, confecção de blogs, revista eletrônica, vídeos, relatórios, jornal, etc. Cada professor levando em consideração a realidade de sua turma aplicará o instrumento que na sua análise favorecerá o desempenho e aprendizagem dos estudantes.

11.11 AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A recuperação terá como objetivo proporcionar aos alunos que demonstraram rendimento insuficiente, oportunidade de aproveitamento e aprovação. Os estudos de recuperação serão planejados e aplicados em função das necessidades individuais, considerando a deficiência da aprendizagem.

Para tanto, a avaliação deverá utilizar diversas técnicas e instrumentos avaliativos (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outros).

A avaliação de estudantes da Educação Especial deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade. Devem ser considerados os resultados ao longo de cada período avaliativo, expressando o desenvolvimento escolar do estudante, seus avanços bem como as necessidades

identificadas, para que se constituíam num novo ponto de partida. A recuperação deve ser entendida como um dos aspectos do processo ensino-aprendizagem pelo qual o professor pode refletir sobre sua metodologia e reorganizá-la em função dos resultados de aprendizagem apresentados. A mesma deve acontecer de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, assegurando aos estudantes novas oportunidades de aprendizagem. A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e tem como objetivos a efetivação da apropriação dos conteúdos básicos, devendo ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independentemente de seu rendimento. A recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, a ser realizada no final do último trimestre.

Se no processo de recuperação, o educando obter um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa seu melhor momento em relação à aprendizagem dos conteúdos e devem ser registrados no Livro Registro de Classe.

O processo de avaliação e as estratégias de recuperação de estudos devem estar explícitos no planejamento do professor.

11.12 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

No Centro Educacional Antônio Rodrigues a reelaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico ocorrerá de forma coletiva com a comunidade escolar, sendo realizada através de encontros e grupos de estudo entre os profissionais da escola, equipe pedagógica e docente, bem como a comunidade escolar, no decorrer do ano letivo, para realizar o monitoramento das ações e propostas, quando necessário, o projeto será adequado à realidade de nossa escola e as novas instruções enviadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Será considerada a participação das instâncias colegiadas como o Conselho Escolar e nas reuniões ordinárias que ocorrem ao longo do ano letivo.

11.13 PLANO DE SUPORTE E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Com avaliação do diagnóstico da realidade escolar e considerando os desejos manifestados pela comunidade escolar, traçamos agora o plano que dará sustentação às transformações da visão estratégica do centro educacional Antnio Rdrigues em ações práticas. Esse Plano Estratégico será composto de Objetivos Estratégicos, Estratégias e Metas, sendo que cada meta gerará um Plano de Ação.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, ESTRATÉGIAS E METAS.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Promover o Desempenho dos alunos.	1.1. Reunir esforços nos componentes curriculares;	1.1.1. Aumentar o índice de aprovação.
	1.2. Desenvolver estratégias inovadoras e criativas;	1.2.1. Fixar padrões de desempenho para todos “os anos” de acordo com a Constituição Federal, BNCC, DCRB, DCRMBE e LDB;
		1.2.2. Executar um sistema contínuo de acompanhamento e avaliação dos alunos com baixo desempenho.
	1.3. Garantir o Ensino Fundamental de 09 anos (finais) de acordo com as leis vigentes do país;	1.3.1. Cumprir os padrões do Ensino Fundamental anos finais de 09 anos.
		1.4.1. Garantir o Ensino de acordo com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.

<p>2. Solidificar a gestão democrática escolar.</p>	<p>2.1. Gerar medidas formais da eficácia escolar para cada Componente Curricular ofertada pela escola incluindo as novas disciplinas, Ensino Religioso e Projeto de Vida;</p> <p>2.2. Garantir os atos normativos deliberados de acordo a atuação do Conselho Escolar;</p>	<p>2.1.1. Elaborar através da coordenação pedagógica um sistema de indicadores e desempenho acadêmico para todos “os anos” e Componentes Curriculares.</p> <p>2.2.1. Realizar e garantir de acordo as normativas do regimento interno e PPP reunindo com os membros do Conselho Escolar.</p>
<p>3. Assegurar a participação dos pais na escola.</p>	<p>3.1. Aumentar a comunicação entre Unidade Escolar e Pais e representantes legais dos alunos;</p> <p>3.2. Sensibilizar a participação dos pais no processo ensino – aprendizagem.</p>	<p>3.1.1. Elaborar boletim informativo trimestral para divulgar as atividades e desempenho da escola de forma sistemática e assistemática.</p> <p>3.2.1. Promover reunião trimestral informativa e de sensibilização com os pais ou responsáveis de alunos, sobre o desempenho acadêmico ao final de cada trimestre.</p>
<p>4. Fortalecer a integração escola – comunidade.</p>	<p>4.1. Estabelecer estratégias de comunicação entre a Unidade e Comunidade Escolar;</p> <p>4.2. Incentivar a participação da comunidade escolar nos eventos, projetos e atividades escolares.</p>	<p>4.1.1. Fazer uso dos canais digitais para garantir a comunicação com as famílias.</p>
		<p>4.2.1. Promover reunião mensal com a classe acadêmica e os profissionais da educação para debater e planejar estratégias para às atividades pedagógicas e acadêmicas que possam ser realizados durante cada trimestre.</p>

12 PLANO DE AÇÃO

Nº	Ações	Período de Realização		Responsáveis	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Levantar as dificuldades dos alunos nos componentes curriculares críticos	Início do ano letivo	I trimestre	Coordenação pedagógica e professores dos componentes curriculares	Dificuldades dos alunos apresentadas nos componentes curriculares críticos.
02	Discutir com os educadores métodos a serem aplicados com os componentes curriculares críticos durante o ano letivo.	Início do ano letivo	Final do III trimestre	Coordenação pedagógica, professores e direção	Novos métodos discutidos pela coordenação e pelos educadores.
03	Aplicar a metodologia de ensino de acordo com o contexto de dificuldades dos alunos.	I Trimestre	Final do III trimestre	Professores dos componentes curriculares críticos	Metodologia aplicada.
04	Avaliar o desempenho dos educandos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.	Final de cada trimestre		Professores	Desempenho final avaliado.
05	Elaborar o relatório final dos conteúdos desenvolvidos e acompanhamento dos alunos.	Final de cada Trimestre		Coordenação pedagógica e Professores	Relatório final concluído.

N°	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
06	Coletar dados dos alunosevadidos.	Todo ano letivo		Secretaria da Escola	Dados coletados.
07	Diagnosticar as razões dos índices de evasão escolar.	Todo ano letivo		Direção, secretaria, coordenação e professores.	Diagnóstico apresentado.
08	Discutir com os docentes o ambiente escolar.	Todo ano letivo		Direção escolar	Ambiente escolar debatido.
09	Aplicar estratégias de permanência do aluno na escola.	Todo ano letivo		Direção, coordenação e professores	Estratégias aplicadas.
10	Avaliar a metodologia de ensino aplicada.	Todo ano letivo		Direção, coordenação e professores	Metodologia avaliada.
11	Elaborar um relatório final dos índices de evasão e metodologia aplicada.	Todo ano letivo		Direção Coordenação e secretaria escolar	Relatório final concluído.

13 PROJETOS E AÇÕES DA ESCOLA

PROJETO/AÇÃO	Datas Comemorativas(Ação)
PERÍODO	Fevereiro/ Março
OBJETIVOS	Promover a integração e valorização da diversidade cultural por meio de atividades lúdicas e educativas, incentivando a participação ativa dos alunos e a compreensão das tradições brasileiras, enquanto se reforçam os valores de respeito, inclusão e cidadania.
RESPONSÁVEIS	Todos os funcionários da escola

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Projeto Político Pedagógico se constitui numa iniciativa coletiva de compromisso com a educação dos alunos e comunidade escolar, levando em conta a trajetória da comunidade escolar, a sua história e cultura, para garantir um percurso formativo de sucesso aos estudantes e também para cumprir o seu papel com a sociedade.

Considerando o que foi descrito anteriormente, pode-se dizer que o Projeto Político Pedagógico é um documento de grande necessidade na escola, uma vez que ele dará suporte ao trabalho coletivo em todos os segmentos, da dimensão do currículo na unidade escolar. Contudo, é preciso deixar claro que o PPP é uma proposta de trabalho, não é estático, é um documento que precisa ser avaliado pela equipe, necessitando de atualizações, em seu Plano de Ações e Metas traçadas. Uma escola com gestão democrática se faz por meio da construção da cidadania, onde o educando terá capacidade de tomada de decisão individual e coletiva, articulando-se com a compreensão da realidade social.

O presente estudo possibilitou reflexão do cotidiano escolar levantando aspectos que requisitam atenção. Dessa forma, percebemos que a escola, que dialoga, pensa, questiona e compartilha saberes... É uma escola autônoma, que caminha na construção do conhecimento.

15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<<https://especial.novaescola.org.br/planejamento/>> Acesso em 03/10/2022

BAHIA. **Diário Oficial do Município**. Portaria N° 021, de 31 de outubro de 2018 Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino em três unidades de ensino, e dá outras providências. Barra da Estiva – Bahia.

BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental** – Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2019. 475p.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. **Concepções sobre a Avaliação Escolar. Estudos em Avaliação Educacional**. V. 19, n. 39, jan./abr. 2008.

code=3xAi0T&state=1666203229795#!/testes-objetivos-2022? Acesso

em19/10/2022. DEMO, Pedro. Ser Professor é cuidar que o Aluno Aprenda. Porto

Alegre: Mediação, 2004.

ESTEBAN, Maria Teresa. **A avaliação no processo ensino/aprendizagem: os desafios postos pelas múltiplas faces do cotidiano**. Revista Brasileira de Educação, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002, nº 19.

EYNG, Ana Maria. Currículo escolar. 2 ed. Curitiba: Ibpex, 2010.

FREIRE, Madalena. A formação permanente. In: Freire, Paulo: Trabalho, comentário,

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

INEP. **MEC e Inep divulgam resultados do Saeb e do Ideb 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-saeb-e-do-ideb-2021>

NOVA ESCOLA. BERNARDO Nairim. **Planejamento: como construir e desenvolver esse instrumento de forma mais assertiva?**

Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21153/planejamento-como-construir-e-desenvolver-esse-instrumento-de-forma-mais-assertiva>, acesso em 27/10/2022

NOVA ESCOLA. **Especial planejamento**. Disponível em:

PLATAFORMA CAED. **Plataforma de avaliações diagnósticas e formativas**. Disponível em: <https://plataformadeavaliacaoemonitoramento.caeddigital.net/?>

REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA. 2018/2019

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WEISS, Cláudia Suéli; COELHO, Aline Leandra. Avaliação da aprendizagem na educação: Uma reflexão dos conceitos e funções.